

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANDRÉA MARIA LEITE ALBUQUERQUE

“MEDINDO FORÇAS NA ENXADA, NO MACHADO, NA FOICE”:  
PATRIARCADO E RESISTÊNCIA DAS MULHERES RURAIS ORGANIZADAS À  
VIOLÊNCIA NO ALTO SERTÃO ALAGOANO

MACEIÓ

2023

ANDRÉA MARIA LEITE ALBUQUERQUE

**“MEDINDO FORÇAS NA ENXADA, NO MACHADO, NA FOICE”:  
PATRIARCADO E RESISTÊNCIA DAS MULHERES RURAIS ORGANIZADAS À  
VIOLÊNCIA NO ALTO SERTÃO ALAGOANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Área de concentração: Conflito, poder e meio ambiente) da Universidade Federal de Alagoas como requisito para obtenção do título de mestra.

Orientadora: Profa. Dra. Anabelle Santos Lages

Coorientador: Prof. Dr. Wendell Ficher Teixeira Assis

MACEIÓ

2023

**Catálogo na Fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

A345m    Albuquerque, Andréa Maria Leite.  
          “Medindo forças na enxada, no machado, na foice” : patriarcado e  
          resistência das mulheres rurais organizadas à violência no Alto Sertão alagoano  
          / Andréa Maria Leite Albuquerque. – 2023.  
          230 f. : il. color.

Orientadora: Anabelle Santos Lages.  
Co-orientador: Wendell Ficher Teixeira Assis.  
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de  
Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 209-222.  
Apêndices: f. 223-228.  
Anexos: f. 229-230.

1. Violência - Alto Sertão alagoano. 2. Mulheres do campo. 3. Patriarcado.  
4. Políticas públicas. I. Título.

CDU: 396(813.5)

À Jitirana, que continua a florescer, a se espalhar e a aliviar as dores no Sertão, apesar de tudo.



## AGRADECIMENTOS

*Essa ciranda não é minha só.  
Ela é de todas nós.<sup>1</sup>*

(Lia de Itamaracá)

Há algum tempo resolvi priorizar mulheres em todas as esferas da minha vida, rompendo com o senso comum de que estamos em eterna competição. Disso resulta o meu texto de agradecimento que, com algumas exceções, pode ser traduzido como uma grande reunião de mulheres. São mulheres da minha família, do meu círculo de amizades e da academia, todas essenciais para a produção dessa dissertação. Na minha vida há ainda muitas outras que não serão citadas aqui, mas a quem eu também dedico este trabalho e a minha militância.

À academia.

À minha orientadora **Anabelle Lages**, pela confiança e autonomia necessárias para a realização desta pesquisa.

Ao meu coorientador **Wendell Ficher**, cujas provocações metodológicas sacudiram minha zona de conforto.

Ao professor **Arim do Bem** pelo carinho, dedicação, atenção e ensinamentos.

Ao professor **Lúcio Verçosa** pelas contribuições nos seminários e pelas conversas nas viagens de trabalho de campo pelo “Franjas”.

À professora **Beatriz Medeiros** pelas contribuições a este trabalho e pelo convite para o “Franjas”, que abriu as portas para o doutorado.

À professora **Maria de Moraes** que me honrou com sua presença e seus ensinamentos valiosos na banca.

Às pesquisadoras e pesquisadores do “**Franjas**”, que me ensinaram tanto.

Aos demais **professores do PPGS**, que contribuíram na caminhada.

À querida **Edna Gomes**, que segurou a minha mão desde a seleção do mestrado e foi meu amparo em cada dificuldade durante o curso. Sua dedicação ao PPGS vai muito além de suas funções e obrigações. Um exemplo de dedicação e justiça. Digo sem receio de exagerar

---

<sup>1</sup> A versão original de “Minha Ciranda”, de Lia de Itamaracá, diz “ela é de todos nós”. Nos encontros de mulheres rurais, esse verso é adaptado para o feminino.

que não teria conseguido sem ela. Obrigada por toda ajuda, todo carinho e toda confiança recebidos.

À **FAPEAL/CAPE**S, pelo apoio à pesquisa.

À família.

À minha mãe, **Rose Mary**, que me deu a vida, amparo e sustento e me possibilitou chegar até aqui, sempre mostrando que a independência de uma mulher é seu maior tesouro.

Ao meu pai, **José Maria (Zito)**, que me manteve viva por ter me ensinado, dentre outras coisas, a nunca abaixar a cabeça para homem nenhum e que lutou para que eu tivesse a melhor educação que ele podia oferecer.

À minha Voinha **Renê**, pelas inúmeras demonstrações de força e resiliência ao longo da vida.

À minha Vó **Vitória**, por ter educado meu pai, vivido uma vida sem preconceitos e ser o exemplo de mulher que toda menina deveria ter.

À minha prima **Theresa (Nena)**, por ser a primeira Mestra da família e me fazer sonhar com a vida acadêmica.

Às minhas três irmãs, **Maria Vitória, Maria Eduarda e Maria Fernanda**, que são o principal motivo da minha luta diária pelo fim do patriarcado e por uma sociedade mais justa e igualitária.

Às companheiras.

Às minhas amigas fofoqueiras **Ellen Guimarães e Martha Raquel**, por estarem sempre ao meu lado durante toda a caminhada, nas alegrias e nas tristezas da vida pessoal e acadêmica.

À minha amiga **Fabiana Benedito**, a mulher que, além de estar sempre certa, não mede esforços para ajudar outras mulheres.

Às minhas amigas oblíquas e dissimuladas **Anne Amaral e Camila Alvarenga**, alegrias que o mestrado me trouxe e que são as outras duas pernas do tripé que nos sustentou até aqui. O que Marx uniu, nada pode separar.

À minha amiga **Weldja Marques**, com quem eu devo ter esbarrado muitas vezes nos anos de militância, mas só tive o prazer de conhecer verdadeiramente durante a pesquisa no “Franjas”.

À professora **Suzana Veiga**, hoje minha querida amiga, que me estendeu a mão sem me conhecer e me mostrou os caminhos da pesquisa em um momento em que eu me encontrava perdida.

À minha amiga **Maria José (Zezé)**, exemplo de militância, força e resiliência.

À minha amiga **Maria Angela**, a mulher rural, militante e feminista mais potente que eu já conheci.

À minha amiga **Raquel Braz**, sempre a postos e que exerce a militância feminista na prática diariamente.

À minha amiga **Maria Rita**, camponesa que endurece na luta sem jamais perder a ternura.

Ao Coletivo **Margaridas na Luta**, pela confiança e pelo companheirismo na caminhada.

Às mulheres que fazem a Associação **Tamo Juntas**, exemplos de dedicação e entrega.

À **Marcha Mundial das Mulheres**, que possibilita o encontro de mulheres tão diversas e revolucionárias.

A todas as mulheres dos coletivos e movimentos de mulheres rurais, do campo, das águas e das florestas, que lutam diariamente por uma vida mais digna.

Às demais companheiras de luta feminista, que me ensinam todos os dias que só a luta muda a vida.

A todas as outras mulheres que fazem parte da minha vida e contribuíram para esse trabalho, direta ou indiretamente.

Durante os últimos dois anos estive mais próxima às mulheres rurais do que nunca. Não só pela realização desta pesquisa, mas pelo contexto político, econômico e sanitário que vivemos e que demandava uma atuação também pessoal minha enquanto feminista e militante. Muitas vezes pesquisa e militância se misturaram. Muitas vezes uma das duas me deixou adoecida. Wacquant (2019) não poderia estar mais certo ao falar sobre paixão, amor, desejo e sofrimento na pesquisa. Por mais vezes do que eu queria, o sofrimento se sobrepôs. Os relatos de desamparo, de fome e de violência me deixaram sem dormir. O choro durante as transcrições de abusos e violências fizeram com que eu postergasse a transcrição de algumas entrevistas e sentisse vontade de desistir.

De tempos em tempos eu me perguntava, na pesquisa e na militância, se estava fazendo alguma diferença e se toda “paixão” e “sofrimento” valiam a pena. Um dia, em agosto deste ano, Angela me mandou uma mensagem. Ela queria saber se o Coletivo Margaridas na Luta poderia fazer uma procuração me “dando voz” para quando não houvesse mulher rural presente em algum local. Perguntei o motivo e ela disse que não queria que eu não fosse escutada “só porque não é rural”. Outro dia, após o encontro realizado em novembro, recebi pelo *WhatsApp* áudios de Angela, Raquel, Rita e outras mulheres do Margaridas na Luta sobre a importância de participar desses espaços. Raquel, além do áudio, fez uma postagem no Instagram sobre o evento em que me agradecia pelo compromisso com as mulheres do campo. Depois de chorar de emoção por vários minutos, eu me dei conta que sim, vale a pena.

Por isso, agradeço em especial às **mulheres rurais** que participaram ativamente desta pesquisa, principalmente às **mulheres sertanejas**. Obrigada pelo acolhimento, pelo carinho, pelos abraços, pelos sorrisos e pelas lágrimas. Obrigada pela confiança e por terem aberto suas casas, suas vidas e seus corações. Obrigada por me ensinarem sobre força, sobre luta e sobre fé. Obrigada por me mostrarem o caminho. Sem vocês nada disso seria possível.

Essa dissertação não é minha só, ela é de todas nós.

*Margarida, quem falou que eu ando só?  
Nessa terra, nesse chão de meu Deus,  
sou uma, mas não sou só.*

(Cancioneiro feminista popular)

## RESUMO

A violência masculina contra mulheres é um problema social complexo. O patriarcado alicerça o sistema de dominação-exploração de mulheres em todo o mundo. No entanto, mulheres não são sujeitos passivos da história e permanecem inventando e reinventando formas de resistência. A partir de uma abordagem materialista histórica, esta pesquisa responde se e em que medida a organização de mulheres rurais em coletivos autônomos pode opor resistência às manifestações de opressão do patriarcado em suas comunidades e, para isso, analisou especificamente a realidade das mulheres rurais de uma pequena comunidade do Alto Sertão Alagoano, grupo extremamente vulnerabilizado e negligenciado, examinando como se apresentam as violências, quais as políticas públicas voltadas ao enfrentamento dessa violência no campo e como se dá essa organização coletiva. Como metodologia, utilizou pesquisa bibliográfica para o estudo da participação de mulheres nos movimentos camponeses, do patriarcado e sua imbricação com o capitalismo, o colonialismo e o racismo e da violência masculina contra mulheres; pesquisa documental para a análise das políticas públicas voltadas às mulheres rurais; e pesquisa de campo focada em comunidades rurais do Alto Sertão de Alagoas, com a utilização de entrevistas individuais em profundidade, entrevistas individuais com roteiro semiestruturado e entrevistas sob a técnica de grupo focal, observação participante, produção de diário de campo e registros fotográficos. Como resultado, é possível afirmar que as políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra mulheres são praticamente inexistentes no Sertão alagoano, cuja formação política impõe uma cultura de violência. Também foi possível observar que a organização de mulheres rurais em coletivos autônomos no Alto Sertão alagoano é capaz de opor resistência às manifestações do patriarcado em suas comunidades e está, aos poucos, buscando uma nova forma comunitária de viver com dignidade.

**Palavras-chave:** violência; mulheres rurais; patriarcado; políticas públicas; Alto Sertão de Alagoas.

## **ABSTRACT**

Male violence against women is a complex social problem. Patriarchy underlies the system of domination-exploitation of women all over the world. However, women are not passive subjects of history and remain to invent and reinvent forms of resistance. From a historical materialist approach, this research answers whether and to what extent the organization of rural women in autonomous collectives can resist the manifestations of patriarchal oppression in their communities. To do so, it specifically analyzed the reality of rural women in a small community in Alto Sertão of Alagoas, a highly vulnerable and neglected group, examining how violence is presented, which public policies are aimed at confronting this violence in the countryside, and how this collective organization takes place. As a methodology, it used bibliographical research to study the participation of women in peasant movement, patriarchy and its intertwining with capitalism, colonialism and racism, and male violence against women; documentary research for the analysis of public policies aimed at rural women; and field research focused on rural communities in the Alto Sertão of Alagoas, with the use of individual in-depth interviews, individual interviews with a semi-structured script and interviews under the focus group technique, participant observation, production of a field diary and photographic records. As a result, it is possible to affirm that public policies aimed at confronting violence against women are practically non-existent in the Sertão of Alagoas, whose political formation imposes a culture of violence. It was also possible to observe that the organization of rural women in autonomous collectives in the Alto Sertão of Alagoas is capable of resisting the manifestations of patriarchy in their communities and is, little by little, searching for a new communitarian way of living with dignity.

**Keywords:** violence; rural women; patriarchy; public policies; Alto Sertão of Alagoas.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                      |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 – Jornal Voz Operária, 1953.....                                                                                            | 65  |
| Figura 2 – Reivindicações sobre Previdência e Seguro Social.....                                                                     | 66  |
| Figura 3 – Programa de reivindicações dos trabalhadores das usinas de açúcar e da lavoura canavieira.....                            | 66  |
| Figura 4 – Programa de reivindicações das mulheres lavradoras e trabalhadoras agrícolas.....                                         | 67  |
| Figura 5 – Página do MDH que deveria conter dados oficiais sobre “mulheres do campo e da floresta” .....                             | 96  |
| Figura 6 – Página do MDH que deveria conter informações sobre políticas públicas voltadas às “mulheres do campo e da floresta” ..... | 97  |
| Figura 7 – População atendida em Alagoas pela Operação Carro-Pipa em outubro.....                                                    | 100 |
| Figura 8 – População atendida em Alagoas pela Operação Carro-Pipa em novembro.....                                                   | 100 |
| Figura 9 – Feminicídios no primeiro semestre de 2019 a 2021.....                                                                     | 101 |
| Figura 10 – Valores destinados pelo governo para as políticas públicas.....                                                          | 101 |
| Figura 11 – Feminicídios em Alagoas no ano de 2021.....                                                                              | 104 |
| Figura 12 – Mapa do Alto Sertão Alagoano.....                                                                                        | 110 |
| Figura 13 – Vista de satélite da comunidade Primavera.....                                                                           | 112 |



## **LISTA DE QUADROS**

|                                       |     |
|---------------------------------------|-----|
| Quadro 1 – Rede de Enfrentamento..... | 108 |
|---------------------------------------|-----|

## LISTA DE FOTOS

|                                                                                 |     |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Foto 1 – Comunidade Primavera em 2016.....                                      | 115 |
| Foto 2 – Material de formação sobre Gestão de Recursos Hídricos.....            | 116 |
| Foto 3 – Canal do Sertão.....                                                   | 121 |
| Foto 4 – Caminhão-pipa descarregando água na cisterna da escola desativada..... | 123 |
| Foto 5 – Mulheres construindo cisternas.....                                    | 198 |
| Foto 6 – Cisterna-calçadão.....                                                 | 226 |
| Foto 7 – Cisterna de placa construída pelas mulheres do coletivo.....           | 226 |
| Foto 8 – Sala da casa de Jitirana.....                                          | 227 |
| Foto 9 – Sala de casa de Gardênia.....                                          | 227 |
| Foto 10 – Igreja onde ocorrem as reuniões em Primavera.....                     | 228 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|            |                                                                                       |
|------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| AEGRE      | Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia                                           |
| AMA        | Associação dos Municípios Alagoanos                                                   |
| ANMTR      | Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais                                 |
| ASA        | Articulação no Semiárido Brasileiro                                                   |
| ATER       | Assistência Técnica e Extensão Rural                                                  |
| BSM        | Brasil Sem Miséria                                                                    |
| CEAM       | Centro Especializado de Atendimento à Mulher                                          |
| CEAPA      | Central das Associações de Agricultura Familiar                                       |
| CEBs       | Comunidades Eclesiais de Base                                                         |
| CEDIM      | Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher                                    |
| CF         | Constituição Federal                                                                  |
| CIM        | Comisión Interamericana de Mujeres                                                    |
| CISP       | Centro Integrado de Segurança Pública                                                 |
| CNBB       | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil                                             |
| CONAB      | Companhia Nacional de Abastecimento                                                   |
| CONTAG     | Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares |
| Cooppabacs | Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos de Sementes                  |
| CPT        | Comissão Pastoral da Terra                                                            |
| CUT        | Central Única dos Trabalhadores                                                       |
| DAP        | Declaração de Aptidão ao PRONAF                                                       |
| DEDDM      | Delegacia Especializada de Defesa dos Direitos da Mulher                              |
| EMA        | Encontro de Mulheres de Alagoas                                                       |
| EMATER     | Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas             |
| Embrapa    | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária                                           |
| ENFOC      | Escola Nacional de Formação da CONTAG                                                 |
| e-SIC      | Serviço de Informação ao Cidadão                                                      |
| FAO        | Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura                          |
| FBSP       | Fórum Brasileiro de Segurança Pública                                                 |
| FETAG      | Federação dos Trabalhadores na Agricultura                                            |

|             |                                                                                                |
|-------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FETAG/AL    | Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do estado de Alagoas |
| FETAR       | Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais                                                |
| FPA         | Fundação Perseu Abramo                                                                         |
| GT          | Grupo de Trabalho                                                                              |
| IBGE        | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                                |
| INCRA       | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                                            |
| INEP        | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira                         |
| IPEA        | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada                                                       |
| MASTER      | Movimento dos Agricultores Sem Terra                                                           |
| MDA         | Ministério do Desenvolvimento Agrário                                                          |
| MDH         | Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos                                        |
| MEC         | Ministério da Educação                                                                         |
| MMC         | Movimento das Mulheres Camponesas                                                              |
| MME         | Ministério de Minas e Energia                                                                  |
| MMM         | Marcha Mundial das Mulheres                                                                    |
| MMTR-NE     | Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste                                         |
| MMTR-RS     | Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul                                |
| MMTRP-AL    | Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Pescadoras de Alagoas                             |
| MST         | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra                                                   |
| OAB         | Ordem dos Advogados do Brasil                                                                  |
| OEA         | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura                               |
| ONG         | Organização Não Governamental                                                                  |
| ONU         | Organização das Nações Unidas                                                                  |
| P1MC        | Programa Um Milhão de Cisternas                                                                |
| PAA         | Programa de Aquisição de Alimentos                                                             |
| PAC         | Programa de Aceleração do Crescimento                                                          |
| PBF         | Programa Bolsa Família                                                                         |
| PCdoB       | Partido Comunista do Brasil                                                                    |
| PENSSAN     | Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional                   |
| PEPMulheres | Plano Estadual de Políticas para as Mulheres de Alagoas                                        |
| PNAE        | Programa Nacional de Alimentação Escolar                                                       |

|          |                                                             |
|----------|-------------------------------------------------------------|
| PNDTR    | Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural     |
| PPGS     | Programa de Pós-Graduação em Sociologia                     |
| PRONAF   | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| PT       | Partidos dos Trabalhadores                                  |
| RAVVS    | Rede de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual           |
| REDE LAC | Rede Latino-americana de Mulheres Rurais                    |
| SEMUDH   | Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos       |
| SEPREV   | Secretaria de Estado de Prevenção à Violência               |
| SPM      | Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres           |
| SSP      | Secretaria de Estado de Segurança Pública                   |
| SOF      | Sempreviva Organização Feminista                            |
| SUS      | Sistema Único de Saúde                                      |
| UFAL     | Universidade Federal de Alagoas                             |
| UFSCar   | Universidade Federal de São Carlos                          |
| ULTAB    | União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil    |
| UNFPA    | Fundo de População das Nações Unidas                        |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                      |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                             | <b>23</b> |
| <b>2 ESCOLHAS E CAMINHOS DE PESQUISA.....</b>                                                                                        | <b>27</b> |
| 2.1 ESCOLHENDO E SENDO ESCOLHIDA.....                                                                                                | 27        |
| 2.1.1 Por que pesquisar a violência masculina contra mulheres rurais?.....                                                           | 29        |
| 2.1.2 O difícil abandono das certezas.....                                                                                           | 32        |
| 2.1.3 Abordagem materialista e a escolha política da linguagem. Gênero, Patriarcado e violência masculina.....                       | 33        |
| 2.1.4 Por que “mulheres rurais”?.....                                                                                                | 36        |
| 2.2 “VAI FICAR UM TICÃO”: CAMINHOS METODOLÓGICOS E DE PESQUISA.....                                                                  | 44        |
| 2.2.1 Uma análise de baixo para cima.....                                                                                            | 44        |
| 2.2.2 A pandemia de COVID-19 e as dificuldades iniciais de pesquisa.....                                                             | 46        |
| 2.2.3 Nas franjas da pesquisa, uma Alagoas profunda.....                                                                             | 48        |
| 2.2.4 As primeiras observações do campo presencial e a reorientação do caminho.....                                                  | 49        |
| 2.2.5 O retorno ao campo e a busca pelo diálogo.....                                                                                 | 53        |
| 2.2.6 Quando a militância vira campo.....                                                                                            | 56        |
| 2.2.7 Métodos e técnicas.....                                                                                                        | 59        |
| 2.3 OS CAPÍTULOS DA DISSERTAÇÃO.....                                                                                                 | 62        |
| <b>3 “AQUELA VIDA QUE É MENOS VIVIDA QUE DEFENDIDA”: MOVIMENTOS DE MULHERES RURAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E MEDIAÇÃO DO ESTADO.....</b> | <b>63</b> |
| 3.1 MOVIMENTO CAMPESSINO NO BRASIL E MULHERES RURAIS EM MOVIMENTO.....                                                               | 63        |
| 3.1.1 A participação das mulheres no movimento camponês brasileiro.....                                                              | 64        |
| 3.1.2 As mulheres rurais organizadas e em movimento.....                                                                             | 75        |
| 3.1.2.1 Movimento organizado de mulheres rurais em Alagoas.....                                                                      | 81        |
| 3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA MULHERES RURAIS.....                                                                            | 87        |
| 3.2.1 Políticas públicas federais.....                                                                                               | 87        |
| 3.2.1.1 2003 a 2015: tempo de colheita.....                                                                                          | 87        |
| 3.2.1.2 2016 a 2022: tempo de perdas.....                                                                                            | 95        |
| 3.2.1.3 2023: tempo de semeadura.....                                                                                                | 102       |
| 3.2.2 Políticas públicas estaduais de enfrentamento à violência contra mulheres.....                                                 | 103       |

|                                                                                                                                                 |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>4 REPRODUÇÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA NO ALTO SERTÃO ALAGOANO: MODO DE VIDA E DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA.....</b>                                      | <b>109</b> |
| 4.1 O ALTO SERTÃO ALAGOANO.....                                                                                                                 | 110        |
| <b>4.1.1 A comunidade Primavera.....</b>                                                                                                        | <b>112</b> |
| 4.2 AS VIOLÊNCIAS.....                                                                                                                          | 114        |
| <b>4.2.1 A violência do Estado.....</b>                                                                                                         | <b>114</b> |
| 4.2.1.1 A seca.....                                                                                                                             | 114        |
| <b>4.2.2 A violência dos homens.....</b>                                                                                                        | <b>124</b> |
| 4.3 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM PATRIARCADO PARA CHAMAR DE NOSSO.....                                                                       | 129        |
| <b>4.3.1 O Patriarcado no Alto Sertão alagoano.....</b>                                                                                         | <b>133</b> |
| 4.3.1.1 Família, espaço privado e divisão sexual do trabalho.....                                                                               | 135        |
| 4.3.1.2 Violência masculina contra mulheres.....                                                                                                | 139        |
| 4.3.1.2.1 <i>Sálvia, uma vida marcada pelo patriarcado.....</i>                                                                                 | <i>146</i> |
| 4.3.1.3 O medo como arma do patriarcado.....                                                                                                    | 151        |
| <b>4.3.2 O Estado como braço do patriarcado.....</b>                                                                                            | <b>154</b> |
| 4.3.2.1 “Parece que o campo não é as rurais”: a ausência das políticas públicas de enfrentamento à violência e a revitimização de mulheres..... | 155        |
| <b>5 A SERTANEJA É, ANTES DE TUDO, UMA FORTALEZA: RESISTÊNCIA COLETIVA ORGANIZADA, REDES DE APOIO E RESISTÊNCIA COTIDIANA....</b>               | <b>163</b> |
| 5.1 AS SERTANEJAS DE PRIMAVERA.....                                                                                                             | 163        |
| <b>5.1.1 “A vida é um conjunto de vidas, de conceitos, de ideias”: a história de Jitirana...165</b>                                             | <b>165</b> |
| 5.2 OS COLETIVOS DE MULHERES NO ALTO SERTÃO DE ALAGOAS.....                                                                                     | 170        |
| <b>5.2.1 O que são e como funcionam os coletivos de mulheres no Alto Sertão?.....171</b>                                                        | <b>171</b> |
| <b>5.2.2 Participação nos coletivos de mulheres, resistência cotidiana e enfrentamento ao Patriarcado.....178</b>                               | <b>178</b> |
| 5.2.2.1 “Eu vou seguir igual a tu”: a luta por políticas públicas.....                                                                          | 178        |
| 5.2.2.2 “Agora, que eu vou, eu vou”: desafiando o Patriarcado local.....                                                                        | 182        |
| 5.2.2.2.1 <i>Informação como arma de resistência.....</i>                                                                                       | <i>183</i> |
| 5.2.2.2.2 <i>Socializando as crianças para a igualdade.....</i>                                                                                 | <i>187</i> |
| 5.2.2.2.3 <i>Redes de apoio e solidariedade.....</i>                                                                                            | <i>190</i> |
| 5.2.2.2.4 <i>Rompendo as amarras: resistência cotidiana e liberdade.....</i>                                                                    | <i>194</i> |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                              | <b>202</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                                         | <b>209</b> |

|                                                                                                                                                  |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>APÊNDICE A – Quadro de entrevista, observação participante e grupo focal.....</b>                                                             | <b>223</b> |
| <b>APÊNDICE B – Registros fotográficos.....</b>                                                                                                  | <b>226</b> |
| <b>ANEXO A – Plano Estadual de Políticas para Mulheres de Alagoas – PEPMulheres... </b>                                                          | <b>229</b> |
| <b>ANEXO B – Decreto n. 84.454 de 2022 - Regimento Interno do Fórum Estadual de<br/>Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Rurais.....</b> | <b>230</b> |



## 1 INTRODUÇÃO

*Não sou livre enquanto qualquer outra mulher for prisioneira, ainda que as amarras dela sejam diferentes das minhas.*

(Audre Lorde<sup>2</sup>)

A frase de Audre Lorde tem sido o norte não só desta pesquisa, mas de toda a minha atuação profissional e política nos últimos anos. Assim como nas outras esferas, este trabalho não tem a pretensão de ensinar como “libertar” mulheres vulnerabilizadas, mas de conhecer quais amarras nos unem e quais apertam cada uma de nós de maneira diferente, com mais ou menos força. Para isso, explico, desde o primeiro parágrafo, que não pretendo falar pelas mulheres rurais, mas aprender com elas, disponibilizando os frutos desse aprendizado não só com a academia, mas com a sociedade, sobretudo no que tange à formulação de políticas públicas específicas direcionadas à essa parcela da sociedade.

Analizando a violência masculina contra as mulheres rurais a partir das suas próprias perspectivas, a presente pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: se e em que medida a organização de mulheres rurais em coletivos autônomos, localizados na zona rural do Alto Sertão de Alagoas, pode opor resistência às manifestações de opressão do patriarcado em suas comunidades.

Para isso, parte das seguintes hipóteses: a) as mulheres rurais sofrem com o patriarcado e possuem especificidades que atuam como dificultadoras no combate à violência; b) as políticas públicas não estão adequadamente disponíveis no campo; e, por fim, c) a organização de mulheres em coletivos autônomos possibilita o enfrentamento à estrutura patriarcal em que estão inseridas. Nesta última hipótese, esse enfrentamento seria possível com o empoderamento<sup>3</sup> das participantes a partir do desenvolvimento crítico da consciência de classe e da consciência da opressão que sofrem em razão do sexo. Como exemplo, temos o incentivo à geração de renda – e consequente independência financeira –, na qualidade de possível agente de alteração nas relações intrafamiliares, como a criação igualitária dos filhos e a prevenção das violências masculinas.

O objetivo geral da pesquisa é analisar como se apresentam as políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra mulheres no campo e se e em que medida a

---

2 LORDE, 2019, p. 152.

3 Aqui entendido não enquanto autolibertação, mas como libertação enquanto ato social (FREIRE; SHOR, 2013).

organização de mulheres rurais em coletivos autônomos é capaz de opor resistência à estrutura patriarcal em sua comunidade, diminuindo os casos de violência e alterando as relações intrafamiliares.

Para isso, foi importante: a) analisar como se deu a organização de mulheres rurais nos movimentos sociais e sindicais e nos movimentos autônomos; b) examinar a evolução das políticas públicas conquistadas a partir da articulação desses movimentos; c) identificar as políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra mulheres em Alagoas; d) explorar a dinâmica social do Alto Sertão alagoano, especificamente da comunidade estudada; e) identificar como o patriarcado se apresenta no campo, as formas de violências e quais as especificidades dificultadoras para acesso à informação e direitos das mulheres rurais que vivem no Alto Sertão de Alagoas; f) examinar quais são e como funcionam as políticas públicas do item “c” no Alto Sertão alagoano; e e) investigar os coletivos de mulheres rurais locais, descrevendo seu funcionamento e sua composição, discutindo as avaliações que fazem das políticas públicas e, por fim, demonstrando como a organização coletiva de mulheres pode opor resistência ao patriarcado.

Por entender que não se pode desconsiderar as “explicações estruturais do materialismo histórico” (GOHN, 2012, p. 32) para o estudo dos movimentos sociais e que “a recuperação da história das lutas sociais deve ser referenciada e reinterpretada à luz das histórias de vida dos sujeitos concretos” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 122), o materialismo histórico está presente na abordagem da pesquisa. No entanto, apenas referenciar e reinterpretar a história a partir do materialismo não basta. É necessário reconhecer a colonialidade do poder e do saber para que uma efetiva decolonização ocorra, permitindo que a produção acadêmica seja feita também a partir de e para aquelas que participam da pesquisa (CURIEL, 2019).

Assim, partindo de uma abordagem materialista histórica e decolonial, buscando entender a constituição da história das relações do fenômeno analisado, foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Para análise do patriarcado, das relações entre patriarcado, capitalismo e colonialismo, opressões baseadas em sexo, raça/etnia e classe, violência masculina, movimentos sociais e mulheres rurais, tomei como base os estudos e

teorias de autoras como Heleieth Saffioti<sup>4</sup>, Rita Segato<sup>5</sup>, Ochy Curiel<sup>6</sup>, Lorena Cabnal<sup>7</sup>, Adriana Guzmán Arroyo<sup>8</sup> e outras, buscando fazer uma análise que incorpore as teorias feministas decoloniais.

Para o diagnóstico das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres rurais, houve o exame dos planos e diretrizes de políticas públicas nacionais e estaduais voltados a este grupo, identificando a rede disponível, ou que deveria estar disponível, no campo e analisando os dados fornecidos pelos órgãos públicos, como a versão final de Plano Estadual de Políticas para Mulheres (PEPMulheres), o mapeamento da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no Estado de Alagoas e o Mapa da Violência Contra Mulheres de Alagoas. Tendo em vista o contexto político em que esta dissertação foi finalizada, foram utilizadas, ainda, fontes jornalísticas, como artigos e reportagens que se conectam com os debates aqui travados sobre políticas públicas. Para o estudo dos coletivos de mulheres rurais, foi realizada pesquisa de campo em comunidade rural do Alto Sertão de Alagoas, acompanhando os coletivos, suas líderes e suas participantes, bem como outras mulheres da comunidade que não fazem parte dos coletivos. Além disso, como forma de subsidiar a análise desses pontos, também foram utilizados dados empíricos colhidos durante projeto de pesquisa distinto, a partir de entrevistas com mulheres rurais de outras regiões do estado, como será detalhado mais adiante.

Por questões de segurança, os nomes das comunidades e do município objetos de estudo desta pesquisa foram alterados. A comunidade principal, onde reside Jitirana, será chamada de Primavera e as comunidades adjacentes serão nomeadas no decorrer do texto. O município onde a comunidade está localizada será referido como Sertãozinho e os municípios adjacentes também receberão nomes fictícios. Além disso, os nomes das participantes foram substituídos por nomes de flores.

---

4 Obras utilizadas: O poder do macho; Gênero, patriarcado, violência; Já se mete a colher em briga de marido e mulher; Primórdios do conceito de gênero; Violência doméstica ou a lógica do galinheiro; Brasil: violência, poder e impunidade; e Da casa para a rua: a caminhada das mulheres boias-frias.

5 Obras utilizadas: Brechas Decoloniales para una Universidad Nuestroamericana; Gênero y colonialidad: del patriarcado comunitario de baja intensidad ao patriarcado colonial moderno de alta intensidad; e Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres.

6 Obras utilizadas: Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista; Conversa com Ochy Curiel: “o poder deve ser trabalhado na comunidade”; e O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu.

7 Obras utilizadas: Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala; e Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política.

8 Obras utilizadas: Un feminismo útil para la lucha de los pueblos; La Pachamama desde el feminismo; Descolonizar la Memoria, Descolonizar los Feminismos; e Entrevista con Adriana Guzmán sobre decolonización de los feminismos en Mérida (Extremadura).

Por fim, é importante situar a leitura ao contexto político e histórico vivido durante a construção desta pesquisa e a escrita desta dissertação. A pesquisa foi iniciada em plena pandemia de COVID-19, em um momento em que as restrições sanitárias no Brasil estavam em vigor e pesquisadores de todo o mundo tentavam encontrar novas formas de fazer ciência diante da realidade que se apresentava.

Por aqui, não foi diferente. Em fevereiro de 2021 tudo ainda era novo e desconhecido e fazer pesquisa era um desafio, principalmente em um cenário político desastroso como o do Brasil, que ainda iniciava, a passos lentos, a vacinação. Todo o curso de mestrado foi realizado de forma virtual, com professores e estudantes aprendendo juntos como superar as dificuldades que apareciam no caminho. Pesquisas que necessitavam de trabalho de campo e que versavam sobre temas delicados, como a minha, acabaram sendo prejudicadas pela impossibilidade de encontros presenciais durante grande parte do seu desenvolvimento, consequência das inúmeras ondas e variantes que enfrentamos.

Some-se a isso um cenário político aterrador, de desmontes de direitos, negação da ciência e cortes sucessivos nas verbas destinadas às universidades públicas e às pesquisas. Bolsas sem reajustes, auxílios minguados e a total falta de incentivo à carreira acadêmica fizeram parte do nosso cotidiano. Adoecemos e vimos nossos colegas adoecerem. Muitos ficaram pelo caminho. Não foi fácil ser pesquisadora no Brasil nos últimos anos.

Agora, no apagar das luzes de 2022, na finalização da escrita desta dissertação e com a derrota do governo negacionista nas urnas, o cenário é outro. Enquanto tento finalizar esse texto, tenho que voltar várias vezes para incluir uma nova notícia sobre a transição de governo que promete resgatar a dignidade perdida nos últimos anos com a retomada de políticas públicas para mulheres, para a população do campo e para a educação. É certo que ainda estamos lidando com os últimos cortes de verbas da educação, numa verdadeira política de terra arrasada, mas temos a esperança de que haverá uma reconstrução nesse país e que, em um futuro próximo, fazer pesquisa não demande de nós uma vida de incertezas, privações e tristezas.

## 2 ESCOLHAS E CAMINHOS DE PESQUISA

### 2.1 ESCOLHENDO E SENDO ESCOLHIDA

*Eu gosto da militância, você sabe que eu gosto. É uma coisa que eu gosto e eu não sei se eu sei fazer, mas que eu gosto, eu gosto. O que eu faço, eu faço com gosto.*

(Jitirana<sup>9</sup>)

Saffioti (2015, p. 45), introduzindo a análise de sua pesquisa sobre violência contra mulheres, fala sobre a impossibilidade da neutralidade na ciência e afirma que a própria escolha temática já “revela um compromisso político-ideológico”, concluindo que “ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele”. Não poderia haver uma descrição mais fiel à trajetória que me levou à construção desta pesquisa.

Desde muito nova, convivi com a realidade da violência contra mulheres dentro da família. Uma das lembranças mais vivas que tenho da infância é o momento em que, aos sete ou oito anos, tive que me despedir de uma tia no aeroporto, aos prantos, porque ela precisava fugir do ex-noivo abusivo que ameaçava sua vida. Após meses de terror, saindo às pressas de carro com a minha vó para escoltá-la para casa ao menor sinal do agressor, a solução encontrada foi a fuga para a casa de parentes, em Belo Horizonte, sem data para voltar. Passaram-se meses até que ela pudesse retornar em segurança, mas o alívio completo só chegou anos depois, quando recebemos a notícia da morte daquele que ainda tirava nosso sono. Na adolescência, descobri que o meu avô materno, dentre outras violências, havia apontado uma arma de fogo para a minha avó. Felizmente ele não atirou. Também na adolescência, vi minha mãe sofrer por anos diversos abusos cometidos pelo seu segundo marido, até conseguir se libertar emocionalmente daquela relação. Já adulta, testemunhei mais histórias de terror: uma tia foi mantida em cárcere privado pelo marido logo após o casamento e outra passou a viver numa casa com câmeras nos cômodos para que seus passos fossem vigiados.

Eu poderia escrever muitas páginas contando episódios de violência contra mulheres próximas que presenciei durante a vida, mas não é esse o foco. Por hora, basta dizer que todas

---

9 Entrevista realizada em 06/12/2021.

elas eram e continuam sendo mulheres fortes, mas isso não foi suficiente para livrá-las da violência masculina.

Talvez eu tenha quebrado o ciclo da violência pelas experiências que vivi somadas à figura do meu pai, que, apesar de seus vários defeitos, sempre me apoiou e nunca levantou a voz ou a mão para mim, fazendo com que a minha tolerância para qualquer tipo de abuso fosse muito baixa. Quando decidi ir embora de Maceió, aos 24 anos, ouvi pessoas da minha família dizendo que ele deveria me impedir e escutei sua resposta: “eu não sou o dono dela”. Não era. E, graças a ele, eu sabia que nenhum homem jamais seria. Mas meu pai não se fez sozinho. Ele foi fruto da criação da minha avó, uma mulher à frente do seu tempo que, na década de 1950, dividia os cuidados dos três filhos com o meu avô, a quem entregava as crianças assim que ele chegava em casa do trabalho para dedicar-se ao ofício de contadora.

A violência masculina também me seguiu, mas não me alcançou. Não me alcançou porque eu sabia que outra realidade era possível. Foi a consciência dessa realidade que fez com que, nos últimos anos, voltasse minha atuação profissional ao enfrentamento da violência contra mulheres. Em 2016, após cinco anos de suspensão voluntária, solicitei a reativação da minha carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para atuar como advogada voluntária na Tamo Juntas, uma organização feminista composta por mulheres profissionais que atuam voluntariamente na assistência multidisciplinar a mulheres em situação de violência<sup>10</sup>, na qual permaneço, atualmente, como conselheira.

Neste mesmo ano, durante as manifestações contra o golpe contra a Presidenta Dilma, tive o meu primeiro contato com o feminismo rural ao receber uma ajuda inesperada de uma desconhecida militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Foi algo tão pequeno e, ao mesmo tempo, tão significativo, que resolvi direcionar o meu trabalho para as mulheres rurais. Logo em seguida conheci Jitirana, uma das maiores responsáveis pela existência desta pesquisa. Jitirana é o nome de uma flor típica do Sertão considerada tanto como daninha, por espalhar-se rapidamente, quanto como medicinal, por ser usada para aliviar dores (COSTA, 2012). Neste trabalho, Jitirana será o pseudônimo da líder comunitária e militante feminista rural responsável por possibilitar minha entrada em campo no Alto Sertão Alagoano.

Durante três anos, assessoriei o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Pescadoras de Alagoas (MMTRP-AL) e trabalhei diretamente com coletivos de mulheres

---

10 TAMO JUNTAS. Página inicial. 2020. Disponível em: <https://tamojuntas.org.br/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

rurais do interior alagoano, debatendo políticas públicas, incentivando a participação nos espaços de decisão e elaborando e participando de projetos de combate à violência masculina. Também participei de assembleias e reuniões no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), com sede em Caruaru, Pernambuco, onde representantes dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais dos nove estados do Nordeste reúnem-se anualmente. Enquanto trabalhava diretamente com as mulheres rurais, observei de perto as dificuldades que enfrentavam e percebi que minha atuação como advogada estava limitada.

### **2.1.1 Por que pesquisar a violência masculina contra mulheres rurais?**

O interesse de pesquisa surgiu a partir da observação e participação em debates e rodas de conversas ocorridas nos coletivos de mulheres rurais que faziam parte do MMTRP-AL, onde as participantes discutiam temas que iam do direito à terra e à previdência ao combate à violência doméstica, passando pela dificuldade de acesso a políticas públicas e até mesmo a informações sobre direitos básicos. Os relatos expostos nesses encontros frequentemente revelavam a alteração das relações intrafamiliares das mulheres participantes, no tocante a práticas patriarcais até então normalizadas, após a entrada nos coletivos.

As histórias de vida dessas mulheres mostravam transformações no relacionamento com os maridos, como a recusa a servir a comida no prato e a manter relações sexuais sem vontade, e, principalmente, na educação dos filhos, como o tratamento igualitário entre meninas e meninos, a justa divisão de tarefas domésticas e o incentivo à educação das filhas. As mulheres rurais são sábias e possuem um senso de solidariedade que eu nunca havia presenciado. Ali, naquelas rodas de conversa, eu era sempre a aprendiz.

A partir da imersão nessas conversas, percebi que, além das violências sofridas por essas mulheres, havia ainda a problemática da ausência ou inadequação das políticas públicas específicas para esse grupo. Passei, então, a pesquisar sobre violência e políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra mulheres em Alagoas, analisando dados e documentos disponibilizados pelos órgãos oficiais e conversando com as mulheres rurais. Assim, em 2018, iniciei pesquisa embrionária sobre essa realidade, focando nas mulheres que faziam parte do MMTRP-AL.

Participei de rodas de conversas, entrevistei as líderes das cinco regiões do estado – Agreste, Baixo São Francisco, Litoral, Sertão e Zona da Mata –, e realizei pesquisa de campo

nas regiões da Zona da Mata e do Baixo São Francisco, com observação participante, diário de campo, entrevistas sob a técnica de grupo focal e aplicação de questionário fechado. Responderam ao questionário 28 mulheres e 18 participaram dos grupos focais. Das que responderam aos questionários, apenas 55% possuíam acesso à internet. 95% se declararam pretas e 5% pardas. 95% também é o percentual das participantes que já sofreram ou conhecem uma mulher próxima que sofreu violência (ALBUQUERQUE, 2018).

Vale ressaltar que essa pesquisa foi realizada com mulheres que, apesar de residirem em localidades de difícil acesso e de não usufruírem de internet de qualidade, possuem acesso à informação. 95% afirmaram conhecer a rede de enfrentamento à violência contra mulheres. No entanto, é preciso também destacar a fonte de informação: 84% disseram que esse conhecimento se deu por meio do MMTRP-AL, 16% pela televisão e nenhuma pela internet ou pelo poder público. Ou seja, esse grupo específico de mulheres, em sua maioria, só conhece a rede de enfrentamento porque faz parte do MMTRP-AL, que promove debates e formações sobre direitos das mulheres de forma contínua. Na tarefa de informar, o poder público foi totalmente ausente (ALBUQUERQUE, 2018).

Também foi possível perceber que o acesso à informação não é suficiente. Ainda que a maioria saiba o que fazer em caso de violência, faltam os instrumentos - e a devida preparação dos agentes públicos - para a denúncia. Constatamos que 95% das mulheres responderam que não existe delegacia especializada na sua cidade, enquanto 5% não souberam informar. Da mesma forma, 61% das participantes denunciaram ou acompanharam denúncia em uma delegacia comum, sendo que 92% foram atendidas por homens. Das que já foram a uma delegacia, 25% sequer conseguiram realizar a denúncia e 58% afirmam que, apesar de conseguirem denunciar, foram mal atendidas (ALBUQUERQUE, 2018).

Na Zona da Mata, o grupo focal foi realizado com mulheres quilombolas, na sede da associação de mulheres de uma comunidade rural localizada em Santana do Mundaú. O roteiro foi semiestruturado e a entrevista foi se desenvolvendo a partir das falas das participantes, que focaram nos diversos casos de violências cometidas contra familiares, vizinhas e conhecidas, incluindo tentativas de feminicídio que permaneceram impunes. Todos os relatos de casos de violência física grave, em que as mulheres venceram o medo e buscaram ajuda policial, eram acompanhados da descrição de um péssimo atendimento nas delegacias, onde as mulheres em situação de violência foram desacreditadas, culpabilizadas e desencorajadas a formalizar a denúncia. A sensação de impunidade e de descaso do poder



público fazia com que aquelas mulheres acreditassem que denunciar, além de perigoso, era inútil.

No Baixo São Francisco, o grupo focal também foi realizado na sede da associação de mulheres de uma comunidade rural do município de Igreja Nova. Mais uma vez as mulheres deram o tom da conversa, que girou em torno da dificuldade de acesso a informações sobre direitos e de acesso aos instrumentos da rede de enfrentamento à violência contra mulheres. Foi possível perceber, nos dois locais, que ainda há um entendimento sobre a violência contra a mulher estar restrita à violência física. Assim, violências morais, psicológicas, patrimoniais e sexuais muitas vezes não são encaradas como formas de violência contra a mulher e, quando são, não são levadas a sério pelas autoridades policiais locais.

Os resultados da pesquisa foram apresentados em congresso e geraram rico debate, principalmente pela ausência de estudos locais aprofundados sobre o tema. Essa discussão contou com a participação direta das mulheres do MMTRP-AL, que estavam presentes no evento para responder às perguntas dos ouvintes. Apesar do pequeno número de participantes desta pesquisa, foi possível identificar alguns pontos: a) havia uma imensa subnotificação de dados oficiais sobre violências como os estupros – seja estupro marital, que ocorre no âmbito do casamento, ou estupro de vulnerável, que ocorre nos casos de abuso de menores ou casamentos infantis; b) a quase ausência de dados sobre as demais violências (física, moral, psicológica, patrimonial e sexual) nas zonas rurais alagoanas atestava a necessidade urgente de maior estudo, debate e atenção sobre o tema, para identificar as razões que impedem a plena adoção e execução de políticas públicas no campo; c) a participação no MMTRP-AL possibilitou às participantes da pesquisa o acesso a conhecimentos sobre direitos e rede de enfrentamento à violência que não estão disponíveis a outros grupos de mulheres rurais, ou seja, há necessidade de levar informação ao campo; e d) apenas informação não é suficiente, sendo necessário interiorizar a rede de enfrentamento à violência contra mulheres, garantir o acesso a políticas públicas voltadas especificamente para mulheres rurais e realizar treinamento e aperfeiçoamento dos agentes públicos responsáveis pelo atendimento a mulheres em situação de violência (ALBUQUERQUE, 2018).

A inquietação gerada por essa breve pesquisa não cessou. A continuidade do trabalho com as mulheres rurais e o crescente índice de violência em 2020, no decorrer da pandemia, mostrou a necessidade de pensar políticas públicas e auto-organização. Foi assim que eu fui

escolhida pelo meu tema de pesquisa e, já sabendo que o Direito não se mostrava suficiente para essa complexa análise, resolvi realizá-la na área da Sociologia.

### **2.1.2 O difícil abandono das certezas**

Weber (2003) entende que a pesquisadora não deve evitar as prenoções, mas deixá-las claras e não utilizá-las para determinar o caminho da pesquisa, já que neutralidade axiológica não significa abrir mão dos seus valores, mas enunciá-los. A partir das aulas da disciplina de Metodologia da Pesquisa Sociológica, percebi que a minha subjetividade residia no meu problema de pesquisa e passei a trabalhar para que ela não comprometesse o meu trabalho.

Durante os últimos anos, como já dito anteriormente, minha atuação profissional voltou-se ao enfrentamento da violência contra mulheres. Se comumente não é possível fugir da subjetividade, quando se é tão familiar ao campo de estudo sequer é possível disfarçá-la, o que também não implica em prejuízo para a pesquisa:

Não podemos roubar o partidarismo de um cientista sem também roubá-lo de sua humanidade, e não podemos suprimir ou destruir seus juízos de valores sem destruí-lo como ser humano e como cientista. [...] O cientista “objetivo” ou “isento de valores” é, dificilmente, o cientista ideal. Sem paixão não se consegue nada – certamente não em uma ciência pura. (POPPER, 2004, p. 25).

No início do mestrado, a proximidade com o meu campo de estudo parecia trazer apenas vantagens para a execução da pesquisa. Apesar de vir de outra área e não dominar a teoria sociológica, eu possuía bagagem empírica sobre o tema e conhecimento sobre os dados secundários, o que me deixava num certo lugar de conforto. Acontece que esse conforto era alimentado pelas “certezas” que eu carregava.

Essas certezas criaram diversos pressupostos que embaralhavam o que me era conhecido e desconhecido, pois eu acreditava já saber as respostas para as perguntas que a pesquisa deveria responder. Refletindo sobre “obstáculo epistemológico”, que “se incrusta no conhecimento não questionado” (BACHELARD, 1996, p. 19), percebi a necessidade de dar um passo atrás, abrir mão de pressupostos que encarava como verdades, questionar o que era conhecido e como ele chamava pelo desconhecido e assumir que o universo do desconhecido era muito maior do que eu inicialmente imaginava.

Se, a princípio, os pressupostos da pesquisa estavam ancorados em ideias de “verdades” baseadas em experiências pessoais, aceitar as minhas deficiências no conhecimento teórico e perceber que nada poderia ser afirmado na ausência de dados

empíricos, somente obtidos a partir dos trabalhos de campo, foi essencial para que eu pudesse traçar um novo caminho de pesquisa e buscar suprir essas faltas.

Ainda assim, abandonar as certezas não foi fácil. Mesmo tendo consciência e trabalhando o tempo todo para evitar carregá-las comigo, por diversas vezes caí na tentação de escrever o texto da dissertação como se já pudesse prever quais dados eu iria encontrar no trabalho de campo ou, ainda, percebi que estava conduzindo as respostas em algum momento da entrevista. A imposição de vigilância constante tem sido uma realidade presente no decorrer da minha pesquisa e, por isso, senti a necessidade de apontá-la nesta etapa do trabalho.

### **2.1.3 Abordagem materialista e a escolha política da linguagem. Gênero, Patriarcado e violência masculina.**

Como já anteriormente referido, a escolha do tema da pesquisa representa também a escolha de um posicionamento político e ideológico. Cabe-me, então, fundamentar a decisão tanto da abordagem materialista histórica quanto do uso de certos termos nesta dissertação. Início com a objetiva explanação de Taylisi Leite (2020):

O materialismo histórico dialético é uma epistemologia científica, e isso precisa ser compreendido, tanto nos meios acadêmicos, quanto na esquerda militante. Os debates teóricos têm papel diagnóstico, suas próprias dinâmicas e teleologias, mas podem servir como impulso à luta transformadora, já que **simplesmente compreender o mundo não basta**. Como disse o velho Marx, é mesmo preciso transformá-lo. **Como o método é materialista, as soluções precisam se dar na práxis, na concretude das transformações revolucionárias.** (LEITE, 2020, p. 435, grifo nosso).

Esse entendimento acerca da necessidade da abordagem materialista nos estudos sobre mulheres, feminismo e patriarcado não é recente. Juteau (2009) afirma que reconhecer a existência dos distintos sistemas de relações sociais nos leva à procura da base de cada uma das opressões, seja de classe, sexo ou etnicidade. Conhecer essa base nos ajuda a perceber a materialidade que lhe sustenta e a pensar em como podemos romper essa sustentação coletivamente. Por isso, assim como Saffioti (1999b), entendo que a *práxis* é essencial para a construção da relação entre homens e mulheres.

Para Delphy (1998), o ser humano é um ser social e, ao nascer, encontra um mundo pronto, real e construído. A “construção social” não age sobre uma realidade social previamente existente, ela é a realidade (apud CURIEL; FALQUET, 2014). A abordagem

materialista e histórica analisa o patriarcado a partir das relações sociais entre homens e mulheres e do entendimento das mulheres como classe social, segundo elucida Ochy Curiel:

[...] nem os homens nem as mulheres são um grupo natural ou biológico, não possuem nenhuma essência específica nem identidade a defender e não se definem pela cultura, a tradição, a ideologia nem pelos hormônios – mas pura e simplesmente por uma relação social [*rapport*], material, concreta e histórica. Esta relação social é uma relação de classe, ligada ao sistema de produção, ao trabalho e à exploração de uma classe por outra.

É uma relação social que as constitui na classe social das mulheres ante a classe dos homens, em uma relação antagônica (nem guerra dos sexos, nem complementaridade, mas simplesmente uma oposição de interesses cuja resolução supõe o fim da exploração e a desapareição das mulheres e dos homens como classe).

[...]

não tem nenhum ápice de biologismo nem de naturalismo e em nada repousa em uma ingênua ideia de sororidade universal ou de identidade entre todas as mulheres. (CURIEL; FALQUET, 2014, p. 16-17)

No decorrer deste trabalho, a análise da realidade material das mulheres rurais, confirmará que Curiel tem razão ao apontar a não existência de uma identidade universal entre as mulheres. Também por isso, não é possível acomodar o uso do gênero como categoria de análise universal. Sojourner Truth, em discurso proferido em 1851 na Convenção dos Direitos das Mulheres, foi capaz de demonstrar como a construção social do gênero feminino universal, idealizado como fragilidade, doçura e traços de feminilidade estereotipada, não é aplicável a mulheres não brancas, constantemente animalizadas por um colonialismo que reafirma o homem branco hétero como sujeito padrão:

E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e **homem algum poderia estar à minha frente**. E não sou uma mulher? **Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem** – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher?<sup>11</sup>(grifo nosso).

Fazendo uma comparação entre a violência contra mulheres urbanas e rurais, Jitirana deixa claro como a construção do gênero universal também não se confirma no campo. Assim como Truth, destaca como as mulheres acostumadas ao trabalho pesado não são concebidas enquanto frágeis e como podem ser equiparadas aos homens em força:

Você sabe que tanto a mulher quanto o homem têm forças iguais, não sabe? A diferença é exercer. **Quando a gente exerce a nossa força, a nossa capacidade, a gente chega tão quanto os homens**. Então, por que a violência rural é mais forte? **Porque as mulheres já vivem medindo forças na enxada, no machado, na foice. Então os homens sabem que elas são capazes de fazer isso**, então já pegam na traição. Já pegam mesmo pra... [bate as mãos para sinalizar “matar”]. (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

11 Disponível em <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>

Essas mulheres, que não performam feminilidade e que se equiparam aos homens no trabalho braçal, permanecem sendo consideradas apenas como ajudantes nas atividades produtivas e responsáveis primárias apenas pelas atividades ditas reprodutivas. Segundo Silva, Melo e Moraes (2012, p. 87), “trabalho *leve e pesado, essencial* e em caráter de *ajuda*, são, portanto, construções culturais, que fazem sentido nessa sociedade dominada pelo patriarcado, pela dominância do sexo masculino”. As autoras ressaltam, ainda, que são “os processos de socialização vivenciados por homens e mulheres os responsáveis pela construção social da diferença e pela valorização diferencial das características atribuídas a uns e outros”.

Essa construção social é o que, neste trabalho, será chamado de gênero, adotando o entendimento de Saffioti (2015, p. 47) acerca do aparente consenso de que “o gênero é a construção social do masculino e do feminino” para analisar a realidade material das mulheres rurais.

Assim como Saffioti (2004), entendo que gênero é algo muito mais amplo do que patriarcado e que a substituição de “patriarcado” por “gênero” nas últimas décadas tornou o campo de estudos das mulheres algo genérico. Para a autora, falar apenas de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, neutralizando a exploração-dominação masculina. Sobre a substituição da teoria do patriarcado pela teoria de gênero, Saffioti afirma que, apesar dos homens também terem que tomar parte na luta pela igualdade, cabe à categoria dominada-explorada liderar o processo de mudança. Por isso, a teoria do patriarcado não pode ser substituída pela teoria de gênero, que é um conceito muito palatável, excessivamente geral, a-histórico, a-político e pretensamente neutro. Já o patriarcado explicita o significado em seu nome, sem pretensão de neutralidade e deixando explícito o vetor dominação-exploração, sendo um conceito de ordem política.

Na mesma linha, Mathieu (2009, p. 227-228) afirma que a tendência da utilização exclusiva do termo “gênero” a partir da década de 80 ocasionou diversos problemas. O primeiro é que “gênero” tende a ocultar que “sexo” “funciona efetivamente como parâmetro na variabilidade das relações sociais concretas e das elaborações simbólicas” pois, independente das inter-relações entre gênero e sexo, “na base inferior da escala do gênero há fêmeas: sexo social ‘mulher’”. O segundo problema, segundo a autora, é que o funcionamento do gênero é hierárquico, mas o termo vem sendo utilizado como inofensivo, o que oculta a opressão do sexo feminino. O terceiro problema é que “o abandono de toda distinção entre sexo e gênero conduz ao risco de naturalizar o gênero”. E, por fim, “os aspectos simbólicos,

discursivos e paródicos do gênero são privilegiados em detrimento da realidade material histórica das opressões sofridas pelas mulheres”.

Desta forma, demarcando minha opção política e ideológica de retomar o debate sobre a exploração-dominação masculina e a resistência das mulheres, optei pela adoção, sempre que possível, do termo patriarcado, que será devidamente estudado no decorrer deste trabalho.

Seguindo esta direção, também demarcarei minha opção política e ideológica tratando a violência contra mulheres como “violência masculina” e não como “violência de gênero”, de forma a marcar a presença masculina como vetor de dominação-exploração das mulheres (SAFFIOTI, 2015). A violência masculina apresentada nesta pesquisa compreende tanto a “violência familiar” quanto a “violência doméstica”. Para defini-las e diferenciá-las, novamente recorreremos a Saffioti (2015, p. 75-76), que define “violência familiar” como “a que envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consanguinidade e afinidade”, extrapolando os limites do domicílio e a “violência doméstica” como a que ocorre no “território” dominado pelo agressor, contra pessoas que ali vivem parcial ou integralmente, independente do vínculo familiar.

#### **2.1.4 Por que “mulheres rurais”?**

Frequentemente, os termos “mulher rural” e “mulher do campo”, com suas variações como “camponesa” e “campesina”, são utilizados de forma equivalente. O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2007a, p. 07), primeiro documento oficial a falar especificamente sobre a violência contra as mulheres rurais, previa a adoção de “políticas públicas amplas e articuladas, direcionadas, prioritariamente, às mulheres rurais, negras e indígenas em situação de violência”, sem qualquer menção a campo, camponesas ou variantes. Já o Fórum Nacional de Elaboração de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta (BRASIL, 2007b) foi criado “com a finalidade de formular e debater propostas de políticas públicas relacionadas à problemática e à realidade destas mulheres”, sem especificar quais grupos estavam incluídos na nomenclatura “campo e floresta”. E o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2008) alterna entre “mulheres do campo” e “mulheres rurais”, utilizando-os como sinônimos.

A definição oficial veio apenas no Relatório do II Seminário Nacional “No Campo e na Floresta, Políticas Públicas para as Mulheres” (BRASIL, 2010, p. 20): “IV - Mulheres do

campo e da floresta: são as mulheres trabalhadoras rurais, mulheres que vivem no campo, na ruralidade e na floresta, agricultoras familiares, as extrativistas, catadoras de coco, de babaçu e as seringueiras”. Como se percebe, a definição permanece confusa não só neste documento, mas nos elaborados posteriormente.

No dia a dia dessas mulheres também não há consenso entre o termo a ser utilizado. Em janeiro de 2022, cansadas de terem suas pautas silenciadas e escanteadas nas reivindicações dos movimentos de mulheres de Alagoas, mulheres rurais e quilombolas, lideranças comunitárias e de movimentos sociais e sindicais, resolveram formar um coletivo para discutir suas pautas, o Coletivo Margaridas na Luta – Alagoas. Um dos primeiros debates foi sobre a necessidade de alteração do nome do Fórum, pois, de início, todas concordaram que “mulheres rurais” não era suficiente para incluir quilombolas, indígenas e ribeirinhas. Essa discussão levantou vários questionamentos sobre quem eram as mulheres do campo e quem eram as mulheres rurais. Enquanto uma participante defendia que “mulheres do campo” são as rurais, quilombolas e indígenas, outra entendia que as quilombolas, indígenas e rurais podem ser também “mulheres das florestas” e uma terceira afirmava que quilombolas e indígenas também são “mulheres rurais”. Por fim, houve consenso para a alteração do nome para “Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas de Alagoas”, de forma a incluir o maior número de grupos de mulheres possível (rurais, quilombolas, indígenas, ciganas e ribeirinhas)<sup>12</sup>. Posteriormente, tivemos que retomar o nome original, permanecendo apenas “Mulheres Rurais” no título, pois a alteração não poderia ser realizada por Decreto do Poder Executivo. Assim, em última deliberação, as mulheres do coletivo concordaram que o termo era suficientemente abrangente.

Como já anteriormente explanado, esta pesquisa de mestrado surgiu de participação ativa em coletivos de mulheres que se autodenominam “mulheres rurais”. Por esta razão, entendo a importância de explicar o uso do termo a partir das falas das próprias mulheres participantes deste estudo, iniciando com a definição de “mulher rural” de Jitirana, líder comunitária e militante feminista rural há 34 anos:

Olhe [risos]. Porque eu me identifico como “mulher rural”... Eu não sei se eu tenho outra explicação, mas a minha explicação é a seguinte... **Desde que eu nasci, acho que é uma coisa cultural. Escutei dizer “nasci na zona rural”, “sou da zona rural”.** Minha mãe nunca me criou dizendo assim “sou mulher do campo”. **Por questões de... Acho que aposentadorias... Tem que ser trabalhadora rural.** Nunca teve essa questão de se identificar... Sua identificação ser “mulher do campo”. Por isso. **Por questões de identificação mesmo pra algumas questões**

12 Como assessora voluntária deste coletivo, participei da criação do grupo e acompanho todas as reuniões, realizadas de forma virtual.

financeiras, como aposentadoria, alguma identificação mesmo na área rural que eu me identifico como “mulher rural”. E por outras coisas também. Após eu ter crescido, eu não consigo me adaptar hoje na zona urbana, na cidade. No campo, na zona rural, pra mim é mais gostoso, tem mais vida... E é por isso que eu me identifico como “mulher rural”.

Então... O que significa pra mim ser “mulher rural”. **Significa pra mim, ser “mulher rural”, mulher com mais experiência**, sabe? A gente tem mais contato com a terra, tem mais contato com as árvores, tem mais contato com os animais, tem mais contato com as aves. Com a fauna e a flora. O que significa pra mim é isso. É você tá mais perto da natureza, tá mais perto da natureza mesmo, assim... Não da urbanização, mas da natureza. Do que Deus fez. Do que o criador fez. Quando você está na zona rural, você tá mais perto disso. Não tá em um lugar urbanizado, não tá em um lugar feito pelo homem, mas sim feito pela própria natureza, pelo criador. **Então pra mim significa isso. Estar na zona rural significa estar perto da natureza. Da mãe Terra.** Mesmo que eu esteja na zona urbana, eu piso na terra, mas tem algo que atrapalha o meu contato direto. Aqui não, eu estou direto. Estou direta na natureza. Eu ganho mais energias, eu ganho mais forças e mais conhecimentos.

Mais experiências, posso dizer. Talvez não conhecimento, mas mais experiências com a natureza a gente consegue sim. A gente vê a lua nascer de perto. Vê o ciclo da lua, o ciclo do sol. Os vôos dos pássaros, como eles falam comigo. Eu tenho experiência de pássaros aqui que, se eu lhe disser, você não acredita. E não tão engaiolados, são pássaros soltos.

Mais perto da área rural, tá mais perto da ciência natural. (Jitirana, 15/03/22, grifo nosso).

Após o envio dos áudios transcritos acima, Jitirana sentiu a necessidade de reforçar por escrito que “alguns benefícios sempre tem que ter e ser trabalhadora rural”. A identificação “mulher rural” também aparece na fala de outras entrevistadas. Ao ser questionada sobre o que faz da vida e o que é. Esse é o caso de Perpétua, assentada do MST em Atalaia, que afirma ser agricultora e mulher rural, entendendo as duas categorias como sinônimas. Na sua explicação, mais uma vez, vemos que a identificação como “mulher rural” está diretamente ligada ao seu reconhecimento legal enquanto trabalhadora:

Perpétua: “O que a senhora é?” Agricultora com muito orgulho, trabalho mesmo.

Andréa: E a senhora acha que... é agricultora, mas é camponesa ou é trabalhadora rural?

Perpétua: Rural. [...]

Andréa: Por quê?

Perpétua: Porque eu acho que sim. Aliás, eu fico assim se é camponesa ou se é rural, aí eu queria saber o certo qual é. [risos]

Andréa: Não tem certo não. [risos]

Perpétua: Tem não, né. [risos] [...] Inclusive quando eu fui lá me aposentar o promotor perguntou: “Ô Dona Perpétua, a senhora entende o quê? A senhora é agricultora ou é rural?”. Eu disse: “As duas coisas, tanto faz, doutor, eu penso assim: ou é rural ou é agricultor, tudo uma coisa só”. Aí ele balançou a cabeça.

Andréa: Na hora de aposentar, né?

Perpétua: Na hora de aposentar.

Andréa: A senhora se aposentou como trabalhadora rural?

Perpétua: Como rural, é. **Aí ele perguntou se eu era agricultora ou rural. Aí eu disse que era as duas coisas e perguntei a diferença que fazia de agricultora e rural. Aí ele disse: “eu acho que é tudo uma coisa só”.** Ele falou. [risos] (Perpétua, 11/04/22, grifo nosso).



Para Calêndula, assentada e militante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a origem, a trajetória de vida e a forma de trabalho influenciam na identificação entre “camponês” e “rural”:

[...] porque a gente não veio do nada, já vimos de uma trajetória... Que **uma coisa diferencial é a questão que não somos camponeses**, nós somos trabalhadores rurais da cana. E aí na época era interessante a gente discutir o não trabalhador rural, porque é um tema que começa a surgir muito cedo, ele é da década de 80... Por que não falavam pra trocar pelos trabalhadores rurais? Porque era uma questão nova, uma questão mais moderna e **camponeses... na mente das pessoas. Uma coisa mais atrasada**. Mas a gente estudou a profundidade do que é ser camponês. Se você for em outra questão do mundo, você sempre vai tratar camponês, camponês, isso pra entender era uma coisa mais nível nacional e internacional.

[...]

**Por isso que a gente fala assim “nós não somos camponeses”, né? Nós não temos origem camponesa**, camponês, que é aquele camponês, de plantar o seu alimento, de comer o seu alimento, de cultivar e etc.. Da relação camponesa de tradições, do folclore. Nós somos preparados para cortar cana. Ponto. [...] Então, a nossa origem é essa. Eu digo por que vivenciei isso. [...] Então essa era a nossa relação, né?

[...]

Eu sempre tive uma veia que me chamava pra terra né? **Eu sempre tive essa, essa relação da questão da terra pra mim, isso eu não sei explicar porque eu não tenho origem camponesa né?** Eu tenho origem da cana, de cortar cana. [...] **do trabalhador rural**. E aí eu sempre tive essa vontade de ter um pedaço de terra e aí eu conheço uma irmã, que se chama Irmã Rita, uma belga, de uma congregação Namu, e ela me convida pra entrar no movimento. (Calêndula, 07/04/2022 e 20/05/2022, grifo nosso).

Já Prímula, assentada e dirigente do MST, afronta qualquer definição que restrinja sua identidade camponesa e se reconhece como “camponesa” por sua trajetória de vida e seu vínculo com a zona rural e o campo. Para ela, “camponesa” está relacionada ao modo de vida no campo, enquanto “rural” possui ligação com o trabalho assalariado. No entanto, Prímula afirma que, para as mulheres assentadas, não há diferença entre “camponesa” e “rural”, pois as duas categorias seriam referentes ao vínculo com o campo. Essas mulheres referem-se a si mesmas apenas como “agricultoras”:

Andréa: Ô, Prímula, deixa eu te fazer uma pergunta pessoal, quando você vai se referir a você, você se refere como camponesa ou como mulher rural?

Prímula: Eu me refiro como camponesa.

Andréa: Por quê?

Prímula: Mulher sem-terra e camponesa. Principalmente sem-terra. **Eu me vinculo camponesa porque por estar no campo e ter esse vínculo direto com a terra**. Então a gente teve o curso de questão agrária com grandes pensadores do camponês, e eles dizia que camponês é bem diversificado hoje, que não podemos dizer que somos camponeses, porque nós não somos do movimento camponês. **Mas eu me identifico como camponesa porque eu tenho esse vínculo direto, desde criança com a zona rural, com o campo**. E por assim, o campo, os assentamentos e zona rural é o melhor lugar da gente sobreviver daqui e tirar o nosso sustento, tirar a nossa sobrevivência. Então **eu me identifico uma mulher sem-terra, camponesa, preta**. Eu tenho essa característica de preta, sem-terra e camponesa.

Andréa: E você acha que tem uma diferença? Assim, porque tem algumas mulheres que se identificam como mulher rural. Você acha que existe alguma diferença entre mulher rural e campesina?

Prímula: Olha, assim, pelo que eu estudei, **o rural tá muito vinculado com assalariado. E eu não sou assalariada. É por isso que eu me identifico como campesina porque é da agricultura, só que agricultora não assalariada.**

Andréa: Mas no dia a dia assim, as mulheres, do movimento mulheres que você conhece, você vê isso também, essa diferença? Tem gente que se identifica como mulher rural? Tem gente que é campesina, porque o MST mesmo é trabalhadores...

Prímula: Rurais.

Andréa: Rurais sem-terra, né.

Prímula: É.

Andréa: Então você acha que tem uma ligação aí, e **quando pensa no trabalho pensa em rural, mas quando pensa na vida pessoal pensa campesinato, é isso?**

Prímula: **Isso. E quando você pergunta às nossas sem-terra, elas dizem que são agricultoras. Elas não fazem essa diferença do que é campesina e o que é rural, só agricultora. Que pra elas ser campesina e ser rural é uma coisa só. Que é o vínculo com o campo.** Então... (Prímula, 10/04/22, grifo nosso).

Nemesia, assentada e militante do MMC, também compartilha do entendimento de Prímula de que o termo “rural” está ligado ao trabalho assalariado e, por se identificar como “agricultora” não assalariada, entende-se “mulher camponesa”:

Olhe, Andréa, eu quero lhe dizer que **eu me identifico como mulher camponesa**. E por que eu me identifico como mulher camponesa? Vou lhe explicar. A rural, ela... Trabalhador rural é aquele que corta cana. **Eu sou mulher agricultora camponesa. Por quê? Porque eu moro no campo, trabalho no campo, vivo da agricultura familiar**, certo. Aquele que vive cortando cana, **aquela que vive cortando cana, trabalhadora rural**... Essa se identifica na classe, até no sindicato, dos assalariados. Dos trabalhadores assalariados. [...] **Então eu sou agricultora familiar camponesa. Por quê? Porque eu moro no campo e trabalho no campo. E não sou assalariada, sou especial. Nós mesmas fazemos a nossa renda.** Que às vezes é menos de que o trabalhador rural, porém nós mesmos somos o nosso patrão. (Nemésia, 08/10/22, grifo nosso).

Margarida, assentada e militante do movimento sindical rural, foi direta ao responder sobre como se identifica. Sem especificar sua condição de agricultora, como o fez em outras conversas que tivemos, também aponta para a geração da renda própria ao demarcar sua posição de “mulher camponesa”:

Mulher camponesa, pois nós mulheres camponesas plantamos e cultivamos nosso próprio alimento e também levamos para a mesa de 70% da população, **trabalhamos na nossa própria terra e vivemos do que ela nos dá**, do que plantamos e colhemos, **através do nosso trabalho temos a nossa própria renda e independência financeira.** (Margarida, 09/10/22, grifo nosso).

De todas as respostas, a que me chamou mais atenção foi a de Lavanda, que tem 31 anos, é coordenadora do MMC em Alagoas e cursa Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Ao ser perguntada sobre o que é ser uma mulher camponesa, fala sobre a sua condição de estudante que a coloca em um lugar de não pertencimento:

Não sei nem te dizer hoje... Porque eu tô... **eu sou mulher camponesa, mas eu tô num lugar de não ser vista mais como camponesa porque eu tô estudando.** E dentro do campo também, quando eu falava da questão do patriarcado, tem também essas questões dos próprios preconceitos enraizados pra muitas. Que só é camponesa aquela que tá todo dia debaixo do sol, que tá na roça, que tá enfrentando... Que tá no campo. E a pessoa que tá... Que é do campo, que é filha de assentada, que é camponesa e que sai pra estudar, mesmo mantendo todo o vínculo, acaba sendo vista “não, a Lavanda agora é estudante”. Então é desafiador ser do Movimento de Mulheres Camponesas, é desafiador ser militante, é desafiador me manter sendo camponesa dentro dos critérios do que é ser camponesa no próprio país [risos].

[...]

Mas o bom do Movimento de Mulheres Camponesas a nível nacional é isso. É que até dentro da própria organicidade dele, do documento em tese, tem assim “quem somos”. Aí tem lá “camponesas, agricultoras, ribeirinhas, quilombolas, extrativistas, meeiras, trabalhadoras domésticas, estudantes...”. Então todo esse campo que se entende e que vê a luta das camponesas como uma luta justa, de projeto de sociedade, é o Movimento de Mulheres Camponesas. Então **eu só sei que ser camponesa, pra mim, eu acho que é o que me dá vida. É o que me faz ser a estudante. É o que me faz ser a pesquisadora do doutorado.** (Lavanda, 21/11/2022, grifo nosso).

Complementando as definições de “mulher camponesa” das entrevistadas, trazemos a definição do próprio MMC, também citada por Lavanda, coordenadora estadual do MMC em Alagoas:

[...] mulher camponesa é aquela que produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas (MMC, [s.d.]).

As falas de Prímula, Nemesia, Margarida, Lavanda e do MMC reforçam o entendimento de que o campesinato não é um conceito engessado, mas uma categoria política. Sua construção histórica deve considerar principalmente os aspectos ligados à cultura, rompendo com as amarras do aspecto econômico, atentando para a diversidade camponesa, ampliando o leque dos que participam dessa condição e reconhecendo sua organização política e seu protagonismo nos processos sociais. Ressalte-se, ainda, que, apesar do entendimento de parte das entrevistadas de que a condição de assalariada retira da mulher a identificação de camponesa, a preservação da condição campesina faz com que, muitas vezes, os camponeses sejam obrigados a se assalariar. Não é possível, portanto, idealizar um modelo de mulher camponesa, pois o próprio campesinato não segue regras rígidas de existência (GODOI; MENEZES; MARIN, 2009). É preciso levar em conta inclusive os “camponeses vocacionais”, como Prímula que, mesmo entendendo não fazer parte do campesinato, deseja ser e se identifica como mulher camponesa e as mulheres camponesas como Lavanda, que mantém o vínculo com a terra mesmo dentro da academia (BARTRA, 2011).

No decorrer deste trabalho, veremos que as mulheres rurais estão entrelaçadas em um nó<sup>13</sup> de opressões de sexo, raça/etnia e classe, sendo vistas como subalternas e não autônomas e, muitas vezes, estereotipadas, segregadas e invisibilizadas não só pelo Estado, mas pelos próprios movimentos sociais. O não-reconhecimento, que se observa na privação de direitos e ameaça à integridade social, impossibilita a participação paritária na vida pública. É causa, então, dos conflitos sociais. (FRASER, 2007; HONNETH, 2003). Desta forma, percebemos que a auto-identificação, seja como “mulher rural” ou “mulher camponesa” está ligada à luta por reconhecimento e redistribuição, que se dá pela resistência a partir da articulação coletiva.

Apesar de partir da concepção de reconhecimento na forma de direito de Honneth, cuja negação é motivadora dos conflitos sociais, alinho-me à concepção de reconhecimento como questão de justiça de Fraser (2007) entendendo o não-reconhecimento como “uma forma de subordinação institucionalizada – e, portanto uma séria violação da justiça” (p. 112), sendo “uma questão de impedimentos, externamente manifestados e publicamente verificáveis, a que certos indivíduos sejam membros integrais da sociedade” (p. 114). Ainda que, num primeiro momento, a luta pelo reconhecimento das mulheres rurais possa parecer uma valorização da identidade de grupo – e por isso o orgulho em se denominar como “rural” –, o que se busca em definitivo não é o isolamento desse grupo ou o fortalecimento de uma política de identidade, mas uma mudança social que garanta a sua paridade de participação na interação com outros grupos sociais na vida pública, mediante o cumprimento das condições objetiva e intersubjetiva. Não me parece possível pensar em reconhecimento sem redistribuição, pois “justiça, hoje, requer *tanto* redistribuição *quanto* reconhecimento; nenhum deles sozinho é suficiente” (p. 103, grifo da autora).

Assis e Lages (2017) afirmam que muitos grupos minoritários recorrem às suas identidades étnicas e culturais como forma de defender seus direitos, utilizando suas particularidades culturais como alicerces de movimentos de resistência e projetos políticos. Reforçam, ainda, que “há um embate para manter de pé e fazer perpetuar no lugar e no tempo certas formas diferenciais de se pensar, apropriar e significar o meio ambiente, que, por sua vez, está umbilicalmente conectado às práticas culturais” (ASSIS; LAGES, 2017, p. 397). Pensando nessa politização das identidades, é possível perceber que a identificação de “mulher rural” não decorre apenas de um fator isolado, mas é uma identificação que resulta diretamente da luta dos movimentos sociais rurais por direitos e pelo reconhecimento das

---

13 Baseado no conceito de nó de Saffioti, que explicaremos melhor no Capítulo 4.

mulheres rurais enquanto trabalhadoras e, ainda, pelo pertencimento a um território, a zona rural, entendido como lugar de encontro com a natureza e em comunhão com a terra.

Durante os trabalhos de campo no Alto Sertão alagoano, recorte geográfico desta pesquisa, em nenhum momento os termos “camponês”, “campesinato” ou “mulher camponesa” foram utilizados pelas participantes. As mulheres referem-se a si mesmas como “mulher rural” e, ainda mais frequentemente, como “agricultora”. Albuquerque (2016) já havia observado que, na região semiárida alagoana, o termo “camponês” praticamente não é utilizado e a escolha por “agricultor” é mais comum, estando inclusive ligada ao acesso a políticas públicas e movimentos sociais.

No entanto, se consideramos que o “*ethos* campesino é construído no vínculo produtivo com a terra, no respeito por ela e na realização do sujeito que se vê nos frutos que obtém do seu cultivo” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 28), devemos considerar que as mulheres aqui estudadas também são “mulheres camponesas” pois, como vimos nas transcrições acima e ainda veremos adiante, há um modo de vida comum a todas elas.

Sintetizando toda a discussão acima, e considerando a predileção pelo termo “mulheres rurais” pelas participantes da pesquisa, optei por utilizar como base o conceito da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO):

A diversidade das mulheres rurais manifesta-se seja pelo modo de vida, com mulheres de todas as gerações vivendo em campos, florestas, selvas e áreas próximas de cursos de água, seja pela organização social, com camponesas, indígenas e afrodescendentes. A diversidade também se apresenta nas atividades que as mulheres desenvolvem: são agricultoras, coletoras, pescadoras ou assalariadas, e também desempenham atividades não agrícolas que têm lugar no mundo rural, como o artesanato. (FAO, 2017, p. 1, tradução nossa).

Assim, para o objetivo deste estudo, “mulheres rurais” são as habitantes da zona rural, nas suas variadas formas de organização social – camponesas, indígenas ou quilombolas – e independente das atividades que desenvolvem. Além de ser uma expressão que remete à minha militância prévia e representa um grupo de mulheres ao qual estou ligada profissional e pessoalmente, a escolha de um termo atrelado a políticas públicas justifica-se por sua abrangência, que abarca as mulheres camponesas, as agricultoras e as assalariadas, o que considero como a abordagem mais adequada a esta pesquisa.

Importa dizer que a escolha do termo “mulheres rurais” como central para este trabalho não impede que, no decorrer do texto, elas sejam também referenciadas como “agricultoras”, “mulheres do campo” ou “mulheres camponesas”, pois, como já anteriormente debatido, resta evidente que, no caso concreto ora estudado, os termos são sinônimos.

## 2.2 “VAI FICAR UM TICÃO”: CAMINHOS METODOLÓGICOS E DE PESQUISA

*Tu mesmo pra fazer tua conclusão de mestrado, não será concluído se tu de repente não sair de tua casa e buscar conhecimento em outros campos. E com teu tiquinho, com meu tiquinho, com tiquinho do outro, vai ficar um ticão.*

(Calêndula<sup>14</sup>)

### 2.2.1 Uma análise de baixo para cima

Segato (2013a) aponta para a necessidade de uma produção acadêmica desde o Sul Global, rompendo com a lógica de que somos apenas consumidores e aplicadores de categorias prontas e impostas pelo Norte branco e parando de tentar encaixar nossa realidade nesses modelos preconcebidos. Seria, então, preciso decolonizar nossa mente e nossa construção do saber, o que se propõe neste trabalho a partir de uma análise que utiliza não só o feminismo decolonial como base, mas as experiências e a realidade material das mulheres rurais, que não serão apenas objeto de estudo, mas de aprendizado.

Curiel (2019) afirma que as feministas racializadas estudam há décadas como o patriarcado está imbricado a outros sistemas de dominação, como o racismo, o sexismo, a heteronormatividade e o classismo e, a partir de uma perspectiva pós-colonial, preenchem as lacunas de autores que trabalharam a colonialidade sem atentar para as categorias de sexo e sexualidade, como Fanon, Mignolo, Quijano e Dussel.

Para Curiel (2019, p. 243), “um dos problemas que se mantém em torno do tema do pós-colonial é a tensão que existe entre a produção teórica, puramente acadêmica, e o que é gerado a partir dos movimentos sociais que posteriormente é convertido em teoria”. Ou seja, a produção acadêmica sobre os subalternos, apesar de abrir debates, tem se mantido elitista, inacessível e patriarcal. E os saberes das mulheres permanecem como inadequados à academia. Portanto:

Descolonizar então implica entender a complexidade de relações e subordinações que se exercem sobre aqueles/as considerados “outros”. O Black Feminism, o feminismo chicano e o feminismo afro e indígena na América Latina são propostas que complexificam o entramado de poder nas sociedades pós-coloniais, articulando categorias como a raça, a classe, o sexo e a sexualidade a partir das práticas políticas das quais têm emergido interessantes teorias não só no feminismo mas nas ciências sociais em seu conjunto. São propostas que têm feito frente a colonialidade do poder

---

14 Entrevista realizada em 07/04/2022.

e do saber e devemos reconhecê-las para alcançar realmente uma descolonização. (CURIEL, 2019, p. 243)

Segundo Crenshaw (2002), as vulnerabilidades das mulheres só podem ser corretamente identificadas quando a abordagem da análise for reconfigurada para chegar até o ponto onde as práticas de subordinação interagem com, influenciam e são influenciadas por outra forma de subordinação. O reconhecimento e a aceitação desse problema requerem uma análise contextual, de baixo para cima e começando com o questionamento da maneira como as mulheres vivem suas vidas. A partir daí, podem ser analisadas as influências que moldam a vida e as oportunidades das mulheres marginalizadas e descobrir como as políticas moldam de forma diferente as vidas destas mulheres e das mulheres que não estão expostas à mesma combinação de opressões.

É importante reconhecer, desde já, que realizar uma análise de baixo para cima não é tarefa simples. Frequentemente não dispomos de registros oficiais para que possamos nos debruçar sobre. Os livros e os documentos geralmente foram e continuam sendo escritos pelos colonizadores ou pelos colonizados das classes dominantes e raramente fornecem material pronto ou confiável sobre grupos dominados e historicamente oprimidos. Por isso, muitas vezes, o único recurso disponível para este resgate são as fontes orais (HOBSBAWN, 2013). Assim, pesquisar o movimento de mulheres é fazer uma arqueologia que tenta “tornar visível o invisível” e buscar aquilo “que se teima em esconder e esquecer” (SOUZA-LOBO, 2021, p. 223).

Dessa forma, a metodologia desenvolvida foca no protagonismo das mulheres rurais, em suas experiências de vida, nas suas histórias, relatos e análises – e as opressões que as atravessam – e, sobretudo, em como podem contribuir para o desenvolvimento de uma organização capaz de alterar o sistema patriarcal que oprime a todas nós. Citando mais uma vez Souza-Lobo:

As mulheres querem se reapropriar dos fragmentos dessa história sem memória, não para cristalizarmos e fabricar novas múmias, mas para que estejam presentes na nossa consciência e nas nossas práticas cotidianas, para que fazem parte da nossa revolta, nossas experiências, nossos sonhos. (SOUZA-LOBO, 2021, p. 220).

### 2.2.2 A pandemia de COVID-19 e as dificuldades iniciais de pesquisa<sup>15</sup>

A pandemia da COVID-19, que se instalou em meio a uma já existente crise política e econômica, acentuou diversas desigualdades causadas pelos “três unicórnios”, expressão utilizada por Santos (2020) para designar o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Não surpreende, portanto, que grupos mais vulnerabilizados sofram seus efeitos de forma mais profunda. Dentre esses grupos estão as mulheres, em especial as mulheres rurais. O aumento da violência doméstica, a sobrecarga do trabalho de cuidados, a diminuição de renda e a ausência de políticas públicas específicas são realidades descritas em diversas pesquisas realizadas desde o começo da pandemia, como o estudo *COVID-19 en la vida de las mujeres: Razones para reconocer los impactos diferenciados* (OEA, 2020), e o relatório Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2021). A situação peculiar das mulheres rurais, representada em aspectos como a dificuldade na realização de denúncias pela inexistência de delegacias especializadas ou distância de delegacias comuns na zona rural, também é apontada como fator de ampliação da vulnerabilidade.

Em abril de 2021, o Brasil enfrentava o pico da pandemia de COVID-19, momento em que as medidas de restrições sanitárias estavam em vigor e impediam a realização de pesquisas que necessitavam de coleta de dados no formato presencial. Apesar de não haver nenhuma previsão de melhora no cenário pandêmico, ouvir as mulheres rurais, ainda mais isoladas nesse período, era uma urgência. Dessa forma, resolvi colher relatos de mulheres rurais, organizadas em coletivos e ativas em suas comunidades, sobre as dificuldades enfrentadas durante a pandemia e como elas estavam organizadas para resistir às adversidades do momento.

Logo no início, encontrei dificuldades na produção dos relatos. A primeira e mais óbvia diz respeito à impossibilidade de encontros presenciais. Essa problemática, apesar de recente, já vem sendo debatida por pesquisadores. As medidas sanitárias de distanciamento social inviabilizaram a realização de entrevistas presenciais, afetando diretamente pesquisas já em andamento ou mesmo a coleta de novos dados sobre o momento atual. No entanto, o uso da tecnologia mostrou-se eficaz para contornar o problema. A coleta de dados online, realizada por meio de entrevistas individuais ou em grupos e de forma síncrona ou assíncrona,

---

15 Parte dessa discussão foi transformada em artigo (ALBUQUERQUE; LAGES; ASSIS, 2022).



tem sido vista como alternativa viável para a continuidade das pesquisas (SCHMIDT; PALAZZI; PICCININI, 2020).

A tecnologia digital para a prática de história oral vem sendo adotada em diversos projetos ligados à pandemia do Coronavírus, como a plataforma *Covid-19 Memories*, do Centro de História Contemporânea e Digital da Universidade de Luxemburgo, o projeto *Listening in Place*, criado pelo Vermont Folklife Center para guardar arquivos sonoros de experiências cotidianas durante a pandemia, e o *Uma história oral da pandemia*, criado pelo Washington Post para guardar testemunhos transcritos e em áudio (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2020). Schmidt, Palazzi e Piccinini (2020, p. 964) entendem que “as entrevistas online apresentam potencialidades, sobretudo no que diz respeito à realização de estudos qualitativos no contexto de distanciamento social imposto pela COVID-19”.

Assim, a alternativa disponível seria a realização de entrevistas virtuais. No entanto, essa opção levou a um segundo desafio, a ausência de internet de qualidade nas zonas rurais, o que se revelou um impedimento para a maioria das mulheres foco do estudo. Essa dificuldade também foi descrita por Schmidt, Palazzi e Piccinini (2020), tendo em vista que, em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, pode haver limitações de acesso à internet ou a equipamentos necessários à realização da coleta de dados. Diante dessa situação, e considerando os ensinamentos de Feyerabend (1977) de que há casos em que quebrar as regras é necessário para o progresso do conhecimento, defini como técnica o uso de aplicativos de mensagens instantâneas, como *WhatsApp* e *Instagram Direct*, de forma individual e assíncrona, permitindo que cada participante pudesse escolher o melhor momento para envio de seu relato.

As participantes escolhidas vivem em diferentes regiões dos estados de Alagoas e de Pernambuco, todas participam de coletivos organizados e já eram familiarizadas comigo, aspecto considerado importante para que a ausência física não desse aos relatos um caráter extremamente formal e impessoal. Após conversa inicial para apresentação do projeto e informada a preservação de suas identidades, enviei um roteiro semiestruturado e aberto, contendo sugestões não limitadas de temas a serem abordados:

Alguns temas sugeridos:

- A pandemia afetou a produção ou a venda de produtos produzidos por você ou alguma mulher da comunidade? Caso tenha afetado, como foi? Como você ou as mulheres da sua comunidade estão se organizando sobre isso?
- Vocês praticaram algum tipo de economia solidária durante a pandemia? Economia solidária pode ser troca de produtos entre vizinhos, feiras locais para vender produtos produzidos em casa, etc.

- Você ou alguma mulher da comunidade teve alguma dificuldade de acesso a serviços públicos por causa da pandemia (serviços de saúde, etc)? Quais? Como você ou as mulheres da sua comunidade estão se organizando sobre isso?
  - Você ou sua comunidade teve alguma dificuldade com programas como PAA e PNAE durante a pandemia? Quais? Como você ou as mulheres da sua comunidade estão se organizando sobre isso?
  - Houve aumento da violência contra mulher durante a pandemia? Houve algum caso na sua comunidade? Se sim, como foi resolvido? Como você ou as mulheres da sua comunidade estão se organizando sobre isso?
  - Você ou alguma mulher da comunidade sentiu que o trabalho em casa e com os filhos aumentou durante a pandemia? Como? Como você ou as mulheres da sua comunidade estão se organizando sobre isso?
  - Você faz parte de algum coletivo de mulheres ou há algum coletivo de mulheres na sua comunidade? Como estão se reunindo durante a pandemia? Quais as dificuldades do coletivo durante a pandemia? Como vocês estão resistindo?
- Não precisa falar sobre todos os temas e nem precisa ser apenas sobre esses temas, você pode ficar à vontade para falar de um ou mais deles ou até mesmo fazer um relato sobre algo que não está na lista, mas você acha importante contar. (Texto enviado pela pesquisadora por escrito por aplicativos de mensagem)

As participantes foram orientadas para informarem sua localidade e enviarem seus relatos de forma escrita ou oral. Seis mulheres enviaram relatos, ao longo de onze dias, na medida em que conseguiam acessar a internet com mais qualidade. Quatro enviaram seus relatos por áudio e duas por escrito, sendo que um relato foi escrito à mão e fotografado, conforme Apêndice B, que detalha as entrevistas realizadas. Os áudios foram transcritos e os relatos serão mencionados nesta dissertação, no que couber.

### **2.2.3 Nas franjas da pesquisa, uma Alagoas profunda**

Concomitantemente à pesquisa de mestrado, integro o projeto de pesquisa "Nas franjas do progresso. Efeitos socioambientais da produção canavieira nos estados de Alagoas e São Paulo", desenvolvido em parceria entre a UFAL e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que investiga as consequências sociais e ambientais do setor sucroalcooleiro nos dois estados. Integrada ao Grupo de Trabalho (GT) Campesinato, sou responsável pela abordagem transversal das questões de gênero nos dados de Alagoas, participando das pesquisas de campo e da produção de dados e relatórios.

Partilhando das mesmas dificuldades pandêmicas, optamos por realizar as primeiras entrevistas de forma online. Participei de duas entrevistas realizadas pelo *Google Meet* com Margarida, uma mulher rural sindicalista com quem possuo uma relação próxima devido aos anos de trabalho junto às mulheres rurais e cujo nome foi alterado por razões de segurança.

Com o aumento da vacinação no Brasil e a redução do número de mortes diárias, foi possível planejar a etapa de trabalho de campo presencial para as pesquisas. O primeiro trabalho de campo presencial ocorreu nos municípios de Atalaia e Teotônio Vilela, em agosto de 2021. Nesta etapa, entrevistamos Petúnia, assentada em acampamento do MST; Peônia, assentada e ex-moradora de usina; Nifeia e Begônia, artesãs; e Amarílis, servidora pública. O segundo campo foi realizado em abril de 2022, nos municípios de Messias e Atalaia, onde entrevistamos Calêndula, líder comunitária e militante do MMC e da CPT; Camélia, assentada; Prímula, líder comunitária e militante do MST; Perpétua, assentada do MST; e Gérbera, militante do MST. O terceiro e último campo foi realizado em maio de 2022, nos municípios de Messias e Murici, momento em que entrevistamos Lírio, assentado da CPT, e, mais uma vez, Calêndula.

Durante a pesquisa de campo realizada para o projeto “Nas Franjas do Progresso”, pude expandir minha área de pesquisa e também estreitar as relações com organizações diretamente ligadas à luta pela terra, como o MST e a CPT, além de conversar e conhecer outros assentamentos independentes. Também foi possível estreitar o relacionamento com o MMC, ligado à CPT.

Nem todas as entrevistas realizadas pelo projeto foram referenciadas acima, apenas as que possuem relação com esta pesquisa. As entrevistas foram realizadas em diversos assentamentos e acampamentos em Alagoas, nos municípios de Atalaia, Messias, Murici e Teotônio Vilela, com homens e mulheres participantes ou não de coletivos e organizações. Em todas elas, minha participação abordava questões relativas à geração de renda, trabalho, organização coletiva e violência, dentre outros temas, sempre com o olhar atento à questão de gênero. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas, fazendo parte da análise a ser apresentada nesta dissertação.

#### **2.2.4 As primeiras observações do campo presencial e a reorientação do caminho**

Devido à sensibilidade do tema da pesquisa do mestrado, fez-se necessária a construção de uma relação de confiança com as pesquisadas e, por isso, optei por um trabalho de diagnóstico de campo, que foi realizado no período de 06 a 11 de dezembro de 2021, em Primavera<sup>16</sup>, local escolhido pelo meu conhecimento prévio da líder dos coletivos de mulheres

---

16 Todos os locais tiveram seus nomes alterados por razões de segurança.

local, Jitirana. Esse conhecimento possibilitou uma inserção mais profunda no dia a dia da comunidade e uma maior abertura para a discussão de temas que fazem parte da intimidade das mulheres. Sua atuação ativa em movimentos sociais, na militância pelos direitos das mulheres e na liderança comunitária, permitiu, ainda, uma reflexão mais aprofundada sobre temas ligados a políticas públicas, à violência contra mulheres e à sua comunidade.

Durante o campo, realizei entrevistas individuais em profundidade e entrevistas narrativas com roteiro semiestruturado com Jitirana e outras mulheres da comunidade, independentemente de sua participação em coletivos. As entrevistadas foram indicadas pela própria Jitirana, que se mostrou essencial para a inserção no campo e, embora tivesse profundo conhecimento sobre todas elas, não me passou qualquer informação prévia. Todas as participantes foram informadas acerca da pesquisa e da garantia do anonimato antes das entrevistas e todos os registros fotográficos foram feitos com consentimento expresso. A seguir, optei por detalhar as entrevistas realizadas para justificar algumas escolhas metodológicas feitas no decorrer da pesquisa e que serão esmiuçadas mais à frente.

No primeiro dia, iniciei o trabalho de campo realizando entrevista em profundidade com Jitirana. A conversa ocorreu no quintal de sua casa, onde sentamos em banquinhos de madeira à sombra de um frondoso umbuzeiro para fugir do calor seco que fazia naquela manhã. Pedi a Jitirana que contasse sua história e o que achasse importante sobre sua vida. A partir daí, entre latidos de cachorros, cacarejos de galinhas, cantos de galos e o forte barulho do vento, escutei sua história de vida. A entrevista, gravada em áudio, durou uma hora e dois minutos, tempo em que minhas interrupções foram mínimas. No restante do dia, acompanhei suas atividades diárias. O cuidado com as galinhas, com a roça, com os cães, com o gato e com os recém chegados Bito e Bitá – um casal de cabritos. Entendi a dinâmica das suas duas cisternas, ajudei a separar o material para a reunião que ocorreria no dia seguinte e escutei Jitirana contar a história de cada bandeira guardada nas caixas de papelão embaixo de sua cama. Além da observação participante, realizei diversos registros fotográficos.

No segundo dia, pela manhã, realizei mais uma entrevista. Dessa vez, com Alpina, vizinha de Jitirana que participou do coletivo de mulheres da comunidade, mas acabou se afastando. Após breve orientação, fui caminhando sozinha até a sua casa pela estrada de terra que corta a comunidade. A conversa ocorreu na sala, sem a presença de seu marido, que estava trabalhando, e seu filho, que estava na escola. A intenção era de uma conversa preliminar, apenas de apresentação, que durou dezessete minutos e foi gravada em áudio. Durante quase

toda a entrevista, o tom de voz de Alpina era alto e alegre. No entanto, sempre que o assunto era a sua saúde ou as despesas de casa, havia uma alteração no tom, que passava a ser mais baixo e triste. Também acompanhei suas atividades e andei pelo seu terreno fazendo registros fotográficos e conhecendo sua “cisterna-calçadão”, suas árvores frutíferas e seus animais.

À tarde, ocorreu a formação de um novo coletivo de mulheres, na comunidade vizinha de Três Marias. A reunião ocorreu na igreja comunitária e foi objeto de observação participante, com registro em diário de campo. Não houve gravação ou registro fotográfico, pois poderia prejudicar a construção da relação de confiança entre Jitirana e a nova comunidade. É interessante ressaltar que, apesar da reunião ter sido convocada para a formação de um grupo de mulheres, vários homens estavam presentes. A maioria do lado de fora, debruçados na janela, e três dentro da igreja, deliberadamente encarando Jitirana. Voltarei a esse acontecimento mais à frente.

No terceiro dia, realizei duas entrevistas individuais com roteiro semiestruturado pela manhã. A primeira com Magnólia, uma das filhas de Jitirana. Conversamos no quintal da casa de sua mãe, também em banquinhos de madeira embaixo do umbuzeiro, enquanto observávamos sua filha, de 10 anos, e seu sobrinho, aproximadamente da mesma idade, brincarem numa caixa d’água azul que sua avó encheu parcialmente com baldes de água da cisterna. Logo no início da entrevista, Magnólia, que possui um histórico de abuso e violência praticados pelo ex-marido, informou que não falaria sobre essa parte de sua vida. No decorrer da conversa, ao ser perguntada sobre histórias de mulheres que sofreram violência, Magnólia travou e ficou em silêncio, sendo necessária uma leve intervenção minha para tranquilizá-la e mostrar que o foco não era sobre sua experiência pessoal. Ciente de que Magnólia não sabia do meu conhecimento prévio de sua história e percebendo sua preocupação sobre uma possível abordagem do tema, não insisti na continuidade das perguntas e a entrevista, gravada em áudio, teve a duração de apenas treze minutos.

A segunda entrevista da manhã foi realizada com Papoula, mulher rural que faz parte de um coletivo de mulheres. Nossa conversa ocorreu na varanda lateral da sua casa com a presença de Jitirana – a pedido de Papoula –, em frente à porta da sala, onde suas duas filhas prestavam atenção. O filho mais velho estava na varanda frontal, acompanhando o pai e mais dois homens que não me foram apresentados. Seu filho mais novo, de dois anos, permaneceu durante todo o tempo em seu colo, tentando puxar sua blusa para mamar. Papoula é uma mulher muito tímida e estava visivelmente desconfortável em falar próximo de outras pessoas,

mas não havia possibilidade de ir a outro local naquele momento. Por questões de segurança, devido à proximidade do marido, não fiz perguntas aprofundadas. Ao final, o caçula começou a ficar agitado e encerramos a entrevista, que foi gravada em áudio e teve apenas dez minutos de duração. Papoula mostrou-me brevemente o terreno e suas plantas, onde fiz alguns registros fotográficos.

No período da tarde, sentei com Jitirana no lugar já conhecido, na sombra ao pé do umbuzeiro, e iniciamos uma conversa informal sobre Papoula, minha entrevistada da manhã e afilhada de Jitirana. Durante a entrevista pela manhã, observei que Papoula estava muito magra e com aparência abatida e que o filho pequeno não aceitava sair do peito da mãe, embora parecesse não haver mais leite. Papoula havia colocado a culpa de sua magreza na doença que enfrenta, mas Jitirana queria esclarecer que essa não era a realidade. Sua magreza era a marca da fome e a insistência de seu filho em sugar um peito vazio era a ausência de qualquer outro tipo de alimento. Papoula sofria de violência patrimonial e o pouco dinheiro que recebia pelo, hoje extinto, Bolsa Família, era usado pelo marido fora de casa. Apesar de estar ali como pesquisadora, não fui capaz de conter a minha indignação. Após a conversa, realizei uma segunda entrevista com Jitirana, desta vez com roteiro semiestruturado que abordava pontos da sua entrevista anterior. A entrevista durou uma hora e trinta e dois minutos, com gravação em áudio.

No quarto dia, pela manhã, realizei entrevista em profundidade com Gardênia, mulher rural não participante de coletivos. Jitirana e eu sentamos na varanda, acompanhadas de um gato preguiçoso, para ouvir sua história de vida, gravada em áudio, com duração de trinta e quatro minutos. Sobrevivente de violência masculina e tentativa de feminicídio, Gardênia ficou muito emocionada durante a entrevista. Sua voz era muito baixa e entrecortada pelo choro, dificultando a transcrição posterior e tornando alguns trechos inaudíveis. Por causa do estado emocional de Gardênia, optei por não acompanhar as suas atividades ou realizar registros fotográficos pessoais, apenas do local.

À tarde, aconteceu a assembleia anual do coletivo de mulheres da comunidade de Primavera. Na reunião, que ocorreu na igreja, foi formado um círculo de cadeiras que iam sendo ocupadas à medida que as mulheres chegavam, muitas vezes acompanhadas de suas crianças. Sentei-me no fundo da sala com intenção de observar à distância, mas Jitirana pediu que eu fizesse parte do círculo e fui devidamente apresentada às mulheres. Aproveitei a oportunidade para esclarecer sobre a pesquisa e explicar cada etapa e seus objetivos. As

presentes demonstraram interesse em participar e conversar sobre violência no meu retorno ao campo. Não houve gravação de áudio, apenas observação participante e registros fotográficos.

No quinto dia, realizei entrevista narrativa em profundidade com Sálvia, mais uma mulher participante do coletivo de Primavera. Sentamos na varanda da frente de sua casa. Durante a entrevista, seus netos brincavam por perto e seu companheiro permaneceu sentado na varanda, um pouco afastado. A presença de outras pessoas não pareceu interferir na narrativa de Sálvia, que contou detalhes de sua vida desde a infância. Sua história de vida foi gravada em áudio e durou cinquenta e dois minutos. Também houve o acompanhamento de suas atividades diárias, onde conheci sua cisterna, seu forno de carvão e o restante de seu terreno, realizando observação participante e registros fotográficos.

Diariamente, à noite, realizei os registros de diário de campo. As gravações de áudio realizadas como lembretes no celular eram escritas no caderno, assim como minhas impressões e as análises da observação participante. Também era o momento de, a partir do material já coletado, pensar na abordagem a ser realizada no dia seguinte e os possíveis roteiros para as entrevistas.

Inicialmente, a pesquisa de campo seria realizada em comunidades rurais de diversas regiões do Estado de Alagoas. No entanto, após o trabalho de campo preliminar em Primavera, percebi que as experiências das mulheres sertanejas podiam conter ainda mais particularidades que mereciam uma atenção especial. Diante dos relatos das mulheres entrevistadas, alguns pontos foram levantados: a dificuldade de acesso à água, ainda enfrentada por muitas famílias sertanejas; a dificuldade de geração de renda no sertão, devido à seca; a violência generalizada, que afeta não só as mulheres, mas também os homens sertanejos; e a escalada da violência doméstica, que não segue o padrão conhecido e, muitas vezes, salta a fase da violência física e vai direto para a tentativa de feminicídio. Desta forma, reorientei o caminho da pesquisa que, a partir deste marco, restringiu o recorte geográfico para o Alto Sertão Nordestino, mais especificamente, a comunidade de Jitirana e suas adjacências.

### **2.2.5 O retorno ao campo e a busca pelo diálogo**

A previsão inicial do segundo e último trabalho de campo era início de maio de 2022, logo após a qualificação, marcada para o final de abril. No entanto, por razões alheias à minha vontade, a data da qualificação foi postergada e coincidiu com o início do período de chuvas

em Alagoas, que esse ano trouxe consigo enchentes e fechamentos de estradas, impossibilitando o meu retorno ao campo. Dessa forma, com um atraso de quase cinco meses no cronograma, pude retornar ao trabalho de campo no início de outubro, nos dias 11 a 13, período definido em conjunto com Jitirana, de acordo com sua disponibilidade.

Antes de ir a campo, conversei com Jitirana e pedi que ela organizasse uma roda de conversa com as mulheres do coletivo para que pudéssemos debater sobre violência de uma forma mais aberta e num grupo onde as participantes se sentissem seguras para falar. Assim, no primeiro dia, realizamos duas rodas de conversa em dois coletivos.

A primeira ocorreu na comunidade de Primavera, foi gravada em áudio, teve duração de uma hora e dezesseis minutos e contou com a presença de 23 mulheres. Sentamos embaixo de um umbuzeiro e passei a apresentar a pesquisa, explicar o formato da conversa e fazer perguntas triviais para, só depois, entrar no tema da violência. Por um breve momento, houve um certo receio das mulheres em participarem da discussão, mas que rapidamente foi dissipado pela iniciativa de Jitirana em contar suas experiências pessoais e fazer, ela própria, perguntas direcionadas a quem sabia que poderia e queria falar sobre o assunto. A partir daí, o grupo se transformou num emaranhado de vozes, risadas e, algumas vezes, silêncios. Houve uma troca de experiências muito rica onde falamos não apenas sobre violências, mas sobre nossas vidas, lutas e intimidades. No local, realizei registros fotográficos.

À tarde, fomos à comunidade vizinha de Cerejeira, onde um novo coletivo de mulheres está sendo formado. Com a presença de 45 mulheres, nossa roda de conversa durou duas horas e meia e foi gravada em áudio. Iniciamos com a mesma dinâmica do grupo da manhã, onde Jitirana contava suas experiências pessoais e instigava as mulheres a compartilharem suas histórias. No entanto, a recente formação do grupo e a falta de contato prévio das mulheres com informações já amplamente conhecidas dos coletivos antigos mostrou a necessidade de complementarmos nosso diálogo com explicações para as dúvidas sobre violências e feminismo que surgiam durante as conversas. Assim como no grupo anterior, o resultado foi uma valiosa conversa, ora ordenada, ora caótica. Também houve registros fotográficos.

Finalizando o grupo focal, acompanhei o cadastro das mulheres da comunidade na Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), realizado no local por uma funcionária do Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas (EMATER), que costuma dar apoio direto aos coletivos liderados por Jitirana.



No segundo dia, acompanhei Jitirana nas atividades de militância no centro da cidade, comprando material para as festas da semana de Nossa Senhora Aparecida e organizando a reforma da igreja. Chegando em Primavera, resolvi procurar as mulheres que eu havia entrevistado no primeiro campo. Das seis, apenas três estavam na comunidade naquela semana. Comecei por Papoula, que estava em casa. Dessa vez, fui sozinha na tentativa de conversar de forma mais aberta e aprofundada, pois sabia que seus filhos estavam no grupo de jovens da igreja naquele momento. No entanto, assim que Papoula me recebeu na varanda e sentamos para conversar, seu marido passou a rondar o local, observando e escutando tudo. Percebi imediatamente que, mais uma vez, não conseguiria aprofundar a entrevista e entrar no tema da violência e, prezando pela segurança de Papoula, mantive as perguntas em temas menos sensíveis. A entrevista, com roteiro semiestruturado, durou vinte e três minutos e foi gravada em áudio.

Segui para a casa de Alpina, que estava na companhia de uma amiga e me recebeu na sala com sua alegria de sempre, zombando da minha chegada esbaforida depois de uma boa caminhada pela estrada de barro no sol e achando graça do cachorro “de guarda” que não havia latido, como faz com todo mundo que se aproxima, e estava abanando o rabo para mim. Conversamos por uma hora e um minuto, com gravação em áudio, e atualizamos os assuntos do ano passado, falando principalmente sobre sua saúde.

Dali, segui com Jitirana de carro para a casa de Sálvia, que fica um pouco mais distante. Jitirana aproveitou a viagem para fazer o acompanhamento do sistema Bioágua de filtragem e irrigação com reuso de águas cinzas, instalado recentemente a partir de um projeto desenvolvido pela ActionAid<sup>17</sup>, organização internacional que atua em parceria com organizações locais e beneficiou mulheres dos coletivos do Alto Sertão por meio de parceria com o MMTRP-AL. A entrevista durou uma hora e trinta e cinco minutos e foi gravada em áudio. Também realizei registros fotográficos.

Finalizadas as entrevistas com as mulheres que eu já conhecia, fui em busca das outras quatro mulheres da comunidade que não fazem parte do coletivo. Uma delas, mãe de Sálvia, já havia saído rapidamente de perto quando ouviu o teor da nossa conversa, dando uma indicação de que eu não teria muito sucesso. Por fim, as outras três não se mostraram disponíveis a participar da pesquisa.

---

17 Para mais informações, acessar <https://actionaid.org.br/sobre-nos/quem-somos/>.

Retornei para a igreja comunitária, onde crianças e adolescentes se revezavam entre brincadeiras e tarefas de organização da reforma. Jitirana arrumava a fiação da igreja enquanto sua filha, Bonina, terminava de pintar a fachada de branco. Ali, perguntei a duas recém chegadas no coletivo, Verbena e Dália, se elas aceitavam ser entrevistadas e sentamos as três numa sombra próxima para conversar. A entrevista durou vinte e seis minutos e foi gravada em áudio. Infelizmente, tivemos que interromper a conversa por causa do limite de horário de retorno para o centro da cidade.

Quem me levou de volta para o hotel foi Bonina, que vinha furtivamente fugindo das entrevistas desde o primeiro campo em 2021. Perguntei se podíamos finalmente realizar a entrevista durante o caminho e ela aceitou. Apesar de conhecê-la há alguns anos, tudo o que sei de sua história de vida veio através de sua mãe, pois Bonina é extremamente tímida. Por isso, mantive nossa conversa num tom leve e informal durante todo o caminho. No banco traseiro, sua namorada acompanhava nosso diálogo e frequentemente ria das perguntas e das respostas. Não foi possível a gravação em áudio por causa do barulho na estrada de terra e pedras.

E assim encerrei o trabalho de campo desta pesquisa.

## 2.2.6 Quando a militância vira campo

*É... O que é importante na minha vida é justamente isso, é a militância mesmo. Foi muito importante. Foi o que me ajudou a eu acordar pra vida. Foi a militância. É uma faculdade não acadêmica que eu aprendi, que eu vivo e que ninguém sabe ensinar. Porque é a vida. É vivendo. É cada dia que você vive é um aprendizado.*

(Jitirana<sup>18</sup>)

Além de ter nascido da militância, durante os dois anos de mestrado esta pesquisa caminhou lado a lado com ela. Assim como para Jitirana, a militância é parte fundamental da minha vida. É a minha paixão. Não é possível deixá-la de fora da pesquisa, que poderia ser definida como “uma sociologia da paixão como um modo de nossa relação com o mundo, que implica amor, desejo e sofrimento” (WACQUANT, 2019, p. 123, tradução nossa).

No decorrer do mestrado, permaneci em contato constante com as mulheres rurais. Ao longo da pandemia, a tecnologia digital e as conversas por meio de aplicativos de mensagens possibilitaram a escrita de artigo sobre suas dificuldades e as formas de resistência em suas

---

18 Entrevista realizada em 06/12/2021.

comunidades. Em janeiro de 2022, junto com minha companheira de militância Zezé, com quem por anos dividi a assessoria do MMTRP-AL, articulei mulheres de diferentes coletivos e movimentos do campo, das águas e das florestas de Alagoas para formar o Coletivo Margaridas na Luta.

Realizamos reuniões virtuais, debatemos políticas públicas e falamos sobre violência. Como nosso principal objetivo era pressionar o governo estadual a reativar o Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra Mulheres Rurais, escrevemos juntas o novo Regimento Interno do Fórum. Encaminhamos ofícios aos mais variados órgãos governamentais, cobramos apoio à Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos (SEMUDH), fomos a reuniões no Palácio do Governo e conversamos com dois governadores. Até que, no dia 08 de agosto de 2022, choramos juntas e de mãos dadas enquanto o governador Paulo Dantas assinava, na nossa frente, o texto produzido pelas mulheres do campo, das águas e das florestas, transformando-o no Decreto nº 84.454.

Durante todo o ano, debatemos e construímos as pautas do Margaridas na Luta e das organizações que dele fazem parte. Foram inúmeras discussões sobre a precariedade das políticas públicas no campo, principalmente no combate à violência contra as mulheres. Produzimos cartas de pautas para as reivindicações específicas do coletivo e marchamos. Saímos às ruas em 8 de março, Dia Internacional das Mulheres, e em 29 de julho, quando protestamos contra o crescente número de feminicídios em Alagoas.

Em julho, participei do encontro nacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema, São Paulo. Lá, junto com mulheres de todos os cantos do país e sob a liderança da Mazé, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), debatemos o nosso papel na preparação e articulação para a Marcha das Margaridas 2023.

No início de novembro, já na fase de finalização da dissertação, fui convidada pela Raquel Braz, Secretária de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas (FETAG), para participar do Curso de Formação para Mulheres e preparação para a Marcha das Margaridas 2023 da Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC). Durante cinco dias, setenta e cinco mulheres agricultoras e ligadas ao movimento sindical, vindas de todas as regiões de Alagoas, debateram sobre políticas públicas, democracia, organização política, movimentos sociais, saúde e violência contra mulheres.

Ainda em novembro, fui convidada para participar e fazer parte da mesa de abertura do III Seminário Estadual do Movimento de Mulheres Camponesas de Alagoas<sup>19</sup>. O seminário tinha como tema “Mulheres e Agroecologia: Camponesas em Defesa da Mãe Terra e Contra os Impactos Climáticos” e o tema da mesa que participei era “Olhares para a conjuntura e organização contra a fome”. Em minha fala, fiz um breve apanhado sobre as políticas públicas voltadas às mulheres rurais e seu desmonte, com base na pesquisa que levou à escrita do capítulo três desta dissertação. Neste seminário estavam presentes sessenta mulheres do MMC, incluindo algumas que já contribuíram anteriormente para este estudo, como Calêndula e Nemésia. Na oportunidade, aproveitei rapidamente o horário do almoço para realizar entrevista semiestruturada com Lavanda, coordenadora estadual do movimento. A entrevista durou trinta e um minutos e foi gravada em áudio.

Finalmente, finalizei novembro na organização do I EMA – Encontro de Mulheres de Alagoas, que ocorreu no dia 25, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, na cidade de Pilar. Pela primeira vez, conseguimos trazer mulheres de todas as regiões de Alagoas, dando prioridade às mulheres do campo, das águas e das florestas. Estiveram presentes representantes de 46 organizações, incluindo Nemésia do MMC, Margarida da FETAG, Rosa do MMTRP-AL e Jitirana. Mais de 200 mulheres, de 22 municípios, compareceram ao evento. O Coletivo Margaridas na Luta levou 13 mulheres e Jitirana levou outras 7 de sua associação. Juntas, participamos do Grupo de Trabalho sobre a interiorização da rede de enfrentamento à violência e construímos pautas que serão entregues aos gestores estaduais e municipais.

Apesar da aparência de “relatório militante” deste tópico, há uma razão para sua existência. Cada uma das atividades descritas acima esteve intimamente ligada a esta pesquisa. Durante e após cada uma das conversas, das reuniões, das ações e dos eventos, realizei observação participante, produzindo registros fotográficos e escrevendo diários de campo. Além dos eventos citados, houve outras tantas reuniões com órgãos públicos e outras tantas conversas informais com gestores estaduais e municipais, representantes e participantes de movimentos sociais do campo. Foram incontáveis horas de pesquisa impossíveis de documentar. No decorrer da dissertação, utilizarei parte dessas observações para conectar empirismo e teoria e fortalecer o entendimento sobre as organizações de mulheres rurais em Alagoas.

---

19 Para mais informações, acessar: <https://mmcbrasil.org/mmc-alagoas-realiza-iii-seminario-de-feminismo-campones-popular-camponesas-em-defesa-da-mae-terra-e-contra-os-impactos-climaticos/>

### 2.2.7 Métodos e técnicas

Para a execução desta pesquisa, foram realizadas pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada mediante revisão da literatura sobre patriarcado, violência contra mulheres, movimentos sociais, feminismo, campesinato, mulheres rurais e outros temas pertinentes. Foram utilizadas obras literárias nas áreas de Sociologia, Antropologia, História, Filosofia e Psicologia, observando a interdisciplinaridade do tema, bem como foi realizada a busca de artigos científicos em bases de dados como *Scielo*, *Google Scholar*, *Sci-Hub* e Periódicos Capes. A pesquisa documental baseou-se na análise de documentos sobre a violência contra mulheres, com foco nas mulheres rurais, e as políticas públicas de enfrentamento dessa violência. Foram considerados documentos os dados disponibilizados tanto pelos órgãos públicos quanto por entidades de pesquisa e Organizações Não Governamentais. A busca documental foi realizada nos sites dos governos federal e estadual, de movimentos sociais como a Marcha das Margaridas, Marcha Mundial das Mulheres, MMC e o MST e de organizações como a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN), dentre outros. Também foram obtidos dados por recebimento direto via e-mail e *WhatsApp*.

A etapa de diagnóstico do campo alterou os rumos até então previstos para a pesquisa. Como anteriormente dito, as alterações iniciaram-se pela abrangência geográfica, que passou do estado de Alagoas, como um todo, para a comunidade rural de Primavera, no município de Sertãozinho, Alto Sertão de Alagoas, com foco nas mulheres sertanejas desta comunidade e arredores. Inicialmente, havia a previsão de aplicação de questionários, formulados com base na Escala *Likert*, que seriam aplicados a mulheres das comunidades examinadas, de forma a avaliar a percepção do patriarcado, a tolerância à violência contra mulheres e a socialização de meninas e meninos entre os diferentes grupos. No entanto, percebi que, além da quantidade de mulheres a ser estudada não ser suficiente para a realização de um estudo quantitativo, a aplicação de questionários demandaria um trabalho bastante demorado, pois há mulheres não alfabetizadas que necessitariam de auxílio individual.

O primeiro campo mostrou, ainda, que havia riscos para a minha segurança e a das pesquisadas caso a pesquisa não fosse conduzida corretamente. Durante uma das entrevistas fui sondada por um homem, marido de uma outra entrevistada, conhecido por ser “pistoleiro”

da região. Apesar de não ter havido nenhuma ameaça, ficou claro que a minha presença naquele local estava sendo observada e acompanhada. Por isso, algumas medidas para a proteção da segurança de todas foram tomadas neste trabalho: o nome das comunidades foram substituídos por nomes de flores; a entrada e a saída da comunidade só foram realizadas na companhia da líder comunitária ou sua filha, que também acompanhou o meu deslocamento na comunidade; os nomes das participantes foram modificados em todos os trabalhos decorrentes desta pesquisa, sendo substituídos também por nomes de flores; não houve entrevistas com homens; e as atividades foram encerradas até às 16h, de forma a possibilitar o retorno à casa antes de escurecer.

A partir do entendimento de que as experiências são geradas na vida material dos indivíduos e experimentadas não só como ideias, mas como sentimentos, optei inicialmente pela realização da entrevista em profundidade, com a menor intervenção possível (THOMPSON, 1981). Essa escolha permitiu a utilização da perspectiva da história oral, onde pode-se desafiar a subjetividade humana para desenterrar memórias obscurecidas. Para isso, além da escuta atenta, foi preciso observar o não dito e entender os significados dos silêncios (THOMPSON, 2000).

Pesquisar violência contra mulheres levou-me a perceber que o “não dito” está sempre presente. Essa percepção obrigou ao ajuste das técnicas utilizadas muitas vezes durante as entrevistas. Em alguns silêncios, abri mão da entrevista em profundidade e passei para o roteiro semiestruturado, de forma a navegar junto com a entrevistada sobre os temas relevantes para a pesquisa. Outras vezes, ao identificar algum sinal de resistência ou desconforto sobre o tema da violência, encerrei a entrevista com uma conversa informal.

Mesmo com esses ajustes e já tendo material para análise da violência após o primeiro campo, eu ainda não estava satisfeita. Apesar de toda a abertura com que as mulheres me receberam e todo o meu cuidado no “ouvir”, era óbvio que entre nós não existia um diálogo entre iguais, mas uma relação de “autoridade” que não permitia que aquelas mulheres realmente se abrissem para mim. Foi a partir dessa constatação que resolvi aplicar a técnica de grupo focal e estabelecer uma relação dialógica com as participantes, onde eu fosse considerada parte do grupo e houvesse uma real interação (OLIVEIRA, 1996).

Eu já havia aplicado essa técnica antes, em outros momentos, e sabia que as mulheres sentem-se mais estimuladas a falar de assuntos delicados quando estão em um grupo onde se sentem seguras. Apesar de ser sempre um momento caótico de falas sobrepostas e muito

barulho, também é um momento de partilha sincera. Jitirana participou ativamente, intervindo e contando suas experiências sempre que percebia que as participantes estavam com vergonha ou receio de falar, o que facilitou bastante a dinâmica da conversa. Foi possível tratar abertamente das violências, das políticas públicas disponíveis, da saúde, dos coletivos, da criação dos filhos e de outros assuntos pertinentes.

Essas adaptações também acarretaram no abandono de um questionário biográfico, cuja realização estava prevista para o segundo campo. Durante a aplicação do questionário, percebi que fazer perguntas objetivas e desviar a atenção e o olhar para o papel engessava a conversa e causava um afastamento entre mim e as entrevistadas e acabei abandonando essa técnica logo no início, utilizando as perguntas como ponto de partida para entrevistas de roteiro semiestruturado.

Além das entrevistas presenciais, durante o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas conversas por meio de aplicativos de mensagens instantâneas, como o *WhatsApp* e o *Instagram Direct*, sempre relacionadas à perspectiva das mulheres sobre os temas abordados nesta dissertação. Além disso, como anteriormente dito, também houve trabalho de campo durante minha atuação como militante, com observação participante, registros fotográficos e diário de campo.

Assim, as técnicas utilizadas nos trabalhos de campo foram: a) observação participante – acompanhando as ações das organizações e coletivos de mulheres rurais e as atividades das mulheres pesquisadas, tanto para pensar nos temas a serem abordados nas entrevistas, quanto para corroborar os dados obtidos, e, ainda, para observar ações, reações e interações do grupo; b) diário de campo – documentando a observação participante; c) registros fotográficos – capturando momentos ou detalhes essenciais para a interpretação dos dados; d) entrevistas narrativas em profundidade – histórias de vida sem intervenção da pesquisadora; e) entrevistas individuais com roteiro semiestruturado; f) entrevistas com roteiro estruturado por mensagens instantâneas; e g) grupo focal.

Após a transcrição, as entrevistas passaram pela técnica de Análise de Narrativa (MUYLAERT, 2014) e posterior etapa de codificação e categorização dos dados, onde foram verificados padrões e dados que interagem e possuem relação entre si. Após a categorização, houve a tematização dos dados para, por fim, sairmos do real para o abstrato (SALDAÑA, 2011; SALDAÑA; OMASTA, 2018). A pesquisa foi, então, de abordagem inteiramente qualitativa. As técnicas utilizadas permitiram a triangulação dos dados obtidos.

### 2.3 OS CAPÍTULOS DA DISSERTAÇÃO

Os capítulos três, quatro e cinco da dissertação serão escritos em terceira pessoa, pois acredito que este trabalho é fruto de uma construção coletiva. O terceiro capítulo, intitulado “‘Aquela vida que é menos vivida que defendida’: movimentos de mulheres rurais, políticas públicas e mediação do Estado”, apresentará a história do movimento de mulheres rurais no Brasil, partindo da formação do campesinato até chegar à organização autônoma das mulheres. Analisará, ainda, como a luta desses movimentos resultou na conquista de direitos e quais as políticas públicas nacionais e estaduais voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres rurais.

O quarto capítulo, “Reprodução social e violência no Alto Sertão alagoano: modo de vida e dimensões da violência”, fará um apanhado sobre o Nordeste, o Sertão de Alagoas, a formação do campesinato local, a comunidade de Primavera e suas formas de reprodução social. Tratará, ainda, do patriarcado e da violência contra mulheres, em análise teórica realizada a partir dos dados empíricos acerca da realidade das mulheres rurais, especificamente das sertanejas de Primavera.

No quinto e último capítulo, “A sertaneja é, antes de tudo, uma fortaleza: a resistência coletiva organizada, as redes de apoio e a resistência cotidiana”, focaremos na parte empírica do trabalho, tratando especificamente da comunidade de Primavera, em Sertãozinho, Alto Sertão alagoano, analisando quem são as mulheres da comunidade, como se dão as redes de apoio, a formação dos coletivos feministas e a resistência das mulheres organizadas ao patriarcado.

Por fim, apresentarei as considerações finais sobre a pesquisa e os resultados encontrados à luz das hipóteses inicialmente formuladas e das referências teóricas utilizadas. Neste capítulo, retomarei a escrita em primeira pessoa.



### 3 “AQUELA VIDA QUE É MENOS VIVIDA QUE DEFENDIDA”<sup>20</sup>: MOVIMENTOS DE MULHERES RURAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E MEDIAÇÃO DO ESTADO<sup>21</sup>

*Pisa ligeiro, pisa ligeiro.  
Quem não pode com as mulheres  
não assanha o formigueiro.*

(Cancioneiro feminista popular)

#### 3.1 MOVIMENTO CAMPESINO NO BRASIL E MULHERES RURAIS EM MOVIMENTO

Muito longe de pretender esgotar o tema campesinato que, por si só, é objeto de inúmeros estudos, debates e teorias na área das Ciências Sociais, aqui pretendemos tão somente delinear, de forma superficial, o ponto de partida para a análise que nos importa: o movimento organizado das mulheres rurais. Estando sua origem diretamente ligada ao movimento de luta campesina e, por isso, ao campesinato brasileiro, interessa-nos uma breve contextualização.

Albuquerque (2016) analisa o campesinato da América Latina a partir das nossas matrizes indígenas, considerando que suas raízes “são profundas e genuinamente livres” (p. 27), tendo a nossa agricultura coexistido com o capitalismo e servido como alternativa à população que se via à margem deste sistema. Essas raízes importam para explicar a formação do campesinato no Nordeste brasileiro, a partir dos sujeitos marginalizados que foram capazes de manter uma organização dentro de uma ordem social conflitante.

Compreender a forma de campesinato que se desenvolveu no período colonial, bem como a sua exclusão social, econômica e política, passa pelo entendimento de que ela era determinada pelo trabalho escravo e, em segundo plano, pela forma da propriedade da terra decorrente da escravidão. O camponês era excluído tanto da condição de proprietário de terra quanto da condição de escravo, mas não estava excluído da propriedade (MARTINS, 1995). Para Albuquerque (2016, p. 46), “as atividades camponesas desenvolvidas pelos escravos, assim como as dos índios e as dos pobres e livres constituem as raízes mais profundas de uma cultura campesina brasileira”.

---

20 Trecho de Morte e Vida Severina, de João Cabral de Melo Neto (2007, p. 80), que se encaixa com a luta incessante das mulheres rurais por políticas públicas que lhes garantam vida e dignidade.

21 Parte deste capítulo foi transformada em artigo (ALBUQUERQUE; LAGES; ASSIS, 2022).

A história contemporânea do movimento camponês brasileiro teve seu marco no Nordeste, com o surgimento das Ligas Camponesas em 1955 e sua rápida expansão pela região, que contou inicialmente com o apoio do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a oposição de setores conservadores da Igreja Católica. A partir da década de 1950, os movimentos sociais rurais começaram a articulação em torno das pautas em defesa da reforma agrária, da organização sindical e dos direitos trabalhistas e previdenciários, realizando conferências e elaborando documentos de reivindicações. Essas conferências culminaram, em novembro de 1961, no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, na cidade de Belo Horizonte. O evento, organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e financiado pelo governo de João Goulart, contou ainda com a presença das Ligas Camponesas e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), reunindo milhares de delegados de todo o país (MEDEIROS; ARAÚJO, [s.d.]; MARTINS, 1995; MORAES, 2012; BUTTO, 2017).

### 3.1.1 A participação das mulheres no movimento camponês brasileiro

*Este é um país sem memória. E a parte que coube a nós, mulheres, na história do movimento, é pouco conhecida.*

(Elisabeth Souza-Lobo<sup>22</sup>)

Pesquisar sobre mulheres que fizeram parte de movimentos sociais no Brasil, como já falamos anteriormente, não é tarefa fácil. Se estivermos falando sobre mulheres rurais, parece-nos que a “memória” é ainda mais frágil, como veremos nesse apanhado sobre a participação das mulheres no movimento camponês brasileiro. Mesmo assim, é preciso insistir em pesquisar e mostrar que mulheres participaram ativamente de todas as lutas por direitos que aconteceram em nosso país, como declara Souza-Lobo:

Muitos foram os estudos sobre os movimentos sociais no Brasil, poucos se perguntaram por que, nesses movimentos, os atores eram, principalmente, atrizes. Foram analisados os movimentos sociais, e só mais particularmente aqueles que remetiam a questões definitivamente femininas ou que eram exclusivamente de mulheres, foram chamados movimentos de mulheres. Mas as mulheres estavam nas ocupações de terrenos, nos movimentos de saúde e transporte, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). (Souza-Lobo, 2021, p. 244).

O primeiro documento sobre um encontro nacional organizado pelo movimento camponês brasileiro a que tivemos acesso refere-se a uma página do Jornal A Voz Operária,

---

22 SOUZA-LOBO, 2021, p. 213.

que noticia a primeira Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, ocorrida simultaneamente em São Paulo e Recife, nos dias 06 e 07 de setembro de 1953.

FIGURA 1 – JORNAL VOZ OPERÁRIA, 1953



Fonte: BNDigital ([s.d.])

Na edição 226, o jornal destacou a participação de uma mulher camponesa, Rosa Marcelina de Souza:

## A MULHER CAMPONESA

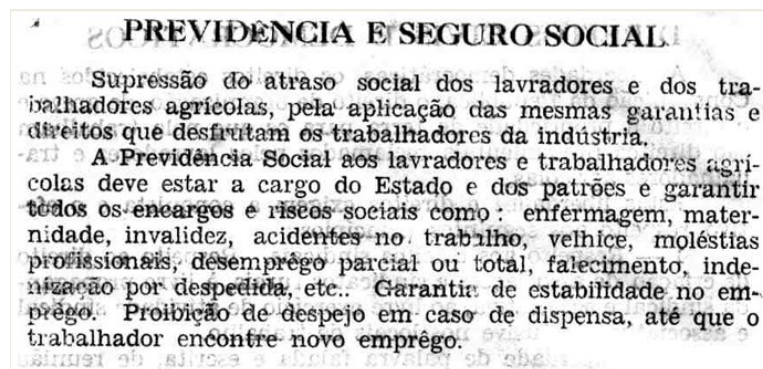
Uma das grandes figuras da Conferência foi Rosa Marcelina de Souza, mulher de um posseiro, em Tinguá, município de Caxias, Estado do Rio. Tendo apenas dois anos de escola primária, fundou uma escola para filhos de camponeses. São 36 alunos. De manhã, trabalha na roça, de tarde, leciona. Rosa Marcelina saudou a Federação das Mulheres do Brasil. Disse que veio temerosa porque lhe disseram que os paulistas são bairristas. **Proclamou emocionada que nunca foi tão bem tratada, podendo falar aos demais de igual para igual.** Ela verificou que os operários não são bairristas, nem regionalistas, são os melhores amigos, os irmãos, dos camponeses. (BNDigital ([s.d.]), grifo nosso).

Pela ênfase colocada em Rosa e na “mulher camponesa” no singular, presume-se que ela foi a única ou uma das poucas mulheres camponesas a participar da conferência. Mesmo assim, sua participação deu-se “de igual para igual”. Ainda que Rosa estivesse sozinha neste evento em particular, não estava sozinha na luta camponesa.

A Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrida em 1964, resultou na “Carta dos direitos e das reivindicações dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil”. Apesar da Carta ser endereçada “ao trabalhador rural” e referir-se ao “homem da lavoura”, utilizando-se do discurso masculino generalizante que tende a invisibilizar as

mulheres nos documentos históricos, percebe-se que, desde o início, elas estavam presentes no movimento campesino organizado. Na Figura 2, vemos que “maternidade” aparece entre as reivindicações ligadas à previdência e ao seguro social.

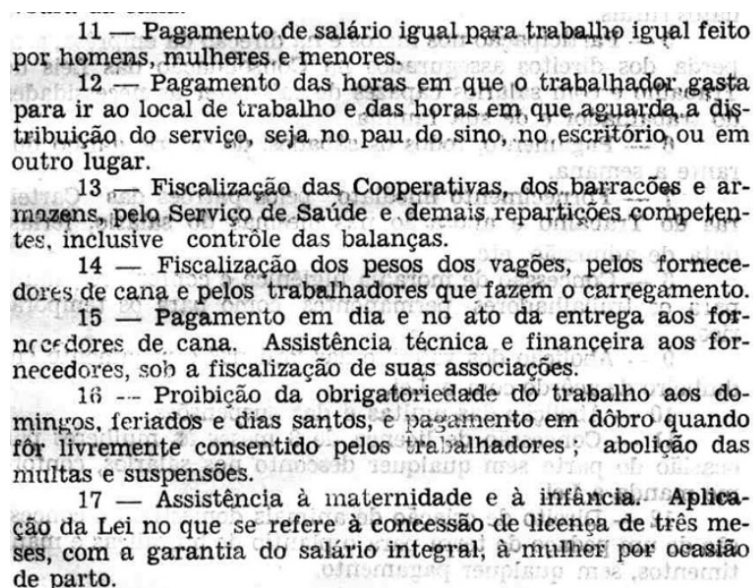
FIGURA 2 – REIVINDICAÇÕES SOBRE PREVIDÊNCIA E SEGURO SOCIAL



Fonte: UFRRJ ([s.d.])

Já no trecho do Programa de reivindicações dos trabalhadores das usinas de açúcar e da lavoura canavieira (UFRRJ, [s.d.]), observamos que a reivindicação de número 11 é por paridade salarial, com “Pagamento de salário igual para trabalho igual feito por homens, mulheres e menores”, e a número 17 pauta a “Assistência à maternidade e à infância. Aplicação da Lei no que se refere à concessão de licença de três meses, com garantia do salário integral, à mulher, por ocasião de parto”.

FIGURA 3 – PROGRAMA DE REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES DAS USINAS DE AÇÚCAR E DA LAVOURA CANAVIEIRA

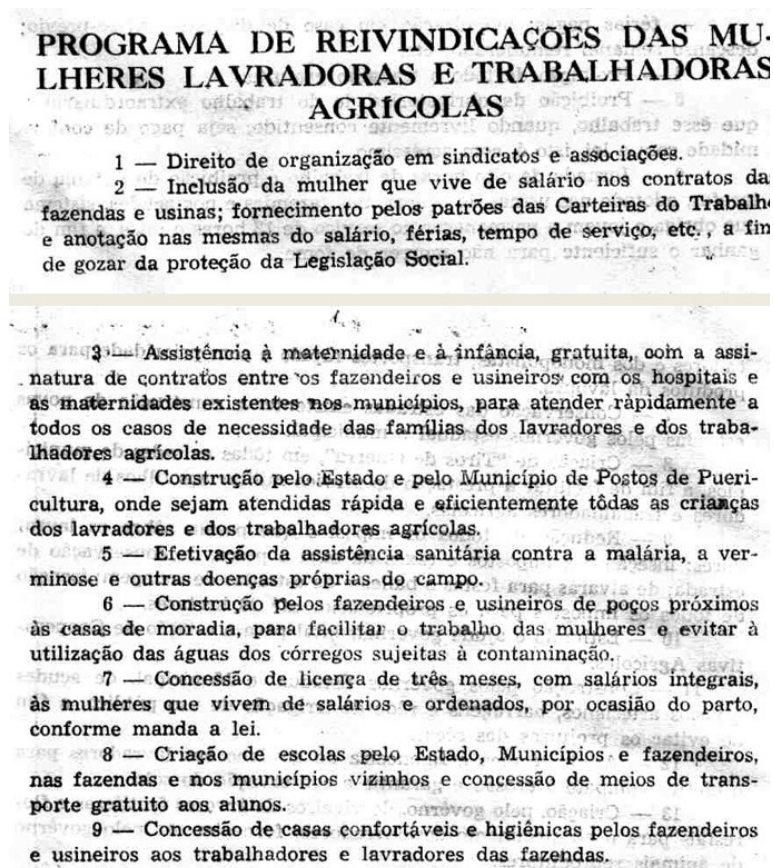


Fonte: UFRRJ ([s.d.])



Nesta mesma carta de 1954, há um trecho dedicado inteiramente às mulheres. Nele, as reivindicações trazem pontos em comum com as dos homens, indo além para a exigência da paridade dos direitos já assegurados a eles e acrescentando os direitos ligados à maternidade.

FIGURA 4 – PROGRAMA DE REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES LAVRADORAS E TRABALHADORAS AGRÍCOLAS



Fonte: UFRRJ ([s.d.])

Apesar das poucas referências nesse primeiro documento, é inegável a presença ativa das mulheres na luta por direitos dentro do movimento. As resoluções do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas incluíram o incentivo ao movimento feminino rural e a comemoração do 8 de março nas zonas rurais, o que demonstra que as mulheres não participavam do movimento como meras espectadoras, mas como verdadeiras militantes (BUTTO, 2017).

É nesse contexto que mulheres trabalhadoras rurais como Margarida Maria Alves, na Paraíba, passam a se destacar na luta contra a exploração do trabalho rural e o latifúndio e pelo acesso à terra e à participação de mulheres nos movimentos, chegando a assumir a presidência de sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais (ESMERALDO, 2013)<sup>23</sup>.

23 Voltaremos a falar de Margarida mais adiante.

No entanto, a inclusão de mulheres em locais de poder e política nunca se deu de forma pacífica. Analisando esse desenvolvimento do sindicalismo rural, Saffioti e Ferrante (1987, p. 106) destacam que “difícilmente se rompe – a não ser em casos isolados – a tutela do homem sobre a sindicalização da mulher, tutela esta perfeitamente adequada à lógica do patriarcado-capitalismo”. Desta forma, as campanhas de sindicalização do trabalhador rural impossibilitavam a participação ativa das mulheres, já que eram direcionadas ao “chefe da família”.

As autoras reconhecem que essas mulheres sofriam com os estereótipos, bem como com a discriminação que intencionava impedir a sua participação nos movimentos sociais, salientando que a atuação das mulheres nos espaços políticos gerava conflitos dentro da própria família, com o aumento da violência contra essas mulheres, de forma a pressioná-las ao abandono da luta. “Sob a ótica masculina, ‘mulher que se põe numa luta quer aparecer, está com sem-vergonhice’ e o peso desta pressão levou muitas mulheres a se afastarem do movimento por medo do marido, da censura do grupo” (SAFFIOTI; FERRANTE, 1987, p. 112).

Essa ainda é a realidade de algumas mulheres do campo. Magnólia, filha de Jitirana, chegou a fazer parte do movimento de mulheres rurais, influenciada por sua mãe, mas foi obrigada a abandonar a militância após o casamento:

Andréa: E você nunca teve interesse em entrar assim pro movimento ou você chegou a fazer parte do movimento?

Magnólia: Eu já participei do movimento com minha mãe. Eu, quando eu morava aqui, eu ia pra reuniões, pra eventos, passeata, essas coisas, mas depois que eu comecei... **Depois que eu casei, eu fiquei presa.** (Magnólia, 08/12/2021, grifo nosso).

A participação das mulheres nos movimentos sociais e sindicais não era rechaçada apenas pelos maridos, mas também por outros membros da família. Para Margarida, a discriminação vinha de sua mãe: “a minha mãe não aceitava nem que eu vivia dentro do movimento sindical, a minha mãe veio aceitar... Tá com cinco anos que a minha mãe veio me aceitar dentro do movimento sindical. Há cinco anos a minha mãe veio aceitar”<sup>24</sup>.

As mulheres do campo estiveram presentes nas lutas contra o golpe civil-militar e pela democratização do país, que tiveram seu ápice na década de 70. Junto aos movimentos sociais, sindicais, populares e partidos de esquerda, envolveram-se ativamente nas manifestações pelo fim da ditadura militar, contra a fome, a desigualdade e o capitalismo (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020). Essa participação ativa das mulheres foi observada nas narrativas

<sup>24</sup> Entrevista realizada em 13/05/2021.

das entrevistadas. Cravina, do Assentamento Flor da Serra, relembra a atuação de sua mãe nas ocupações de terra pelo MST:

**Lúcio<sup>25</sup>: Então a sua mãe nessa época lutando pela terra ela ia na frente?**

**Cravina: Era. Ela enfrentava, a minha mãe enfrentava tudo.** Meu padraсто dizia a ela: “ainda vão lhe matar”. Aí ela: “Mata não, mata não que eu vou atrás do meu direito, não vou esculhambar ninguém, xingar ninguém sem eu ter direito não”. Cravina, 11/12/2021, grifo nosso).

Perpétua também fala sobre a atuação das mulheres durante os conflitos, ressaltando que elas eram convocadas e desempenhavam os mesmos papéis que seus companheiros nas marchas e mobilizações do MST:

Andréa: Quando tinha manifestação as mulheres vinham?

Perpétua: Era. A Magal, Taciane, Zé Roberto faziam o convite... [...] Aí então eles faziam o convite uma semana antes... Os marido pra casa: “vem mulher que vai ter uma marcha, vai ter mobilização”. Aí as mulher vinha. Aí era bom, viu, era bom.

**Beatriz: E na marcha, homens e mulheres tinham papeis diferente assim?**

**Perpétua: Não.**

**Beatriz: Era todo mundo junto?**

**Perpétua: Todo mundo junto.**

**Andréa: Na organização também?**

**Perpétua: Sim. Era todo mundo misturado,** era coordenador, era militante, era todo mundo junto. Na hora de chegada: “quem é o líder?”, “o líder somos todos nós”. Não tem isso de: “o líder é aquele”. Não. “Quem é o líder aqui da mobilização?”, “Somos todos. O que quer com o líder?”, “Porque a gente quer conversar...”, “Então é com nós todos”. É assim que a gente trabalha. (Perpétua, 11/04/22, grifo nosso).

No entanto, a participação das militantes nesses processos de luta era sistematicamente invisibilizada e elas eram relegadas ao anonimato. A presença das mulheres era incentivada nas campanhas e nas mobilizações, mas não havia abertura para participarem das tomadas de decisões, ocupando apenas espaços considerados secundários. Historicamente, a presença das mulheres nos espaços públicos é desejada como figurantes de apoio ou ornamento, mas não como protagonistas (PERROT, 2005; LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

Silva (1999) aponta mais uma faceta dessa discriminação, mostrando como a participação ativa de mulheres nos sindicatos rurais e nos conflitos era mal vista e disfarçada com a nomeação de homens para cargos de direção e citando o exemplo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dobrada, fundado em 1984, que era efetivamente dirigido por mulheres, mas possuía um homem como presidente. As mulheres não só representavam ativamente o sindicato como estavam à frente nas ações e eram chamadas de “para-raios, porque, nas greves, elas iam à frente dos homens servindo-lhes de escudos e aproveitando-se

---

25 Lúcio Verçosa.

do ‘é feio bater em mulher’, conseguiam evitar a violência policial durante o confronto” (p. 290).

É possível observar que essa ainda é a realidade atual a partir da fala de Calêndula, que reforça o uso das mulheres nos momentos de confronto e trabalho pesado, mas aponta a continuidade da manutenção dos homens na liderança dos movimentos:

E ainda hoje a gente sabe que muita gente tenta colocar pano para que a gente não apareça, porque **as principais organização de liderança são homens**. Agora **quando é de fato pra pegar no pesado, quem são as lideranças? As mulheres**. [...] **nos conflitos quem é que fica de frente?** As mulheres e as crianças. Nas marchas, quem é que cozinha para toda marcha? As mulheres. Durante a marcha, quem é que carrega as crianças? As mulheres. (Calêndula, 20/05/2022, grifo nosso).

Souza-Lobo (2021, p. 182) afirma que “ao articularem as experiências da vida privada com a vida pública, nas lutas cotidianas, as mulheres questionam a hierarquia de gênero não só no nível da família, mas no nível do discurso e nos espaços da política tradicional”. Para Silva (1999), controlar esse espaço era uma forma dos homens exercerem poder, pois uma “publicização do espaço do conflito de classe seria uma ameaça para o poder masculino, na medida em que a mulher sairia do espaço doméstico privado, controlado, ‘sob suas chaves’ e fugiria ao controle de sua dominação” (p. 297). Esse controle dos homens é exercido de várias formas, como assédio moral e sexual e imposição do medo, como pontua Jitirana ao comparar a militância em ambiente misto e só de mulheres:

Andréa: Qual a diferença que você vê entre militar num coletivo misto e militar só com mulheres?

Jitirana: A diferença é grande porque, **na militância com homem, você milita, mas você tem medo**. Tem medo da língua, tem medo do que eles pensam, tem medo do que eles querem fazer. Sofre abusos. Sofre muita coisa, sabe. Eles desrespeitam, eles dizem coisa na sua frente que você não quer ouvir. Insegurança. **Você tem insegurança de tá naquele ambiente só mais eles**. Não porque você acha que você vai pegar eles, porque você não sabe o que que eles tão pensando de você ou eles pensam mesmo. Cantam você. Mesmo você não querendo você ouvir tal coisa, você ouve. Então... **E nas mulheres é diferente. A gente se sente tranquila, a gente se sente à vontade, a gente se sente...** Ou seja, é diferente. Claro que a gente sabe que também tem mulheres que abusam, sabe. A gente sabe que tem mulheres que é melhor a gente também, às vezes, botar ela no lugar. Mas até a mulher é mais fácil de botar no lugar, viu. Até a mulher é mais fácil de botar no lugar, quando a mulher é meio... Eu vou falar na parte mesmo sexual, na parte da sexualidade. **Porque tem homens que não respeitam**. Quando você pensa que não, você se depara com uma piada, se depara... Você tá em um lugar, **ele passa se ralando em você**, como já aconteceu muito ali na associação. Eu ter... Você ter que... Fica constrangida, sai, pra não ficar ali e é ruim. **Você se sente insegura**. E, se é uma mulher que faz isso, você bota ela no lugar em dois tempos. É mulher... De mulher pra mulher. Não dá medo. E a gente acaba ganhando até classe, quando a gente consegue falar com elas desse jeito. E é isso... Pra mim, essa é a diferença de que... Com homem, a gente é... É meio que, como é que eu posso dizer? **Não é seguro. A gente não se sente segura de trabalhar com homens, só com homens. Os homens não respeitam as mulheres**. Eles sempre são os mais... **Eles se sentem, eles não são, eles se sentem os mais poderosos, os que podem fazer tudo. Podem até falar tudo. Podem o que**



**querem.** Enquanto nós, mulheres, não podemos... [...] E aí, é isso aí. É o conforto. Com as mulheres é confortável trabalhar. Eu me sinto. (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Para Souza-Lobo (2021, p. 185), “as mulheres nos movimentos invadem espaços políticos, as libertárias e feministas invadem espaços públicos. Deslocam lugares e fronteiras, não sem resistência”. Nas entrevistas, percebe-se que os homens sequer disfarçam o descontentamento em dividir os espaços públicos de poder e militância com as mulheres e tentam, a todo o tempo, demonstrar sua dominância por meio da discriminação sexista. A simples presença das mulheres nos movimentos questiona a ordem e a hierarquia de gênero (SOUZA-LOBO, 2021). A hostilidade não é dirigida apenas às mulheres que estão ocupando cargos de liderança, mas a qualquer mulher que ouse sair do ambiente privado:

É tanto que, no escritório, ele não engolia a Violeta porque ele abriu, ele fez um edital, a CEAPA<sup>26</sup> abriu um edital e ela se inscreveu, aí foi chamada, **mas ele não aceitava porque ele queria um homem lá dentro.** A composição da... Como é que eu posso dizer... Desse... Escritório não... O grupo, a coordenação da CEAPA era toda homem, só ela era secretária lá dentro. **Então eles não engoliam muito ela.** (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Os episódios de machismo nos movimentos mistos são impactantes e marcam profundamente as mulheres. Uma das memórias resgatada por Jitirana em sua história de vida diz respeito à primeira vez que ingeriu cachaça. Jitirana era, à época, presidente de uma associação, mas foi desacreditada publicamente por um associado. Sua revolta não se deu apenas pelo comentário machista, mas por observar que estava abrindo mão da vida pessoal para um projeto coletivo e que não recebia nenhum reconhecimento por isso apenas por ser mulher:

Meu primeiro gole de cachaça limpa foi com 25 anos. Foi numa revolta que eu tive. Foi justamente na associação. A gente lá... Eu já batalhando... [...] Aí então já tava começando a conhecer, a entender que a gente já tinha o jeito de se libertar de algumas coisas... Aí **eu era a presidente da associação** e chegou um cara que daquela época até hoje é presidente. Certo? Chegou e disse assim... Que ele sabia que uma coisa, **que uma associação presidida por mulher não ia pra frente não.** Agora isso com inveja porque a associação não tinha sede, não tinha cadeira, não tinha escritório, não tinha nada. Aí, quando eu fui presidente, eu consegui no Banco do Nordeste fazer isso. Ainda hoje existe a sede lá. Na época, por isso que eu ia todo dia, porque eu tava nesse processo de construção e tava acontecendo as coisas. **Então tive uma raiva. Isso foi ruim pra mim escutar isso, sabe.** Porque era na época que eu tava investindo meu recurso, que eu não tenho condições, mas eu tava investindo toda a minha vida. **Eu deixava minhas quatro filhas aqui e passava o dia lá com um monte de homem trabalhando.** E eu ali que, além de ser presidente, eu também era fiscal porque os fiscal não ia. Eu sabia que quando tinha um dia que não ia ninguém eles ficavam sentados, ficavam deitados, entendeu. Então tinha que ir alguém. E aí eu fiquei sabendo disso. **Isso me deu uma angústia** porque, assim, você dá o seu sangue, dá a sua vida, deixa tudo... E aí fiquei triste, **mas também foi**

---

26 Central das Associações de Agricultura Familiar.

**uma coisa que me fez levantar a cabeça e dizer “não, pode ser que ele esteja certo, mas eu não sou obrigada a concordar com isso”.** Enquanto eu fiquei lá, ele não era nada, eu não deixava. Foi nesse dia que teve uma confraternização também, foi onde ele disse isso. Aí eu peguei e bebi minha primeira dose de cachaça limpa. (Jitirana, 06/12/2021, grifo nosso).

A despeito de todas as dificuldades que as mulheres enfrentam na participação e na construção dos movimentos mistos, é preciso reconhecer que todas as mulheres rurais lideranças de movimentos autônomos de mulheres com quem tive contato no decorrer dessa pesquisa vieram desses movimentos. Sejam associações, movimentos sindicais ou sociais, foi justamente a partir dessa militância que as mulheres adquiriram consciência crítica. Foi no autorreconhecimento das mulheres militantes enquanto sujeitos políticos, e da impossibilidade do exercício pleno de seus direitos dentro desses espaços, que se deu a auto-organização de mulheres (BUTTO, 2017).

Lavanda, em entrevista, brinca que praticamente nasceu na CPT, contando que fazia parte da coordenação pedagógica da equipe de educação itinerante quando foi convidada por Calêndula para participar das reuniões do MMC, onde hoje é coordenadora. Prímula também iniciou sua formação política a partir do movimento misto, no seu caso, o MST:

**Tinha 14 anos.** E aí a gente veio, ocupamos e eu vinha só com ela só pra conhecer mesmo. **E aí a gente fez um curso de militante, porque o MST preza muito pela formação política da militância,** dos jovens, das crianças sem terrinha. Do povo em si, aí eu fui participar do curso de formação política lá no assentamento São Furtuoso. E em São Luís foi meu primeiro curso de formação, e quando saímos de lá, saímos com um monte de responsabilidade. (Prímula, 10/04/22, grifo nosso).

Muitas vezes, no início desse processo de auto-organização, as mulheres reuniam-se quase que clandestinamente, aproveitando os momentos de encontros de movimentos mistos, como relata Jitirana:

Então, nas reuniões da CEAPA, nós não tinha dinheiro pra ir só pra reunião do movimento. Nós ia pra assembleia da CEAPA e quando terminava, de noite, **nós xispava prum cantinho ali lá fora, que os auditórios eram tudo alugado, tudo alugado, mas a área lá fora num era.** Então nós fazia aquela roda de conversa lá, **ficava até onze horas da noite conversando “vamos formar o grupo de mulher”.** Então todo ano nós tinha reunião, até a gente conseguir em 2010. (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Outro fator apontado como dificuldade para a participação das mulheres nos movimentos é a questão da reprodução e dos cuidados. Scott, Rodrigues e Saraiva (2010) analisam como o trabalho doméstico e a presença de filhos interfere na inclusão de mulheres, observando que aquelas que não possuem filhos ou possuem filhos crescidos são as mais envolvidas nos movimentos, ou seja, que a maternidade e a divisão sexual do trabalho estão diretamente envolvidas na inclusão ou exclusão dessas mulheres nesses espaços. Dessa forma,

mulheres que não conseguem se afastar das atividades domésticas, “ligadas à reprodução, cuidados com filhos, maridos e trabalho doméstico em geral” (p. 70), também não conseguem se envolver ativamente na luta.

Calêndula, uma das fundadoras do MMC em Alagoas, relata como a maternidade e o trabalho de cuidados acaba afastando as mulheres da militância ativa no movimento:

Lucilene adotou um filho [...], que ele é autista nem dá pra sair, ela vive hoje exclusivamente pra essa criança. É uma grande liderança aqui em Branquinha, produtora agroecológica, produtora orgânica, cordelista, faz poemas em cordel, ela não tem condições de sair. [...] Depois que eu tive a minha filha, isso já faz tempo, já tem um monte de tempo, ela já vai fazer cinco anos. Eu fiquei na parte da prática, mais da prática, sabe... da agroecologia mesmo, de fato fazendo agroecologia. (Calêndula, 07/04/2022).

Durante o encerramento do curso realizado na FETAG<sup>27</sup>, em novembro de 2022, algumas mulheres pediram o microfone. Quatro delas falaram sobre como havia sido difícil deixar os filhos durante uma semana para participar da formação e como era difícil fazer parte do movimento sindical e ter que, muitas vezes, passar dias seguidos fora de casa. A concordância foi geral e muitas mulheres choraram enquanto falavam de seus filhos. Margarida já havia mencionado o assunto em uma de nossas entrevistas:

**A gente não quer sair de casa direto e deixar os seus filhos lá.** Os meus filhos foram criados... Eu por dizer por como... Um criou o outro? Um ajudou o outro? Quantas mães não aconteceram isso, que tá dentro dos movimentos? **Quantas mães os filhos não foram criados dentro do movimento sindical, levando pra dentro das sedes do movimento sindical?** Dentro dos movimentos sociais. Como a gente olha aí os movimentos sociais, MST, MLST, as mães embaixo de lona ali, acampada dentro de uma cidade, lá na capital e com os filhos lá no colo. **Quantas de nossas mulheres do movimento sindical deixou seus filhos com a vizinha e foi fazer os trabalhos? Deixou com seus maridos, quando o marido é compreensível, que muitas das vezes tem marido que não é.** Hoje acho que é uma visão bem bastante diferente do movimento sindical com as mulheres. (Margarida, 13/05/2021, grifo nosso).

Longe de ter sido um momento pontual, durante os cinco dias da formação escutei lamentos de mães que haviam deixados seus filhos, e às vezes netos, em casa. Apesar da FETAG acolher mães que levam suas crianças, apenas duas estavam presentes na formação por serem muito pequenas. Para além das que tiveram “coragem” de abraçar a vida pública, mas mantém uma culpa permanente por isso, há aquelas que não participam do movimento sindical ou social ou só aceitam sair de casa “se for pra voltar no mesmo dia”<sup>28</sup>, de forma a evitar o rompimento com a vida privada e o julgamento de terceiros. Tanto Margarida quanto Jitirana trataram desse tema:

<sup>27</sup> Referido no item 1.2.6.

<sup>28</sup> Frase ouvida na ENFOC.

As pessoas criticam tanto porque veem tanto a gente no meio do mundo que às vezes diz bem assim “essa mulher não tem o que fazer, isso e aquilo”, mas não vê, não tem noção de chegar num canto e dizer bem assim “vou ver o que essa mulher tá fazendo”. [...] Então, assim, **nós somos discriminadas, principalmente pelos homens**. (Margarida, 13/05/2021, grifo nosso).

Quando eu era casada, que eu cuidava só das minhas filhas, que eu já era presidente de uma associação, **eu me preocupava muito com a língua do povo**. Eu era muito preocupada. Eu tinha medo. **Eu ia pro movimento trabalhar, mas eu tinha que chegar cedo. Primeiro porque eu tenho marido e segundo porque, se me vissem vindo com alguém de lá pra cá, já achavam que eu era mulher daquele cabra ou se fosse de uma mulher. Então eu temia muito isso. E sofri muito isso**. Eu sofri muito isso porque você ser presidente de uma associação onde só tem homem, você pode ter certeza que você só ouve que você é amante daqueles macho tudinho. Certo? Quando, na verdade, não é. Você só... Eu, meu objetivo era lutar porque eu precisava, né. E, se você anda só com mulher, como no grupo de mulheres, é porque você tem um bocado de mulher ali que é sua. (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Andréa: E nas comunidades, assim, vizinhos, família... Quando você começou na militância, você percebeu que tinha também comentário de que...

Jitirana: Tinha sim.

Andréa: Você deixava os filhos em casa pra tá na rua...

Jitirana: Muitos comentários. **Que eu deixava minhas filhas pra ir vagabundar**. Tinha [ênfase] muitas pessoas. Olhe, quando eu comecei indo pra Maceió, que o pessoal passava de dois, três dias, **tinha pessoas que arrodeavam a minha casa olhando se, quando eu voltava, eu trazia um homem pra dentro de casa**. [...] **Eu fui julgada demais, viu**. (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Apesar disso, Margarida percebe que há, sim, uma mudança no comportamento das mulheres, que têm buscado uma maior participação ativa e forçado o reconhecimento de sua humanidade, inclusive como mulheres e mães, nos espaços públicos:

Graças a deus. Tem muito [ênfase] muito preconceito ainda e muita discriminação dos nossos próprios dirigentes. Mas hoje mudou muito. A gente olha de uma forma diferente, Andréa, que a gente tem que... As pessoas têm que, a gente tem que trazer isso pras pessoas. Que nós que estamos ali também somos seres humanos. [...]

Então é isso que a gente tem que trazer, que nós também somos seres humanos, que as pessoas têm que olhar pra gente com outros olhos. Com aqueles olhos de pessoas que tá ali lutando. **Não tá lutando só por nós, nós tamos lutando por todos**. [...] **Então as pessoas precisam ter essa visão. Que a gente não tá ali à toa. Que a gente tá ali pra fazer a diferença**. (Margarida, 13/05/2021, grifo nosso).

O respeito e o reconhecimento da militância, que várias mulheres ainda buscam em suas comunidades, parecem ter sido alcançados por Jitirana após décadas de lutas por políticas públicas que afetaram diretamente a vida das mulheres e das famílias de Primavera. No entanto, em sua fala, percebe-se que eles aparecem atrelados à sua dedicação exclusiva à militância e à descrição de sua vida pessoal. Para Jitirana, foi necessário abrir mão da vida pessoal e amorosa para provar-se digna de confiança:

Jitirana: Uma questão que isso mudou é porque **teve uma coisa que mudou muito foi a questão do respeito quanto à minha pessoa**. Eu percebo que, hoje, até mesmo aqui na comunidade, o respeito é diferente.

Andréa: O que foi que mudou? Como assim?

Jitirana: É porque antes tinha os olhares, desconfianças, entendeu? **E isso... Não me verem com ninguém. [risos] Entendeu? Me verem que eu... Meu foco é a militância,** meu foco é ajudar, como você vê. Sempre buscar alguma coisa, buscar alguma coisa. Então, isso foi uma conquista. Poderia ser uma Jitirana, outra Jitirana, que ninguém confiasse, que ninguém quisesse nada comigo, que ninguém quisesse me ajudar ou que eu não pudesse ajudar ninguém, vivesse aqui sozinha e isolada. Então a militância me tirou disso. **A militância me jogou pro meio deles. Adquiri respeito pra mim e pras minhas filhas.** (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

O que se pode observar, em todas as entrevistas, conversas e observações realizadas durante a pesquisa com mulheres lideranças de movimentos sociais ou sindicais, é o sentimento de que elas não recebem o mesmo respeito e o mesmo reconhecimento dos homens e que, no campo, continuam sendo discriminadas pelo simples fato de serem mulheres, como resume Margarida:

**No campo é uma coisa assim, que a gente acha que precisa muito mudar a discriminação que a gente ainda sofre.** Porque nós mulheres que estamos sempre à frente de algo, das secretarias, da frente de um sindicato, da frente de uma comunidade, **nós ainda somos muito discriminadas.** (Margarida, 13/05/2021, grifo nosso).

### 3.1.2 As mulheres rurais organizadas e em movimento

*Olha Brasília está florida,  
estão chegando as decididas.  
Olha Brasília está florida.  
É o querer, é o querer das Margaridas.*

(Canto das Margaridas<sup>29</sup>)

Analisando especificamente as mulheres trabalhadoras rurais organizadas percebemos que se trata de um fenômeno recente. Pereira, Oliveira e Gomes (2018) afirmam ser a partir da década de 1980 que ocorre o marco histórico desse movimento. Já Saffioti e Ferrante (1987) sugerem como marco o III da CONTAG, realizado em 1979, onde, pela primeira vez, houve a participação de trabalhadoras rurais como delegadas, denunciando a discriminação sofrida pelas mulheres. Essa participação “pode ser encarada como um momento do despertar da consciência feminina no quadro extremamente excludente de suas possibilidades de atuação política” (SAFFIOTI; FERRANTE, 1987, p. 109). Entretanto, das 40 mulheres presentes no evento, apenas 12 faziam parte da diretoria de sindicatos e tiveram direito a voto.

Em 1985, nos Congressos da FETAG e do MST, as mulheres começaram um movimento de auto-organização e passaram a articular junto a outros movimentos autônomos

29 Disponível em [https://transformatoriomargaridas.org.br/?page\\_id=139](https://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=139).

de mulheres (BUTTO, 2017). Nesse período, destacam-se, no Rio Grande do Sul, o 1º Congresso da Mulher Camponesa, o 1º Encontro de Líderes Trabalhadoras Rurais e a 1ª Estadual de Trabalhadoras Rurais, ocorridos em 1982, 1983 e 1985, respectivamente. No Nordeste, os destaques são os eventos realizados em Pernambuco em 1984 e 1986: o 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central do Estado e o 1º Encontro de Trabalhadoras Rurais da Paraíba. Os eventos realizados nos estados do Rio Grande do Sul e Pernambuco deram origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), fundado em 1989, e ao MMTR-NE, fundado em 1986 (PEREIRA; OLIVEIRA; GOMES, 2018).

Em 1986 foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em Barueri, São Paulo, com a presença de 36 mulheres representantes de 16 estados. Na ocasião foram discutidas questões como documentação, sindicalização e direitos previdenciários, bem como a necessidade de intensificar a participação política das trabalhadoras rurais. Nesse encontro, as mulheres definiram estratégias para o movimento, como atividades de autoformação e proposta de mudanças, com acordo sobre a necessidade de consolidação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) e articulação política com outras organizações da América Latina. Foram elaboradas reivindicações para serem encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte, tendo esse documento sido entregue no ano seguinte, em Brasília (CFEMEA, 2015; BUTTO, 2017).

O II Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais ocorreu em 1988, também em Barueri, com o tema “Todo trabalho organizado conduz à vitória”. Em 1991, no IV Congresso da CONTAG, surge a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Em 1995, foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres do MST, efetivando a auto-organização do Coletivo de Mulheres que havia iniciado em 1989 (CRUZ, 2013; BUTTO, 2017).

Também em 1995, no Instituto Cajamar, em São Paulo, foi realizado o III Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que à época, ante à ausência de informações históricas sobre a luta das mulheres rurais, acreditava-se ser o primeiro. Nesse encontro, cujo lema era “Mulher trabalhadora rural: amante da igualdade, é preciso ter força, é preciso ter garra sempre”, estiveram presentes mais de 50 mulheres de 18 estados, responsáveis por iniciarem os debates para a campanha nacional “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos”, que só viria a se tornar política pública em 2004, com a criação do Programa

Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

Em 1999, no II Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST, a influência do debate de sobre gênero e a tentativa de conseguir um maior envolvimento do movimento nas pautas das mulheres, ao englobar as pautas de classe, fez com que o Coletivo de Mulheres do MST fosse substituído pelo Setor de Gênero (BUTTO, 2017).

Entrevista realizada com Petúnia<sup>30</sup>, coordenadora do Setor de Gênero de um acampamento do MST em Alagoas, mostra que o custo da substituição de “mulheres” para “gênero”, de forma abrangente, ocasionou um esvaziamento do debate da dominação masculina das mulheres e do patriarcado, pelo menos neste acampamento específico, como alertamos no início deste trabalho<sup>31</sup>:

Beatriz<sup>32</sup>: Você faz parte da comissão das mulheres, da direção de gênero? O que que essa direção faz?

Petúnia: Olha, assim, **na parte de gênero a gente trabalha muito assim**, na cabeça das pessoas que não tenha, assim... Porque hoje é uma dificuldade muito grande pra muita gente, principalmente no interior, pra assim... **aceitar, né... o homossexual... a lésbica, essas coisas**. Hoje em dia tem muita dificuldade, né. Mas a gente, aqui mesmo no acampamento a gente já começou a trabalhar com as pessoas, com a mente das pessoas, né, que ainda existe muito isso. [...]

E aí **estou aqui representando as mulheres e LGBT**, né, a gente representa também. É uma função que tem em torno de quatro ou cinco aqui, né, que nós temos aqui no acampamento. E eles representam muito bem, todo mundo junto, tranquilo.

Andréa: **Vocês fazem formação sobre isso? Tem grupo? Tem roda de conversa?**

Petúnia: **Tem, é os grupos.**

Andréa: **Sobre esse tema específico assim de mulher, sobre violência?**

Petúnia: **Não**. Assim... eu que mais falo no meu setor, pra começar, o meu setor, né. Mas se for preciso que eu faça também de outro setor eu faço.

Andréa: **E aqui não tem um grupo específico só de mulheres não?** Assim, de coletivo só de mulheres pra conversar...

Petúnia: **Não**. (Petúnia, 27/08/2021, grifo nosso).

Outro elemento importante é o papel da Igreja na construção dos movimentos de mulheres. Nas décadas de 1960, 70 e 80, a Igreja Católica esteve presente na formação de diversos movimentos sociais do campo, como é o caso do MST e da CPT, formados a partir do movimento da Teologia da Libertação, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Assim, em seu início, os movimentos autônomos de mulheres rurais, que se formaram a partir dos movimentos sindicais e de luta pela terra, também tinham forte ligação com as igrejas. Dessa ligação surgiram as “místicas”<sup>33</sup>,

30 Entrevista realizada em 27/08/2021.

31 Ao falarmos da escolha política da linguagem no item 1.1.3.

32 Beatriz Medeiros de Melo.

33 Ritual realizado no início dos trabalhos com a presença de símbolos, bandeiras, objetos e músicas que representam o movimento.

que estão presentes em todos os encontros, assembleias e formações de movimentos e coletivos de mulheres rurais ainda hoje. Assim como as místicas, a proximidade com a igreja trouxe alguns temas tabus para os movimentos de mulheres, como é o caso do aborto (MENEZES NETO, 2007; CPT, 2010; BUTTO, 2017; PEDRA, 2019). Essa relação estreita com a Igreja Católica foi recorrente nas entrevistas com as mulheres rurais. Em uma delas, Calêndula relata sua entrada no movimento social a partir do chamado de Irmã Rita, freira belga conhecida pelo trabalho social que realiza no campo, em Alagoas:

Primeiro eu comecei a trabalhar como voluntária da Pastoral da Criança. **Ela me chama pra trabalhar na Pastoral da Criança** na cidade, cuidar dos filhos das mulheres que não tinha marido, que passava fome, que tinha verme. Então o trabalho da Pastoral da Criança nessa época era isso né? De tirar as criança da desnutrição. Da desnutrição, e eu fazia esse trabalho e **irmã Rita tinha essa ligação com a Pastoral da Terra** né? Que como **era a igreja católica que tava aqui presente**, na época né? E aí a irmã Rita vai, me chama pra gente ir vim fazer um trabalho com as mulheres, que era o trabalho da conscientização com as mulheres dentro do assentamento [...]. (Calêndula, 20/05/22, grifo nosso).

Esmeraldo (2013) destaca como os encontros da região Nordeste fortaleceram a organização específica de mulheres, estadual e regionalmente, com formações que abordavam “o conhecimento do corpo feminino, a reprodução e os cuidados contraceptivos, conjuntura política com vistas à constituição da autonomia e do empoderamento das mulheres” (p. 244), apontando a aproximação de universidades e movimentos feministas. Desta forma, “a articulação e organização das mulheres realizam-se em duas frentes. Uma para ingressarem em movimentos sociais rurais (sindical e MST) e outra através da criação de movimentos autônomos de mulheres” (p. 245).

A aproximação das mulheres trabalhadoras rurais com o movimento feminista também é apontada por Aguiar (2016, p. 271) ao afirmar que “se deu de maneiras diferentes, de modo que os ideais feministas acabaram por penetrar nos seus espaços de atuação, incidindo sobre decisões e ações”. Para a autora, a década de 1990 marcou, assim, a constituição de formas organizativas próprias das mulheres, que passaram a reivindicar participação nos cargos de direção.

É preciso ressaltar que, apesar do encontro entre as mulheres rurais e o movimento feminista, que permitiu a inserção de temas como a violência masculina em todas as suas formas, a divisão sexual do trabalho e a desvalorização do trabalho reprodutivo nas discussões das organizações de mulheres do campo, “o feminismo camponês popular não nasce das teorias, dos centros acadêmicos ou de grandes discursos políticos, mas nasce das experiências das mulheres camponesas por transformações concretas na vida delas, do campesinato e da



classe trabalhadora” (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020, p. 27). Essa concepção feminista “está sendo construída na práxis, altera a vida social, econômica e política da classe trabalhadora do campo e, em particular, das mulheres trabalhadoras do campo” (SIMON, 2020, p. 210).

Tratar sobre movimentos sociais de trabalhadoras rurais contemporâneos exige falar sobre a origem de um dos símbolos da história do movimento de lutas das mulheres trabalhadoras rurais. Margarida Alves foi, por 12 anos, presidenta do Sindicato Rural de Alagoa Grande, na Paraíba, tendo lutado arduamente contra a exploração dos trabalhadores, promovido “mais de 600 ações trabalhistas contra usineiros e senhores de engenho da região, além de conquistar o 13º salário e férias para os trabalhadores e trabalhadoras rurais” (PEREIRA; OLIVEIRA; GOMES, 2018, p. 207), e fundado o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Sua atuação fez com que recebesse diversas ameaças de usineiros e latifundiários da região. Em 12 de agosto de 1983, Margarida foi assassinada na frente de sua família. Em seu último discurso antes de morrer, disse a frase que eternizou sua luta e se tornou o lema de milhares de mulheres do campo: “é melhor morrer na luta do que morrer de fome” (PEREIRA; OLIVEIRA; GOMES, 2018).

A morte de Margarida, de caráter político, virou símbolo de luta e inspirou um movimento de reivindicação de direitos pelas mulheres rurais, a Marcha das Margaridas<sup>34</sup>, que ocorre em Brasília desde o ano 2000. Uma das pautas que unifica a pluralidade de mulheres que participam da Marcha é a questão da violência. O caráter de denúncia da violência contra a mulher do campo e a dificuldade de acesso às políticas públicas é cada vez mais presente nas manifestações.

Na edição da Marcha das Margaridas de 2007, as denúncias não se restringiam aos conflitos agrários, mas também aos intrafamiliares. Houve reivindicações sobre direitos trabalhistas e previdenciários, além do retorno da demanda por documentação civil, mas também sobre a criação e implementação de políticas públicas específicas para mulheres

---

34 A Marcha das Margaridas foi inspirada na Marcha Mundial das Mulheres que, por sua vez, inspirou-se na manifestação de mulheres do Canadá, em 1995, onde 850 mulheres marcharam por 200 km reivindicando diversas pautas, como aumento do salário mínimo e apoio à economia solidária. No mesmo ano, mulheres presentes na Conferência de Beijing iniciaram uma articulação a nível mundial. A partir deste marco, as mulheres canadenses, em contato com movimentos de diversos países, organizaram um encontro mundial de mulheres, que ocorreu em 1998, em Quebec. Neste encontro, foi definido o ano de 2000 para a realização de uma agenda mundial de ações. No Brasil, as ações foram realizadas entre março e outubro daquele ano. A maior e mais importante delas foi a Marcha das Margaridas, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que reuniu vinte mil mulheres em marcha por Brasília. Até hoje, as duas marchas seguem juntas na formação de militantes e na construção da agenda das ações feministas no país (MMM, [s.d.]).

rurais, com o apontamento do contraste existente entre as mulheres da cidade e do campo, onde a ausência de informações sobre direitos e de serviços como delegacias especializadas, abrigos e centros de referências é mais acentuada (BRASIL, 2009; SCOTT; RODRIGUES; SARAIVA, 2010)

Embora a Marcha seja um grande evento que reúne diversos movimentos de mulheres do campo e da cidade, é o movimento sindical rural que toma para si a responsabilidade de pensar os temas e as pautas de cada ato. Por trás de toda a mobilização, articulação e organização que envolve a Marcha das Margaridas, estão as FETAG's e a CONTAG, que coordena a marcha por meio de sua Secretaria de Mulheres. Margarida nos conta como essas secretarias das mulheres foram criadas e sua importância:

A secretaria de mulheres, ela foi criada através do movimento sindical e através da luta das mulheres, né. Porque começou a nível nacional. A coordenação a nível nacional. Porque, assim, **nós mulheres somos, nós éramos esquecidas no movimento sindical.** Antes quem... **A mulher era dependente do marido dentro do movimento sindical. Nós não tínhamos espaço dentro dos sindicatos.** E hoje nós temos. Então foi uma luta das mulheres que... Antes era uma coordenação que existia dentro da própria CONTAG, a nossa confederação. E, dessa confederação, aí foi a luta das mulheres, foi indo, aí foi quando a gente conseguiu implementar as secretarias de mulheres na CONTAG, que passou para os estados. Os estados que também passou para as federações e também para os sindicatos. **Todos os sindicatos têm secretaria de mulheres.** E é uma luta que veio, hoje, nós dentro do movimento sindical, nós conseguimos... **Éramos 30% de mulheres, antes era só pra ter 35% de mulheres dentro do movimento sindical e hoje nós temos a paridade. O órgão sindical tem que ter a paridade de mulheres.** Então vê a força também, a força que nós temos. Nós [inaudível] por essa luta, porque **foi uma luta pra gente chegar aonde nós estamos.** (Margarida, 13/05/2021, grifo nosso).

Em 2003, mulheres que vieram de diversos movimentos mistos, como a CPT, o MST e os sindicatos de trabalhadores rurais, e que se articularam durante anos em movimentos autônomos para tratar de seus temas específicos, decidiram formalizar sua luta criando o MMC. Lavanda nos fala um pouco do surgimento do movimento:

Historicamente, o movimento ele nasce com a busca da luta pela incisão das mulheres, pelo reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais. Que é nas articulações de mulheres trabalhadoras rurais. **O Movimento de Mulheres Camponesas nasce a partir dessas articulações. Só em 2004, historicamente, que vai surgir o nome Movimento de Mulheres Camponesas.** E aí, historicamente, se a gente for contar, a gente teria em média quarenta anos porque a gente vê o dia 1º de abril de 1981 como o marco que foi onde saíram as mulheres em todo o país nas articulações de trabalhadoras rurais, pela busca do reconhecimento delas como trabalhadoras. Que antes não tinham esse direito. De ser reconhecidas como trabalhadoras. (Lavanda, 21/11/2022, grifo nosso)

Percebe-se que, desde o início, “os movimentos de mulheres são um dos movimentos mais enraizados e contam com maior organicidade e capacidade de mobilização em nosso país” (FARIA, 2009, p. 13), tendo como exemplos a Marcha das Margaridas, os

acampamentos e mobilizações do Movimento de Mulheres Camponesas e das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

No Nordeste, tivemos uma das organizações pioneiras no movimento de mulheres rurais, o MMTR-NE, fundado em 1986, após o I Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais. O primeiro encontro, ocorrido no ano seguinte, levou mulheres de sete estados para João Pessoa, na Paraíba. Nos anos de 1990, influenciado pela aproximação ao movimento feminista, o MMTR-NE amplia o seu foco para além da luta pela terra e pela participação sindical e passa a militar também sobre sexualidade e direitos reprodutivos (BUTTO, 2017). Hoje, o MMTR-NE é composto pelos respectivos movimentos dos nove estados do Nordeste, que se reúnem anualmente na sede em Caruaru, Pernambuco, para definir os rumos do movimento.

Com o passar dos anos, o feminismo passaria a ser o principal norte do movimento. Diversas “Escolas de Formação Feminista”, com cursos de formação sobre teoria feminista tanto de forma online como de forma presencial, foram realizadas e o feminismo estava presente em todas as ações. Em assembleia realizada em 2017, as representantes estaduais reuniram-se para definir se o MMTR-NE era ou não um movimento feminista. Essa definição era necessária para ditar os rumos do movimento pois, sendo um movimento feminista, deveria obrigatoriamente ser a favor da descriminalização do aborto e isso implicaria na perda de financiamentos advindos de organizações religiosas. A assembleia decidiu que sim. O MMTR-NE é um movimento feminista<sup>35</sup>.

#### 3.1.2.1 Movimento organizado de mulheres rurais em Alagoas

Em Alagoas, a formação de movimentos autônomos de mulheres rurais foi tardia. O primeiro movimento organizado no estado foi o MMTRP-AL. Formada a partir do MMTR-NE, a organização estadual decidiu incorporar em seu nome as “pescadoras”, mas, na prática, esse grupo nunca chegou a ser parte ativa da organização. Seu início ocorreu, de maneira informal, em 1997, a partir de reuniões “clandestinas” nos eventos de organizações mistas, como vimos no relato de Jitirana. Apenas em 2004 o MMTRP-AL foi devidamente formalizado<sup>36</sup>.

---

35 Informações obtidas a partir de observação participante na assembleia do MMTR-NE, em 2017.

36 Fonte: observação participante e documentos do MMTRP/AL.

De acordo com Lavanda, o MMC nasceu em Alagoas entre as regiões do Agreste e do Sertão a partir da articulação das trabalhadoras rurais daquela região. Com o tempo, esse “vínculo histórico” foi perdido. Hoje, ele está concentrado na região da Zona da Mata, onde mantém cinco bases. O foco do movimento é a luta das mulheres a partir da agroecologia. Lavanda ensina que:

A partir do viés da **agroecologia enquanto projeto de sociedade**, vão se permeando a luta antirracista, a questão de gênero, a questão da própria diversidade da produção das mulheres, as sementes crioulas. [...]

**A semente é muito ligada à vida das mulheres aqui em Alagoas.** Quando a gente diz que, nacionalmente a gente tem a bandeira da agroecologia como projeto de sociedade, a gente vem pra Alagoas e **a gente pensa a agroecologia com o nome “sementes crioulas”**.

**É a partir do tema das sementes crioulas que a gente trabalha a questão da violência**, a violência doméstica. Fazendo essa articulação de tipo assim “a terra tá sofrendo violência, as mulheres tão sofrendo violência também”. Como a Calêndula sempre diz **“não dá pra pensar a terra sem pensar a mulher”**. Então é mais ou menos nesse ritmo. Não dá pra pensar a semente ou a agroecologia sem pensar todo o viés que engloba a nossa sociedade. (Lavanda, 21/11/22, grifo nosso).

Saffioti e Ferrante consideram esses movimentos como uma contestação das violências sofridas por essas mulheres, bem como uma luta pelo reconhecimento, pelo fim da invisibilidade e pela “coletivização dos espaços escondidos”, acrescentando que essa participação das mulheres nos espaços públicos abala “a dicotomia ‘privado x público’, na medida em que o privado é apresentado como a ausência do político e o público como o locus privilegiado do político. As mulheres estão minando as dicotomias que a ideologia dominante lhes impõe”. Para as autoras, “redefine-se, no caminho da legitimação de lutas coletivas, o liame entre a terra e a mulher. As mulheres em movimento buscam frutos que lhes permitam, no mínimo, manter a vida” (SAFFIOTI; FERRANTE, 1987, p. 117).

Nos últimos anos, todos os movimentos de mulheres rurais do estado têm enfrentado dificuldades e lutado para manter o seu funcionamento. Após sucessivas diminuições das doações de seus principais financiadores e crises internas que levaram à saída de mulheres que ajudaram a fundar o movimento, o MMTRP-AL encontra-se enfraquecido. Em Alagoas, a articulação das bases vem sendo comprometida com a falta de dinheiro para deslocamento e formações e, ainda, com a perda de importantes coletivos de mulheres e grupos de jovens das comunidades<sup>37</sup>.

---

37 Informações obtidas a partir de conversas informais com mulheres que fazem parte do movimento.

A falta de dinheiro também é uma dificuldade para o MMC. Os relatos de Calêndula e Lavanda esclarecem o motivo do movimento não possuir capilaridade no estado, estar restrito à Zona da Mata alagoana e ter cada vez mais dificuldade de mobilizar mulheres para a militância:

**Andréa: Vocês não têm um financiamento, um suporte financeiro?**

**Calêndula: Não, hoje não, nunca.**

Andréa: Nunca teve aqui de fato?

Calêndula: Aqui no estado não, pra dizer assim: “A Calêndula foi coordenadora do movimento a nível estadual e ela recebeu um dinheiro”. Não, **tiro do meu bolso pra poder participar.**

Andréa: Vocês nem recebem pra participar de evento? Nada assim?

Calêndula: Nada.

Andréa: Pra transporte?

Calêndula: Não, às vezes, por exemplo, a gente recebe um projeto que é tipo assim: “Vamos fazer uma campanha disso”. O carro e a comida, o carro vai buscar a turma na coletividade, vai e leva. **Mas aí você tem que entender que você vai deixar de produzir.** (Calêndula, 07/04/2022, grifo nosso).

Andréa: Vocês pensam em expandir o MMC pra outras regiões?

Lavanda: A gente até pensa, mas **a gente não tem estrutura física e financeira.** Por exemplo, a gente não tem uma sede em Alagoas. Um espaço pra se chamar de sede. É meio que a casa que eu moro, que eu venho pra estudar, ela se torna uma secretaria. [...]

**Andréa: Então a maior dificuldade que vocês têm de expandir pro resto do estado é financeira mesmo?**

**Lavanda: É financeira.**

Andréa: Vocês não têm como ficar se deslocando...

Lavanda: Não temos. **Nenhuma de nós tem carro, nenhuma de nós recebe ajuda de custo pra fazer nada.**

Andréa: A nacional também não tem financiamento pra vocês, assim, pra mandar dinheiro pra vocês fazerem articulação?

Lavanda: Não. No máximo quando é esses projetos de formação nacional que vai uma ou duas representantes do estado.

Andréa: Mas pra fazer articulação no estado não tem financiamento?

Lavanda: Não. Não temos. É bem difícil. E o Movimento de Mulheres Camponesas é um movimento autônomo, o que dificulta ainda mais. **É a autogestão das mulheres que tão no campo, que tão na roça, de quem se coloca pra militância de também ver o movimento se autossustentar. [...] Mas acaba sendo um movimento muito difícil de se fazer.** (Lavanda, 21/11/22, grifo nosso).

Essa dificuldade financeira afeta diretamente a luta por políticas públicas, já que todas as reuniões e articulações estaduais são realizadas na capital. Até mesmo o Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres Rurais, quando estava em atividade, realizava suas reuniões em Maceió. A presidência do Fórum, desde o seu início, foi exercida por Violeta, mulher urbana ligada ao movimento de mulheres rurais, porque as outras membras não conseguiam participar de reuniões ou eventos na capital (ALBUQUERQUE, 2018).

Movimentos como o MMC sequer faziam parte porque não possuíam recursos para o deslocamento até Maceió<sup>38</sup>.

Além disso, os movimentos de mulheres do campo sofrem com a invisibilidade dentro do próprio movimento feminista alagoano. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Alagoas (CEDIM) realiza suas reuniões, assembleias e formações em Maceió. Na sua composição há apenas duas mulheres rurais, que precisam estar sempre em disputa com as outras organizações para serem ouvidas:

Andréa: Eu sei que tem alguns movimentos de mulheres rurais no CEDIM. Vocês têm notado, assim, que vocês têm a mesma voz que as mulheres urbanas e os outros coletivos? Elas ouvem as ideias de vocês? Como é que é isso no CEDIM?

Margarida: Ó. Eu vejo assim que, no CEDIM, só é duas.

Andréa: Só...

Margarida: Só dois movimentos. É a FETAG e o MMTRP.

Andréa: Não tem mais nenhum outro?

Margarida: Agricultor não. Só somos nós as agricultoras. Aí, de vez em quando, eu e a do MMTRP, que é ela que sempre vai pra reunião, a gente fica na briga. **Eu digo “é isso, isso e isso. Nós vamos se defender” [risos]. Porque nós tem que se articular.**

Andréa: Sim, sim.

Margarida: Às vezes eu digo bem assim **“gente, vocês têm que pensar pra o interior, pra o interior”**. Só que quando a gente olha assim, se a gente for olhar direitinho, a gente pensa qual o interior? Que **as coisas do CEDIM é mais voltada pra cidade, pra capital, pras cidades, não é pra zona rural**. (Margarida, 13/05/2021, grifo nosso).

O CEDIM foi um dos espaços de debates para a elaboração sobre o PEPMulheres. O PEPMulheres é composto por quatro eixos: I – Sistema político com participação das mulheres e fortalecimento dos Conselhos de Defesa dos Direitos da Mulher; II – Estruturas Institucionais e Políticas para as Mulheres no âmbito municipal e estadual; III – Promoção da saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e IV – Sistema de Justiça e enfrentamento às diversas expressões de violência contra as mulheres. No atual texto do PEPMulheres, as citações que fazem referência, direta ou indiretamente, às mulheres rurais são:

Eixo II - Política/Ação 5 – Instituir edital de chamamento público para fortalecer programas e projetos desenvolvidos por organizações não governamentais atuantes no território alagoano, com primazia para políticas voltadas às mulheres pertencentes aos povos tradicionais (indígenas, ciganas, povos de terreiro, quilombolas), negras, pescadoras, ribeirinhas, marisqueiras, e **do campo e da floresta** e vulnerabilizadas [...].

[...]

Eixo III - Política/Ação 7 – Realizar campanhas periódicas direcionadas às mulheres como mecanismo de incentivo a realização de exames de diagnóstico precoce de câncer garantindo um olhar atento às comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, povos de terreiros, matrizes africanas, **campo e floresta, das águas** e ciganas e populações em situação de rua vulnerabilizadas socialmente. (ALAGOAS, 2019, grifo nosso).

38 Informação repassada por representante do MMC.

Percebe-se que as referências às mulheres rurais estão restritas à expressão genérica “comunidades tradicionais”, não havendo objetivo ou ações voltados especificamente para esse grupo. Na verdade, o grupo sequer foi citado nos eixos I e IV, seja nos objetivos, seja nas metas e ações. Ao tratar do combate à violência contra a mulher, o PEPMulheres sugere ações de ampliação da rede para “regiões administrativas” e “macrorregiões”, esquecendo as mulheres pertencentes a comunidades e povoados rurais.

Apesar das mulheres rurais fazerem parte do CEDIM e estarem presentes nos debates que ocorreram no Conselho e nas audiências públicas sobre o Plano Estadual, elas não receberam o devido cuidado na hora da redação do texto e buscamos entender o motivo. Margarida, que participou ativamente desses momentos, relata como a participação das mulheres do campo é dificultada e como as poucas que conseguem ultrapassar essas dificuldades são silenciadas dentro dos espaços de decisão:

Margarida: Ó... O Plano Estadual dos Direitos das Mulheres a gente discutiu no CEDIM. [...]

Andréa: **Vocês chegaram a discutir especificamente o problema das mulheres rurais no plano?**

Margarida: Não, **foi discutido sim**. No plano foi discutido. Só que... O que disseram, deixaram lá é que o plano, que quando traz das comunidades tradicionais, né, que tava a mulher do campo. Eu e a representante do MMTRP, **nós não concordamos**, mas, como se diz a história, nós só temos dois movimentos lá, [...], que é o MMTRP e a FETAG. Então, assim, a gente fica naquela situação porque coloca... Vem as mulheres com deficiência, vem as mulheres... Então vem tudo, em um tudo. Então, quando a gente coloca assim, porque a gente olha, a gente sente falta, as mulheres indígenas.... **Aí fala assim “não, vamos colocar as mulheres tradicionais porque entra as indígenas, as quilombolas, entra tudo”**. Mas que a gente vê que falta mais pra gente. Mas, pra isso, nós temos que incentivar as nossas mulheres rurais, que têm suas organizações, que têm os seus movimentos que estão organizados, a entrarem dentro do CEDIM, a fazerem parte pra tá nessa discussão com a gente. Participar junto com nós, porque nós precisamos debater. Quando a gente olha, **tem muitas mulheres que é da cidade e as mulheres do campo só tá nós, como organização. E é só a gente pra bater de frente**.

Andréa: E, nas assembleias, vocês foram só como CEDIM, né, não tinha mais... Outros movimentos de mulheres rurais participando também?

Margarida: Teve assembleia, que foi até com a Jó Pereira, que a gente foi como, também, **a gente foi e colocou... Nós colocamos mulheres, nós levamos mulheres também. Nós levamos mulheres também**. Teve uma que foi com a Jó Pereira que a gente colocou, levamos mulheres. **Mas só que o plano, ele já tá ali. Ele já tá ali, aquele plano completo. Então, assim, a gente sente muita falta de ter outras mulheres lá pra dar esse suporte a gente**. Porque, quando tem outras mulheres que estão lá junto com nós, é mais fácil. [...] A gente até tentou, enquanto CEDIM, tirar algumas... Alguma burocratização que se existe pra concorrer da eleição pra participar do conselho de direitos das mulheres, mas não é fácil. Porque são coisas que estão ali que não são tão fáceis. **Quando a gente vai olhar, quem mais vai participar? São pessoas da cidade porque têm mais condições do que as pessoas do campo, tá mais próximo do conselho. São mais as pessoas dos movimentos que estão na capital. Os que estão... Os outros muitas das vezes não vai porque não têm condições de manter a mulher que vai tá indo direto lá. Pra lá. E, quando não é isso, não tem a instituição, não tá organizada. A gente tentou quebrar**

algumas burocracias que tinha, mas a gente observou que, mesmo a gente quebrando, não teve mulheres inscritas, não teve movimentos inscritos. (Margarida, 13/05/2021, grifo nosso).

Esse silenciamento, apesar de manifesto, não é reconhecido pela última ex-presidenta<sup>39</sup> do CEDIM. Para ela, as mulheres do campo estão perfeitamente contempladas no texto final do PEPMulheres. Todas as tentativas de demonstrar que o texto é omissivo ao tratar dessas mulheres resultaram em discussões infrutíferas e, mesmo que as mulheres rurais reafirmem que não se sentem incluídas, as mulheres urbanas que possuem a palavra final decidiram que elas estão<sup>40</sup>. Longe de ser um caso isolado, essa exclusão das mulheres rurais por outros movimentos de mulheres é recorrente, como no dia 25 de novembro de 2021<sup>41</sup>.

Inconformadas com o descaso com que eram tratadas nos espaços feministas de Alagoas, as mulheres rurais simplesmente decidiram não participar mais deles. Saíram dos grupos de *WhatsApp* e pararam de comparecer às reuniões, que passaram a ser realizadas em formato virtual por causa da pandemia. Foi com esse sentimento de revolta que se formou o Coletivo Margaridas na Luta.

O Coletivo Margaridas na Luta – Alagoas, como explicamos no início deste trabalho, surgiu como forma de suprir a ausência de representatividade das mulheres rurais nos debates acerca de políticas públicas para mulheres em Alagoas, tanto no âmbito estadual quanto no municipal. Atualmente, o coletivo é formado por dezoito mulheres do campo, das águas e das florestas, líderes comunitárias, participantes de movimentos sociais e/ou sindicais e duas assessoras voluntárias da capital. Fazem parte as seguintes organizações: ASA, Associação de Mulheres do Ipiranga, Associação de Mulheres de Mata Grande, Colegiado Territorial do Alto Sertão de Alagoas, Coordenação Feminina Quilombola de Alagoas – As Dandaras, CPT, Associação dos Remanescentes Quilombolas do Povoado Saco dos Mirandas, FETAG, MMC,

39 Manteremos o anonimato para preservar as mulheres rurais envolvidas.

40 Conversas informais realizadas presencialmente, por reuniões virtuais e por aplicativos de mensagens.

41 No dia 25 de novembro de 2021, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, foi realizada uma Mesa de Situação no Palácio do Governo do Estado. Várias secretarias, órgãos governamentais e movimentos sociais sentaram para discutir políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres em Alagoas. Apenas uma mulher rural, do MMTRP, estava presente. Durante a Mesa, um representante de cada movimento poderia falar brevemente e solicitar a inclusão de suas pautas na carta que seria elaborada ao fim do evento. Rosa, do MMTRP, não queria falar e pediu que eu apresentasse as pautas em nome das mulheres rurais. Em minha fala, solicitei a reativação do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra Mulheres Rurais e das Unidades Móveis. Na leitura final do encontro, a solicitação estava presente. Entretanto, no documento final enviado para os órgãos governamentais e para o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), que estava monitorando as reuniões, não constava a única pauta das mulheres rurais. A exclusão foi feita por outra ex-presidenta do CEDIM que, ao ser questionada por mim sobre a retirada dessa parte do texto, apenas silenciou.



MMM, MMTRP, Quilombo Jaqueira, Quilombo Serra Verde e Rede de Mulheres Pescadoras da Costa dos Corais.

Essa articulação deu tão certo que, além das diversas reuniões realizadas com secretarias de governo e com os governadores<sup>42</sup> no decorrer do ano, as pautas elaboradas pelo coletivo foram inseridas em todos os documentos dos movimentos de mulheres de Alagoas. A maior conquista veio em 09 de agosto de 2022, com a publicação do Decreto n. 84.454, que reativou o Fórum e dispôs sobre seu Regimento Interno, elaborado pelo Margaridas na Luta. No momento, as participantes do coletivo estão em processo de organização para a eleição do Fórum.

No dia 25 de novembro de 2022, o cenário foi completamente diferente. As mulheres rurais participaram em grande número do I EMA – Encontro de Mulheres de Alagoas. Suas vozes foram ouvidas e suas particularidades foram consideradas na construção da carta de pautas. A solução encontrada pelas mulheres rurais do Margaridas na Luta para garantir não só a participação, mas o protagonismo nos espaços de discussão política em Alagoas foi o fortalecimento coletivo de suas organizações.

### 3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA MULHERES RURAIS

#### 3.2.1 Políticas públicas federais

##### 3.2.1.1 2003 a 2015: tempo de colheita

Apesar de já termos afirmado anteriormente, é importante reforçar que todas as políticas públicas descritas aqui foram conquistadas a partir da luta das mulheres rurais. Nenhuma delas foi ofertada pela bondade dos governantes, mas foram possibilitadas e construídas em governos progressistas que integraram as pautas dos movimentos de mulheres aos seus ministérios, planos de governos e orçamentos. Esses direitos foram conquistados com sangue, suor e muita organização da militância. As políticas públicas incluídas em programas

---

42 Durante o ano de 2022, Alagoas teve dois governadores em exercício: Renan Filho e Paulo Dantas.

de governos foram amplamente discutidas em conferências<sup>43</sup> e sua efetivação foi fruto do diálogo entre governos progressistas e movimentos sociais, principalmente os movimentos feministas e de mulheres rurais, como a Marcha das Margaridas. Sem participação social, nada disso existiria.

Foi a partir da redemocratização do Brasil, mais precisamente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal (CF), também conhecida como Constituição Cidadã, que as mulheres rurais passaram a ser reconhecidas como trabalhadoras rurais para efeitos previdenciários, igualando-se aos homens e tendo direito à aposentadoria rural. Até então, eram cadastradas apenas como dependentes do “chefe da família”, pois apenas um membro familiar possuía direito à aposentadoria. As mulheres passaram, então, de dependentes a beneficiárias. Uma das principais conquistas dessa universalização da previdência rural foi o reconhecimento do trabalho da mulher do campo como produtivo e não só como trabalho doméstico e reprodutivo. Apesar da CF/88 reconhecer o direito à aposentadoria das mulheres trabalhadoras rurais, a sua efetivação só aconteceu em 1991, quando as leis 8.212 e 8.213 regulamentaram o disposto na Constituição (BRASIL, 1988; BUTTO, 2017).

Apesar do reconhecimento das mulheres rurais como trabalhadoras em 1988, as políticas públicas específicas só começaram a ser pensadas e executadas a partir de 2003, com o início do governo de Lula e a adoção de uma política de diálogo com os movimentos sociais. Desde a campanha, o programa de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) trazia como prioridade a agricultura por meio do Programa Vida Digna no Campo (FPA, 2002). Em 2003, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), houve a criação da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas que, em interlocução com os movimentos sociais do campo, formulava políticas e realizava ações de promoção da igualdade de gênero. Dentre os projetos voltados às mulheres rurais, estavam as diversas publicações do MDA sobre geração de renda, agroecologia, organização rural, reforma agrária, economia e outros temas, que traziam artigos e estudos de referência na área (BRASIL, 2013a).

Houve, ainda, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), com status de ministério, que contava com a Coordenadoria das Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas. A SPM, em diálogo com os movimentos sociais, era responsável pela realização de conferências e pela elaboração e execução de políticas públicas, inclusive no combate à violência contra mulheres.

---

43 Como as que antecederam os pactos e planos nacionais de políticas públicas para mulheres.

No mesmo ano, o Fome Zero, estratégia de combate à fome no Brasil, foi responsável pelo desenvolvimento de diversos programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Bolsa Família (PBF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). O PAA foi criado com os objetivos de “incentivar a agricultura familiar [...]; recompor um estoque mínimo de produtos da cesta básica com a compra direta e antecipada da produção nas próprias regiões de consumo; e distribuir os alimentos para populações em situação de risco alimentar” (p. 65). No PBF, programa de transferência de renda, as mulheres tinham a preferência na titularidade do benefício. O PNAE, integrado ao PAA, determinava que pelo menos 30% dos recursos da merenda escolar deveriam ser gastos com produtos da agricultura familiar. O PRONAF, programa de crédito dedicado à agricultura familiar, possui uma linha focada nas agricultoras chamada PRONAF Mulher (BRASIL, 2010a).

Durante a pesquisa, percebemos que o Bolsa Família tem sido essencial para as famílias do campo e, muitas vezes, é a única fonte de renda no meio rural. Em locais onde a prática da agricultura não é plenamente possível, como o Sertão, ou quando as famílias, por algum motivo, não conseguem trabalhar na roça, é o Bolsa Família que provê o sustento básico. Mesmo quando há uma produção de alimentos para o consumo familiar, o benefício é utilizado como complemento para o pagamento de outras despesas, como remédios ou contas de energia elétrica. Essa situação repetiu-se em todas as comunidades visitadas, seja na pesquisa de mestrado, seja no projeto de pesquisa “Nas Franjas do Progresso”. Quando perguntamos à Camélia<sup>44</sup> para quê ela usava o Bolsa Família, a resposta foi objetiva: “pra comer comida”.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dois milhões de domicílios rurais não possuíam acesso à energia elétrica no ano 2000. Assim, em 2003, foi criado o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, o “Luz para Todos”, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Até 2018, mais de 16 milhões de pessoas da área rural foram diretamente beneficiadas pelo programa. Os benefícios do Luz para Todos foram sentidos também pelas mulheres, que relataram o início ou retorno ao estudo, a iniciação de atividade produtiva e, principalmente, o aumento da segurança para as mulheres nas comunidades após a chegada da energia elétrica (BRASIL, [s.d.], 2013b).

---

44 Entrevista realizada em 10/04/2022.

A titulação conjunta obrigatória da terra nos assentamentos da reforma agrária foi estabelecida pela Portaria n. 981/2003 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e garantiu que a mulher tivesse seu nome incluído no título da terra, inclusive nas que já estivessem tituladas, sendo que, em caso de separação, a terra fica com a mulher, desde que detenha a guarda dos filhos. Essa política possibilitou, como uma das consequências, que as mulheres passassem a gerir suas vidas íntimas, sem a necessidade de permanecerem reféns em casamentos abusivos para não perderem o seu direito à terra, muitas vezes sua única fonte de renda ou de subsistência, como narra Prímula:

Prímula: Desde quando o MST criou o setor de gênero do MST lá em 2000... Já começou as lutas né, as Marchas das Margaridas em Brasília. Todas as outras que foram feitas era pra dizer assim, primeiro que os titulares na época era só os homens. A terra tinha em nome de uma pessoa, que era titular e na maioria das vezes era os homens. **Então as lutas desde a participação das Marchas das Margaridas, lutas das mulheres de 08 de março era justamente pra dizer assim, que a gente queremos qualidade. Teremos que ser homens e mulheres na RB.** Então foi uma luta, muita ocupação, muita ida ao Incra nas capitais. E aí nós conseguimos colocar as mulheres na RB, então são titulares a mulher.

Beatriz: RB é o quê?

Prímula: RB é o documento oficial do Incra. Que é a lista de beneficiários da reforma agrária. Então todos os beneficiários estão na RB. Aí tá o homem e a mulher, no caso estão juntos, tem união estável, alguns são solteiros.

Weldja<sup>45</sup>: Aí tá ficando no nome dos dois?

Prímula: Aí hoje são titulares os dois. Então desde 2002 esse processo já vem tendo mudança. E nós foi uma luta das mulheres, nós vem pleiteando no canto que tem homem casado que colocou a mulher... como ele era solteiro, aí dizia: “Vai ter que colocar no nome da companheira, levar a documentação”. Pra garantir que a área fique pro homem e pra mulher. **Porque na maioria das vezes na separação, as mulheres que iam embora e os homens que ficavam.** Aí hoje não. **Hoje na grande maioria nossa luta no caso de uma possível separação, as mulheres como tem filho, então a gente pega e fica mais com as mulheres.** Não é regra, não podemos dizer que é regra. Mas na maioria das vezes a mulher não aguenta a pressão e elas que desistem e vão embora. Mas na grande maioria ficam com as mulheres. (Prímula, 10/04/22, grifo nosso).

A conquista da titulação conjunta da terra também é apontada como causa da ascensão do protagonismo da mulher no campo:

É... Assim, enquanto mulher, a gente trabalha muito essa questão da mulher no campo. A gente vem trazendo que a mulher ela... **Ela hoje vem sendo uma protagonista porque hoje até a própria propriedade, o lote, o sítio, ela é no nome da mulher.** Ela não é mais no nome do homem. Quando hoje foi até uma conquista da luta da Marcha das Margaridas, né, Andréa. Que as mulheres conseguiram esse direito do sítio ir pro nome delas, ser do nome delas. Então, **com essa luta que nós conseguimos, as mulheres viraram protagonistas da sua... No campo.** Por quê? Qual foi a decisão que a gente vê? A mulher, ela tem mais equilíbrio nas coisas que ela faz. A mulher, ela cuida da casa, ela cuida do campo, ela... Até no financiamento, o pessoal do banco mesmo fala que, quando vai tirar um financiamento no banco, a mulher ela tá com seu... Tá em dia com o banco. Então, assim... A mulher do campo, ela vem... Ela vem sim se desenvolvendo cada dia

---

45 Weldja Marques.

mais. Hoje a mulher do campo, ela sempre tá... Elas que estão na feira. São elas que... Elas vão pra roça com o marido... (Margarida, 07/05/21, grifo nosso).

Ainda em 2003 foi criado um dos programas mais importante para os habitantes do Semiárido brasileiro, que impactou diretamente a vida das mulheres rurais que vivem nesta área, o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). O P1MC, ganhador de prêmios internacionais, foi desenvolvido pela Articulação no Semiárido Brasileiro a partir de trabalhos e debates nas bases e, em 2003, passou a ser financiado pelo governo federal. O objetivo do programa era estimular a convivência com o semiárido e suprir a principal necessidade básica da população local: água de beber<sup>46</sup>. As mulheres, geralmente responsáveis pela tarefa de buscar água em longas distâncias para beber, cozinhar e lavar, tiveram uma diminuição na sobrecarga de trabalhos domésticos e de cuidados. O objetivo da construção de um milhão de cisternas foi atingido em 2014 (EBC, 2017; ASA, [s.d.]).

O fato das mulheres rurais, até 1988, não serem reconhecidas como trabalhadoras produtivas, mas apenas dependentes do “chefe da família” afetou a obtenção da documentação civil e trabalhista deste grupo. Na prática, muitas dessas políticas públicas já conquistadas esbarravam na falta de documentação civil das mulheres rurais, indígenas e quilombolas, já que 40% da população rural não possuía documentação civil e, desse número, 60% eram mulheres (BRASIL, 2009). Essa problemática foi levantada pela Articulação no Semiárido Brasileiro, quando da redação da “Declaração do Semiárido”:

Apesar de cumprir jornadas de trabalho extenuantes, de mais de 18 horas, as mulheres rurais permanecem invisíveis. Não existe reconhecimento público da sua importância no processo produtivo. Pior ainda: **muitas delas nem sequer existem para o estado civil**. Sem certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF ou título de eleitor, sub-representadas nos sindicatos e nos conselhos, **as mulheres rurais não podem exercer sua cidadania**. (ASA, 1999, p. 7, grifo nosso).

Por isso, em 2004, o MDA, por meio da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE), criou o PNDTR, que previa o fornecimento gratuito de documentação civil básica e trabalhista para esse grupo. Esse programa foi responsável por ampliar o acesso das mulheres às políticas públicas e obtenção de outros direitos. Entre 2004 e 2009, mais de meio milhão de

46 “Através do armazenamento da água da chuva em cisternas construídas com placas de cimento ao lado de cada casa, as famílias que vivem na zona rural dos municípios do Semiárido passam a ter água potável a alguns passos. Não se faz mais necessário o sacrifício do deslocamento de quilômetros para buscar água para fazer um café, cozinhar e beber. Isso é o que chamamos de descentralização e democratização da água. Em vez de grandes açudes, muitas vezes construídos em terras particulares, as cisternas estocam um volume de água para uso de cada família. A grande conquista destas famílias é que elas passam de dependentes a gestoras de sua própria água. Assim, o P1MC possibilita inúmeros avanços não só para as famílias, mas para as comunidades rurais como um todo, como o aumento da frequência escolar, a diminuição da incidência de doenças em virtude do consumo de água contaminada e a diminuição da sobrecarga de trabalho das mulheres nas atividades domésticas.” (ASA, [s.d.])

de mulheres rurais foram beneficiadas com a emissão de mais de um milhão de documentos (EBC, 2004; BRASIL, 2009, 2019b). Prímula, ao explicar como o MST faz o acompanhamento das políticas públicas para as mulheres, relembra essa campanha:

Prímula: As coordenações a gente sempre vai acompanhando, vai coordenando, vai ajudando orientar, principalmente essa questão das mulheres. **No início era porque as mulheres não tinham documentos.** Nós fizemos campanha pra tirar documentação das nossas companheiras, porque o empecilho era as mulheres não tá na RB porque não tinham documentos.

Andréa: Quando foi isso?

Prímula: Isso nos anos 2000, não tinha documentação. Então a gente falava: “então vamos fazer uma campanha, vamos trazer aqui”. Eu nem lembro mais como é que chamava, a gente trazia.

Andréa: Era nenhuma trabalhadora rural sem documento?

Prímula: Isso, fazia aqueles mutirão e levava o nosso povo. Alugava ônibus e chegava aquele monte de mulher pra tirar os documentos. Depois foi os títulos de eleitor. **Sabemos que conseguimos o direito de votar a muito tempo, mas até isso muitas companheiras não tinha.** [...] Nem tinha tirado, então vai todo mundo tirar o título, é importante nós ter a nossa voz, então isso aí a gente vem estimulando. (Prímula, 10/04/2022, grifo nosso).

Em 2004, a SPM lançou o Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Apesar de receberem algumas menções ao longo do texto, as mulheres rurais não foram referidas no capítulo de enfrentamento à violência contra mulheres. Assim, no surgimento da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a realidade das mulheres rurais foi ignorada (ALBUQUERQUE, 2018).

Mas a luta das mulheres do campo não se restringia apenas aos direitos previdenciários, trabalhistas e à terra. As mulheres trabalhadoras rurais também estavam organizadas contra a violência e a dominação masculina. Na Marcha das Margaridas de 2007, as manifestantes exigiam políticas públicas específicas pelo enfrentamento à violência contra a mulher (SCOTT; RODRIGUES; SARAIVA, 2010). Nesse mesmo ano, as rurais não só foram mencionadas no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, como foi definido como prioridade “o direcionamento das políticas públicas para mulheres rurais, negras e indígenas em situação de violência, reconhecendo esses grupos como socialmente vulneráveis” (ALBUQUERQUE, 2018, p. 3).

Ainda em 2007 foi instituído o Fórum Nacional de Elaboração de Políticas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Campo e da Floresta, também uma reivindicação da Marcha das Margaridas, tendo como sua primeira grande ação em 2008 com a campanha Mulheres Donas da Própria Vida, criada para levar o debate acerca da violência contra mulheres para as áreas rurais e expandir o alcance da Lei Maria da Penha para além das áreas urbanas (ALBUQUERQUE, 2018). No seu início, o Fórum estava sob a coordenação da

SPM e era formado por representantes de nove Ministérios e Secretarias Especiais e de oito organizações da sociedade civil, sob coordenação da SPM (BRASIL, 2008).

Em 2008, a SPM publicou o II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. Dessa vez, as mulheres rurais foram referenciadas em todos os eixos, com especial atenção ao enfrentamento à violência contra mulheres, pois já incorporava as demandas do Fórum Nacional instituído no ano anterior e determinava as políticas públicas voltadas ao combate à violência nos espaços públicos e privados (BRASIL, 2008).

Em 2008, foi criado o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, que contempla ações específicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para as mulheres e busca articulações transversais com as demais políticas para agricultura familiar. Com o objetivo de promover a igualdade de gênero no campo, foram realizados dezenas de projetos para o fortalecimento da organização produtiva sustentável, ampliando o acesso das mulheres rurais à produção e comercialização de produtos da agricultura familiar (BRASIL, 2013a).

Em 2010, após a realização do II Seminário Nacional do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Campo e da Floresta, foram publicadas as Diretrizes e Ações de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, por meio da Portaria n. 85 de 10 de agosto de 2010.

Nos anos seguintes, já no governo de Dilma Rousseff, outras políticas públicas específicas para o enfrentamento à violência foram criadas. Em 2011, com a edição de novo Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as mulheres rurais tiveram uma atenção especial no Eixo II, que tratava da ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência. Foram criadas as “Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência para atender as mulheres do campo e da floresta e dos territórios de cidadania” (BRASIL, 2011b, p. 31), projetadas para levarem equipes multidisciplinares para localidades afastadas dos centros urbanos em ônibus ou barcos adaptados para esse atendimento. Além disso, foi prevista uma capacitação permanente para a Central de Atendimento à Mulher, o 180, observando as especificidades das mulheres do campo e da floresta (BRASIL, 2011b).

No mesmo ano, a SPM lançou a publicação Mulheres do Campo e da Floresta: Diretrizes e Ações Nacionais. Trazendo uma discussão ampla acerca das políticas públicas voltadas para as mulheres rurais em diversos eixos, esse documento reconhece o limbo em que

esse grupo se encontra e as dificuldades de implementação dessas políticas, seja pela ausência de dados oficiais, seja pela escassez de pesquisas sobre a violência contra as mulheres do campo e da floresta. Reconhecendo a dificuldade de acesso aos serviços públicos no campo, a publicação traz diversas propostas de diretrizes e ações voltadas para o enfrentamento da violência, como o fortalecimento da rede de atendimento, a implementação das Unidades Móveis de Atendimento e a criação de Postos de Atendimento nas delegacias comuns, garantindo o atendimento nos municípios de pequeno porte (BRASIL, 2011a; ALBUQUERQUE, 2018).

Em 2011, houve a priorização das mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos, com a destinação de 5% dos recursos para grupos produtivos de mulheres rurais e cotas mínimas de participação de mulheres como fornecedoras. Antes das políticas públicas de priorização das mulheres, apenas 27% participavam do PAA, alcançando 57% em 2016 e chegando ao ápice de 84% em 2018 (BRASIL, 2013a; CONAB, 2019, 2021).

Em junho de 2011, houve a implementação do Plano Brasil Sem Miséria (BSM). Um dos programas instituídos foi o Água para Todos. “Destinado a promover a universalização do acesso à água em territórios rurais, tanto para consumo humano quanto para a produção agrícola e alimentar, com prioridade de atendimento às famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza”, o programa tinha como meta instalar 750 mil cisternas no semiárido brasileiro (BRASIL, 2019a).

Em 2013, por meio do Decreto n. 8.086, foi instituído o Programa Mulher: Viver sem Violência. A partir desse programa, foram firmados convênios com os estados para a criação dos Fóruns Estaduais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Rurais. Também em 2013 mais duas conquistas foram obtidas pelas mulheres rurais. A primeira foi a preferência da titularidade das mulheres na Garantia Safra, benefício pago aos agricultores quando a seca ou o excesso de chuvas causam perdas de ao menos 50% da produção. A segunda foi a priorização das famílias chefiadas por mulheres como beneficiárias da Reforma Agrária.

Como última política pública a ser incluída nesse rol, o Programa Fomento Mulher, modalidade de crédito destinada a mulheres assentadas da reforma agrária para implantação de projeto produtivo no lote, foi criado em 2015 pelo INCRA em parceria com o MDA.

Como vimos, no período de 2003 a 2015, diversas políticas públicas voltadas direta ou indiretamente para as mulheres do campo foram conquistadas. Não por coincidência, esse período corresponde aos governos de Lula e Dilma, do Partido dos Trabalhadores. A “Era



PT”, que chegava ao fim por meio de um golpe contra a primeira presidenta mulher do Brasil, levava consigo a possibilidade dos diálogos dos movimentos sociais com o governo federal. Os ocupantes da cadeira presidencial seguintes não só fecharam os canais de diálogo e participação social como perseguiram abertamente os movimentos sociais do campo, das águas e das florestas, destruindo o legado de décadas de lutas.

### 3.2.1.2 2016 a 2022: tempo de perdas

Com o período de instabilidade política vivido no país, a partir do golpe sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff em 2016, deu-se início ao desmonte de diversas políticas públicas já estabelecidas. Ainda em 2016, Temer, que ocupava a cadeira de presidente, extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário e, com ele, a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas. A extinção do MDA atingiu em cheio as organizações de mulheres do campo, como narra Lavanda sobre o fechamento do escritório nacional do MMC:

A questão do processo de articulação do escritório. **O escritório ele existia em Brasília, ele era uma das partes das articulações políticas, da aliança dos governos na questão de mulheres**, e a gente tinha o secretariado lá com pessoas que recebiam uma ajuda de custo pra se manterem, pra tocar as atividades, as alianças, as reuniões e pauta de assembleia.... Tá ali no campo do Planalto acompanhando mais essas políticas pra cobrar coisas pras próprias mulheres camponesas do Brasil. **Com o processo do golpe, a gente começou a perder as possibilidades de trabalhar essas articulações.** Daí não tivemos como mais manter o escritório porque, com o MDA... Primeiro, **a política do Ministério do Desenvolvimento Agrário também começou a ser ferida logo durante o golpe. Também se perderam essas articulações que vinham fortalecendo os movimentos sociais e o processo de formação.** E aí o escritório fechou, a gente ficou sem ter um escritório físico e os escritórios hoje existem na casa de quem é dirigente. [...] Hoje a gente não tem mais projetos nacionais. (Lavanda, 21/11/2022, grifo nosso).

Em 2018, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres perdeu o status de ministério e passou a ser vinculada à Secretaria de Direitos Humanos. Em 2019, a SPM foi oficialmente extinta e, com ela, a Coordenadoria das Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas. Em uma tentativa de substituir a SPM, foi criado o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MDH), que não teve nenhuma contribuição relevante na elaboração e execução de políticas públicas para mulheres em geral e, por consequência, para as mulheres do campo, da floresta e das águas (COSTA; AGUIAR, 2021).

Não existem mais publicações de livros e cartilhas voltados para mulheres rurais ou qualquer comunicação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos voltada

às mulheres rurais. Os dados oficiais não estão mais organizados e disponíveis em uma só plataforma. As páginas sobre "dados" e "serviços e políticas públicas" para mulheres do campo e da floresta foram retiradas do ar sem qualquer explicação. Muitos materiais utilizados nesta pesquisa não estão mais disponíveis nos sites oficiais do governo federal.

FIGURA 5 – PÁGINA DO MDH QUE DEVERIA CONTER DADOS OFICIAIS SOBRE “MULHERES DO CAMPO E DA FLORESTA”<sup>47</sup>



Fonte: BRASIL (2022)

47 BRASIL. MDH. Dados. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/dados>. Acesso em 20 mar. 2022.

FIGURA 6 – PÁGINA DO MDH QUE DEVERIA CONTER INFORMAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS “MULHERES DO CAMPO E DA FLORESTA”<sup>48</sup>



Fonte: BRASIL (2022)

Atualmente, seguindo a máxima do atual ocupante do cargo de presidente Jair Bolsonaro de que “as minorias têm que se curvar às majorias”<sup>49</sup>, em seu mandato não há mais espaço governamental para formulação e execução de políticas públicas voltadas para os grupos mais vulnerabilizados, como as mulheres rurais. Os investimentos direcionados a políticas públicas para mulheres, em geral, atingiram o menor patamar desde 2016, quando passamos a sofrer com os cortes no orçamento que prejudicaram a execução das políticas de combate à violência contra mulheres, dentre elas as unidades móveis de enfrentamento à violência contra as mulheres do campo, que deixaram de levar atendimento multidisciplinar aos locais mais distantes, e o Fórum Nacional de Elaboração de Políticas para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, conquistado a partir da luta da Marcha das Margaridas, que foi extinto (COSTA; AGUIAR, 2021; AGÊNCIA SENADO, 2022; MARCHA DAS MARGARIDAS, [s.d.]).

Em dezembro de 2020, o Governo Federal lançou o Programa Qualifica Mulher, que pretendia formar uma rede de parcerias entre os poderes públicos e instituições privadas, para ações de qualificação profissional e geração de emprego e renda para as mulheres em situação de vulnerabilidade social, incluídas aí as mulheres rurais. No dia 10 de setembro de 2021, o programa foi lançado em Alagoas em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento

48 BRASIL. MDH. Serviços e políticas públicas. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/servicos-e-politicas-publicas>. Acesso em 20 mar. 2022.

49 Fala proferida pelo então candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6cIkWMKeDhs>.

(CONAB), a FETAG, a Associação de Municípios Alagoanos (AMA), o Instituto Federal de Alagoas (IFAL), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a SEMUDH e outros órgãos, com foco em mulheres do campo e de comunidades tradicionais. Mais de um ano depois, as mulheres rurais não foram beneficiadas porque os cursos eram voltados para as áreas urbanas e não levavam em consideração a realidade das mulheres do campo.<sup>50</sup>

Completando esse cenário de desmonte, desde 2020 a população do campo padece com os efeitos da pandemia de COVID-19, agravados pelo descaso do poder público. Em plena pandemia, os programas voltados à agricultura familiar foram atingidos. Algumas mulheres entrevistadas falaram sobre as implicações dos cortes naquele momento<sup>51</sup>:

**Com esse corte ficou muito de... Ficou difícil para os agricultores, pra nós agricultores.** Por quê? Por causa que... Se a gente planta e a gente não tem pra onde comercializar? Aí, o que é que tá acontecendo... Muitos tão vendendo agora pra atravessadores, que compram num preço lá embaixo e acaba que a produção do... A nossa produção não tem valor. Então, não só prejudicou como também muitos dos nossos agricultores, que... Perdeu sua produção e hoje vive numa situação que não é muito boa. Ainda mais que veio agora essa pandemia. Porque com a pandemia o ano passado... **O ano passado nós tivemos agricultores que passaram necessidade.**

[...]

Porque eu pensava assim, que, **pelo menos no momento de pandemia, o PAA, ele era pra ser comprado pra fazer doação pras famílias carentes que estão precisando. Porque, como o PAA é pelo governo, ele era pra ser comprado, mas só que a gente tá com um governo aí que não tá nem preocupado com a gente.** A gente tentou conversar com o governador do nosso estado, mas até agora nós não tivemos resposta. Então, assim, é muito preocupante porque **nossos agricultores perderam a produção,** o PAA tá começando novamente a se desenvolver, mas o preço... O valor é pouco [faz sinal de pequeno com dedos indicador e polegar]. Não são todos os agricultores que conseguem. O PNAE, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, nem todos os prefeitos querem comprar. Então, assim, é uma preocupação que nós temos, muito grande. É uma preocupação que nós temos e a gente fica assim sem saber o que fazer. Se a gente for olhar o tanto de produção que perderam... O que pode perder ainda porque esse ano nós tivemos um ano bom. O que vai ter de milho e feijão pra vender esse ano pode ter certeza que é muito, mas pra onde que o... Que a gente vai vender? Pra quem nós vamos vender? Vamos vender pra quem? Pra os atravessadores ou vamos pra feira livre. Feira livre vai tá lotada de feijão, de milho. Então aí a gente fica se perguntando como é que a gente vai... **A gente teve esse trabalho, pra onde que a gente vai vender? Pra quem nós vamos vender?** Então é uma preocupação que a gente tá aí, todos os agricultores. Nós, enquanto FETAG, nosso secretário de políticas agrícolas é o Robério, ele tá aperreado por causa que a situação não é boa pra gente. Porque a gente planta, mas... E aí, vamos comercializar, vamos vender pra quem? Então... [expressão de desânimo] É triste pra gente. (Margarida, 07/05/2021, grifo nosso).

Com a pandemia, logo no início... Assim, foi um grande impacto, né! A partir que as aulas foram interrompidas. E a partir daí... **Nós tínhamos companheiras que forneciam alimentos para o PNAE. Foram totalmente suspensas. Então houve uma grande... Houve uma perda, né! Uma perda financeira muito grande e,** depois que a pandemia diminuiu um pouco, tem a possibilidade de voltar pra feira,

50 Análise realizada por mulher liderança rural que fez parte das tratativas estaduais para implementação do projeto no estado. O nome será mantido em sigilo a pedido.

51 Sua entrevista foi realizada em maio de 2021, antes das alterações no PAA.

mas muitos não preferiram voltar. **Só sei que de política pública mesmo, que é o PNAE, a gente não tem mais acesso desde março do ano passado.** (Orquídea, 19/05/2021, grifo nosso).

No entanto, os programas não foram afetados apenas pela pandemia. O PAA, por exemplo, foi um dos principais alvos da atual política governamental de desmantelamento da agricultura familiar. Em agosto de 2021, foi substituído pelo Programa “Alimenta Brasil”, tendo seus critérios modificados, como, por exemplo, o fim da prioridade da distribuição para as regiões com maiores índices de pobreza. O resultado foi o menor orçamento da história do programa. Para 2023, o corte no programa foi de 97%, o que afeta diretamente as mulheres agricultoras que, como dissemos anteriormente, eram 84% dos fornecedores do programa em 2018 e já haviam caído para 74% de participação em 2020 (CASADO; MADEIRO, 2022; CONAB, 2021).

Desde 2018, o Brasil voltou ao Mapa da Fome, de onde havia saído desde 2014. Em junho de 2022, o II Levantamento Nacional de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (PENSSAN, 2022) indicou que a insegurança alimentar é maior nas áreas rurais do que nas áreas urbanas, afetando 60% dos domicílios. Ao analisar a pessoa de referência das famílias, a pesquisa revelou que 63% dos domicílios chefiados por mulheres sofriam de insegurança alimentar, dez pontos percentuais a mais do que as famílias chefiadas por homens. O estudo indicou, ainda, que "os piores níveis de insegurança alimentar foram observados nos domicílios rurais de agricultores familiares/produtores agrícolas onde houve perdas na produção, decorrentes da dificuldade de comercialização de seus produtos" (p. 43), destacando que uma das causas foi justamente o desmonte das políticas públicas voltadas para a população do campo.

O Programa Bolsa Família, que, em muitos lugares, tem sido a única fonte de renda da população do campo, também passou por modificações. Assim como o PAA, foi alvo do governo federal e substituído pelo “Auxílio Brasil”, deixando famílias completamente desamparadas, como relata Gérbera, do MST:

Andréa: Esses cortes no Bolsa Família foi quando virou auxílio Brasil, né?

Gérbera: Foi.

Andréa: Aí quem ganhava o Bolsa Família não conseguiu ganhar o auxílio Brasil, é isso?

Gérbera: **Isso, mas ele tinha avisado que ia cortar porque ele ia fixar em 400 reais. Então nessa mudança teve um bocado de gente que foi cortado.**

Andréa: E aí esse pessoal que foi cortado, que parou de receber o Bolsa Família...

Gérbera: Aí eles vão ter que ir na prefeitura, vão tentar recorrer lá. [...]

Andréa: E agora esse pessoal tá sem renda nenhuma, né?

Gérbera: É a agricultura, é o pouco que vende, dois, três sacos de macaxeira por semana. (Gérbera, 14/04/2022, grifo nosso).

O Programa Um Milhão de Cisternas está praticamente paralisado, deixando 350 mil famílias do semiárido à espera de água potável (MADEIRO, 2022a). O Programa de Distribuição de Água Potável no Semiárido Brasileiro foi criado pelo Governo Federal em 1998. Em 2012, a coordenação do programa passa a ser do Exército Brasileiro, por meio da Operação Carro-Pipa, que “tem como objetivo a [...] distribuição de água potável às populações atingidas por estiagem e seca na região do semiárido nordestino e região norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo” (BRASIL, 2013c). No apagar das luzes, após o segundo turno das eleições presidenciais de 2022, a Operação Carro-Pipa foi suspensa por corte de recursos e o fornecimento de água foi interrompido no mês de novembro. A população do Semiárido de Alagoas atendida pelo programa passou de 147.490<sup>52</sup> para zero (BRASIL, 2013c; MADEIRO, 2022b).

FIGURA 7 – POPULAÇÃO ATENDIDA EM ALAGOAS PELA OPERAÇÃO CARRO-PIPA EM OUTUBRO

Estado: Alagoas 

| Resumo Geral |    |                    | Out/2022 |
|--------------|----|--------------------|----------|
| Municípios   | 36 | Carros-Pipa        | 188      |
|              |    | População Atendida | 147.490  |

Fonte: BRASIL (2013c)

FIGURA 8 – POPULAÇÃO ATENDIDA EM ALAGOAS PELA OPERAÇÃO CARRO-PIPA EM NOVEMBRO

Estado: Alagoas 

| Resumo Geral |    |                    | Nov/2022 |
|--------------|----|--------------------|----------|
| Municípios   | 37 | Carros-Pipa        | 0        |
|              |    | População Atendida | 0        |

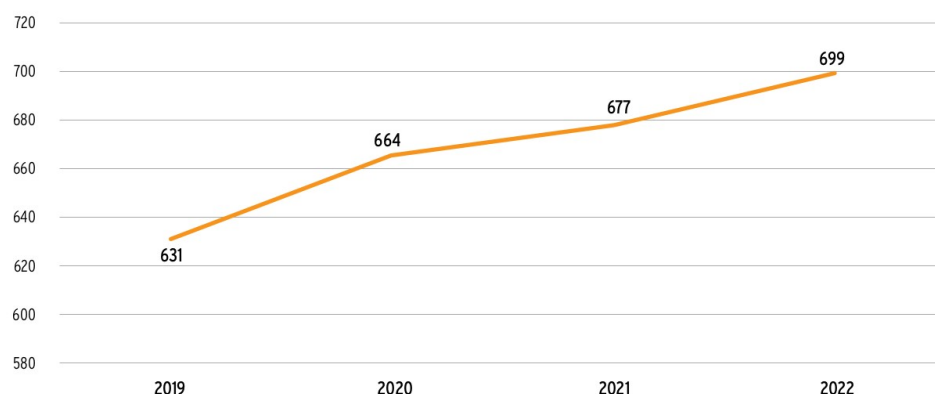
Fonte: BRASIL (2013c)

Finalizamos com a análise da recente publicação do FBSP, intitulada “Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022”, que constatou um aumento de 3,2% na taxa de feminicídios cometidos no primeiro semestre de 2022, em comparação ao 1º semestre de 2021. De janeiro a junho de 2022, quatro mulheres foram vitimadas pelo feminicídio por dia. Comparado ao primeiro semestre de 2019, primeiro ano do atual governo, o aumento no números de feminicídios foi de 10,8% (FBSP, 2022b).

Segundo o FBSP, o crescimento contínuo dos casos é acompanhado pela queda contínua nos valores destinados pelo Governo Federal às Políticas de Enfrentamento à Violência contra a mulher, como vemos nas figuras a seguir (FBSP, 2022b).

<sup>52</sup> Comparação entre os meses de outubro e novembro de 2022.

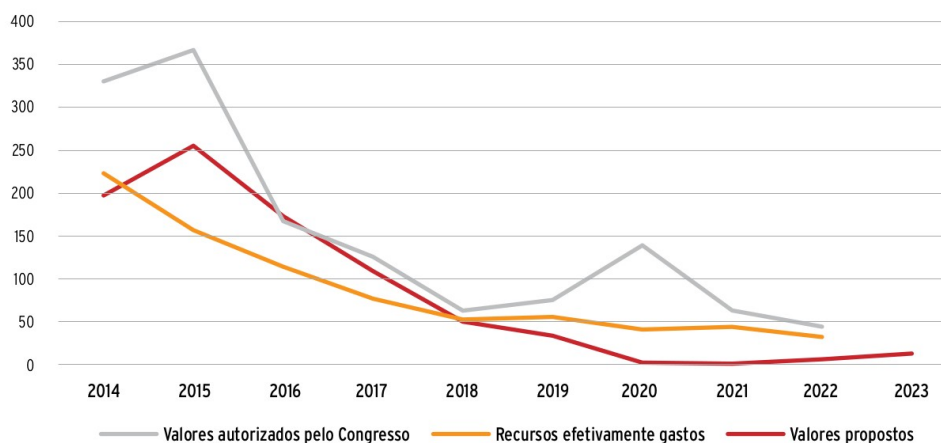
FIGURA 9 – FEMINICÍDIOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019 A 2021

**Gráfico 1:** Total de vítimas de feminicídio, 1º semestre de cada ano. Brasil, 2019 a 2022

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Fonte: FBSP (2022b, p. 3)

FIGURA 10 – VALORES DESTINADOS PELO GOVERNO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

**Gráfico 2:** Valores destinados pelo Governo Federal às Políticas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher segundo o INESC<sup>3</sup>

Fonte: Inesc, com base em dados do Portal Siga Brasil.

Fonte: FBSP (2022b, p. 6)

Margarida sintetiza o desmonte dos últimos anos, repetindo o que ouvimos de várias outras lideranças de movimentos de mulheres do campo durante a pesquisa:

É... com ele, com o Bolsonaro aí que... **Quase tudo que nós temos das mulheres, nossos direitos foi tudo acabado.** A gente tem um conselho de direitos das mulheres do nosso estado por quê? Porque o governador que a gente tá hoje apoia esse conselho, mas se ele sair, o governo, se o governador hoje ele sair e entrar um que é bolsominion, vai acontecer o quê? Acabar. Vai acabar. Não vai ter secretaria de mulher. Então, assim, **hoje a gente não tem onde recorrer pra gente trazer algo diferencial pra essas mulheres.** A gente tenta [vídeo trava e corta parte do áudio 00:26:31] do movimento sindical, dos movimentos sindicais de trazer essas mulheres, mas são coisas que não são fáceis. **E as mulheres do campo são as mulheres que mais sofrem.** Não vou dizer que as da cidade não sofrem. Sofrem, mas as mulheres do campo ela tá esquecida. **As mulheres do campo, ela tá esquecida em tudo.** (Margarida, 13/05/2021, grifo nosso)

### 3.2.1.3 2023: tempo de semeadura

É impossível finalizar essa análise sem falar sobre a mudança no comportamento das mulheres rurais percebida após o segundo turno das eleições presidenciais. Em 2021 e 2022, o que encontramos em campo foram relatos de fome, de desesperança, de indignação, de falta de dignidade, de mães que voltaram a ver seus filhos indo embora em busca de emprego, de jovens mulheres que voltaram a enxergar o trabalho doméstico precarizado na capital como única saída para a falta de emprego e renda, de jovens que voltaram a desacreditar na educação, de gente triste. Fazer essa pesquisa foi também se entristecer num contexto em que estávamos sempre esperando algo pior para amanhã.

No dia 30 de outubro de 2022, parece que voltamos a acreditar que sonhar era novamente possível. Em novembro, três ocasiões reuniram uma grande quantidade de mulheres rurais: a ENFOC da FETAG, o Seminário do MMC e o EMA. Algumas mulheres que ali estavam já haviam participado da pesquisa, mas não eram as mesmas mulheres. Os abraços eram diferentes, os sorrisos eram diferentes, os semblantes eram diferentes e até as vozes tinham outro tom. O que encontramos nesses espaços foram mulheres cheias de esperança. Mulheres que se referiam ao presidente eleito como “Lulinha” e falavam como se ele fosse um velho amigo da família. Mulheres que sabem que, a partir de 1º de janeiro, não será um tempo de festa, mas de luta e reconstrução.

A equipe de transição do novo governo garantiu a recriação do Ministério de Desenvolvimento Agrário e a criação do Ministério das Mulheres, dando prioridade para o Programa de Cisternas, para os programas voltados à agricultura familiar e combate à fome, como PAA, PNAE e Bolsa Família, e para as políticas públicas voltadas às mulheres. Nessa fase de articulação, movimentos sociais já participam ativamente dos debates e discussões dos grupos de trabalho, dentre eles, a Marcha Mundial das Mulheres, o Movimento de Mulheres Camponesas e a Marcha das Margaridas, inseridos no GT de Desenvolvimento Agrário e no GT das Mulheres (AMÂNCIO, 2022; MARCHA DAS MARGARIDAS, 2022; MMC, 2022; MOURA, 2022). Em carta, os “movimentos feministas e de mulheres do campo e de esquerda” reivindicam a retomada de políticas públicas, a revogação de decretos e portarias e a criação do Ministério das Mulheres (MMC, 2022).

O último ano em que a Marcha das Margaridas entregou uma carta de reivindicações ao governo federal foi 2015, quando Dilma, já ameaçada pelo impeachment, ocupava a



Presidência da República. Em 2019, as Margaridas não entregaram a carta ao ocupante da cadeira presidencial por considerá-lo ilegítimo. A 7ª Marcha das Margaridas acontecerá em agosto de 2023<sup>53</sup> com o lema “Margaridas em marcha pela reconstrução do Brasil e pelo bem viver”. Dessa vez, a carta será entregue ao recém-eleito Presidente Lula e reivindicará todos os direitos perdidos nos últimos anos e o avanço na construção das políticas públicas para as mulheres rurais.

### **3.2.2 Políticas públicas estaduais de enfrentamento à violência contra mulheres**

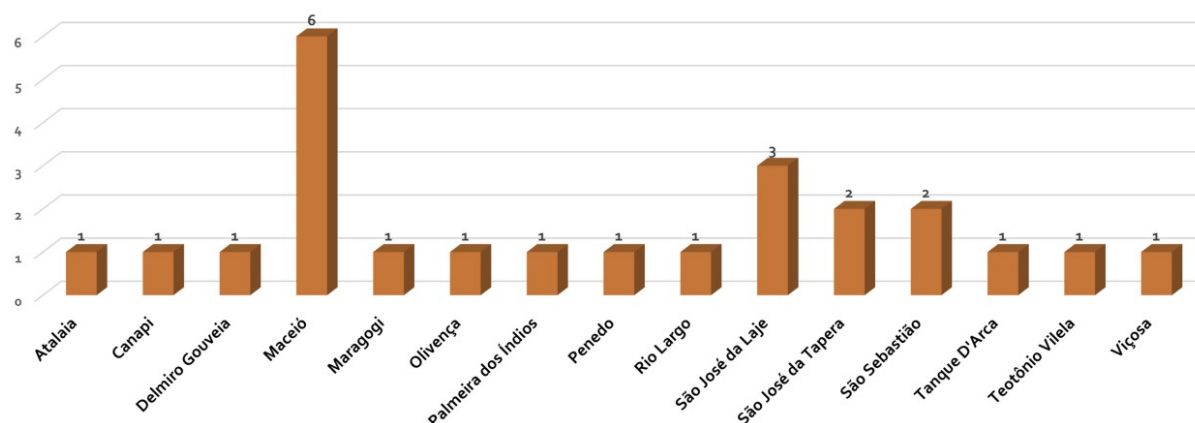
No mês de março de 2022, a Secretaria de Estado da Segurança Pública de Alagoas (SSP), por meio da Comissão Mulher Segura, lançou o Mapa da Violência contra a Mulher em Alagoas no ano de 2021. O documento afirma que o ano de 2021 registrou 5.741 casos de violência doméstica, 22% das mulheres eram brancas e 74% eram negras – 7% pretas e 67% pardas. Os casos de estupro somaram 152, com 28% brancas e 68% negras – 11% pretas e 57% pardas. Os dados de feminicídio trazem 24 casos, sendo 9% brancas e 87% negras – 13% pretas e 74% pardas (ALAGOAS, 2022b).

O Mapa traz, ainda, a divisão dos casos por municípios. Analisando apenas a violência doméstica, Maceió – capital – fica em primeiro lugar, com 43% dos casos, seguido por Arapiraca. Caso levemos em conta a proporcionalidade por habitantes, o município de Rio Largo aparece na frente, seguido por Arapiraca e Maceió. Para os casos de estupros, os números totais mantêm Maceió em primeiro, com 45% dos casos, seguido por Arapiraca. Em números proporcionais, quem aparece na frente é Marechal Deodoro, seguido de Maceió e Arapiraca. No entanto, quando analisamos os números de feminicídio, percebemos que, apesar de Maceió registrar seis casos, o gráfico apresentado fica “equilibrado”, como vemos na Figura 11. Proporcionalmente à sua população, a capital do estado fica apenas em quarto lugar (ALAGOAS, 2022b).

---

53 Lançamento da campanha disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EVsjLSMQ3SI&t=176s>.

FIGURA 11 – FEMINICÍDIOS EM ALAGOAS NO ANO DE 2021



Fonte: ALAGOAS (2022b)

Considerando os dados apresentados, algumas observações são necessárias. Primeiro, sabemos que o número oficial de casos de feminicídio pode ser menor do que o real porque: a) há situações em que o feminicídio é registrado como homicídio pela falta de atenção ao requisito de “menosprezo ou discriminação à condição de mulher da vítima”; e b) há casos de feminicídio que podem, erroneamente, ser registrados como suicídio ou morte acidental. Segundo, ainda que consideremos esses dois fatores, a violência letal de mulheres é um dado mais confiável, pois não há a possibilidade de subnotificação, como acontece com a violência não letal (CAICEDO-ROA; BANDEIRA; CORDEIRO, 2022; FBSP, 2022a).

Dessa forma, para analisar a real incidência da violência contra mulheres em Alagoas, consideramos subnotificados os dados sobre violência doméstica e estupro apresentados no Mapa e optamos por desprezá-los, pensando na dispersão da violência a partir do número de feminicídios. Essa opção também está ancorada nos relatos colhidos nesta pesquisa sobre denúncias de violência que, em uníssono, afirmam que as mulheres das áreas rurais raramente ou nunca formalizam as denúncias.

Ao realizarmos essa análise, percebemos que, ao contrário dos dados de violência não letal, cujas denúncias estão concentradas na capital e nas cidades polos do interior, a violência letal é proporcionalmente mais forte nos municípios do interior de Alagoas. Vamos além. Analisando os dados fornecidos pela SSP por meio do e-SIC, verificamos que pelo menos onze, dos vinte e cinco feminicídios de 2021, foram cometidos em áreas rurais<sup>54</sup>. Das quinze cidades que registraram feminicídios, apenas cinco possuem algum serviço de atendimento a

<sup>54</sup> Os dados foram recebidos em 17 de janeiro de 2022. As planilhas nem sempre informam se o bairro pertence à Zona Rural e o número de casos nessa área pode ser maior. Há uma discrepância entre os dados apresentados no Mapa da SSP e os dados apresentados pela SSP por meio do e-SIC. Nestes últimos, são contabilizados 25 feminicídios em 2021, sendo que o excedente está registrado em Maceió.

mulheres em situação de violência: Maceió e Rio Largo, na área metropolitana, e Delmiro Gouveia, Maragogi e Palmeira dos Índios, cidades polos do Sertão, Litoral e Agreste.

Nos últimos quatro anos, de 2019 a 2021, Alagoas reduziu o número de feminicídios em 42,3%, sendo a maior redução entre os estados do Nordeste e a terceira maior do país. No Brasil, em 2021, apesar do número de casos de violência não letal contra mulheres ter crescido, houve uma redução de 1,7% na taxa de feminicídios. No total, foram 1.341 casos de feminicídios, sendo 37,5% de mulheres brancas e 62% de mulheres negras. No entanto, é possível que exista uma subnotificação dos feminicídios de mulheres negras, que podem estar sendo registrados como homicídios, pois, na última década, houve uma queda nos assassinatos de mulheres brancas, enquanto os de mulheres negras aumentaram. Ou seja, o elemento racial está fortemente presente na violência letal cometida contra mulheres (FBSP, 2022a).

Fazendo o recorte racial dos casos de feminicídios no estado de Alagoas, percebemos que a desproporcionalidade entre o percentual de mortes de mulheres brancas e negras é ainda maior em relação aos dados do Brasil. Aqui, 87% dos casos correspondem à morte de mulheres negras (ALAGOAS, 2022b). Esse é um dado importante para compreendermos a violência contra mulheres rurais no estado, pois esse grupo é formado, majoritariamente, por mulheres negras, indígenas e suas descendentes.

Em julho de 2022, os movimentos feministas de Alagoas foram sacudidos com três casos de feminicídios em apenas uma semana. O último feminicídio dessa sequência levou ao surgimento de um movimento intitulado Levante Feminista de Alagoas<sup>55</sup>. No dia 29 de julho, uma semana após o início da articulação, o movimento reuniu centenas de mulheres de cinquenta e duas organizações e realizou uma marcha pelas ruas da capital, pedindo o fim da violência. Também foi entregue uma carta de pautas ao Desembargador Tutmés Airan, do Tribunal de Justiça, à Deputada Fátima Canuto, da Comissão da Mulher da Assembleia Legislativa, e à Secretária Luiza Barreiros, do Gabinete Civil.

Na carta de pautas entregue pelo Levante, estavam incorporadas as seguintes pautas elaboradas pelas mulheres do Coletivo Margaridas na Lutas: a) Instituição de mesa permanente de debates regionalizada; b) Rediscussão do PEPMulheres com foco nas reivindicações específicas de organizações e mulheres rurais, quilombolas, indígenas e ribeirinhas; c) Reativação do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Rurais; d) Reativação das Unidades Móveis com demandas apontadas pelas

---

55 Como uma das organizadoras do Levante Feminista de Alagoas, acompanhei de perto sua formação e toda a articulação realizada pelos movimentos sociais, que incluem os movimentos de mulheres rurais.

mulheres rurais; e) Interiorização da rede de enfrentamento à violência contra mulher; f) Projetos para geração de renda para mulheres, com base na economia solidária e desenvolvimento sustentável; g) Implantação de programas de conscientização sobre a violência contra mulheres na zona rural; h) Atenção à saúde das mulheres no campo, das águas e das florestas; i) Melhoria nos acessos às comunidades para escoamento da produção, atendimento médico e assistência policial; j) Criação de um observatório em articulação com as Secretarias de Estado e; e k) Garantia de que as mulheres rurais, quilombolas, indígenas e ribeirinhas sejam ouvidas em todas as formulações de políticas públicas estaduais.

Na semana seguinte, no início de agosto, representantes do Levante foram recebidas pelo Governador Paulo Dantas, que firmou o compromisso de incluir as reivindicações em seu plano de governo e, de pronto, anunciou a execução imediata de algumas demandas do movimento, como a abertura da primeira Delegacia Especializada de Defesa dos Direitos da Mulher 24 horas em Alagoas, a DEDDM I, a instalação de salas lilases em todos os Centros Integrados de Segurança Pública (CISPs) e a reativação do Fórum.

A DEDDM com funcionamento 24 horas e durante os fins de semana era uma demanda de trinta anos do movimento feminista alagoano. A sua abertura foi uma conquista histórica para as mulheres e é fruto, mais uma vez, da organização dos movimentos sociais. Mas essa conquista é mais uma que está restrita às mulheres da capital. A instalação das salas lilases nas CISPs, que ainda estão em fase de implementação, foi uma louvável tentativa de interiorizar a rede. No entanto, continuam sendo instrumentos que permanecem inacessíveis às mulheres que residem nas áreas rurais, seja pela distância, seja pela dificuldade de acesso ou seja pela precariedade no atendimento recebido<sup>56</sup>. Sobre essa questão, Margarida arremata: “quando a gente fala em interiorizar não é trazer somente aqui pra dentro da cidade e o campo deixar pra lá. [...] A gente tem que trazer pra dentro do campo”.

A realidade que se abate sobre as mulheres alagoanas é que as políticas públicas de enfrentamento à violência em Alagoas são destinadas às mulheres urbanas, seja na capital, seja no interior. No estado há apenas dois instrumentos voltados especificamente às mulheres rurais, frutos da aderência ao Programa Mulher: Viver sem Violência.

Em 2013, o Estado de Alagoas assinou o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e aderiu ao Programa Mulher: Viver sem Violência, recebendo duas Unidades Móveis, criadas para levar atendimento multidisciplinar às mulheres que residem

---

56 Deixaremos para fazer essa análise de forma mais aprofundada no capítulo específico sobre as mulheres sertanejas.

nos locais mais afastados dos centros urbanos. Em contrapartida, o governo estadual criou o Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra Mulheres Rurais, que tinha como função identificar as demandas das mulheres rurais e mobilizar as unidades móveis para os locais mais necessitados de atendimento, acompanhando as ações desenvolvidas e monitorando o trabalho realizado pela equipe multidisciplinar.

No entanto, das duas unidades móveis recebidas, apenas uma funcionou durante a maior parte do tempo, enquanto a outra permanece quebrada há anos e “criando planta”, como nos disse uma gestora ligada à secretaria responsável<sup>57</sup>. Outro problema está na execução das ações das Unidades Móveis, já que a equipe deslocada para as comunidades não realiza um acompanhamento das mulheres assistidas e não retorna ao mesmo local, ou seja, quem recebe o atendimento em um dia, encontra-se novamente desamparada no outro<sup>58</sup>.

Durante a pandemia, período em que as mulheres do campo ficaram ainda mais isoladas, esse serviço foi completamente interrompido. Em reunião realizada na SEMUDH, a Secretária Maria José Silva informou que o convênio assinado entre o Estado de Alagoas e Governo Federal já estava finalizado e, por isso, as unidades móveis, ou a unidade que sobrou, não estão mais vinculadas ao Fórum Estadual e, portanto, não cabe mais às mulheres rurais decidirem sobre seu uso.

Já o Fórum, que iniciou suas atividades em 2014, parou de funcionar em 2019 após ser abandonado pelos órgãos governamentais e pela sociedade civil<sup>59</sup>. Mesmo quando ativo, nunca atuou de forma plena porque, como dissemos anteriormente, reunia-se em Maceió e dificultava a participação dos movimentos do campo. Com a publicação do seu novo Regimento Interno, por meio de decreto, e a previsão de uma nova eleição de suas membras em janeiro de 2023, espera-se que esses dois instrumentos voltem a atender às demandas das mulheres do campo, das águas e das florestas, alcançando os locais onde a rede não chega.

Finalizamos esse capítulo com a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Alagoas, toda voltada para as áreas urbanas do estado. Atualmente, com a ampliação dos seus instrumentos, a rede está estruturada conforme o Quadro 1<sup>60</sup> (ALAGOAS, 2022a).

---

57 Manteremos o anonimato para preservar as mulheres rurais envolvidas.

58 Constatação a partir da atuação como advogada voluntária em ações da Unidade Móvel nos anos de 2016/2017 e dos relatos das mulheres rurais sobre esse serviço. Voltaremos a essa análise no capítulo sobre as mulheres sertanejas.

59 À época, acompanhei como assessora do MMTRP/AL, membro do Fórum.

60 Ressalte-se que nem o Fórum e nem as Unidades Móveis estão incluídos como instrumentos da rede no documento enviado pela SEMUDH e, portanto, não foram incluídos no quadro.

QUADRO 1 – REDE DE ENFRENTAMENTO DE ALAGOAS

| <b>Tipo de serviço</b>  | <b>Local</b>                  | <b>Município</b>      |
|-------------------------|-------------------------------|-----------------------|
| Abrigo                  | Casa Abrigo                   | Maceió                |
| Centro de Atendimento   | Casa da Mulher Alagoana       | Maceió                |
| Centro Especializado    | CEAM Jarede Viana             | Maceió                |
|                         | CEAM Delmiro                  | Delmiro Gouveia       |
|                         | CEAM Casa da Mulher           | Palmeira dos Índios   |
|                         | CEAM São Miguel               | São Miguel dos Campos |
| Centro de Referência    | Espaço Viva Mulher            | Arapiraca             |
|                         | Centro Maria das Graças       | União dos Palmares    |
| Delegacia Especializada | DEDDM                         | Arapiraca             |
|                         | DEDDM I – 24 horas            | Maceió                |
|                         | DEDDM II                      | Maceió                |
| Núcleo de Atendimento   | Delegacia Distrital           | Maragogi              |
|                         | Delegacia Regional            | São Miguel dos Campos |
|                         | SEPREV                        | Arapiraca             |
|                         | SEPREV                        | Maceió                |
| Núcleo de Defesa        | Defensoria Pública            | Maceió                |
|                         | Ministério Público            | Maceió                |
| Sala Lilás              | Instituto Médico Legal        | Maceió                |
|                         | SEMUDH                        | Maceió                |
|                         | Tribunal de Justiça           | Maceió                |
|                         | Centro Integrado Seg. Pública | Batalha               |
|                         | Centro Integrado Seg. Pública | Delmiro Gouveia       |
|                         | Centro Integrado Seg. Pública | Feira Grande          |
|                         | Centro Integrado Seg. Pública | Paripueira            |
|                         | Centro Integrado Seg. Pública | Penedo                |
|                         | Centro Integrado Seg. Pública | Rio Largo             |
| Patrulha                | Patrulha Maria da Penha       | Arapiraca             |
|                         | Patrulha Maria da Penha       | Delmiro Gouveia       |
|                         | Patrulha Maria da Penha       | Maceió                |
|                         | Patrulha Feminina             | Campo Alegre          |
| RAVVS                   | Hospital da Mulher            | Maceió                |

Fonte: elaborado pela autora (2022)

#### 4 REPRODUÇÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA NO ALTO SERTÃO ALAGOANO: MODO DE VIDA E DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA

*Queremos falar dessa parte do Brasil de cerca de 900 mil km<sup>2</sup>, imensa porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmeras começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome. São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas são, também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima, capaz de inspirar movimentos sociais do porte de Canudos e obras de arte de dimensão universal – do clássico Grande Sertão, do escritor Guimarães Rosa, até o recente Central do Brasil, do cineasta Walter Salles.*

(ASA, 1999, p. 2)

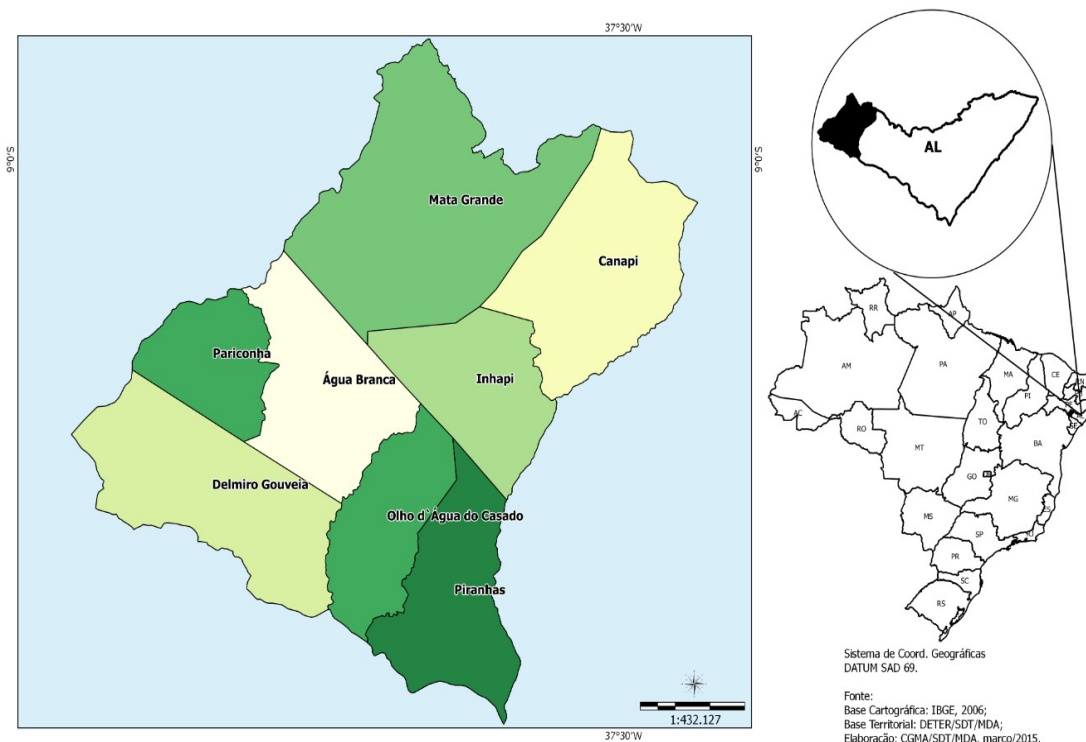
Iniciamos este capítulo com o trecho acima, da ASA, sobre o Semiárido e a necessidade de desfazer a imagem caricaturada e representada por estereótipos na mídia, na literatura, na música e até mesmo na academia e no senso comum dos brasileiros acerca do Nordeste e, principalmente, do Sertão. Pensar a reprodução social do Alto Sertão alagoano é, além de desfazer o entendimento de uma terra sem futuro e arrasada por culpa da natureza, mostrar que as raízes de nossas mazelas são consequências diretas do colonialismo, do capitalismo e do racismo.

Indo além, este capítulo relacionará esses três elementos com a forma específica de patriarcado ao qual as mulheres sertanejas estão submetidas até os dias de hoje. Um sistema de dominação-exploração que une o patriarcado ocidental, trazido pelos colonizadores, ao patriarcado originário, dos nossos povos indígenas e dos povos oriundos da diáspora africana.

É certo que, apesar de toda a nossa preocupação em evitar estereotipar ou romantizar a região, os relatos que se seguirão podem parecer confirmar a imagem do Sertão como “terra sem lei”, “terra de ninguém” ou, ainda, “lugar de gente guerreira”. Não é essa a nossa intenção. O Alto Sertão alagoano, como acontece com o Sertão nordestino, não é um mundo apartado do Brasil. É um lugar deliberadamente negligenciado, onde o povo teve que aprender a sobreviver a qualquer custo e onde as mulheres estão demonstrando que essa força necessária para a sobrevivência pode também ser combustível de resistência ao patriarcado.

#### 4.1 O ALTO SERTÃO ALAGOANO

FIGURA 12 – MAPA DO ALTO SERTÃO ALAGOANO



Fonte: BRASIL (2015)

O Alto Sertão de Alagoas está localizado na região Nordeste do estado e é composto pelos municípios de Água Branca, Canapi, Delmiro Gouveia, Inhapi, Mata Grande, Olho d'Água do Casado, Pariconha e Piranhas (BRASIL, 2015). Assim como o campo em geral, é marcado pela desigualdade, resultado da colonização e da imbricação de classe, gênero e raça/etnia, sendo grande parte de sua população negra ou de descendência indígena (FARIA, 2009; IPEA, 2013).

Para entender o recorte geográfico que estudamos hoje, é preciso, mais uma vez, voltar no tempo e analisar a formação do Sertão nordestino e as raízes do campesinato desta região. Para Albuquerque, “o campesinato alagoano tem suas raízes construídas no período colonial, é herdeiro direto de um campesinato tradicional e luta tenazmente contra um modelo totalizante de sociedade” (2016, p. 31).

A sua formação deu-se a partir do século XVIII e início do século XIX, com a expropriação camponesa e a expulsão dos cultivadores pobres e livres da região litoral do



Nordeste pelo Estado colonial, que levou ao êxodo das famílias para o Agreste, a apropriação das terras de mata virgem pelo Estado, que também impulsionou os cultivadores a adentrarem no interior do estado, e a posterior perseguição dos camponeses para o recrutamento militar, que obrigou as famílias a fugirem do Estado e embrenharem-se ainda mais em direção ao Sertão do Nordeste (PALACIOS, 2009).

Toda essa movimentação, impulsionada pela violenta colonização praticada no Nordeste e, ainda, pela ascensão de um modelo capitalista de produção, gerou o que Palacios (2016, p. 161) chama de “campesinato independente do Nordeste oriental”. Essa massa de camponeses pobres, que resistiu à exploração colonial fugindo para o interior do Nordeste, também foi a responsável pela ebulição de revoluções como a Guerra de Canudos. É também nesse período que o Estado inicia o uso da religião como forma de pacificação dessa massa insurreta, como os frades capuchinhos (PALACIOS, 2009).

Em Alagoas, essas insurreições e resistências não aconteceram apenas entre os pobres livres. Em União dos Palmares, Zona da Mata alagoana e à época território pertencente a Pernambuco, existiu a maior comunidade quilombola da América Latina: o Quilombo dos Palmares. Para Albuquerque (2016, p. 48), “o Quilombo dos Palmares foi a mais valiosa experiência de resistência negra-popular e também o mais original e intenso experimento campesino de todos os tempos no Brasil”. Abro aqui um espaço para ressaltar a importância das mulheres negras nessa resistência, como Aqualtune, personalidade importante na organização e estruturação do quilombo e avó daquele que se tornaria o símbolo de luta contra a escravidão e pela consciência negra: Zumbi (CISNE; IANAEL, 2022). Palmares, que abrigou escravizados em fuga por um período de aproximadamente 140 anos, é apenas um exemplo da resistência negra que também engrossou essa massa revolucionária que tanto incomodou a coroa (SILVA; GOMES, 2013).

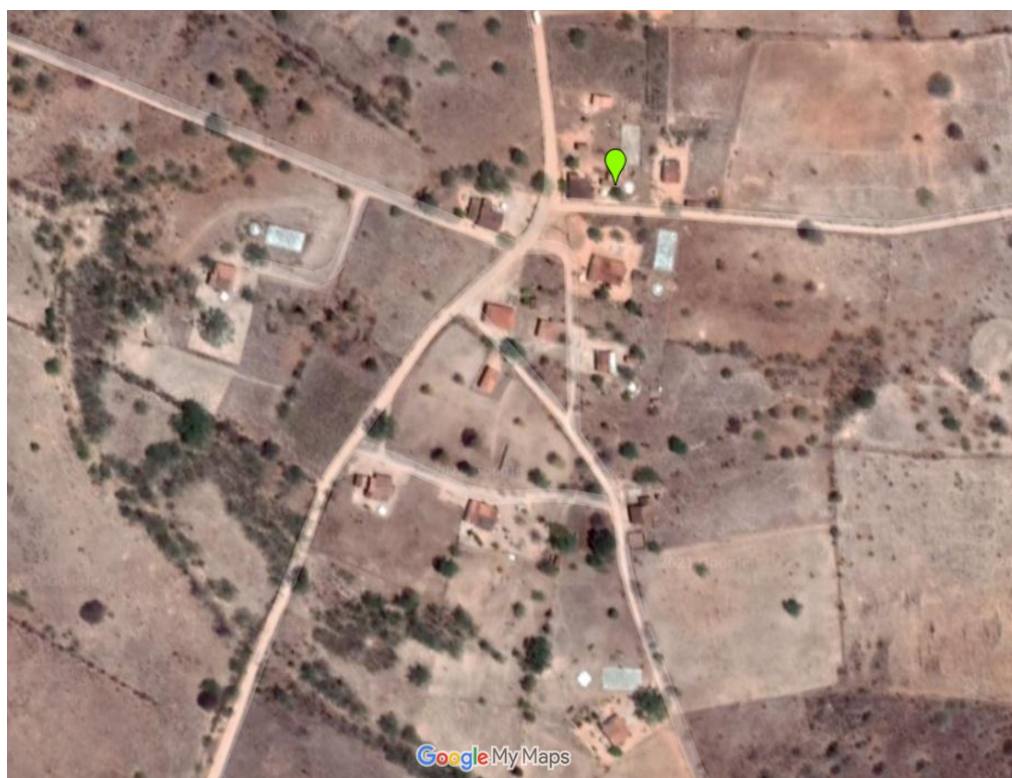
A queda dos quilombos em Alagoas obrigaram os negros fugitivos a adentrarem ainda mais no interior do Nordeste, em direção ao Sertão, para onde também se dirigiam os pobres livres expulsos do litoral, os indígenas perseguidos pelas forças do estado e os indígenas sertanejos, naturais daquela região. Essa seria a formação da população que encontramos hoje no Sertão alagoano: parda, negra, indígena e seus descendentes miscigenados (ALBUQUERQUE, 2016).

Não é difícil entender porque a subordinação e a pauperização da população que ocupou o Sertão do Nordeste foi deliberadamente transformada em uma política de Estado.

Era preciso exterminar a resistência e subjugar os grupos que fugiram do seu controle e dominação, recusando-se à submissão às ações do sistema capitalista e escravocrata implantado desde a colônia. Para combater esse ajuntamento de pobres, indígenas e negros rebeldes no Semiárido, o Estado resolveu utilizar outros pobres, por meio do recrutamento militar forçado. Para os que não aguentavam o sofrimento, restava a escolha de desertar e também fugir para o Sertão. Esses desertores armados, por sua vez, engrossaram o banditismo na região (ALBUQUERQUE, 2016).

#### 4.1.1 A comunidade Primavera

FIGURA 13 – VISTA DE SATÉLITE DA COMUNIDADE PRIMAVERA



Fonte: Google Maps (2022)

Primavera está situada na zona rural de Sertãozinho, município do Alto Sertão de Alagoas, com população aproximada de 25 mil habitantes. O povoado fica há dezessete quilômetros do centro da cidade e, para chegar até lá de carro, são quarenta e cinco minutos, com acesso dificultado em estrada de terra na maior parte do percurso.

Para Albuquerque (2016, p. 46), “a resistência e a fuga dos índios e negros, a relutância dos pobres e livres de se integrarem ao regime das grandes propriedades, combinadas, contribuíram para a formação de comunidades rurais isoladas”. Tomando por fonte a história oral das entrevistadas<sup>61</sup>, a formação de Primavera parece estar associada a essa relutância “dos pobres e livres”, que se estabeleceram no local em meados de 1900.

A comunidade Primavera é composta atualmente por 35 famílias, quase todas descendentes ou agregadas de uma primeira família que se instalou no local nos idos de 1900, havendo apenas uma família não relacionada a essa origem. Inicialmente, os moradores sobreviviam do plantio e da venda de algodão. Segundo relatos, até a década de 70/80, era comum encontrar galpões cheios de algodão cru até o teto.

Hoje, a cultura algodoeira não existe mais na comunidade e as famílias sobrevivem das pequenas roças de agricultura de subsistência, como milho e feijão, e das pequenas criações de galinhas, cabras e ovelhas. A comercialização da produção é rara, pois o excedente gerado no período de inverno é armazenado para o período das secas. Apenas duas das mulheres participantes da pesquisa produzem para comercialização na própria comunidade: uma vende, ocasionalmente, hortaliças e compotas e, a outra, queijo caseiro.

O posto de saúde e a escola infantil mais próximos ficam na comunidade vizinha, a quatro quilômetros de estrada de terra. A escola infantil de Primavera foi desativada há anos e encontra-se abandonada. As solicitações para uso do imóvel como espaço social comunitário foram negadas porque, segundo informações recebidas pelos moradores, a escola ainda consta como ativa no Ministério da Educação (MEC)<sup>62</sup>.

---

61 Informações obtidas a partir das entrevistas e conversas informais com as mulheres da comunidade, descendentes do primeiro casal a se estabelecer na região. Carecem de comprovação histórica e documental.

62 Em consulta ao INEP Data, não foi possível localizar a escola da comunidade Primavera na lista, seja com status “em funcionamento”, seja “paralisada”.

## 4.2 AS VIOLÊNCIAS

*Acho que o espírito da gente é cavalo que escolhe estrada: quando ruma para tristeza e morte, vai não vendo o que é bonito e bom.*

(Guimarães Rosa<sup>63</sup>)

### 4.2.1 A violência do Estado

#### 4.2.1.1 A seca

Quando trouxemos, no início deste trabalho, que as mulheres definiam a si mesmas como “mulher rural”, “mulher camponesa” e “agricultora”, percebemos que a ligação com a terra e a natureza estava sempre presente em suas falas. Esse vínculo também existe entre as mulheres rurais e a água. Para além da relação com a água enquanto recurso natural, está o fato de que são as mulheres as maiores responsáveis pelo abastecimento e uso doméstico da água para beber, lavar, cozinhar, regar ou dar aos animais. Ou seja, são as responsáveis pela manutenção do espaço privado (MELO, 2010).

Por isso, a seca e a falta de acesso à água impactam diretamente a vida das mulheres. São elas que precisam buscar fontes de água para as tarefas domésticas e, muitas vezes, carregar essa água na cabeça por longos trajetos a pé, debaixo do sol. Tarefas que fazem acompanhadas dos filhos, pois não podem abandonar os cuidados maternos, como relata Jitirana sobre o tempo em que não possuía cisterna e sua filha mais nova tinha apenas quatro meses:

**Roupas eu ia lavar em Paulo Afonso...** Com ela pequena, viu. Ia lavar num cumbre que chama ali em Sertãozinho, **ia lavar numa fonte de minação salobra** que tem no galo, numa comunidade que tem aqui depois dessas serras. Vivia desse jeito. Juntando um monte de roupa pra ir lavar. E também sem muitas condições. Nós não tinha essas condições toda não. **Era péssima a vida, viu.** [risos] (Jitirana, 09/12/2021, grifo nosso).

Quando se fala em Nordeste, mais especificamente em Sertão, o senso comum nos faz pensar imediatamente em “seca”. O chão rachado, os galhos secos, a paisagem amarela e os crânios de gado fazem parte do imaginário popular quando o assunto é o Sertão nordestino. E

---

63 ROSA, 2019, p. 163.

não é só no imaginário que eles existem. Em dezembro de 2016, na primeira visita à comunidade de Primavera, o cenário era exatamente esse. O Nordeste enfrentava o quinto ano consecutivo da pior seca já registrada na história do Brasil – e que duraria até 2017 (REBELLO, 2018).

FOTO 1 – COMUNIDADE PRIMAVERA EM 2016<sup>64</sup>



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora (2016)

Longe de ser um problema pontual, as secas são um fenômeno cíclico e histórico e, portanto, esperado. Os períodos de seca não acontecem de surpresa e a falta de preparo para esses períodos de grande estiagem sempre foi política:

Está registrada nos livros de história a promessa de Dom Pedro 2º de “vender até a última joia da coroa” para acabar com o flagelo das pessoas no interior do Nordeste. O rei do Brasil ficou horrorizado com o que viu no ano de 1877 em uma viagem ao Nordeste. A história, contudo, não registra que as joias tenham sido vendidas para ajudar os flagelados. Relatos da época dão conta de meio milhão de pessoas mortas de fome. Nessa época já acontecia o êxodo rural maciço que marcaria a região até o início deste século.

Nos anos 1980, durante uma seca brava, o ditador do regime militar então vigente, João Figueiredo, declarou que só restava rezar para chover.

Em 2001, durante outra estiagem brava, foram registrados pela última vez saques e desordem civil generalizada em cidades do interior nordestino por causa da seca. A população faminta e sedenta vinda dos campos invadia as cidades e fazia arrastões em supermercados, feiras, caminhões, armazéns e prefeituras. (REBELLO, 2018).

---

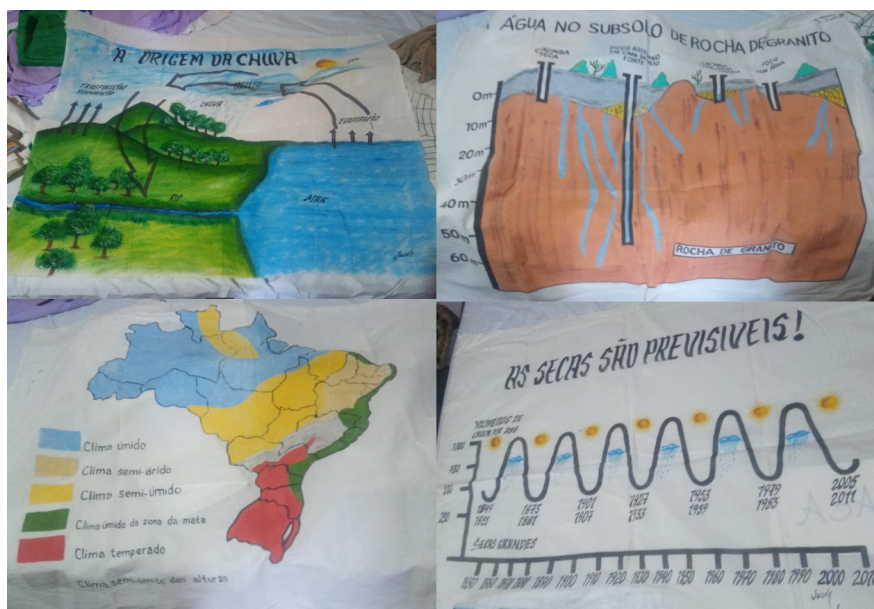
64 Visita realizada para roda de conversa com as mulheres do coletivo local.

Entre promessas de venda de joias da coroa e orações para chover, a população sertaneja teve que aprender a conviver com o semiárido sem contar com a boa vontade dos governantes. “Falamos de milhares de agricultores cujas existências estão bem traçadas em nossas narrativas regionais, mas que estiveram historicamente esquecidos pelos poderes constituídos ou são alcançados precariamente pelas políticas públicas” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 87).

A convivência com o Semiárido é possível e passa pela sabedoria dos povos que, geração a geração, observam a natureza e aprendem os ciclos das chuvas e das secas. Foi essa sabedoria que possibilitou a criação das diversas formas de captação e armazenamento de água da chuva, sendo as cisternas as mais conhecidas. Conviver com o Semiárido significa aprender a guardar para tempos difíceis. Não só a água, mas também alimentos e as tão preciosas sementes crioulas<sup>65</sup> (ASA, 2011).

Jitirana participou de diversos cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos ofertados pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos de Sementes (Cooppabacs). Neles, aprendeu sobre a origem das chuvas, clima, solo e ciclos de secas. Esse conhecimento é repassado nos coletivos e nas comunidades onde atua.

FOTO 2 – MATERIAL DE FORMAÇÃO SOBRE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



Fonte: Acervo fotográfico de Jitirana (2022)

65 “As sementes crioulas são as sementes derivadas dos cultivos tradicionais. Estas sementes crioulas ou espécies domesticadas resistem até nossos dias devido ao trabalho da agricultura camponesa num processo de tentativas, acertos e erros em seus cultivos repassados de geração em geração. Também são chamadas de comuns, domésticas, caseiras ou tradicionais. Elas são uma criação coletiva dos povos que refletem a história especialmente das mulheres que foram as primeiras a cultivarem as sementes.” (AEPAGO, 2015).



No entanto, a convivência com o Semiárido só é possível quando a população tem acesso garantido aos quatro tipos de água: água de beber, água de produzir, água comunitária e água de emergência (ASA, 2011). Como já falamos anteriormente, no Capítulo 3, em 2003 o Governo Federal criou o Programa Um Milhão de Cisternas, com coordenação da ASA, que beneficiou mais de 20 mil famílias do Semiárido alagoano (ALBUQUERQUE, 2016). Em 2011, a construção de cisternas foi continuada com o Água para Todos. Antes desses programas, a convivência com o Semiárido era quase impossível. Quem insistia em permanecer no Sertão testemunhava as consequências que a ausência de água traz, como a morte de crianças:

Andréa: Tinham muitas crianças que morriam por causa da desidratação?

Jitirana: Ahhh, sim... **Tem uma comunidade aqui que passava um caixão todo dia ou dois. Todos os dias. Todos os dias. Porque a gente não tinha armazenamento de água.** Quando chovia não tinha onde ir. Aí foi quando aconteceu, graças a... Graças ao governo Lula, que **teve essa questão do programa de um milhão de cisternas.** Que todo... Quase... **Você pode perceber que essa região nossa aqui, quase todo mundo tem uma cisterna.** E se fazendo mais. Esse mês agora terminou de fazer vinte por aqui. Dez aqui e em outras comunidades. E aí isso melhorou muito muito. **A gente tem água pra beber. Você viu aí as crianças hoje botando uma caixa. Água pra tomar banho.** Quando passa muito tempo sem chover, a gente arruma um dinheirinho... Essa caixa aqui, essa água foi comprada. 250 [reais] um carro de água de 16 mil litros. Mas isso aqui passa quatro meses. Cinco meses. É diferente quando a gente não tem... Você paga e não tem onde botar. Você viu a mulher falando ontem, né. Aquilo é pura. Aquilo ali é... Eu escuto porque tem que escutar, mas é pura verdade, eu sei o que é isso. **Eu sei o que é não ter onde colocar água pra uso, viu. Passa mais sede. Passa sede, passa dificuldade.** Pra gente aqui melhorou muito a partir da política de um milhão de cisternas. (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Jitirana viveu de perto essa realidade e quase perdeu sua filha mais nova. Nas vésperas das eleições presidenciais de 2018, compartilhou publicamente a história de sua filha Bonina em uma tentativa de sensibilizar as pessoas sobre a importância do governo Lula para a vida dos sertanejos. Em 2021, aceitou contar novamente esse episódio de sua vida para a nossa pesquisa:

Então a **Bonina, com quatro meses de nascida**, era um ano de seca, 95. É... Um ano de seca aqui, viu. Seca, seca, seca. E era... Quando Bonina nasceu era na época do Lula não, viu. [...] Era antes do Lula. [...] **Então nós não tinha cisterna**, nós não tinha dinheiro pra comprar tambor. Então o que nós tinha era... O marido, o cabra que eu vivia, tinha um tambor de carregar água. **Tinha um carro de boi, o tambor em cima pra pegar onde tivesse.** No açude, nas fonte. Mas nessa época já não tinha mais... Num tinha água. **Num tinha água mais de beber.** Já fazia um bom tempo que não chovia, então as fonte não tinha água, a gente não tinha água. E Bonina nasceu. Tinha quatro meses. E chegou um dia que eu tinha um bujão de água mineral. Tinha um bujãozinho de água mineral pra beber. Não era pra tomar banho. Pra tomar banho tinha uma fonte de minação depois de... Naquela coisa verde acolá. **Tem uma fonte de minação lá de água salgada que mata até sapo.** Pode ir lá que não tem um sapo na beira da água não. Não tô com conversa não. Se a gente for lá ver você... Pode ser que já mudou muito, mas naquela época como era um tempo

seco seco seco, a água que tinha era salgada demais. **E a gente pegava essa água pra jogar nas pernas... A gente não conseguia jogar nas partes íntimas que doía**, viu. Mas a gente jogava. Sei lá, dava um jeito de se limpar. Então nós estávamos há bem uma semana usando essa água pra se banhar, **mas na criança de quatro meses não podia dar banho com essa água. Eu tirava da de beber**. E nesse dia eu só tinha uma garrafa de água mineral. E ela começou a chorar. Como você pode ver, hoje, esses últimos dias aqui tá bom. Mas também você percebeu que, no sol... Ora, se você sentiu calor aqui hoje nublado, imagine isso aqui com sol. Então o que aconteceu? **Bonina começou a chorar, começou a chorar, começou a chorar e eu não sabia o que fazer** e sabia que era banho. Peguei ela, peguei um pouquinho da água da garrafa, que era a garrafa de nós beber, umedecei e lavei, banhei ela. **Mas isso não foi o suficiente, ela ficou desidratada. Passou nove dias internada**, desidratada, tomando soro e o que salvou a vida dela foi a Pastoral da Criança. Chegou lá um dia e me ensinou um remédio lá. Uma multimistura... [...] Eu dei dois dias, Bonina se ergueu. Se animou, abriu o olho. Ela ficava só assim, ó [imita alguém respirando rapidamente com a boca aberta e os olhos fechados], internada no hospital. Com dois dias de multimistura ela abriu o olho, aí trouxe pra casa. E fiz em casa. Foi o que salvou a vida dela. Mas a gente passou muito apuros aqui. [...]

Ah..., eu esqueci esse detalhe. O carro d'água passava ali, que aqui era uma estrada para ir pra comunidade vizinha. Era por aí, ó. Aí, quando ele [o pai de Bonina] se viu aperreado, a menina chorando, aí lá vem um carro pipa. E o carro pipa já tinha... O povo já sabia que ia pra frente e ele não parava não. Dava com a mão, botava o tambor na beira da água [estrada], mas ele num parava, num botava água. Aí nesse dia ele saiu desesperado aqui, o carro antes de fazer a volta ali no grupo, **ele saiu desesperado aqui e foi pra ali, ó. Aí ficou na frente. “Se passar por cima de mim, mas porque eu quero água”. Aí o cara fez... Tipo, acelerou, aí ele abriu os braços**. Aí ele parou que riscou. Aí ele disse “eu tô precisando de água”... Contou a história. E nesse mesmo carro pipa fui com Bonina pro hospital. Na volta, fui com ele. Mas deixou um tambor d'água aí pra casa. (Jitirana, 09/12/2021, grifo nosso).

Ao contrário do que geralmente acontece nas comunidades rurais, onde os homens são os responsáveis pelas decisões sobre o planejamento e a execução dos programas de cisternas (MELO, 2010), em Primavera foram as mulheres do coletivo que participaram de diversas ações de reivindicação e, inclusive, dos cursos e da construção das cisternas<sup>66</sup>. O resultado é que, hoje, praticamente todas as casas da comunidade possuem o equipamento. Duas das que participaram ativamente dessa luta foram Papoula e Alpina, que receberam uma “cisterna-calçadão”<sup>67</sup>:

E a felicidade da gente é essas cisternas verão [calçadão]. Porque, assim, ajunta água e pronto. Você, quando não tem, você usa assim dos barreiros<sup>68</sup> de onde tem. Deixa ela coisada, guardada. Aí, quando for no verão, a gente tem. (Papoula, 08/12/2021).

66 Um desses cursos foi realizado pelo MMTRP/AL, em parceria com a ONG Rainbow of Hope for Children, do Canadá, para a formação de cisterneiras.

67 “É uma tecnologia que capta a água da chuva por meio de um calçadão de cimento de 200 m<sup>2</sup> construído sobre o solo. Com essa área do calçadão, 300 mm de chuva são suficientes para encher a cisterna, que tem capacidade para 52 mil l. Por meio de canos, a chuva que cai no calçadão escoar para a cisterna, construída na parte mais baixa do terreno e próxima à área de produção. O calçadão também é usado para secagem de alguns grãos como feijão e milho, e raspa de mandioca. A água captada é utilizada para irrigar quintais produtivos: plantar fruteiras, hortaliças e plantas medicinais, e para criação de animais.” (ASA, [s.d.])

68 Buraco no chão onde a água da chuva é acumulada. A água do barreiro não é potável, pois geralmente encontra-se misturada com argila, areia ou sujeira, mas é comumente utilizada para irrigação ou criação de animais.



Foi uma benção de Jesus Cristo esse “calçadão”, senão eu tava lascada. (Alpina, 12/10/2022).

Na comunidade, três famílias possuem a chamada “cisterna-calçadão”, que é idealizada para a irrigação de quintais produtivos. Ainda assim, a água armazenada não é suficiente para manter a produção de frutas e hortaliças durante todo o ano, como nos relata Alpina:

Aí eu gosto de plantar, só que quando tá chovendo assim [inaudível 00:02:06] tudo, **quando bate o verão morre tudo porque... Eu fui beneficiada com o calçadão, mas não dá pra tanto.** E olha que eu reaproveito as águas de sabão. Tipo assim, a água do banho e da pia do banheiro e do banho vai praqueles lá, ó, que é o coqueiro e um pé de banana. A água dessa... Da pia da cozinha vai pra outro pé de banana acolá. Sei que tão começando a safrejar. E o da roupa água... Deixo assentar primeiro, né, porque eu já matei uns dois pés de goiaba aqui com água de sabão. Não sabia. Aí deixo assentar, quando fica aquela nata de sabão no fundo da bacia, aí eu reaproveito as águas pra outras coisas. Mas eu gosto assim de produzir tipo planta. É... **Só que assim é um pouco sofrido. Por conta do verão aqui, é muito pesado. Aí é muito difícil pra água, né.** [...]

Aí de vez em quando ele [o marido] reclama. Diz “eita, tem quem guente tu com essa...”. Porque vira e mexe eu digo “tem água não, caixa de gasto tá seca”. Aí **ele pega a burra pra ir buscar lá na barragem.** Pra ajudar o calçadão também, né. Porque se fosse **só daí não dá não.** Diz que é cinquenta e dois mil litros d’água, mas não dá. Se for pra tudo, tudo, tudo... **Porque já é lavar, cozinhar, pra beber, pra tudo dentro de casa. Aí se for pra aguar as plantas não dá não.** Aí tem que ir reaproveitando uma água, tem que ir pegando de outro canto pra ir ajudando. Porque não dá não. (Alpina, 07/12/2021, grifo nosso).

Andréa: Então você agora não tá conseguindo vender nada?

Alpina: Nada! Não tenho nada. O pessoal aí, todo mundo atrás de coisa. **Não tem como eu plantar porque não tem água.** [...]

Tem que esperar chover pra continuar tudo de novo.

Andréa: Quando esquentar morre tudo de novo?

Alpina: **Quando esquentar, morre tudo de novo.** Difícil o negócio aqui.

Andréa: E no inverno você conseguiu plantar?

Alpina: Consegui. Fui plantando e vendendo minhas coisinhas.

Andréa: Aí ganhava uma rendinha boa?

Alpina: Era uma rendinha boa. Sempre, toda semana, eu tava com meus setenta, cem reais de verdura. [...] Já ajuda pra uma energia, pra um gás, pra alguma coisa.

Andréa: **Quais os meses que você consegue plantar e vender?**

Alpina: **Só no período de chuva.** [...]

Hoje ele [o marido] já pegou os boi da mãe e pôs dois carrego de água ali pra não morrer a cebolinha. [...]

Andréa: Vocês tão aguarando com água que traz de fora?

Alpina: É. Com água que traz de fora agora. Pra não deixar morrer de vez.

Andréa: **Tem que buscar água todo dia?**

Alpina: **Todo dia.** [...] Ih, minha fia, a vida de nordestino é sofrida. Muito sofrida mesmo. A pessoa só pela glória de Nosso Senhor.

(Alpina, 12/10/2022, grifo nosso).

É preciso ressaltar que a conquista das cisternas em Primavera se deu pela militância de Jitirana e das mulheres do coletivo, mas essa não é a realidade de todas as comunidades

vizinhas. Gardênia, que mora na comunidade de Três Marias, possui cisterna, mas aponta a realidade local: “a maioria do pessoal aqui não tem cisterna. Aí é um sofrimento pra arrumar água, minha filha”. Na formação do coletivo de Cerejeira, quando perguntadas qual era o maior problema enfrentado, as mulheres responderam em uníssono: água. Jitirana avalia que ainda são necessárias mais 4.500 cisternas para suprir a demanda de Sertãozinho. Essa demanda seria apenas para a “água de beber”.

Repetindo à exaustão, a convivência com o Semiárido é possível. No entanto, as políticas públicas implementadas esbarram no fato de que não houve modificações estruturais na região, o que faz com que os mesmos grupos dominantes continuem sendo beneficiados, enquanto a população permanece sofrendo com a seca (ALBUQUERQUE, 2016). Para a ASA (2011), enquanto a problemática da concentração da terra e da água nas mãos de poucos privilegiados não for tratada com prioridade, não será possível um real combate à desigualdade local. Os relatos ouvidos na roda de conversa reforçam:

Jitirana: Aí, Andréa, é uma questão, assim... **Já que tamo tratando de violência, isso também é uma violência, né.**

[Todas concordam]

Jitirana: Porque, por exemplo, agora esse ano... Ano político. **Chegou um político aqui na nossa região e jorrou cisterna onde os políticos daquela região apoiavam ele. Quer dizer... Pegar uma política pública e transformar numa política partidária.** “Dar pra quem vota em mim”. Isso é uma violência grande, com recurso que é da gente, usar pra fazer política. Mas não tem quem denuncie, sabe. Aí, o que acontece? Numa cidade vizinha, que já estava praticamente fechada, faltava poucas famílias para fechar o município, o prefeito de lá apoia ele... [...] Chegou no município e injetou cisterna pra o povo lá, que deu cisterna até pra vereador. Certo. Aí, quando chega numa comunidade dessa aqui, você anda conta nessa comunidade várias pessoas sem cisterna, viu. Aí porque não tem apoio, a gente tentou e não conseguiu. Porque o prefeito não apoiava ele. Quer dizer, a política não é para quem precisa. A política sai do limite de uma política que ela é pra ir fazer política partidária.

Mulher B: **Manda quem tem dinheiro. Nós, que não tem, fica calada.**

Jitirana: Mas tá errado. Tá errado. (Primavera, 11/10/2022).

Outro projeto que prometia resolver, ou amenizar, o problema da seca é o Canal do Sertão. O Canal do Sertão Alagoano surgiu em 1992, objetivando levar água do Rio São Francisco até o Semiárido alagoano. Em 2007, o projeto foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do então governo Lula. A partir daí, a obra passou a ser executada por meio de parceria entre Governo Federal e Governo de Alagoas. Em 2016, os três primeiros trechos do Canal do Sertão estavam concluídos (ALAGOAS, 2017).

FOTO 3 – CANAL DO SERTÃO



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora (2016)

Naquele ano, fomos com Jitirana conhecer o Canal do Sertão e a obra impressiona pela grandeza. Não é possível ver até onde a água vai. Observando o entorno, percebemos que a vegetação contrastava bastante da encontrada em outros locais pelo caminho, como o da Foto 1. Enquanto todo o Sertão estava seco e amarelo, o entorno do Canal era coberto por uma vegetação completamente verde.

No entanto, seis anos depois, a esperança do verde adentrar o Semiárido não se concretizou. As famílias de agricultores familiares não conseguiram custear as próprias redes de irrigação e acabaram vendendo suas terras para grandes proprietários, que estão transformando o entorno do canal em latifúndios. Em alguns pontos, tal como em Bacurau<sup>69</sup>, homens armados impedem que a população tenha acesso à água. Mesmo nos pontos onde não há impedimentos, aproximar-se do canal representa perigo de morte acidental<sup>70</sup>. Para as mulheres, o Canal do Sertão não serve ao povo, mas aos ricos:

Andréa: E o canal do Sertão? Vocês conhecem o canal do Sertão?

[Todas respondem que sim]

Andréa: Pra vocês não vem água do Canal do Sertão?

Mulher B: Não, vem da Defesa Civil.

Andréa: **E o canal do Sertão tá abastecendo quem?**

Mulher B: Sei não.

Mulher C: **Os ricos.**

Mulher D: Só se for pra lá, agora pra cá...

Andréa: **Os ricos?**

Mulher E: **A cidade, né.**

<sup>69</sup> Filme de Kleber Mendonça Filho de 2019.

<sup>70</sup> Informações obtidas a partir de conversas com representantes de organizações do Semiárido e moradores locais.

Mulher B: **Só se for a cidade porque pra cá mesmo não vem não.** (Primavera, 11/10/2022, grifo nosso).

Mais uma vez, as grandes obras realizadas para o combate à seca beneficiam uns poucos e deixam os realmente necessitados à míngua. Para Albuquerque:

Viver no Sertão é um desafio permanente, a seca, inimigo natural, tem sido enfrentada com bravura ao longo da história. A convivência com o Semiárido só é impossível quando a propriedade é pequena ou muito pequena. Com pouca terra e com clima adverso, o camponês do Semiárido alagoano não tem como viver apenas da produção que realiza, ela é insuficiente e precisa ser complementada com outras rendas. (ALBUQUERQUE, 2016, p. 31)

Sem políticas públicas, ou com sua má execução, a realidade da comunidade de Primavera pode ser considerada como a da convivência “impossível” com o Semiárido. Além do tamanho das propriedades, mesmo que a maioria das casas possua cisternas de “placa de cimento”<sup>71</sup>, o volume de água das chuvas não é suficiente sequer para o consumo familiar, muito menos para manter a irrigação constante das pequenas roças. As famílias que podem dispor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) compram água de caminhão-pipa e estocam na cisterna para uso doméstico (beber, cozinhar, tomar banho, etc). Quem não possui recursos financeiros para comprar água potável recebe apenas dois galões de água por semana. Essa água é trazida semanalmente do Canal do Sertão pelo exército em caminhão-pipa e armazenada na cisterna da antiga escola comunitária:

Andréa: **Tem como manter uma agricultura aqui só com a cisterna?**

Mulher C: Tem não.

Jitirana: Só com uma cisterna? Não. Tem não.

Mulher B: Só com uma cisterna tem não.

Jitirana: **A cisterna só serve pra beber e só. É só pra beber durante um ano, se ela tiver cheia.** Quatro famílias, é cozinhar e beber. **Se tirar dessa cisterna para o uso de lavar roupa, tomar banho, essas coisas, a cisterna seca.** Ela já é certa pra isso. É pra quatro pessoas, quatro famílias não. Agora, a cisterna de 52 mil litros, que é a P1+2<sup>72</sup>, ela... Se usar o sistema econômico para os canteiros, ela sim dá. Se for usando a cisterna. Se for jogando água, assim, também não dá.

Andréa: E como é que faz pra poder ter uma rocinha, uma agricultura, pra criar um bichinho? Como é que tem que fazer?

Jitirana: Pra cisterna?

Andréa: **Pra água pra isso tudo. Tem que buscar água fora?**

Jitirana: **Tem que pegar água fora.** Por exemplo...

71 “Uma construção de baixo custo, feita de placas de cimento pré-moldadas e construídas ao lado das casas por pessoas da própria comunidade capacitadas nos cursos de pedreiros/as oferecidos pelo P1MC. A cisterna tem o formato cilíndrico, é coberta e fica semienterrada. O seu funcionamento prevê a captação de água da chuva aproveitando o telhado da casa, que escoar a água através de calhas. Trata-se de uma tecnologia simples, adaptada à região semiárida e de fácil replicação.” (ASA, [s.d.])

72 “Com o intuito de ampliar o estoque de água das famílias, comunidades rurais e populações tradicionais para dar conta das necessidades dos plantios e das criações animais, a ASA criou em 2007 o Programa Uma Terra e Duas Águas, o P1+2. O nome do programa faz jus à estrutura mínima que as famílias precisam para produzirem – o espaço para plantio e criação animal, a terra, e a água para cultivar e manter a vida das plantas e dos animais.” (ASA, [s.d.])

Mulher B: **É que nem essas meninas aqui que tem uma roça, mas não usa água da cisterna. Elas pegam a carroça, bota os burro e vão buscar em outro canto pra poder dar água aos bichos.**

Andréa: Ou seja, **mesmo quem tem a cisterna...**

Mulher B: **Tem que buscar fora.**

Andréa: Tem que buscar água fora...

Mulher B: Porque se não for buscar, tirar da cisterna, seca...

Mulher K: Seca.

Mulher B: Aí nem a família e nem os bichos. Tem que buscar fora.

Andréa: **E vai buscar fora onde?**

Jitirana: **Nos açudes, nas barragens, nos barreiros ou então como eu. Terça-feira comprei um carro pipa de água. Tem que comprar água, a gente compra água. R\$ 250, 16 mil litros.**

Mulher B: Mas quem tem a cisterna. E quem não tem fica “vizinha, me dê um balde”. (Primavera, 11/10/2022, grifo nosso).

FOTO 4 – CAMINHÃO-PIPA DESCARREGANDO ÁGUA NA CISTERNA DA ESCOLA DESATIVADA



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora (2022)

A foto acima foi tirada em 12 de outubro de 2022. Um mês depois, esse projeto executado pelo exército, chamado Carro-Pipa, foi descontinuado pelo governo federal. Logo após o segundo turno das eleições presidenciais, a distribuição de água potável no Nordeste foi interrompida por falta de recursos e a população do semiárido brasileiro parou de ser abastecida (BRASIL, 2013c; MADEIRO, 2022b). A comunidade Primavera foi uma das atingidas, conforme nos relata Jitirana:

O carro-pipa aqui, **após o segundo turno, o carro-pipa do exército, parou de colocar água.** Muitas famílias aqui, que pegava água do carro-pipa para abastecer a casa, suas casas, suas famílias em casa... **Pegava para o consumo humano mesmo, não é nem... É o consumo humano. Beber, tomar banho, lavar suas roupas. Ficou sem essa água porque o carro do exército não botou mais água.** E aí tiveram que se submeter a **pegar água das barragens porque, como deu uma chuvinha... Não é água potável**, mas tiveram que pegar porque não tinha, né. Não tem armazenamento, ainda tem muitas pessoas que não têm os armazenamentos pra

botar água. Então, é com tambor, tambor seca, tem que pegar na barragem. **Quando o carro-pipa vinha colocando a água não, era diferente. A água tá na cisterna.** [...] Agora não sei como tão se virando. **Tão bebendo água sem ser água potável, viu. Tão bebendo água de barreiro, de barragem, onde animais toma banho, animais...** Ainda existe isso. Infelizmente. **É um descaso**, sabe, com as famílias. (Jitirana, 17/12/2022, grifo nosso).

Analisando a questão da seca nesta pesquisa, percebemos que a violência da seca, que afeta diretamente as mulheres rurais, não seria tão cruel se o Estado tivesse um real comprometimento com políticas públicas de desenvolvimento para o Sertão e para a convivência com o Semiárido. Se as mulheres sertanejas, quando recebem mínimas oportunidades, conseguem produzir mudanças em suas realidades, com acesso a políticas públicas de qualidade seriam capazes de movimentar as estruturas:

Porque aqui, a cultura daqui é roça. Se fosse um lugar bom, não faltava não. Porque elas plantam. As mulheres daqui não são preguiçosas não, viu. Elas plantam na roça, elas plantam algodão, elas plantam mandioca, elas colhem, elas fazem canteiro. Essa Alpina ali mesmo. Não sei se ela disse pra você, ela tentou fazer... Ela faz canteiro quando tá chovendo e planta e vende, olha, a Alpina hoje parece que tá vendendo sorvete, vende queijo. Ela vende um queijo muito bom, essa menina ali, viu. Vende... Ela não para, sabe. Mas, aí, porque o lugar não oferece... (Jitirana, 08/12/2021).

#### 4.2.2 A violência dos homens

*Sendo que a sorte também prevalecia do nosso lado, aí vi: a morte é para os que morrem. Será?*

(Guimarães Rosa<sup>73</sup>)

Para Saffioti (2015, p. 79), “o consentimento social para que os homens convertam sua agressividade em agressão não prejudica, por conseguinte, apenas as mulheres, mas também a eles próprios”. Por essa razão, decidimos inserir na nossa pesquisa uma breve análise sobre a violência dos homens no Alto Sertão alagoano.

A violência local nas comunidades rurais de Sertãozinho determina quase um toque de recolher, onde pessoas de fora devem evitar circular sozinhas e moradores devem evitar sair de casa após o pôr do sol. Os relatos de assassinatos, muitas vezes por vingança, remontam a várias gerações. A violência entre os homens, é claro, também reflete na violência contra as mulheres. O que analisaremos agora é a violência masculina de uma forma geral, muitas vezes somadas ao descaso do Estado.

---

73 ROSA, 2019, p. 206.

Explicar as origens e as razões da violência no Sertão, tão retratada de forma caricata na cultura brasileira, exigiria uma pesquisa profunda e específica sobre o tema. Nossa pretensão passa longe disso. O que queremos é apontar brevemente, a partir de outros estudos, como essa violência está conectada ao nosso passado colonial e ao processo de formação do Nordeste brasileiro.

Como dissemos anteriormente, o povoamento do Sertão nordestino foi marcado, em grande parte, por grupos de pobres livres, escravizados fugitivos e indígenas perseguidos pelos sistemas capitalista e colonial. A eles, somaram-se os desertores armados que fugiram do recrutamento militar forçado e que fortaleceram o banditismo na região.

Para Hobsbawn (2017, p. 141), “foi a Primeira República (1889-1930) que produziu, ao menos no sertão árido do Nordeste, as condições sociais e políticas para o banditismo epidêmico”. Não por coincidência, o Sertão nordestino foi o palco do cangaço, tendo como representante mais conhecido Virgulino Ferreira da Silva (1898?-1938), o famoso “Lampião”. Se, para o Estado e os senhores, o bandido social é um criminoso, para parte da sociedade rural, onde estão inseridos, são considerados como defensores da justiça e da igualdade. Assim era a figura de Lampião, uma personalidade ambígua que, apesar da crueldade, era considerado um herói para muita gente (HOBSBAWN, 2015).

Em uma das nossas conversas informais, Jitirana apontou para uma estrada de terra e disse “vê aquela estrada ali? Antes era só um caminho estreito. Era rota de Lampião”. O cangaceiro, que usava as estradas de terra do Sertão como rotas de fuga, tinha em Primavera a simpatia e o apoio dos habitantes. Era um lugar de confiança, onde o cangaço recebia ajuda, se preciso.

O cangaço e o banditismo social podem ter acabado no Sertão, mas uma figura permanece ativa: o “pistoleiro”, também conhecido como “matador de aluguel”. Para Barreira (2016, p. 50), “[O pistoleiro] é um pobre que se recusa a aceitar o papel tradicional dos pobres: o de viver dominado. A liberdade termina sendo conseguida por um único caminho, que é a violência. Os recursos de que dispõem ficam restritos à força, à bravura e à astúcia”.

Durante o trabalho de campo, alguns relatos e histórias sobre violência na comunidade de Primavera e arredores chamaram nossa atenção. Seleccionamos cinco, que descreveremos a seguir sem citar a fonte e a comunidade específica por motivos de segurança: 1) nos arredores de Primavera, havia pelo menos dois “pistoleiros”, que atuavam como parceiros. O verbo no passado é justificado pela morte de um deles, assassinado pelo outro; 2) em outra família da

região, todos os filhos homens, à exceção de um, morreram vítimas de homicídio, seguindo o mesmo destino do pai, assassinado quando eles eram crianças; 3) em algumas comunidades da zona rural, polícia e perícia oficial do estado não comparecem em casos de homicídio, obrigando as famílias a retirarem os corpos de seus familiares dos locais de crime em carrinhos de mão; e 4) determinada família da região teve que enterrar um membro homem, vítima de homicídio, no quintal de casa, pois não havia mais espaço no jazigo da família, recentemente ocupado por outros membros homens, também vítimas de homicídio.

O quinto e último relato será a transcrição na íntegra de um episódio que une as diversas violências que estamos discutindo neste trabalho: a violência masculina generalizada, a violência masculina contra mulher e a violência estatal:

Entrevistada: Chegou um vizinho na frente e falou assim “tu tá sabendo?”. Aí eu disse “de quê?”. Ele disse “bem ali na frente...”. Não tem uma casa lá na frente? [aponta] Depois da casa. **“Bem ali na frente tem dois cabra morto e uma mulher”**. Eu falei “sério?”. Ele disse “sério”. Eu disse “mas, rapaz, e quem foi esse povo que mataram aí?”. “Sei não”. E ele disse “sei não”. “Como é que não sabe? E aí? Oxente. Quem é que vai denunciar?”. “Não, já ligaram e chamaram a polícia”. E nada da polícia chegar. Quando foi à noitinha, umas seis horas, era tempo de inverno. Inverno isso aqui tá tudo escuro já. Cinco e meia tá tudo escurecendo. Aí cinco e meia chamei essa filha [...]. Aí fomos lá. Quando eu cheguei lá, eu escutei a voz da mulher dizendo bem assim “ô, meu deus, eu tô aqui sozinha, eu não conheço esse lugar, não conheço ninguém, só o senhor por mim. Me ajude”.

Andréa: A que disseram que tava morta?

Entrevistada: Foi. Sozinha lá, viu. Aí, quando eu cheguei... Escuro. Aí, quando eu cheguei, ouvi isso dela e eu falei assim “a senhora tava sozinha, a senhora tá mais sozinha não, viu”. Ela “ô, meu deus, e eu tô mais quem?”. Tava arriada, arriada, a mulher, viu. Eu disse “tá mais uma pessoa que mora aqui na comunidade. Aqui é [...]. A senhora foi violentada no [...]. E a senhora não tá só não, viu”. Aí na moto, que o homem ia, tava uma feira. Esse casal vinha de [...]. Ela cuidou da mãe, um mês a mãe operada, e vinha com a mãe e uma feirinha que a mãe deu pra o [...]. **E vinha um casal aqui, ali, pra daquela casa ali, tinha um casal brigando. E aí a sujeita, a moça que tava brigando, que já morreu, disse bem assim “me socorra, senhor”. O coitado parou a moto pra socorrer, o cabra que tava brigando com ela meteu duas facadas no bucho dele que atravessou. Ele caiu, a moto tava virada ainda e ela gritando, a senhora. Mas ele foi matar a mulher também, sabe. A mulher foi com ele pra cá, foi pra lá, ele arrastou a mulher pelos cabelos, a mulher pegou o capacete e deu-lhe mesmo. Lascou na cabeça dele e, com a mesma faca que ele furou o marido, ela furou ele. Ele não pode correr, ficou furado também, sangrando. E ela ficou entre o morto e o cabra esfaqueado. Só que o cabra não podia se levantar. Quando ele se levantava, ele vomitava sangue. Mas tava lá, viu.**

Andréa: E a que tava apanhando dele não veio socorrer ela?

Entrevistada: A bicha ó [bate com as mãos].

Andréa: Correu?

Entrevistada: Correu. Aí, quando eu cheguei, eu disse “senhora...”, no escuro, “senhora, a senhora tá mais quem aqui?”. **Porque tinham me dito dos homens mortos, mas era escuro, eu não vi não**, Andréa. E ela falou bem assim **“olhe aí pros seus pés, que meu marido tá aí, olhe se ele tá vivo, minha filha”**. Olhe, eu tava quase pisando na cabeça do homem, Andréa, mas eu dei um pulo tão grande.

Andréa: Tava morto já?



Entrevistada: Aí eu disse **“não, não vou olhar não, senhora, não tenho coragem não”**. Eu não tenho... Eu não sei se é medo ou se é pavor, não sei o que é, Andréa. Eu disse “olhe, eu não vou olhar não, senhora”. Aí nisso eu vi o [...] saindo de dentro do mato, viu. Porque ele foi tentar socorrer, [sussurra] que foi o sobrinho dele que matou. Aí ele disse... Eu disse “[...], é tu que tá aí?”. Ele disse “é”. Eu disse “venha aqui, por favor”. Aí ele veio. **Aí ele virou e disse “senhora, esse homem aqui já tá morto”**. Aí eu disse “senhora, eu não conheço a senhora, não sei quem é a senhora, já chamaram a polícia e a senhora tá aqui sozinha. Eu não vou ficar aqui...”. Porque a gente não pode ficar, né. “Eu não vou ficar aqui, mas também não queria deixar a senhora aqui só. Vamos pra minha casa”. **Ela com os cabelos... A roupa rasgada, os cabelos faltando uns pedaços, assim, todo rasgado, toda arranhada.** “Bora lá pra casa, que a gente vai avisar a sua família e eu vou ajudar a senhora”. Aí peguei... Cheguei aqui, tinha suco de maracujá na geladeira, dei suco de maracujá a ela. Ia dar uma roupa pra ela, aí depois eu pesei “não, ela tem que ir do jeito que tá”. Aí, nisso, quando a polícia apontou ali, que a gente vê. Na época não tava [inaudível], a gente via a polícia apontar na estrada lá em cima. Aí eu fui mais ela até ali no mato. Cheguei lá e disse “olhe, eu vou ficar olhando a senhora daqui, viu. A senhora só vai pra lá quando eles apontarem ali porque é o tempo da senhora ir caminhando e chegar perto do corpo”. Orientei ela. **“Não vá sozinha que ele pode tá lá, o cara, ainda. Pode ter se levantado e mata a senhora antes da polícia chegar”**. Ela “tá certo”. A gente ligou pra família, ela chorando muito, desorientada ela tava, perdida, viu.

Andréa: Imagino...

Entrevistada: A polícia chegou. A hora que chegou junto, pegou ela... Na hora que pegou ela, que botou no carro, ela contou a história, que era o marido dela, não sei o quê... **Aí chegou a tia do cabra que matou. Aí disse “o cabra que matou esse cara tá lá em casa, na casa de mãe, pode ir buscar”**. Ele já chegou lá dizendo...

Andréa: [surpresa] O cara tinha se levantado?

Entrevistada: Tinha se levantado. **Ele dizia bem assim pra mim “[...], me socorra, por Nossa Senhora, me socorra”**. Eu disse **“não posso me pegar com você não. Vai que eu pego você e você quer me segurar pra dizer que fui eu que fiz essas coisas com você? De jeito nenhum vou me pegar com você. Deus me livre, não posso não, viu”**. [imita o homem gritando] “Fia da peste, vá simhora!”. E tentando se levantar... Ele tava se fazendo, viu. Tava se cuspindo, tava se fazendo... Ele queria uma chance pra correr, viu. Quando ele... Aí ele chegou lá na casa da tia dele dizendo que tinha matado o irmão... Esse [...] aí. Ele tava tão doido que foi na casa de [...] dizer que tinha matado esse rapaz aí. **Foi lá na casa da mãe dele dizer “ó, vá lá buscar seu filho que tá morto”**. Aí foi bem na hora que ela veio correndo ver se era ele mesmo, chegou aí e encontrou a polícia. “Pois vá buscar o bandido que tá lá em casa”. Na hora que prenderam ele, algemaram, vieram com ela, ela veio pra minha casa. Veio pra minha casa dizer que tava aqui na minha casa a mulher. Quando eu pensei que não, a polícia chegou aí. Disse “eita, meu deus, agora eu ganhei”. **Todo mundo aqui se escondeu**, Andréa. Olha, aqui, a [...] morava aí, ainda tinha gente morando naquela casa aqui... **Todo mundo aqui apagou as luzes, viu, quando viram a polícia chegando aqui. [risos] Eu fiquei sozinha. [...]** A polícia chegou com ela na frente. “Quem é a senhora?”. Eu disse “eu sou [...]”. [aumenta a voz] “Quem é a senhora?”. Eu disse “eu sou [...], moro aqui no [...]”. “O quê que a senhora faz?”. Eu disse [...]. “E o que foi que aconteceu ali, a senhora sabe?”. Eu “sei não”. “Como que a senhora não sabe? Por que a senhora trouxe uma mulher pra sua casa?”. Eu disse “moço...”. Aí eu entrei. Eu disse “vamos fazer o seguinte, entre pra dentro da minha casa. O senhor pode entrar e sentar que nós vamos conversar agora”. Ai o homem... A mulher tava no meio e ele falou assim “licença, vou entrar”. Aí entrou, viu, sentou no sofá, no sofá de lá, eu sentei no outro. Eu falei assim “não sei seu nome, eu vou falar assim, pode ser moço?”. Ele falou “tudo bem, fique à vontade”. “Sou mulher e eu tava aqui...”. Aí contei essa história todinha que eu contei pra você. “Aí eu escutei isso. **E até seis horas, isso foi cedo, eu não vi nada de polícia.** Então, qual é a mulher que ouve dizer que tem uma mulher morta ali ou violentada e não vai ajudar?. Então, eu só fiz isso pra ajudar.

**Olhe, eu não sei quem é ela, não sei quem é o marido dela, não sei quem matou”. Só que eu sabia, né, mas ele já tava preso. “Não sei quem matou, não sei porque foi. A única coisa que eu sei é que eu fui lá e trouxe ela pra minha casa. E o que eu fiz com ela hoje, eu faço com qualquer uma, se eu ver. Porque a única segurança que eu tinha é que ela não tava morta e que ele não vinha na minha casa fazer o que ele podia fazer lá, com ela lá. Aí eu trouxe ela, senhor, porque, se ela ficasse lá sozinha, ele ia fazer alguma coisa com ela. Então eu só quis garantir que ela não morresse. E aí foi por isso que eu trouxe. Fiz alguma coisa errada?”. Ele disse assim “a senhora tá de parabéns. A senhora não fez errado não, tá certo. A senhora socorreu. Agora eu quero seu CPF...”. Eu falei “ah, não dou não. Porque o senhor vai querer que eu vá provar uma coisa que eu não vi. Eu não vi. Eu não vi não. Prometo pro senhor que eu não vi. Eu só fui depois da morte e já foi de noite”. E a danada calada. Aí eu disse “inclusive, se aqui fosse um lugar mais evoluído, pode ter certeza que quem vinha buscar ela aqui era a Maria da Penha. Pra prender, talvez, ou denunciar da situação que ela passou, mas aqui a gente não tem socorro nenhum pra isso”. Aí ele falou assim “então a senhora sabe que existe a Maria da Penha?”. Eu disse “sei”. Ele disse “pois ela vai, vamos pra [...], viu”. E foram pra [...]. Foram pra [...]. Aí ele perguntou “ela tomou banho na sua casa?”. Eu disse “não tomou não, não deixei não, ela nem tomou banho e nem trocou roupa, ela tá toda rasgada”. Ele falou assim “então, pronto, a senhora vai do jeito que tá aí, viu”. Ela chorando muito “não quero ir”. Ele disse “não, a senhora vai. Vamos pra [...] fazer corpo de delito, né?”.**

Andréa: Sim...

Entrevistada: “A senhora vai do jeito que tá aqui e a senhora vai contar lá o que a senhora passou”. Aí ela começou a contar aqui, ele falou assim “não, a senhora não adianta contar nada a nós, a senhora vai contar lá. A senhora vai fazer corpo de delito e aí lá vão saber o que aconteceu e fazer... **E o cara tá no carro, viu, [...]**”. Aí ele falou assim, ele perguntou meu nome, eu disse. **“E o cara que fez isso tá no carro, viu, [...], não se preocupe não”**. Eu disse assim “pois é. Se eu tivesse dito que conhecia...”. Eu falei mais baixo “quando ele se soltar, ele vem aqui arrancar minha cabeça também, viu”. Aí ele falou assim “esse aí? Solta assim fácil não”. Só que tá solto.

Andréa: Já tá solto?

Entrevistada: Tá. Soltou-se o ano passado.

Andréa: Ficou quanto tempo preso?

Entrevistada: Uns cinco anos. Somente. Entendeu? Aqui é assim. A gente não tem segurança. O cara é pego em flagrante, mas soltam... Não tem Maria da Penha aqui. Então não tem política pública de garantia de segurança pras mulheres não. (Entrevista realizada em 2021, grifo nosso).

Dos cinco relatos acima, pelo menos quatro estão ligados diretamente ao primeiro e ao pistoleiro sobrevivente. O que observamos é que a violência nas comunidades é, de certa forma, naturalizada e a boa convivência depende da máxima “viva e deixe viver”. Aquele “pistoleiro”, que assassinou o próprio parceiro, é um respeitado pai de família, bem quisto pela vizinhança e conhecido como uma pessoa “do bem”. Se considerarmos que a “pistolagem” atual no Sertão carrega as marcas do banditismo social de outrora, a relação entre o pistoleiro/bandido social e a comunidade rural permanece de respeito, apoio a admiração (HOBSEBORN, 2017).

Em nenhuma das conversas realizadas nas comunidades, ouvimos qualquer tipo de julgamento sobre a ocupação do referido indivíduo e ele foi reiteradamente retratado como

bom pai e marido. Antes de saber quem ele era, fomos surpreendidas pela sua presença em um dos locais de entrevista, como relatado logo no início da dissertação. Seu interesse certamente deve ter surgido após saber que duas mulheres de sua família participaram da pesquisa. E certamente o vínculo com Jitirana foi essencial para que ele não nos considerasse uma ameaça:

Agora eu ando muito com esse carro [da filha] e com o meu. É muito conhecido. Já passei por muitas bocadas por aí. Já. Muitas. A única coisa que eu acho... Eu acho. Não tenho certeza. **Mas eu acho que o que nos ajuda é essa vida que eu tenho. Eu não olho a vida de ninguém, viu. Acho que uma das coisas boas na sua vida é você viver a sua vida e deixar a dos outros em paz, seja certa ou seja errada.** Por isso **sou muito amiga** de [nome suprimido], certo. E de qualquer pessoa. Porque cada um responde pelos seus atos, não é, Andréa? **Não tem porque eu ficar achando que ele tá errado ou que tá certo. Afinal de contas, o que é certo e o que é errado?** Aí esse carro é muito conhecido. Os dois carros nossos aqui é muito conhecido. Muito conhecido, viu. Pode ser que acontece alguma coisa com a gente, sobre a questão de assalto, com pessoas que venham de fora, mas **os daqui não fazem isso não com a gente não.** E muita gente... **tem muita gente que vem pra cá, tipo como você.** E outras pessoas que vêm, outros tipos de trabalho, **procuram a gente.** Teve uma pessoa que veio assim, num dia, e disse pra nós que eu e Bonina parecia que era da máfia. E a gente não é, viu. [risos] (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

#### 4.3 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM PATRIARCADO PARA CHAMAR DE NOSSO

Para iniciar essa discussão, entendemos ser essencial conceituar termos que serão utilizados neste trabalho, como “patriarcado” e “machismo”. Para tanto, utilizaremos as definições trazidas por Gerda Lerner<sup>74</sup>:

**Patriarcado**, em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privadas de acesso a esse poder. Mas não significa que as mulheres sejam totalmente impotentes ou privadas de direitos, influência e recursos.

**Machismo** define a ideologia de supremacia masculina, de superioridade masculina e de crenças que a apoiem e sustentem. Machismo e patriarcado se reforçam de forma mútua. (LERNER, 2019, p. 390-391, grifo da autora).

Apesar do reconhecimento de que o patriarcado possui cerca de cinco milênios de existência, Lerner (2019) aponta que uma das maiores dificuldades das pesquisadoras da história das mulheres é precisar como e quando o patriarcado surgiu, já que ele não se

---

<sup>74</sup> Lerner traz, ainda, a definição de “parternalismo” ou “dominação paternalista”, que não utilizaremos neste trabalho.

apresenta da mesma forma e na mesma estrutura em todos os tempos e lugares. O patriarcado não é, portanto, universal.

A América Latina, como um todo, foi palco de uma violenta colonização promovida por Espanha e Portugal. Os colonizadores trouxeram, além de doenças e destruição, o patriarcado ocidental. Até pouco tempo, a literatura acerca do patriarcado brasileiro enxergava esse sistema de dominação-exploração de mulheres como trazido pelos colonizadores e, portanto, iniciado a partir da colonização.

No entanto, a partir da iniciativa do rompimento com a colonialidade do saber, o feminismo pós-colonial começou a analisar de forma mais aprofundada os diversos contextos dos patriarcados locais (VEIGA, 2022). Aqui, novamente, vamos recorrer à conceituação de termos indispensáveis à discussão, trazendo as definições apresentadas por Vergès:

[...] a colonização é um acontecimento / período, e o colonialismo é um processo / movimento, um movimento social total cuja perpetuação se explica pela persistência das formações sociais resultantes dessas sequências. Os feminismos decoloniais estudam o modo como o complexo racismo / sexismo / etnicismo impregna todas as relações de dominação, ainda que os regimes associados a esse fenômeno tenham desaparecido. (VERGÈS, 2020, p. 33).

A partir dos estudos decoloniais, feministas latinoamericanas, encabeçadas por mulheres indígenas, passaram a defender a tese de que esse patriarcado importado da Europa encontrou na América Latina o que convencionaram chamar de Patriarcado de Baixa Intensidade, Patriarcado Originário ou Patriarcado Originário Ancestral. Ou seja, já existia um sistema patriarcal entre os povos originários<sup>75</sup>.

Cabnal (2010) sustenta que os povos originários de *Abya Yala*<sup>76</sup> não são homogêneos e possuem princípios e valores plurais. No entanto, esses princípios e valores possuem um fio principal que liga todos os povos, como é o caso do equilíbrio entre homens, mulheres e natureza. Homens e mulheres seriam complementares e, portanto, desempenhavam papéis diferentes, como no caso das guerras entre os povos originários. A partir do que denomina de “construção de epistemologia feminista comunitária”, Cabnal sustenta que:

[...] existe um patriarcado originário ancestral, que é um sistema estrutural milenar de opressão contra as mulheres originárias ou indígenas. Este sistema estabelece a sua base de opressão desde a sua filosofia, que determina a heterorrealidade cosmogônica<sup>77</sup> como um mandato, tanto para a vida das mulheres e homens e estes em sua relação com o cosmos. (CABNAL, 2010, p. 14, tradução nossa).

75 Nem todas as teóricas feministas latinoamericanas e decoloniais concordam com essa afirmação, como é o caso de Lugones (2007).

76 Nome originário da América Latina.

77 “É a norma que estabelece, a partir do essencialismo étnico, que todas as relações da humanidade e da humanidade com o cosmos se baseiam em princípios e valores como a complementaridade e a dualidade heterossexual para a harmonização da vida.” (CABNAL, 2010, p. 16, tradução nossa).

Para Segato (2013b), as hierarquias sexuais sempre existiram nas aldeias como relações de poder e prestígio desigual, como é o caso dos anciãos, caciques e homens em geral. Ocorre que a colonização agravou essa distância hierárquica, agravando a opressão das mulheres. No entanto, é imperioso reconhecer que os crimes de feminicídio, como práticas de extermínio de mulheres, são uma invenção moderna e estão ligados à violência colonial afligida aos povos.

Para Cabnal (2010), o patriarcado originário ancestral cria condições para que o patriarcado ocidental penetre e se fortaleça nas culturas originárias e, com ele, sofre lentas modificações até que se manifesta com perversidade por meio do racismo e do capitalismo. Cabnal vai além para dizer que o patriarcado é um sistema de opressão universal, presente em todas as culturas, e apresenta o conceito formulado pelas feministas comunitárias:

O patriarcado é o sistema de todas as opressões, todas as explorações, todas as violências e discriminações que vive toda a humanidade (mulheres, homens e pessoas intersexuais) e a natureza, como um sistema historicamente construído no corpo sexuado das mulheres. (CABNAL, 2010, p. 16, tradução nossa).

Para completar a constituição desse patriarcado desenhado a muitas mãos, Cabnal (2019) declara que o patriarcado ocidental não vem a *Abya Yala* sozinho, pois o colonizador também traz consigo o patriarcado ancestral africano, dos povos arrancados da África e escravizados nas colônias. O patriarcado colonialista invade não só o território, mas os corpos de mulheres indígenas e negras. Em *Abya Yala*, terra e corpos de mulheres são expropriados e, não por acaso, até hoje somos os campeões globais de feminicídios.

Assim, como entende Arroyo (2020), as mulheres de *Abya Yala* vivem um “entronque patriarcal”, pois o patriarcado que aqui se encontra é capitalista, colonialista, racista, genocida, extrativista e devastador não só para as vidas e os corpos das mulheres, mas também para os seus territórios. Esse patriarcado é resultado da nossa história de colonização, que implantou uma lógica de expropriação e exploração de povos e territórios.

Como afirmamos anteriormente, a formação do Sertão alagoano é resultante do violento processo de colonização e exploração capitalista ocorrido no Brasil. Sua população atual é destacada pela miscigenação, sendo a maioria negra, descendentes dos povos da diáspora africana, e indígena e seus descendentes. Assim, precisamos partir do entendimento que o patriarcado no Alto Sertão alagoano se dá com o encontro do patriarcado ocidental com o patriarcado originário e o patriarcado ancestral africano e está profundamente imbricado com outros tipos de dominação, como o colonialismo, o capitalismo, o racismo e o classismo. Esse entendimento segue Arroyo (2019, p. 3), para quem “decolonizar o feminismo ou os

feminismos é compreender, nomear e caracterizar o patriarcado que vivemos nos nossos territórios as mulheres originárias, negras, empobrecidas, desobedientes com a imposição heterossexual, compreendê-lo para acabar com ele”<sup>78</sup>.

Dessa forma, analisamos esse sistema de exploração-dominação a partir do conceito de nó de Saffioti, considerando a existência de eixos estruturantes na sociedade, como as classes sociais, a raça/etnia e o sexo/gênero, que não podem ser analisados de forma isolada. Os eixos, entrelaçados historicamente, formam um nó que potencializa essas opressões, a que ela chama de contradições. É nessa imbricação que cada contradição deve ser tratada, considerando o sujeito como múltiplo e não homogêneo (SAFFIOTI, 2015).

Cada uma dessas contradições pode dominar ou ficar dormente, a depender das circunstâncias e das condições históricas. Não se trata, portanto, de uma soma de contradições agindo sempre ao mesmo tempo, pois não são variáveis quantitativas. Trata-se de um entrelaçamento que complexifica a situação das mulheres que possuem várias pontas nesse nó. Esse nó não é apertado, mas frouxo. Dessa forma, permite a mobilidade das contradições que atuam sempre em conformidade com o restante das pontas do nó (SAFFIOTI, 2015).

Esse nó frouxo se acomoda a partir das circunstâncias históricas, emaranhado no novelo que une patriarcado, racismo e capitalismo. Para Saffioti, a imagem do nó é também uma metáfora para a estrutura de poder que unifica os três eixos estruturantes anteriormente citados:

[...] o patriarcado, com a cultura especial que gera e sua correspondente estrutura de poder, penetrou em todas as esferas da vida social, não correspondendo, há muito tempo, ao suporte material da economia de *oikos* (doméstica). De outra parte, o capitalismo também mercantilizou todas as relações sociais, nelas incluídas as chamadas específicas de gênero, linguagem aqui considerada inadequada. Da mesma forma, a raça/etnia, com tudo que implica em termos de discriminação e, por conseguinte, estrutura de poder, imprimiu sua marca no corpo social por inteiro. A análise das relações de gênero não pode, assim, prescindir, de um lado, da análise das demais, e, de outro, da recomposição da totalidade de acordo com a posição que, nesta nova realidade, ocupam as três contradições sociais básicas. (SAFFIOTI, 2015, p. 133).

Por isso também o uso da expressão dominação-exploração ou exploração-dominação como forma de reafirmar que a dominação patriarcal não existe sem a exploração capitalista e vice-versa (SAFFIOTI, 2015).

No caso das mulheres rurais, essa mobilidade é observada a partir das violências a que estão expostas. Quando a exposição é à violência masculina, o eixo estruturante em evidência é o de sexo/gênero. Quando a violência é institucional, os eixos estruturantes passam a ser os

---

78 Tradução nossa.

de raça/etnia e classe. Isso não significa que os três eixos não estejam todo o tempo presentes e atuantes, muito pelo contrário. É exatamente a existência desse entrelaçamento de todas as contradições que complexifica a vida dessas mulheres e potencializa as suas opressões.

#### **4.3.1 O Patriarcado no Alto Sertão alagoano**

A colonização determinou o modelo de família patriarcal, onde o pai era o dono da mulher, dos filhos e dos escravizados. A imposição desse poder patriarcal também era responsabilidade da igreja. Na formação do Sertão nordestino, dois fenômenos se destacaram: os cangaceiros e os beatos. Os dois cresceram juntos e estavam interligados, mas os “santos”, líderes religiosos muitas vezes com poder político, foram ainda maiores (HOBSBAWN, 2017).

Tanto cangaceiros como beatos fizeram e fazem parte do imaginário e da cultura popular local. Os cangaceiros, já anteriormente discutidos, representavam o homem corajoso, forte e destemido, valorizando uma violência masculina, herança da colonização, que persiste até os dias de hoje. Já os beatos traziam consigo o patriarcalismo da igreja, também trazido pelo colonizador. Um desses beatos foi Padre Cícero, o Messias de Juazeiro e líder político do Ceará. Padre Cícero, que inclusive tentou recrutar Lampião para lutar contra a Coluna Prestes a mando do governo federal, é uma figura lendária em todo o Nordeste brasileiro (HOBSBAWN, 2017).

Nas cidades do interior de Alagoas, é comum encontrar estátuas de “Padim Ciço” nas ruas principais. No Alto Sertão, também observamos a forte presença de Padre Cícero, que ainda hoje arrasta centenas de romeiros para Juazeiro do Norte, no Ceará. Essa devoção a um líder religioso extremamente conservador, falecido desde 1934, demonstra como a religião cristã tradicional ainda é presente de maneira fervorosa nas comunidades sertanejas. Assim, o patriarcado existente no Alto Sertão alagoano é fortemente marcado pela influência da religião cristã, principalmente a católica.

Esse patriarcado sertanejo fazia com que uma das maiores preocupações das famílias fosse casar suas filhas. E isso podia acontecer ainda na adolescência. Assim que a menina menstruava e virava “mocinha”, iniciava-se o seu encaminhamento para o matrimônio (FALEI, 2004). Falei (2004) aborda sobre como esse tipo de casamento era comum no Sertão do século XIX e as consequências que essas uniões forçadas traziam para a vida das mulheres:

**Havia um intenso nível de violência nas relações conjugais no sertão.** Não violência física exclusivamente (surras, açoites), mas violência do abandono, do desprezo, do malquerer. **Os fatores econômicos e políticos que estavam envolvidos na escolha matrimonial deixavam pouco espaço para que a afinidade sexual ou o afeto tivessem grande peso nessa decisão.** Além disso, mulher casada passava a se vestir de preto, não se perfumava mais, não mais amarrava seus cabelos com laços ou fitas, não comprava vestidos novos. **Sua função era ser “mulher casada” para ser vista somente por seu marido. Como mulher-esposa, seu valor perante a sociedade estava diretamente ligado à “honestidade” expressa pelo seu recato, pelo exercício de suas funções dentro do lar e pelos inúmeros filhos que daria ao marido.** Muitas mulheres de 30 anos, presas no ambiente doméstico, sem mais poderem passear - porque “lugar de mulher honesta é no lar” -, perderam rapidamente os traços de beleza e deixaram-se ficar obesas e descuidadas, como vários viajantes assinalaram. (FALEI, 2004, p. 223).

Longe de ser uma prática antiga, Jitirana nos revela que, após a morte do pai e a partida do irmão, ficou sozinha com sua mãe e foi obrigada a casar contra sua vontade com o primeiro homem de fora que apareceu em sua casa. Mesmo sem vontade, Jitirana “aprendeu” a gostar daquele homem e, resignada, casou ainda aos dezesseis anos por determinação da mãe:

Nisso, veio um homem trabalhar com mãe e mãe cismou que eu tinha que casar com aquele homem. Então esse aí foi o meu primeiro desafio de vida porque eu não gostava muito dele. Eu não gostava dele, na verdade. Eu aprendi a gostar por conta que eu botei na cabeça que eu com quinze anos teria que casar com ele. Entendeu? Acabei casando. Casei com dezesseis anos. Me casaram, viu. (Jitirana, 06/12/2021).

Essa resignação é um comportamento comumente observado entre as mulheres participantes da pesquisa. “Graças a Deus” foi, talvez, a expressão mais ouvida durante as conversas e entrevistas realizadas nesta pesquisa. A expressão era usada tanto no sentido de agradecimento por algo bom, quanto no sentido de superação de algo ruim. Muitas vezes, Deus antecede ou sucede expressões como “é assim mesmo”, “fazer o quê” ou “ele quis assim”, numa demonstração de obediência, submissão e sofrimento. Essas constatações, feitas principalmente durante as transcrições das entrevistas, remeteram-me a Silva:

**O universo simbólico da religião judaico-cristã é um dos componentes da ideologia do poder patriarcal que domina as relações sociais** nas quais se acham inseridas essas mulheres. Os relatos são eivados da concepção do patriarcado em que a mulher ocupa o lugar do oprimido, portanto de objeto e não de sujeito. O sofrimento faz parte de suas representações e autorrepresentações. **Na concepção religiosa, Deus possui o controle de todos os homens e da natureza e, para agradá-Lo, é preciso percorrer o árduo caminho da obediência e submissão.** Em muitas ocasiões, o sofrimento, advindo da relação com os filhos e maridos, é parte constitutiva do destino de gênero. (SILVA, 2012, p. 16, grifo nosso).

Não é a nossa intenção realizar essa análise neste trabalho, até mesmo porque a pesquisa não foi planejada e nem pensada para analisar a religião das mulheres envolvidas. Mas o fato é que todas as mulheres entrevistadas em Sertãozinho, sem exceção, são católicas e



isso afetou diretamente seus relatos, discursos e histórias de vida. Portanto, ainda que não venha a existir um aprofundamento deste tema, é preciso apontar que a forte presença da religião cristã afeta também, de forma direta, a análise sobre o Patriarcado no Alto Sertão alagoano e sobre os coletivos de mulheres, que serão examinados no próximo capítulo. Entendemos, dessa forma, que essa análise pode vir a ser objeto de uma pesquisa futura.

#### 4.3.1.1 Família, espaço privado e divisão sexual do trabalho

Para Kergoat (2002, p. 49), as “relações sociais se fundamentam primeiro e antes de mais nada sobre uma relação hierárquica entre os sexos; trata-se mesmo de uma relação de poder, de uma relação de ‘classe’”. Silva (2012) afirma que o destino das mulheres é definido no interior das famílias. Consideradas como as responsáveis naturais pela reprodução biológica, às mulheres é atribuída também a obrigação do trabalho doméstico, pois esses dois papéis foram naturalizados como tarefas a serem desempenhadas por esse grupo.

A divisão sexual do trabalho, portanto, relega à mulher as atividades consideradas reprodutivas e de menor valor social. Ao contrário dos homens, que realizam as funções com maior valor social, chamadas de produtivas. Assim, temos dois princípios nessa divisão, o da separação e o hierárquico. O primeiro determina que existe uma separação entre as atividades realizadas por homens e por mulheres. Já o segundo estabelece que as atividades realizadas pelos homens valem mais do que aquelas consideradas femininas (KERGOAT, 2002). Para Delphy:

Todas as sociedades atuais, inclusive as “socialistas”, repousam, no que diz respeito à criação dos filhos e aos serviços domésticos, no trabalho gratuito das mulheres. Esses serviços são fornecidos apenas no âmbito de uma relação particular com um indivíduo (marido), são excluídos do domínio da troca e, conseqüentemente, não têm valor. Não são remunerados. (DELPHY, 2015, p. 102).

A sobrecarga de trabalho doméstico não é uma novidade na vida das mulheres rurais. Faria (2009, p. 18) trouxe o debate de que “para as mulheres a realização do trabalho doméstico e de cuidados coloca-se como parte de sua identidade primária, uma vez que a maternidade é considerada seu lugar principal”. Na mesma linha de pensamento, Aguiar (2016) afirma que, no meio rural, há uma clara demarcação da divisão sexual do trabalho, onde as mulheres estão relegadas ao trabalho reprodutivo, no âmbito privado, que é desvalorizado por ser considerado monetariamente improdutivo.

Herrera (2016, p. 208) afirma que “a situação de desigualdade de gênero no meio rural está relacionada com a naturalização do papel do homem e da mulher, que está vinculada à relação hierárquica dentro das famílias rurais, cuja base material se ancora na divisão sexual do trabalho”. São as mulheres que, majoritariamente, realizam os trabalhos domésticos e de cuidado, que beneficiam todos os membros da família, desde as crianças e pessoas com deficiência aos homens adultos, incluindo os maridos. (FUNARI, 2020; HERRERA, 2016).

Quando questionadas sobre o seu dia a dia, tanto Alpina quanto Papoula relataram rotinas parecidas. No entanto, Papoula, além das tarefas domésticas de sua casa, é responsável também pelas tarefas da casa da sua mãe, que mora próximo:

Eu mesma, eu gosto de tá na minha luta, assim, de casa. Ói, veja, fiz nada dentro de casa... Do lado de fora. Porque eu sei que quando entrar dentro de casa o sol tá frio e aí eu vou cuidar na sombra, né. **Enquanto dá pra mim aguentar por fora, eu tô no lado de fora cuidando.** Ali é afofando uma planta que eu vejo que tá já muito apilado, é pondo um estrumozinho, é aguando, é queimo um lixo, não paro. Aí, **quando eu entro pra dentro de casa, é que eu vou cuidar tudo. De tudo sozinha. O ômi danou-se no mundo, o menino foi pra escola. A minha luta é essa.** (Alpina, 07/12/2021, grifo nosso).

Andréa: E como é o seu dia a dia. Assim, você cuida da roça, cuida da casa?

Papoula: É. Quando tem, né. Quando não tem roça, é só assim... Cuido da casa, ajeito os meninos, dou comida a um bichinho, a outro. É assim. **Quando terminar aqui vou ajeitar a da minha mãe ali em cima,** que ela é sozinha também. Aí a gente tem que ajudar também. É assim. É muito é difícil, mas a gente vence, né. (Papoula, 08/12/2021, grifo nosso).

Além disso, as mulheres rurais possuem uma especificidade, que é a confusão entre o trabalho doméstico e de cuidado e o trabalho considerado como produtivo. Durante todo o dia, muitas vezes desde antes do amanhecer, essas mulheres desdobram-se entre os trabalhos reprodutivos e produtivos, cuidando da casa, da família e da vizinhança e executando tarefas referentes à propriedade e à atividade produtiva, sendo que essas últimas são quase sempre consideradas como uma “ajuda” ao marido (FUNARI, 2020; SCOTT, 2010). Como afirma Delphy (2004, p. 110), “chama-se de trabalho doméstico aquilo ao que se reduz a produção gratuita da mulher”. Essa discussão já havia sido levantada por Paulilo:

Ao estudarmos o trabalho das mulheres rurais em cinco regiões diferentes do Brasil, em épocas diferentes, percebemos que a distinção entre trabalho ‘pesado’ feito pelos homens e trabalho ‘leve’ feito pelas mulheres não se devia a uma qualidade do próprio esforço despendido mas ao sexo de quem o executava, de tal modo que qualquer trabalho era considerado leve se feito por mulheres, por mais exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde que fosse. Vemos o mesmo fenômeno se repetir quando da divisão entre trabalho doméstico e trabalho produtivo. É simples: é doméstico se é atribuição da mulher. Se ela vai para a roça com o marido, é trabalho produtivo, mesmo que o que for colhido seja tanto para vender como para comer. Se cuida da horta e das galinhas sozinha, é trabalho doméstico. Se vende ovos de vez em

quando, uma galinha ou outra, é tão pouco que não vale a pena teorizar sobre isso. (PAULILO, 2004, p. 245)

Para Scott, Rodrigues e Saraiva (2010, p. 70), “o trabalho das mulheres rurais está tão ou mais ‘para além da dupla jornada’ que o das mulheres urbanas. Ele ocorre numa jornada contínua que vai do amanhecer ao anoitecer, resultando na confusão entre as atividades domésticas e produtivas”. Confirmando esse entendimento, Margarida e Jitirana afirmam que:

**A mulher, ela não tem hora pra dormir, né.** Ela tem hora pra acordar, agora pra dormir ela não tem. **E a mulher do campo, ela tem uma tripla jornada de trabalho** porque ela acorda de manhã pra ajeitar o café pra o marido, o marido vai pra roça antes dela, aí ela cuida das coisas, cuida de uma parte das coisas, depois vai pra roça, toma conta do marido, depois volta... Ajudar o marido, depois ela volta, vai cuidar do seu café, da janta... do almoço dos seus filhos, pra mandar os seus filhos pra escola. Quando não é de manhã, aí ela tem que ficar de manhã pra levar os filhos pra escola. Aí, quando é na hora do almoço, ela tem que voltar, ajeitar o filho, ajeitar o almoço pro marido... Então a mulher... Ela de manhã, ela vai pra roça trabalhar, ela ajuda na produção ali, a plantar, ela ajuda a colher e ela ainda vai pra feira. (Margarida, 13/05/2021, grifo nosso).

**Nós trabalhamos dobrado,** viu. Nós trabalhamos... Ele dá uma roçadinha na roça e vai trabalhar pro patrão, só na roça. Só aqui gestando o feijão. **E a gente em casa limpa a casa, certo, cuida de comida, pra ele quando chegar, se não tiver ele vai achar ruim. Cuida da roupa dele, cuida dos filhos dele e ainda tem que cuidar dele à noite.** Mesmo cansada ou não. [...] E, quando não quer, diz que é porque tem outro homem. (Jitirana, 11/10/2022, grifo nosso).

Durante a pandemia de COVID-19, a situação foi agravada. A Comissão Interamericana de Mulheres (2020), em estudo intitulado “COVID-19 na vida das mulheres: razões para reconhecer impactos diferenciais”, afirma que a crise gerada pela COVID-19 aprofundou as desigualdades entre homens e mulheres. O confinamento piorou a crise de cuidados já existente e aumentou o trabalho das mulheres, que viram suas casas se transformarem em espaços de trabalhos tidos como produtivos, domésticos, de cuidados e, inclusive, de educação de crianças e adolescentes. À mesma conclusão chegou o relatório “Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil”, sustentando que “a permanência maior de crianças dentro de casa, em função do fechamento das escolas, também contribuiu para o aumento da carga doméstica de trabalho, uma tarefa socialmente imposta à mulher” (FBSP, 2021, p. 8). O referido relatório afirma, ainda, que as mulheres permaneceram mais tempo em casa que os homens e conclui que esse resultado pode estar relacionado “aos papéis de gênero tradicionalmente desempenhados, dado que historicamente cabe às mulheres o cuidado com o lar e os filhos, o que aumenta a sobrecarga feminina com o trabalho doméstico e com a família” (Idem, p. 10).

Segundo pesquisa realizada pela Sempreviva Organização Feminista (SOF) (GÊNERO E NÚMERO; SOF, 2021), durante a pandemia, 62% das mulheres rurais ficaram responsáveis pelos cuidados de outras pessoas, apontando para o fato de o campo ser visto como um lugar de acolhida em momentos de crise, quando o desemprego obriga o retorno de migrantes.

Na análise dos relatos, dois se sobressaíram sobre o tema de cuidados. Rosa, agricultora rural e moradora de União dos Palmares, Alagoas, ressaltou como a sobrecarga de cuidados afetou a comunidade em que vive, gerando, inclusive, divórcios e violências físicas:

Nesta pandemia afetou muito as comunidades rurais, principalmente a violência contra as mulheres porque **o marido só levanta, troca de roupa, toma café e vai pra o trabalho. Não quer saber de ajudar a mulher.** E nesta pandemia **muitos maridos em casa, sem querer dividir as tarefas.** Teve mulher que até se separou porque tudo tinha que ser ela em casa, até mesmo o papel de professora, só as mães. Isso fez que elas fiquem sobrecarregadas e estressadas e **os maridos batiam na sua mulher** por não querer ajudar eles. (Rosa, 22/05/2021, grifo nosso).

Para falar sobre o aumento da sobrecarga de trabalhos domésticos e de cuidados, Jitirana nos deu o exemplo de sua vizinha Papoula:

Bom, eu, meu caso, **pra mim não dobrou.** [...] E **também sou sozinha,** só moro com minha filha hoje, com minha neta, por conta da pandemia. E aí, eu não tenho, como você sabe, eu sou separada, então, **não tenho problema de violência, nesse caso, de companheiro.** [...] minha vizinha disse que **o serviço dela dobrou,** porque antes ela acordava, as crianças iam pra escola, ela tinha tempo até de, sei lá, se cuidar mais, de ajudar o marido talvez, e ela disse que **agora não tem tempo pra nada, não tem paciência porque é todo mundo dentro de casa, o dia todo, vinte e quatro horas e um chama e um chama...** Essa questão de atividade de escola. Então, ela disse que não tem tempo, dobrou e tá sem paciência e muita coisa... Ela relata que realmente ficou complicado. E tem medo, as aulas estão voltando, virtual, né. Mas tem que buscar o material na escola e agora tá tendo umas aulas de reforço com as turmas selecionadas, mas ela disse que é com muito medo, **é muito trabalho por tá todo mundo em casa.** (Jitirana, 27/05/2021, grifo nosso).

Os dois relatos trazem em comum o acúmulo de uma nova função assumida pelas mulheres mães durante a pandemia: a de professora dos filhos. Ou seja, além dos cuidados domésticos, com a casa, a roça, os filhos, o marido e outros familiares, as mulheres tiveram que desempenhar o papel de professoras, auxiliando nas atividades e buscando material nas escolas.

Outro ponto interessante é que Jitirana, antes de relatar as dificuldades enfrentadas por sua vizinha, fez questão de ressaltar que não teve problemas com a sobrecarga de trabalhos domésticos e de cuidados porque, apesar de morar com uma filha e uma neta, é divorciada. Ou seja, a própria participante faz uma relação entre o casamento – e o fato de haver um homem dentro de casa – e a sobrecarga de trabalho durante a pandemia, reforçando que a divisão sexual do trabalho no campo se constrói numa relação hierárquica intrafamiliar, onde as

mulheres casadas parecem não conseguir se desvencilhar dos papéis impostos pelo patriarcado.

#### 4.3.1.2 Violência masculina contra mulheres

Para Saffioti e Almeida (2003), existe uma gramática sexual, determinada pelos homens, que normatiza as condutas masculinas e femininas, fixando os limites de cada grupo e determinando as regras da sociedade em que estão inseridos. Um importante elemento desse controle social exercido pelos homens é a violência. Assim, “a violência masculina contra a mulher inscreve-se nas vísceras da sociedade com supremacia masculina” (p. 88). Para que a violência seja considerada legítima, ela é naturalizada. Parte desse processo de naturalização está na socialização das crianças.

Welzer-Lang (2001) afirma que “na socialização masculina, para ser um homem, é necessário não ser associado a uma mulher. O feminino se torna até o polo de rejeição central, o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de ser também assimilado a uma mulher e ser (mal) tratado como tal” (p. 465). Assim, desde a tenra infância os meninos são socializados para a performance da masculinidade, que inclui a violência. Questionada sobre a socialização de crianças na sua comunidade, Jitirana nos fala sobre o filho de onze anos de Papoula:

**Aquele menino já puxou até faca pra irmã.** Porque ele é o menino, só tem ele. Agora tem o outro pequeninho, mas só tinha ele. **O pai apoia tudo o que ele faz.** Quem tem que fazer é ele. Tudo. As coisas pra ele, tudo é ele. (Jitirana, 08/12/2022, grifo nosso).

Papoula, como já dissemos anteriormente, é vítima de diversos tipos de violência doméstica, exceto a física. Em nossas conversas, seu marido fez questão de permanecer por perto, como forma de intimidação, e não pudemos conversar sobre o tema da violência. Mas o não dito por Papoula foi dito por outras duas mulheres de seu convívio, Jitirana e Magnólia. A seguir trazemos apenas um desses relatos:

Jitirana: **Ela recebe Bolsa Família**, ela traz todo pra casa, viu. Como passa pão na porta, ela não compra nem pão na rua pros filhos. Ela compra até cem reais de pão fiado. Vai comprando, vai comprando, vai comprando. Quando chega cem reais, ela para de comprar porque é o que ela podia pagar. Só que esse ano, esse mês agora, foi tirado... O dinheiro só ficou cento e cinquenta reais. Parece que ela tirava trezentos e pouco, viu. Trezentos e pouco. Só ficou cento e cinquenta reais, o Bolsa Família dela. É o que ela me disse. E... [respira fundo] [...] O que acontece. Ela não pagou o pão. Entendeu? Ela não pagou o pão porque ela disse que tava há muitos dias cozinhando na lenha. [...] Aí ela dizendo que tava com muitos dias que tava cozinhando na

lenha, tava aperreada. Disse que, quando o dinheiro chegou, a primeira coisa que ela fez foi mandar a filha comprar o fogão... O... [...] O gás. Antes que gastasse o dinheiro. E como é que quer dizer isso? Que **se ela ficasse com o dinheiro, ele ia chegar, ia pegar o dinheiro e ia comprar ração**. Porque, antes, eu mesma uma vez eu presenciei. [...] A filha pegou e falou assim “pai, o senhor vai passar pela comunidade vizinha, não esqueça não, viu, que tem que comprar isso, isso, isso e isso. Não é só a ração do cavalo não”. Ele fez “agora eu compre”. Quando, no outro dia, o carro do mercado veio trazer. Aí o filho chegou aqui, eu “e aí, veio uma coisinha boa do mercado ontem?”. [...] E ele disse “ômi, pai não tem jeito não, mandou só a ração do cavalo”. **Dinheiro do Bolsa Família. É pra quê? É pra cavalo mesmo? Não é, né. Aquele monte de criança lá... Não passa bem não, viu.** E a gente não pode fazer nada. (Jitirana, 08/12/2022, grifo nosso).

Apesar de todo o sofrimento, Papoula, como outras tantas mulheres com quem conversamos nesta pesquisa, entende que não sofrer violência física faz com que seu marido possa ser considerado como um homem bom:

Jitirana: Ela sabe, ela sabe, ela sabe um pouco sobre a violência. Ela sabe o que é violência, ela sabe que é violentada, mas ela não... Ela fecha a boca. E, pra ela, ele é um bom homem, sabe por quê? [...] Porque não tem violência física.

Andréa: Acha que violência é só apanhar, né?

Jitirana: É. É isso. (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Talvez esse entendimento, narrado por algumas mulheres com quem conversamos, decorra do fato de que nem todas as mulheres de sua convivência possuem essa mesma “sorte” de não serem violentadas fisicamente. Infelizmente, colecionamos histórias de violências. Jitirana, hoje divorciada, passou por várias. O primeiro relato fala sobre os estupros sofridos no casamento:

Eu posso dizer quantas vezes eu não fui... Que não gosto de falar, não sei se Bonina tá ouvindo, mas muitas vezes eu fui estuprada por ele. Porque um casamento que não vai bem e você tem que ter certo tipo de coisa, que você sabe, né... Num dá. É ruim. Então, quantas vezes eu não passei por isso? (Jitirana, 06/12/2021).

Os dois relatos abaixo narram episódios relacionados à ingestão de bebida alcoólica, que potencializava as agressões sofridas por Jitirana:

Um dia eu disse pra ele que tinha uma chance pro nosso casamento. Eu já tinha as três filhas... Tinha as quatro... Não, tinha as três filhas. Tinha uma chance pro nosso casamento. Era ele parar de beber. E aquela chance, eu também tinha um prazo. Era seis meses. E passou seis meses, dentro desses seis meses ele chegou em casa bêbado um dia e quebrou... Quis quebrar um litro de garrafa na minha cabeça. Porque **ele chegou uma hora da manhã e queria que eu fosse acender fogo de lenha pra assar carne pra ele beber mais outro amigo de noite. E eu disse que não ia fazer isso e ele falou bem assim “mulher minha faz o que eu mando”, aí pegou o litro de cachaça, quando ele jogou, eu me abaixei**, graças a deus quebrou [inaudível]. (Jitirana, 06/12/2021, grifo nosso).

Quando eu cheguei, tava em casa, era umas dez e pouco da noite, aí ele chegou, bateu na porta... A hora que ele bateu na porta, ele deu um murro na porta, que a porta se arreventou, ele entrou e aí até hoje eu não entendi o que era que ia acontecer, que aí essa moça que tava com ele entrou dentro da minha casa, fez uma bagunça, e enrolaram os dois, queriam brigar, ao mesmo tempo não sei o que era. Sei

que eu não entendi nada, botei os dois pra fora e fechei a porta de novo, meia quebrada, e disse “podem ir embora”. (Jitirana, 06/12/2021).

O quarto relato de Jitirana foi realizado durante uma conversa informal, quando contou sobre a tentativa direta de feminicídio que sofreu. Seu ex-marido, mais um vez, havia chegado bêbado em casa e tentou enforcá-la. Jitirana entrou em luta corporal com o agressor, conseguiu desacordá-lo e fugir com as filhas.

Outra sobrevivente de tentativa de feminicídio é Gardênia que, durante oito anos de casamento, sofreu diversos tipos de violência. Gardênia teve a vida salva pela mãe do agressor que realizou a denúncia de forma anônima:

Andréa: E a senhora nunca pensou em deixar ele não? Quando era casada?

Gardênia: Não podia, que **ele dizia que se eu deixasse ele ou tomava meus filhos ou me matava**. Ele, minha filha, **só não me matou uma vez porque a mãe dele foi quem foi dar parte dele**. [...] **Mas ele tava com um punhal na mão e outro na carteira. Quando a polícia chegou eu tava pegada com as duas mãos no braço dele... Ele era forte, né. Aí quando a polícia chegou, ele soltou**. [...] Ele foi procurar onde eu tava e foi lá pra eu tirar ele da cadeia. [...] “Você sabe que cadeia ficou pra [inaudível]. **Se você não me soltar, no dia que eu me soltar, eu lhe mato**”. [...] Aí quando o delegado falou assim “solte ele. Você solta ele, ele vai pra casa e você vai pra sua casa”. Aí, quando ele saiu da delegacia, ele não deixou eu vir pra casa. [inaudível] com dois meninos pequenos. Sofri. **Nem dormia eu e nem dormia a véia [sogra] com medo dele me matar**. Brincadeira não. Só sabe eu e Deus o que eu passei. Aí a gente acumula tudo, né. Coisas boas, coisas ruins. Oito anos de sofrimento. (Gardênia, 09/12/2021, grifo nosso).

Após a assembleia do coletivo de mulheres de Primavera, Clívia nos procurou para contar sobre as violências e as tentativas de feminicídio sofridas por sua irmã:

**Ele tanto dava nela**. Às vezes eu chegava assim, sempre à tardinha, **ele catava assim o cabelo e saía arrastando**. Bebia bastante. **Vendia o que tinha dentro de casa. Então eu creio que isso aí seja uma violência, que é a patrimonial**. Não respeitava se tava filho presente ou não. **Chegou a tentar queimar ela, com o lençol, dormindo**, quando chegava bêbado assim. **Às vezes espancava ela altas horas da noite** e ela corria pra casa da minha vó. Num tinha o que comer, muitas das vezes era minha vó que dava. Mãe mesmo... **Aí mãe começou a conversar com ela e ela sempre naquele “não porque ele vai mudar, ele vai mudar...”**. Aí ela começou a pegar traições dele. Quando ela dizia “não, vi você com fulana”, o pau comia. E, assim, **se os meninos fossem pra onde tava ela, com medo dele matar ela e coisa e tal, sapucava a mão nos meninos que caía do outro lado**. Até um ponto que minha mãe ficou tão agoniada... Até tava no movimento ela. Ela procurou ajuda. Que ia denunciar ele e tudo. Só que era aquele negócio... **Minha irmã não tinha atitude de deixá-lo**. Chegou num determinado momento... Eu tava grávida do meu primeiro filho. Eu lembro como hoje. Ela ligou pra mim duas horas da manhã. Eu buchudona, já em tempo de parir, aí eu fui. Ela “ói, venha aqui porque fulano te ouve e ele me deu tantas horas pra sair de dentro de casa, tentou me queimar, me botou arma na cabeça e eu tenho tantas horas pra tirar minhas coisas de dentro de casa”. Lá vai eu. Quando cheguei lá, ela me falando a situação e tudo, aí ela mostrou o lençol mesmo, que tinha... Desse lençol peludo. Agora era tão... Não sei dizer... Porque ele acendia o isqueiro, aquela labareda subia, mas apagava. Aí ele dizia que era o cão que tava com ela, que não queimava. Na casa tava assim uma parte em construção no fundo do muro e ela tava com as roupas estendidas. Ela pediu pra mim

acender a luz lá num quartinho que tinha. Oxe. Quando eu botei o pé, que fui... Antes de chegar na portinha eu vi a tocona de cigarro, que ele fumava, né. Eu disse “ômi, tu corre que ele tá aqui”. Ela pisou. Jogou os pano no muro e pisou. Eu buchudona sem poder correr... Quando eu cheguei na porta da cozinha que vi. Fiquei no claro, né. Que ele viu saindo... Eu acho que ele se conscientizou que [inaudível] grávida, eu vi que ele tava lá. Aí pronto. **Depois desse momento que ela viu que ia morrer foi que ela deixou ele.** (Clívia, 09/12/2021, grifo nosso).

Durante a pandemia, houve um aumento da violência contra mulheres, principalmente às que pertencem aos grupos mais vulnerabilizados, como é o caso das rurais (ALBUQUERQUE; LAGES; ASSIS, 2022). Jitirana falou sobre a escalada da violência, com a ocorrência de feminicídios na região do Sertão:

Quanto à violência houve sim, aumentou sim os casos de violências, aumentaram e houve muitos problemas, separações, houve separações por conta da violência, houve também alguns casos de vítimas, vítimas que chegou a óbito... Não aqui exatamente, aqui meu vizinho. Entenda... Mas na região, por aqui por perto nessas comunidades, aqui teve. Então, o aumento da violência após a pandemia foi muito grande. E houve relatos, sim, das companheiras. (Jitirana, 27/05/2021).

Para Saffioti (1999a, 84), “as violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, pode-se afirmar o mesmo para a moral”. As violências infligidas às mulheres pelos seus companheiros acabam afetando também a sua saúde física e mental, sendo comuns os casos de somatização ou adoecimento psíquico (SAFFIOTI; ALMEIDA, 2003; ZANELLO, 2018).

Um dos casos de somatização é o de Gardênia, que hoje sofre com dores incapacitantes nos ombros, joelhos e pés e faz uso de medicamentos contínuos para o controle da dor. Gardênia atribui sua doença às violências sofridas:

Gardênia: Tem coisa na vida que a gente passa e só sabe a gente e Deus. A gente perde a saúde.

[...]

Andréa: Esse problema de saúde da senhora é desde aquela época que a senhora tá casada?

Gardênia: É porque ele me fazia muita raiva, né. Aí me judiava. Aí foi acumulando uma coisa e outra, uma coisa e outra. E a gente não tinha tempo de se cuidar, né. (Gardênia, 09/12/2021).

O outro caso, de adoecimento psíquico, é o de Papoula, relatado por Jitirana:

Olhe, um dia desses... Foi uns intercâmbios que teve. Um dia desses, ela não tava fazendo nada. Ela acordava, chorava, chorava, chorava, sentada naquela calçada lá fora, as filhas arrumavam a casa, depois ela entrava, chorava, chorava, depois saía, chorava, chorava e assim era o dia dela, viu. E ela mesmo disse aqui, um dia, que só sabia chorar. “Não, eu só sabia chorar, não queria fazer nada”. Eu disse “mulher, tu tá com depressão”. Mas como não tá, né? Mas ela não assume. Quem tem que assumir essas coisas é ela. Se ela não quer dizer. Esconde. [...] Aí Magnólia viu ela na rua e falou assim “hein, Papoula, mas tu emagreceu ligeiro”. Ela só fez baixar os olhos e começou a chorar. Difícil. (Jitirana, 08/12/2021).



Também observamos como a manipulação está presente no dia a dia das mulheres rurais. Saffioti (2015, p. 25) ensina que “as mulheres são treinadas para sentir culpa. Ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se, pois vivem numa civilização da culpa”. Para a autora, mesmo quando as mulheres racionalmente sabem que não são culpadas, emocionalmente continuam internalizando a culpa.

Em comunidades diferentes, ouvimos mulheres relatando algo muito semelhante: sempre que negam qualquer ordem dos maridos, ouvem que o comportamento “insubmisso” só pode estar ligado a um caso extraconjugal. Frases como “só pode ter outro homem!” são ouvidas após a recusa a fazer sexo sem vontade ou a realizar determinadas tarefas, como servir a comida no prato. Após ouvir essas frases reiteradamente, perguntamos se elas achavam que os homens realmente acreditavam estar sendo traídos ou se eles usavam essa acusação como forma de conseguir o que queriam. Todas concordaram com a segunda opção e disseram que os homens usam a manipulação para que, sentindo-se culpadas, ajam de acordo com o que eles querem.

Para Saffioti (2015, p. 35), “os homens sabem que o organismo feminino é mais diferenciado que o masculino, mais forte, embora tendo menor força física, capaz de suportar até mesmo as violências por eles perpetradas”. A autora entende que as mulheres possuem menos força física que os homens e, por isso, há uma previsibilidade de que sejam derrotadas em um possível confronto. Assim, os feminicídios aconteceriam, muitas vezes, de forma não premeditada, no calor do momento, enquanto que os homicídios cometidos pelas mulheres contra seus companheiros necessitariam de planejamento. No entanto, uma conversa com Jitirana nos trouxe diversas reflexões:

Jitirana: **Você sabe que tanto a mulher quanto o homem tem forças iguais, não sabe?** A diferença é exercer. Quando a gente exerce a nossa força, a nossa capacidade, a gente chega tão quanto os homens. Então, **por que a violência rural é mais forte? Porque as mulheres já vivem medindo forças na enxada, no machado, na foice.** Então os homens sabem que elas são capazes de fazer isso, então já **pegam na traição.** Já pegam mesmo pra... [bate as mãos].  
Andréa: Pra acabar.

Jitirana iniciou contrariando o entendimento de Saffioti e afirmando categoricamente que sim, mulheres e homens possuem forças iguais. No entanto, há uma diferença entre mulheres rurais e urbanas, pois as rurais exercem diariamente sua força “na enxada, no machado e na foice”. Por isso, na realidade rural, quem precisa planejar o assassinato é o homem e não a mulher, já que em um confronto direto ele corre o risco de perder. Continua:

Jitirana: Então... Os homens daqui, eles conhecem essa realidade. **As mulheres daqui têm essas práticas, por isso a violência é mais forte.** Quanto mais tem conhecimento, você sabe disso, né, quanto mais conhece, quanto mais se conhece, mais é mais difícil.

Para Jitirana, os homens rurais sabem da força das mulheres e estas, quanto mais adquirem conhecimento, mais ficam conscientes de que não são frágeis e podem enfrentar um homem de igual para igual. Continua:

Andréa: Aí você acha que é tipo como se fosse domar a mulher?

Jitirana: É.

Andréa: Bate forte que é pra ela achar que vai morrer?

Jitirana: Não bate muito fácil não. Não é muito bater não. A maior parte das violências já é...

Andréa: Já é matar.

Jitirana: Já é. Já é matar. A gente ouve pouco. São poucas... Tem, viu. Aqui tem casos de muitas mulheres que ainda apanham, mas são menos do que os que matam. Do que as mortes.

Andréa: A violência maior, então, é a patrimonial e psicológica?

Jitirana: Isso. É.

Andréa: Mas, quando ele pega pra bater, já é pra matar.

Jitirana: Não viu a história de hoje? Você ouviu ela falando que levou alguma pisa? Inclusive eu me surpreendi, que eu não sabia disso. O que eu sabia era que ele era bandido, bandido, bandido. Mas, porém, eu sabia que ele vivia bem. Olha aí. Porque ele sabe... E ela sempre foi da roça, viu. E é assim. Os homens sabem, conhecem a realidade, conhecem as mulheres... Ele já vem pra cima porque, se ele... Infelizmente, se ele não deu uma foçada boa, ele leva também aqui, viu. É... Se ele não acertar, ele depois, ele leva.

Foi interessante observar que nenhum dos casos de violência física que escutamos em Primavera e arredores se tratava de uma simples “lesão corporal”. Sempre eram tentativas de feminicídio fracassadas. Ou os homens não conseguiram levar adiante por motivos alheios ou as mulheres tiveram força suficiente para segurar o agressor até a polícia chegar ou até mesmo para vencer o confronto físico e fugir ou simplesmente porque as mulheres sobreviveram.

Andréa: Aí eles ficam ali prendendo a mulher... Prende, não deixa sair pra comprar nada, [violência] patrimonial.

Jitirana: Isso.

Andréa: [Violência] psicológica...

Jitirana: Psicológica, já por medo de... Delas não ganharem conhecimento, não ganharem amizade. A maioria daqui são assim.

Andréa: Mas não bate muito... Não é de bater?

Jitirana: Não. Não é de bater muito não. Mas, quando você vai ver, essa violência aí, oxe, é...

Andréa: Já é pra matar.

Jitirana: Já é pra matar. (Jitirana, 08/12/2022)

Ou seja, no campo, comumente a fase da violência física não existe e os agressores geralmente se mantêm nas ameaças até que, efetivamente, tentam matar suas companheiras “na traição”. Assim, pela análise que realizamos com Jitirana, os crimes que se enquadrariam como violência física foram substituídos pelo crime de ameaça. Saffioti (2015), analisando o

endurecimento das penas para o crime de lesão corporal dolosa contra mulheres, já havia observado que muitos agressores, temendo uma punição mais severa, passaram a substituir a violência física por ameaça. No campo, o medo não seria da punição, mas do confronto.

Saffioti e Almeida (2003), analisando a escalada da violência, também apontam que a reação da mulher é decisiva para o êxito do agressor e que, a depender da relação de forças, a violência doméstica pode estabilizar em um nível ou ascender diretamente para a tentativa ou para o feminicídio:

**A violência tende a descrever uma escalada**, começando com agressões verbais, passando para as físicas e/ou sexuais e podendo atingir a ameaça de morte e até mesmo o homicídio. Mas **o êxito do agressor depende das reações da vítima**. Assim, a escalada não acontece forçosamente. Como toda relação social, **a relação de violência implica força – não necessariamente física, mas como capacidade de determinar o destino de outro(s)**. A força reside na relação, o que equivale a dizer que apresenta uma dinâmica não passível de congelamento num determinado status quo. **Trata-se portanto de uma relação de força**. Assim, **embora tendencialmente haja uma escalada da violência, ela pode estabilizar-se num certo nível, o que não elimina a elevação da tensão em certo momento, podendo ocorrer homicídio ou tentativa de homicídio**”. (SAFFIOTI; ALMEIDA, 2003, p. 92-93, grifo nosso).

Jitirana, a partir da sua experiência com as mulheres rurais e a militância nos coletivos, chega à mesma conclusão de Saffioti, reputando à força da mulher rural e à possibilidade de reação uma estabilização da escalada de violência e, ainda, refazendo a ideia de que a violência doméstica segue uma linha reta e vai escalonando aos poucos até chegar na tentativa de feminicídio. Considera, ainda, a relação de forças existente entre o homem e a mulher, onde o homem exerce a tentativa de controle ao impedir a formação de uma consciência crítica da mulher, seja sobre seus direitos, seja sobre sua força física. Consideramos que cabe um estudo mais aprofundado sobre este tema específico.

Finalizando, trazemos um outro ponto importante para futuras análises. Nas comunidades pesquisadas, muitas vezes a solução apresentada para combater a violência contra as mulheres é a proteção por meio da violência masculina de outro homem da família. Foram vários relatos sobre como mulheres pararam de ser agredidas após a intervenção de um irmão ou do pai junto ao agressor. Talvez isso também esteja relacionado à diferença da escalada da violência, referida por Jitirana, pois os agressores tomam cuidado em manter a violência doméstica no nível das ameaças para não despertarem a atenção dos familiares e evitar represálias. Citamos aqui o relato de Sálvia:

Andréa: **Tem homem que evita cometer violência não por não ser agressivo, mas por medo da família da mulher?**  
Jitirana: Aqui? **Claro que tem.**

Andréa: Se não fosse a família da mulher...

Jitirana: Já tinha agredido.

Andréa: **Você acha importante essa rede de apoio, ter família próximo...**

Jitirana: **Isso inibe, né. Inibe o agressor.** Inibe, na verdade inibe. Às vezes as famílias, as famílias protegem sim.

Andréa: E já teve caso assim aqui? Da mulher ser protegida pela família? De agressão? Aqui nessa comunidade mesmo.

Jitirana: Já, ômi. Não já, Sálvia? Já. Já sim.

Andréa: A Sálvia tá rindo ali. Ela sabe, mas não quer falar. [risos]

Sálvia: [risos] Não, assim... [risos] Não sei se... É... é uma agressão, né. Eu lembro de uma vez que... **Eu tenho uma irmã que eles eram casados há pouco tempo e o meu cunhado arrumou uma amante. Aí eles terminaram brigando e ele chegou a machucar um dedo da minha irmã. Ela chegou desesperada lá na casa da minha mãe, chorando. Falou que o marido tinha batido nela. O meu irmão saiu doido** nesse dia. Eu acho que ele não matou ele por causa de mim.

Andréa: Mas ele foi lá pra casa dele?

Sálvia: Foi. Atrás do meu cunhado.

Andréa: Aí tu foi atrás?

Sálvia: Fui. **Lá, quando meu irmão colocou a arma no outro, que puxou o gatilho, eu fiz assim... Apertei o braço e o tiro subiu pra cima. Senão tinha matado meu cunhado. [risos] Meu irmão que defendeu, né.**

Andréa: **E o seu cunhado, depois disso, fez alguma coisa com a sua irmã de novo?**

Sálvia: **Não.** [risos]

Andréa: [risos]

Jitirana: Olháí, tá vendo?

Andréa: Não fez por medo?

Sálvia: **Por medo.** (Sálvia, 12/10/2022, grifo nosso).

Saffioti (1997) afirma que, “do ponto de vista da sociologia, não faz sentido procurar características individuais nos perpetradores de violência, se as causas de sua conduta são sociais” (p. 10), reforçando a importância da socialização, que atinge homens em geral, independente de classe, raça, credo ou profissão. É a estrutura da sociedade, fundada nas hierarquias de sexo/gênero, raça/etnia e classe, que torna os homens potencialmente violentos.

O que percebemos, nesta pesquisa, é que a socialização dos homens no Alto Sertão alagoano é marcada não apenas pela violência, mas pela naturalização dessa violência. Some-se a isso um patriarcado conservador e temos um cenário que se traduz em violência masculina contra mulheres, crianças e adolescentes.

#### *4.3.1.2.1 Sálvia, uma vida marcada pelo patriarcado*

Durante o trabalho de campo, uma das histórias de vida nos chamou atenção. Sálvia, desde o nosso primeiro encontro, não teve pudores para narrar sua vida desde a infância. A narrativa ia e voltava no tempo, mas estava sempre ligada a um acontecimento específico sobre seu pai. O patriarcado, exercido pela figura do pai ainda na sua infância, moldou toda a sua

vida e influenciou todas as suas escolhas. Pareceu-nos que trazer apenas trechos de sua entrevista não seria o suficiente e, por isso, decidimos trazer sua história de vida<sup>79</sup>, na sequência em que foi contada.

Sálvia inicia contando sobre o seu primeiro casamento e como sofreu com o marido alcoólatra. O trabalho no açougue público, antes da maioridade, era uma exigência do marido e seu sofrimento era solitário, pois a sua mãe não aceitava o casamento. Aos vinte e um anos, Sálvia conseguiu sair da relação e mudou-se para São Paulo:

Antes de ir pra São Paulo, **eu vivi sete anos com um homem que eu chorei muito**. Eu trabalhei sete anos num açougue público e eu tinha uma folga por semana. [...] E ele bebia, ele namorava... Então ele lá, ele mandava a pessoa matar o gado [...] e ele saía nos bar bebendo. Ele arrumava mulher. E quando era de madrugada ele chegava em casa e dizia bem assim “olha, se quiser fazer a feira, vá pro açougue trabalhar”. E, no açougue, no meio de inúmeros homens, só tinha eu de mulher. **Mas ali eu não contava pra minha mãe aquilo porque, quando eu casei, a minha mãe foi contra**. Então eu ia dentro do banheiro do açougue, eu chorava, eu lavava o rosto. E a minha mãe perguntava e eu dizia “tô com dor de cabeça”. E ia levando. E **eu pensava comigo “um dia, quando eu ficar de maior, eu vou cuidar da minha vida”**.

[...]

Quando eu vendia a carne que eu pensava “nossa, eu fiz um lucrinho bom”. **Quando eu chegava nos bares da cidade que eu trabalhava, “ah, eu peguei tantos quilos de carne, mas eu tenho que descontar tantas cervejas que o seu esposo bebeu essa madrugada”**. Eu ficava triste, né. Eu vinha embora em cima de um caminhão, na época, há trinta anos atrás, era um caminhão... Carregava as pessoas da feira, eu vinha no meio daquele pessoal, no caminhão, à tardinha. **E ele ficava lá bebendo**. Aí à noite ele fretava um carro baixo e vinha embora. Aí **eu aguentei até os vinte e um anos**. Quando fiz vinte um eu parei. Pra minha família, foi uma surpresa. [...] **A minha mãe ficou viúva com trinta anos e a minha mãe nunca arrumou um homem mais. Então pra ela era assim. A gente casava e tinha que viver a vida inteira**. E eu não. Ainda fiquei... Dei um prazo de um mês pra ele manear a bebida, ele tentando me enganar e eu fui deixando, deixando... Aí quando faltou dois dias pra véspera dos trinta dias, eu fui lá e mostrei pra ele que não valia a pena porque ele tava mentindo pra mim. Aí eu fui pra São Paulo. Fui pra São Paulo, a minha mãe não queria que eu fosse e eu falei que ia.

Após fazer um breve resumo dessa fase de sua vida, Sálvia conta que casou aos quatorze anos e retorna à infância, período em que exercia as tarefas domésticas da casa, para explicar o motivo. A perda do pai aos onze anos fez com que ela se sentisse presa e o casamento com um homem oito anos mais velho representava a possibilidade de ser livre. Nessa parte da narrativa, Sálvia mistura tempos diversos, sempre tendo como marco temporal a morte do pai:

**Eu casei com 14 anos**. Aqui o pessoal casa... Antes casava muito jovem, né, Jitirana? Jitirana sabe disso, que a gente casava jovem. **Quando o meu pai faleceu, eu tinha onze anos**. Então a gente já não saía muito. O que eu fazia era ir pra escola. Jitirana sabe. **Eu comecei a cozinhar pros trabalhador com nove anos de idade**.

79 Retiramos apenas pequenos trechos sobre o coletivo de mulheres e sua rotina diária, que não influenciam o restante da narrativa.

**Cozinhas para os trabalhadores da minha mãe e do meu pai.** Ali eu ia... **Fazia a alimentação dos trabalhadores, eu já ia almoçando e já tava pronta pra ir pra escola. Eu fazia aquela pilha de louça, deixava ali e ia pra escola. Quando eu chegava, eu lavava.** E quando meu pai morreu, eu tinha onze anos. Aí eu não podia brincar. Não podia ter... Só se as minhas amiguinhas viessem na minha casa. Porque a minha mãe ela é muito... Daquele tempo bem antigo, sabe. Aí ela falava assim... Que eu não tinha pai não. Se eu saísse de casa, eu ia ficar falada. Aí eu sou do Nordeste e eu nunca aprendi dançar. **Eu não tive infância.** [...] Eu era jovem e era bonita. [...] E quando eu comecei a namorar com esse primo de Jitirana, ele era mais velho que eu oito anos. **Mas eu falava pra ele que eu não sabia o que era o amor. Era era jovem, eu era uma criança.** “Mas vai aprender a saber”. Mas eu falava pra ele “**eu só quero casar porque eu quero ter a liberdade de sair, eu quero sair de casa**”. [risos] Aí minha mãe falava assim pra mim... Já parei, depois parei a escola porque ela falava assim “**estudar pra quê? Pra trabalhar na enxada?**”. E aí, nesse acontecido da enxada. [...] Eu não trabalhei na roça, na roça mesmo igual a pessoa trabalha todos os dias, porque foi um pedido do meu pai. [risos]

Nesse ponto, chegamos aos dois momentos que marcaram profundamente a vida de Sálvia. Seu pai, contrariado com o esquecimento de tarefas domésticas simples, cometeu dois atos de violência. O primeiro foi uma violência física e o segundo uma violência moral. Ambos foram seguidos de violência psicológica. No entanto, esses dois episódios não são recordados por Sálvia como violência. Talvez pelo assassinato do pai ter acontecido imediatamente após o segundo momento, a violência psicológica sofrida ficou gravada na sua mente como uma promessa que precisava cumprir:

Olha, eu quando eu tinha uns nove anos, eu sempre fui assim... Eu sou muito observadora nas coisas. E Jitirana tinha um tio, que ele bebia cachaça, ele era muito engraçado conversando. [...] **Aí meu pai tava limpando um barreiro ali... Limpando um barreiro, aí ele mandou eu buscar água pros trabalhadores.** Que ele tava conversando. **E eu esqueci da água.** Aí meu pai foi e falou assim “por que você esqueceu de trazer a água?”. Eu falei “ah, seu fulano tava lá conversando e o senhor sabe que eu sou curiosa e eu esqueci”. **Aí eu tinha um cabelão grande, ele enrolou a mão no meu cabelo e bateu duas vezes assim na parede no barreiro** [faz gesto de bater a cabeça]. **Aí eu fiquei chorando.** Aí depois parece que ele se arrependeu, aí chegou assim “minha filha ficou chateada comigo, né?”. E eu calada. Quando eu fico brava, eu sou muito quieta. Calada. Aí ele falou assim “**olha, minha filha, eu bati a sua cabeça na parede do barreiro ali pra lhe dar um exemplo, que quando a gente começar a fazer uma coisa, tem que fazer bem feito até o final. Quando você casar, eu não vou estar mais aqui. Mas um dia, quando você tiver as suas filhas e elas tiver entendida por gente, você traga elas aqui e conte isso pra elas. O porquê que eu bati sua cabeça aqui**”. Eu esqueci desse assunto. Quando foi no dia que meu pai morreu, aí eu fiquei brava com ele de novo. E isso eu guardei até Verbena ter nove anos. Eu tive meus filhos tudinho, eu guardei e só contei essa história quando ela tinha nove anos. **Eu cozinhas para os trabalhadores desde jovem e ele não gostava só de uma mistura na mesa.** Tinha que ser duas ou três. Aí nesse dia tinha bastante trabalhador, aí ele tinha colocado pra mim fazer carne de gado, carne de porco e peixe. E eu tinha que fazer tudo aquilo até o horário de eu ir pra escola. Aí os trabalhadores chega da roça mais cedo e **eu esqueci de fritar o peixe.** Pus a comida na mesa, fui me arrumar pra ir pra escola, daqui a pouco ele olhou pra mim e falou “Sálvia, não tá faltando nada na mesa não?”. Eu fui na mesa grandona, olhei e falei “não”. A mesa cheia de comida, toda posta de comida. Aí eu falei “não, pai, tá cheio de comida aí”. Aí ele foi e falou “e o peixe?”. Eu falei “ah, pai, mas tem comida”. **Aí os trabalhadores falando “não, tem muita comida, não**

**precisa do peixe".** Aí ele falou **"não, ela vai fazer o peixe porque da próxima vez ela não esquece".** E eu não fui pra escola porque eu fui fritar o peixe. Os **trabalhador não comeu, mas eu tive que fazer o peixe.** E ali eu fiquei na cozinha, aborrecida, os trabalhador vieram trabalhar e ele passava pra lá e pra cá e eu na cozinha. Aí ele **"mas minha filha vai sair dessa cozinha hoje não?"** e eu calada. **"Você vai passar a tarde todinha na cozinha?"**. E eu quieta. Aí teve uma hora que ele falou assim **"minha filha, você lembra de um dia que eu bati sua cabeça na parede do barreiro e falei que quando você casasse eu não estaria mais aqui?"**. E eu calada. **"Eu pedi pra você, quando você tiver suas filhas, e elas se entendessem por gente, contasse a história pra elas?"**. E eu quieta. **"Vou lhe fazer mais dois pedidos hoje pra completar três. Aquele já foi o primeiro pedido. O segundo é que você nunca trabalhe na roça, que não é o seu futuro. E o terceiro pedido é que você dê a volta que você der ao mundo e aprenda a se defender sozinha"**. Aí o pai dele vai chegando com uma casa de farinha. Aí ele falou pro pai dele **"bença pai"**. **"Deus te abençoe"**. **"Pai, vai tirando aí a farinha que eu vou olhar se os trabalhador tá fazendo o serviço bem feito, tá quase na hora de largar"**. Aí só foi ele sair dali, ó. **Daquela conversa, foi menos de dez minutos. Ele foi assassinado aqui onde tá essa igreja. E eu guardei esses pedidos.** Nunca falei pra ninguém. Eu vim falar essa história, Verbena tinha nove anos.

A narrativa volta, então, à época em que Sálvia ansiava por liberdade, após a morte do pai. O episódio de violência física e o "pedido" também retornam:

**Aí minha mãe não queria que eu namorasse, que eu era muito jovem. Aí eu não ia pra escola, aí fui ficando... não podia brincar.** Aí quando eu conheci o primo dela, falei pra ele **"mas eu não sei, como vou casar com você se eu não gosto? Eu queria arrumar uma pessoa, mas que eu saísse de casa"**. Aí ele falava assim, **que eu não seria proibida de sair de casa.** Aí minha mãe não quis. **Eu casei contra a vontade dela.** No dia do casamento, que eu vim pedir a benção pra minha mãe, minha mãe saiu de casa. **Eu olhei pro barreiro e eu lembrei daquele pedido. Aí eu falei "é, realmente, meu pai falou que, quando eu fosse casar, ele não ia estar mais aqui"**.

Após o casamento, Sálvia rapidamente engravidou. Sua narrativa, a partir daí, embaralha sua vida com sua "dívida" com o pai. As gravidezes sofridas, a manutenção dos casamentos abusivos, tudo estava diretamente relacionado com aquele primeiro pedido feito pelo pai após bater sua cabeça na parede do barreiro:

Aí, naquelas épocas, há tantos anos atrás, uma mulher ficava grávida e não tinha ultrassom. **Com cinco meses de eu casada, eu engravidei. Aí eu pensava comigo "será que vai ser uma menina?"**. Porque tinha dia que eu ficava pensando assim **"se meu pai tivesse falado 'quando você tiver seus filhos', mas ele falou assim 'quando você tiver as suas filhas'"**. Então, no meu psicológico, eu tinha que ter pelo menos duas filhas. Aí, quando eu fiquei grávida, aí falei assim **"tomara que seja uma menina, tomara que seja uma menina que eu já tenho só minhas duas meninas"**. [risos] Fiquei com uma anemia muito profunda na gravidez, **sofri muito, eu ficava "tomara que seja uma menina"**. E veio menino. Nasceu dia de Natal. Sim... Isso, na minha gravidez, **quando eu tava grávida de três meses, já me arrependi do casamento.** Porque um dia o meu marido bebeu uma e **ele levantou a mão pra me bater.** Foi mesmo que ele tivesse me batido. O casamento ali, pra mim, já foi o fim. Aí fiquei... tava grávida. **Às vezes até fervia água pra por nos ouvidos dele,** viu. Foi essa tentação que eu sofri na minha vida. E como se uma voz falasse assim **"pensa no seu filho"**. Eu não fiz. [risos] Aí tive o menino. Aí pensei assim comigo **"meu Deus, mas como ter filho é ruim, tomara que eu já tenha minhas duas meninas logo"**. Aí já adoecia por uma gravidez de gêmeos pra ter as

**meninas.** Quando meu filho fez dois anos e um mês, eu tive a minha filha. A minha mãe, eu fazendo o enxoval e fazendo as botinhas tudo rosa, e minha mãe falava assim “pra quê esse enxoval rosa? Vai ser outro menino”. E eu só no coração pensava comigo **“Deus não pode me castigar, tem que ser uma menina”.** Porque eu pensava nas meninas, no negócio dos pedidos. Aí tive foi uma menina. Falei **“já que é ruim, vou ter logo os filhos tudo de uma vez”.** Com dois anos, quando a menina fez dois anos, eu tive um menino. Eu fiz “agora não dá pra ter mais filho não, vou parar, acho que eu não vou cumprir essa...” [risos]. Aí esse menino, com cinco meses, ele faleceu, mas aí o casamento ruim, ruim, empurrando com a barriga mesmo. Falei “não, vou parar de fazer menino, não dá certo não. Casamento não tá bom, **acho que vou ficar devendo esse negócio de pedido aí pro meu pai**”. E nunca contei pra ninguém. Guardava só pra mim. Aí, quando eu separei, quando eu fiz 21 anos, que eu separei, aí fiquei uns... Separei em 90, em 91 fui pra São Paulo. **Mas tinha alguma coisa que faltava em mim. Era cumprir “as meninas” lá.** Aí conheci uma pessoa daqui, mas lá em São Paulo, comecei a me relacionar com essa pessoa, a gente foi morar junto, aí depois já **comecei a perceber que também não tava certo.** Não era do jeito que eu queria, né. Eu trabalhava muito e ele muito irresponsável. Aí um dia cheguei pra ele e falei pra ele “olha, eu preciso conversar um negócio sério com você”. Aí ele “o quê”, eu falei “não, sente aqui que vai demorar um pouquinho”. Aí ele sentou e eu falei assim “você viu que nosso casamento não tá certo. Eu trabalho demais, você não valoriza meu trabalho, chega no final de semana eu fico de folga dia de domingo e você faz um churrasquinho na laje com tudo o que eu consigo na semana, aí não dá certo. Mas eu queria conversar um assunto com você”. Aí ele “o quê?”. **Eu falei assim “eu queria engravidar porque eu tenho que pagar uma promessa, eu tenho que realizar um pedido do meu pai”.** [...] Ele falou assim **“mas rapaz, mesmo sabendo que o casamento não vai dar certo você vai querer arrumar um filho?”.** Eu falei **“quero, eu não já cuido dos outros dois? Eu cuido do outro que vier. Mas eu preciso tentar pra ver se vem essa menina. Tá na hora de eu tentar”.** [...] Mas eu parei de tomar pílula quase no final do mês, quando foi na próxima menstruação eu já tava grávida. Quando vieram fazer ultrassom pra ver se era menina, o casamento já ia de mal a pior. Ele nem se empolgou se eu tava grávida, se não. Pra ele final de semana era o mundo. Aí tive essa menina. Registrou bonitinho, a gente tava junto. Quando ela tava com dois anos e três meses a gente separou. **Mas eu tinha a minha menina, né.** [...] **Quando ela tinha nove anos, aí eu voltei de novo. Aí, quando eu voltei, eu contei essa história. Mas ele não foi um bom pai não.**

Andréa: **O seu pai?**

Sálvia: **O pai dessa minha filha.**

A história de vida de Sálvia traz quase todos os elementos que estamos discutindo nesta pesquisa. Sua vida é marcada por um sistema patriarcal primordialmente exercido pelo seu pai e, posteriormente, por sua mãe, que assume o exercício da função patriarcal após a morte do patriarca (SAFFIOTI, 1999a). Sálvia tem outros irmãos homens, mas eles não aparecem na narrativa em nenhum momento. É ela que, aos nove anos, recebe a responsabilidade primeira de cuidar da alimentação dos trabalhadores da casa, por meio de uma clara divisão sexual do trabalho doméstico. Essa responsabilidade está acima de tudo, inclusive de seus estudos. Seu lugar é a cozinha. O que se observa é que, na realidade, desde os nove anos ela também era uma trabalhadora, mas de forma gratuita e recebendo um tratamento mais duro.



Na ausência do pai, a mãe assumiu o papel de mantenedora da estrutura patriarcal. Retirada da escola e proibida de sair de casa, seu lugar passou a ser ainda mais o espaço privado. No entanto, assim como em outros casos que ouvimos durante a pesquisa, Sálvia encontrou no casamento uma saída desse lugar que considerava uma prisão. Ainda criança e sem sequer saber o que era o amor, como nos conta, entregou a esperança da liberdade nas mãos de um homem oito anos mais velho e, por sete anos, viu-se refém de um relacionamento abusivo.

Lerner (2019, p. 360)) afirma que “cada mulher individual foi ligada a seu parente homem em sua família de origem por laços que implicavam obrigações específicas”. Para Sálvia, a morte violenta do pai fixou a última conversa dos dois em sua mente e, por quase toda a sua vida, sentiu-se como devedora de uma promessa, da sua obrigação específica. Mesmo sofrendo diversas violências, suportou dois casamentos abusivos e engravidou diversas vezes na tentativa de atender um pedido que surgiu da necessidade de seu pai justificar um ato de violência física. “O controle sexual das mulheres estava ligado à proteção paternalista e que, nos vários estágios de sua vida, ela trocou protetores masculinos, mas nunca superou o estado infantil de se manter subordinada e sob proteção” (LERNER, 2019, p. 360).

Quando Sálvia diz “ele não foi um bom pai não”, imediatamente pensamos que ela estava fechando sua história e concluindo sobre seu pai, o foco desde o início. Mas, ao ouvir a pergunta “o seu pai?”, responde de imediato “o pai da minha filha”. O patriarcado assegura que seu pai, que moldou toda uma vida a partir de uma violência psicológica, permaneça sendo visto como um bom pai.

A família é o local de reprodução biológica e social, onde os filhos são ensinados a desempenhar seus papéis sociais de idade, gênero, raça/etnia e classe, ao que se chama “socialização”. Socialização não significa apenas cuidado, mas repressão, que pode ir de castigos físicos a abusos sexuais e até mesmo morte, geralmente perpetrados por homens. Configura-se, então, a violência intrafamiliar. E, por ocorrer dentro de uma relação afetiva, a violência intrafamiliar é uma mistura de amor e ódio (SAFFIOTI, 1997).

#### 4.3.1.3 O medo como arma do patriarcado

Saffioti (2015, p. 129) afirma que “o patriarcado se baseia no controle e no medo, atitude/sentimento que formam um círculo vicioso”. Durante este estudo, constatamos que o

medo é uma ferramenta de controle sobre as mulheres, principalmente aquelas que sofrem violência masculina.

Welzer-Lang (2001, p. 475) assevera que “a violência física está presente cotidianamente – particularmente através do medo de que ela se (re)produza – e se torna assim um verdadeiro freio à autonomia das mulheres”. Essa sujeição exercida pelo medo é, por si só, uma violência imposta a todas as mulheres:

Sobretudo em se tratando de violência de gênero, e mais especificamente intrafamiliar e doméstica, **são muito tênues os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres**: sujeição aos homens, sejam pais ou maridos.

[...]

Mais do que isto, **a mera existência desta tenuidade representa violência**. Com efeito, **paira sobre a cabeça de todas as mulheres a ameaça de agressões masculinas, funcionando isto como mecanismo de sujeição aos homens**, inscrito nas relações de gênero. (SAFFIOTI, 2015, p. 80, grifo nosso).

Durante a pesquisa, o medo é apresentado sob diversas formas. Seja para quem sofre a violência, seja para quem testemunha. As mulheres em situação de violência ficam paralisadas pelo medo. Seja por temerem a repetição da violência caso fiquem quietas, seja por temerem a repetição da violência caso reajam. As mulheres que testemunham a violência masculina temem virar o alvo dessa violência caso venham a se envolver de alguma forma.

Vimos, anteriormente, mulheres que não denunciavam os companheiros agressores por medo de morrer e mulheres que não dormiam com medo de morrer. Leremos, agora, sobre aquelas que “não metem a colher” por medo de morrer.

Em um de seus relatos, Jitirana nos contou que abrigou uma mulher vítima de violência em sua casa. À polícia, disse não conhecer o agressor, que também havia cometido um homicídio, e nem ter visto o que havia acontecido. Ela não sabia, mas o agressor estava, naquele momento, dentro do carro da polícia ouvindo toda a conversa:

Jitirana: Aí ele falou assim, ele perguntou meu nome, eu disse. **“E o cara que fez isso tá no carro, viu, Dona Jitirana, não se preocupe não”**. Eu disse assim “pois é. Se eu tivesse dito que conhecia...”. Eu falei mais baixo **“quando ele se soltar, ele vem aqui arrancar minha cabeça também, viu”**. Aí ele falou assim **“esse aí? Solta assim fácil não”**. Só que tá solto.

Andréa: Já tá solto?

Jitirana: Tá. Soltou-se o ano passado.

Andréa: Ficou quanto tempo preso?

Jitirana: Uns cinco anos. Somente. Entendeu? Aqui é assim. **A gente não tem segurança**. O cara é pego em flagrante, mas soltam... Não tem Maria da Penha aqui. Então **não tem política pública de garantia de segurança pras mulheres não**. (Jitirana, 08/12/2022, grifo nosso).

Jitirana: Andréa, se a gente vê, eu vou falar por mim. **Se a gente vê uma companheira apanhando, a gente socorre**.

Mulher C: Se a gente vê, a gente socorre.

Jitirana: **Só que a gente fica com medo.** Por exemplo, eu socorri uma mulher. A mulher foi arrastada pelos cabelos, rasgada a roupa, eu fui lá, socorri, levei pra minha casa. [...] Aí a polícia veio, quando quis, na noite. **A primeira coisa que a polícia fez foi ir lá pra casa, mas levou o cara.**

Mulher F: Óia, espia!

Jitirana: Foi pra frente da minha casa com o cara que bateu na mulher. **Então a gente fica com medo mesmo, sabe. Até hoje eu não confio nessa pessoa.** Socorri. A polícia pegou e perguntou a mim o porquê daquilo ter acontecido. Eu disse “não sei, eu não tava lá”. “E por que você pegou a mulher?”. Eu disse “porque eu vi que ela tava lá sofrendo sozinha, eu não tive coragem de ficar lá porque o cara tava lá”. “Você conhece o cara que matou?”, aí eu disse “eu não conheço”. Porque o cara tava dentro do carro. Se eu dissesse, ele não ia pra minha casa? Aí eu neguei. Mas, tipo assim, até hoje eu não confio. E a polícia ficou insistindo que eu sabia do caso. [...] **A gente socorre, mas a gente corre o risco de passar pela mesma situação.**

Mulher F: **É... Corre um risco danado.** (Primavera, 11/10/2022, grifo nosso).

Jitirana aponta que uma das dificuldades no enfrentamento da violência contra as mulheres rurais é a precariedade e, na maioria das vezes, até inexistência de instrumentos da rede de proteção na zona rural, que, além de impossibilitar as denúncias, gera medo:

A gente, por exemplo, **eu não tenho segurança de me envolver numa briga de casal aqui**, porque você, na época você participava com a gente, você sabe que quantas vezes eu dizia naquelas reuniões do CEDIM, que eu me sentia triste de tá num lugar daquele, que era um espaço de se tratar da violência contra a mulher, mas **quando as políticas chegam, como você sabe, tem as viaturas, aquelas coisas... Só funciona nas cidades. Não funciona na zona rural.** Então, quem é que vai dar a cabeça, entendeu? O máximo que a gente pode fazer nas reuniões, a gente passa os números das pessoas pra ligar, pra denunciar, só que não tem condições... **A gente tem medo.** Ninguém vai dar a cabeça à força não. A gente vê as coisas acontecendo, mas **se a gente se envolver a gente morre aqui**, viu? (Jitirana, 27/05/2021, grifo nosso).

Ou seja, o medo em realizar a denúncia está diretamente ligado à deficiência das políticas públicas no campo. Nesses casos, “não meter a colher” não é uma questão de escolha ou imposição da cultura patriarcal, mas uma questão de sobrevivência. Todas as mulheres envolvidas nas situações de violência acabam sendo reféns do medo:

Magnólia: Na cidade eu convivia com **a vizinha do meu lado que apanhava quase todo dia.** Inclusive, **de tanto ouvir ela apanhar, eu peguei uma ansiedade**, que fui pro hospital. Descontrolou minha pressão. Minha pressão ficava, a cada quinze minutos, quando eles olhavam, uma vez tava baixa, com quinze minutos já tava alta. Descontrolou minha pressão porque **eu criei uma ansiedade, um medo, que eu escutava as pancadas dele batendo nela.** Ela gritando... Até que um dia, nesse dia que eu adoeci, eu já tava sem paciência, me levantei, abri a porta... Que era na outra casa que eu morava. E fui. E vi quando ela correu de casa, de dentro de casa, e se escondeu na areazinha. Aí eu “vou ficar aqui pra ver se ele me vê e diz assim ‘não, vou parar com isso’”. Foi quando ele me viu, passou com tudo por ela, não viu ela. Olhou pra mim e não olhou pra baixo, que eu tava na minha porta e a casa dela tinha um gradeado. Ela veio correndo, se escondeu no gradeado do lado da minha casa. E, quando ele saiu, que olhou, olhou pra mim. Aí bateu o portão e saiu com tudo. Pegou o carro e saiu. No outro dia eu tive que ir pra cidade porque minha pressão subia e descia, subia e descia.

Andréa: E ela nunca denunciou?

Magnólia: Ela nunca denunciou. **Ele já tinha arrancado um dente dela, de pancada.** Tinha marca na barriga... [...] Mas eu escutava... **Ele jogava ela no chão,** aquele baque fofo. **Jogou um tijolo nela que ela desmaiou.** Era um terror. Ele, quando ele chegava que ela tava com a porta fechada, ele destelhava a casa e entrava por cima, quebrava as telha tudo, batia no portão, chutava. **Era um horror.** (Magnólia, 08/12/2022, grifo nosso).

Como é possível perceber nos relatos acima, o medo que silencia e paralisa mulheres no Alto Sertão alagoano está diretamente ligado à deficiência das políticas públicas de enfrentamento à violência, que trataremos de forma mais aprofundada a seguir.

#### 4.3.2 O Estado como braço do patriarcado

As estruturas de poder do patriarcado não estão confinadas à família e aos espaços privados, muito pelo contrário. As relações patriarcais envolvem cada camada da nossa sociedade, inclusive o Estado (SAFFIOTI, 2015). Uma das formas utilizadas pelo Estado para subjugar mulheres é a violência institucional.

A violência institucional foi descrita como “a violência perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra” (BRASIL, 2008, p. 95) no II Plano Nacional de Políticas para Mulheres de forma abrangente, como uma das violências contra as mulheres a serem combatidas. Em 2010, as Diretrizes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Políticas para as Mulheres, da Política e do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres utilizou as mesmas palavras, de forma mais direta, elencando a violência institucional como uma violência contra a mulher:

Art. 2º - As Diretrizes estabelecidas por meio desta Portaria têm como base os seguintes conceitos:

I - Violência contra as mulheres:

c) a violência perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (violência institucional). (BRASIL, 2010b, p. 19)

Em 2011, a publicação *Mulheres do Campo e da Floresta: Diretrizes e Ações Nacionais* apenas repetiu a definição de violência institucional (BRASIL, 2011a). Neste ano, a Lei n. 13.869, de 5 de setembro de 2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, foi acrescida pela Lei n. 14.321, de 31 de março de 2022. O artigo 15-A, que passou a considerar a violência institucional como crime, dispôs o seguinte:

#### Violência Institucional

Art. 15-A. **Submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade:**

**I - a situação de violência; ou**

**II - outras situações potencialmente geradoras de sofrimento ou estigmatização:**

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

§ 1º Se o agente público permitir que terceiro intimide a vítima de crimes violentos, gerando indevida **revitimização**, aplica-se a pena aumentada de 2/3 (dois terços).

§ 2º Se o agente público **intimidar** a vítima de crimes violentos, gerando indevida **revitimização**, aplica-se a pena em dobro. (BRASIL, 2022, grifo nosso).

Além de apresentar uma definição legal, a nova lei também considera a revitimização como violência institucional. Dessa forma, as mulheres em situação de violência que forem submetidas a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos ou aquelas submetidas à intimidação por parte de agente públicos – direta ou indiretamente – são consideradas vítimas de violência institucional pelo Estado. O acompanhamento da aplicação dessa lei e o impacto causado nas denúncias de violência contra mulheres são pontos que também necessitam de uma pesquisa futura.

#### 4.3.2.1 “Parece que o campo não é as rurais”: a ausência das políticas públicas de enfrentamento à violência e a revitimização de mulheres

Enquanto não temos dados sobre como a nova lei vem sendo utilizada para fortalecer o enfrentamento da violência contra mulheres, abordaremos como a ausência das políticas públicas e as formas de revitimização sofridas quando essas mulheres buscam ajuda afetam a vida das mulheres rurais.

Como dissemos anteriormente, a chegada da energia elétrica e a instalação de iluminação pública nas áreas rurais, apesar de não serem políticas voltadas especificamente para o enfrentamento da violência, são consideradas essenciais para a segurança das mulheres que vivem nessas comunidades (BRASIL, [s.d.], 2013b). Apesar do programa Luz para Todos ter levado eletricidade para lugares remotos, nem todas as áreas rurais foram contempladas:

Andréa: **Iluminação...**

Jitirana: **Não tem.** Não tem. Eu fiz um abaixo assinado, no início desse ano, porque aqui tem uns postes aí, ó. Você pode ver que, vai não vai, tem um poste aí.

Andréa: Mas não tem iluminação?

Jitirana: Não tem. É escuro. Cada um tem que se virar e botar uma luz na porta. Assim, ó, eu tenho luz aqui na frente, aqui atrás e outra na frente. Se eu quiser a minha casa iluminada. E pra mim entrar e sair sem medo, né, porque uma luz aqui, eu saio aqui, isso aqui tudo é claro. Eu sei quem tá a pé ali na frente. Eu já olho ali,

dali eu olho, se der pra mim sair, eu saio, se não der... Mas, no escuro, você vê o quê?

Andréa: É por isso também que você evita sair e voltar à noite?

Jitirana: Isso. É.

Andréa: Por que é tudo escuro aqui?

Jitirana: Tudo escuro. **É tudo escuro. A gente não tem segurança. Não tem política de qualidade pras mulheres aqui. Pública pras mulheres não**, Andréa. (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Durante as discussões do GT de interiorização da rede de enfrentamento à violência, no EMA, o relato de Jitirana somou-se a outros relatos de mulheres de diferentes cidades do Sertão. O GT contava com dez mulheres e, para todas, a iluminação pública nas áreas rurais representava um problema de segurança pública para as mulheres.

Em 2011, nas Diretrizes e Ações Nacionais para as Mulheres do Campo e da Floresta, foram apontados desafios para a implementação das políticas públicas voltadas enfrentamento da violência contra mulheres rurais como:

[...] a inexistência de diagnósticos sobre o fenômeno da violência contra as mulheres do campo e da floresta; a concentração dos serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência nos municípios de maior porte; o isolamento geográfico; e a dificuldade de acesso das mulheres do campo e da floresta à infraestrutura social de enfrentamento à violência contra as mulheres. (BRASIL, 2011a, p. 18).

Cientes dessas dificuldades, o Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, de 2013, referencia as mulheres rurais ao determinar, como um de seus objetivos, “ampliar e fortalecer os serviços especializados, integrar e articular os serviços e instituições de atendimento às mulheres em situação de violência, especialmente as mulheres do campo e da floresta” (BRASIL, 2013d, p. 43). No entanto, as únicas ações específicas para esse grupo são a criação de Unidades Móveis e a implementação das Diretrizes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. É fácil perceber que não há nenhuma previsão de ação concreta para o enfrentamento da violência contra as mulheres rurais. O plano de ação é, em quase sua totalidade, voltado à criação e ampliação de mecanismos que excluem os grupos mais vulneráveis da sociedade e só estão disponíveis nas capitais e nas cidades polos (ALBUQUERQUE, 2018).

Questionada sobre o funcionamento das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres no campo, Jitirana é objetiva:

Andréa: O que é que você acha da... Falando um pouquinho das políticas públicas pras mulheres. Você já deve ter tido experiência de acompanhar alguma mulher que sofreu violência, que precisou de ajuda, que precisou ir na delegacia... Ou ouvido alguma história. O que é que você acha, assim, como funcionam as políticas públicas pras mulheres aqui da zona rural?

Jitirana: **Não funciona. A de violência contra mulher não funciona.** Eu presenciei. (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

A violência contra mulheres é agravada pela quase inexistência de políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência contra as mulheres no campo. Além dessa ineficácia contribuir para a manutenção das relações abusivas, age também como mecanismo de subnotificação dos casos:

Andréa: **Então as mulheres preferem nem denunciar?**

Jitirana: **Não denuncia. Pra quê denunciar? Pra só expor mais? Aqui não adianta. Não adianta expor, sabe.**

Jitirana: E, no dia, nós tivemos uma reunião, que o pessoal da AME vieram. Elas fizeram uma reunião e **um policial fez uma fala** e falou assim, ó, aqui... **Ele falou assim... A quantidade de casos que tinha tido** em Sertãozinho em 2020. Foi esse ano a reunião, ele falou de 2020. **Que tinha sido inferior às coisas que acontecem.** Por quê? Ele disse assim **“a gente não dá conta”**. O pessoal do CRAS disseram a quantidade, né. E ele falou **“esse resultado é inferior ao número de casos de violência que tem aqui em Sertãozinho e a gente não dá conta, a gente não tem apoio.** Vocês querem... A gente não tem apoio. Como é que a gente tem apoio? Com um camburão sozinho pra atender uma demanda?”. Aí ele pegou e disse... Ele culpou o poder público, falou assim **“agora, o que dá conta é resolver os problemas da cidade.** Por exemplo, iluminar a cidade, que a maioria das brigas e das violências são dentro dos espaços, dentro da cidade, que não têm energia”. E o gestor tava lá, viu. **“É resolver as políticas públicas que apoiem”**.

Andréa: **Ou seja, mesmo as políticas públicas que eles pedem é sempre pra área urbana...**

Jitirana: Urbana.

Andréa: Do interior, né?

Jitirana: Isso.

Andréa: Pro centro de Sertãozinho. Pra cá não vai vir...

Jitirana: **Na rural não tem,** Andréa. (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Mesmo os instrumentos criados especificamente para as mulheres rurais, como a Unidades Móveis, já referidas anteriormente, não estão disponíveis para todas as comunidades e, quando são disponibilizados, não funcionam adequadamente:

Andréa: **A unidade móvel já veio alguma vez pra cá?**

Jitirana: Já. Já foi pro Onze Horas [povoado vizinho].

Andréa: **Mas veio por causa do movimento<sup>80</sup>?**

Jitirana: Por conta do movimento. Fez algumas... Fez algumas palestras. A unidade sobre a violência contra a mulher, né?

Andréa: É.

Jitirana: **Veio, fez algumas palestras, trouxe uma psicóloga, essa psicóloga pegou alguns contatos pra conversar com essas mulheres, mas acho que não teve retorno não.**

Andréa: **Não teve acompanhamento nenhum?**

Jitirana: Não, teve não.

Andréa: Vem um dia, vai embora...

Jitirana: **As pobres vem, aí expõem a vida [faz sinal como se limpasse as mãos] e tchau. Não tem acompanhamento.** (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Militante há 34 anos, Jitirana não esconde a decepção diante do descaso vivido pelas mulheres rurais que, mesmo sendo referenciadas nos pactos e planos nacionais de enfrentamento à violência contra mulheres desde 2007, continuam sofrendo com a ausência ou ineficácia das políticas públicas:

Jitirana: E eu, como reconhecedora de algumas coisas, só fico muito decepcionada com tudo isso. Por isso que eu falo. As políticas pra mulheres aqui... E por isso que eu digo, mais uma vez, quando eu ia pras reuniões da Marcha, acho que você não ouviu, mas em algumas vezes que eu fui, eu sempre batalhava dizendo “algum dia, essa questão de lutar contra a violência contra as mulheres, tem que aumentar alguma coisa aí porque, se não botar mulher... **Tem ‘pra mulheres do campo, pra mulheres das águas’, mas parece que o campo não é as rurais**”. Quando fala do campo, eu não sei... Porque a gente tá no campo, **nós somos o campo, mas esse “campo” eu não sei o que é que eles entendem, porque as mulheres rurais não têm nenhum benefício**. A gente não tem essa garantia. A gente não tem. (Jitirana, 06/12/2021, grifo nosso).

Apesar da narrativa de Jitirana referir-se à sua realidade local, não difere dos achados de outras pesquisadoras, como Scott, Rodrigues e Saraiva (2010) que já alertavam para o isolamento geográfico enfrentado pelas mulheres rurais e a dificuldade para acessar as políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres no campo, o que contribui para a perpetuação dessa violência. Os desafios de implementação da rede no meio rural “passam por recursos, por distância, por disponibilidade de funcionários, por dificuldades de anonimato, por oposição no poder local e por uma série de outros fatores” (p. 73), o que faz com que as mulheres rurais sintam-se desamparadas e impotentes:

Mulher F: **Maria da Penha é só ilusão.**  
 Jitirana: É não...  
 Mulher D: Mas aqui é.  
 Jitirana: Mas não é ilusão não.  
 Mulher F: **Aqui, eu tô dizendo aqui**, Jitirana.  
 Mulher C: Aqui nem existe.  
 [...]  
 Mulher B: **Já ouvimos falar muito, né. Quem tem, que ela protege, que dá assistência, mas aqui? Ômi...**  
 Mulher G: É... Aqui não.  
 Andréa: Aqui não chega?  
 Mulher B: **Aqui não chega não.**  
 Andréa: E **os homens sabem disso, né?**  
 Mulher G: Com certeza!  
 Mulher B: **Os homens sabem e ainda ficam fazendo mangação da gente.**  
 Mulher G: **Sabem que não acontece nada com eles.** (Primavera, 11/10/2022, grifo nosso).

Mafort e Julca (2020, p. 83) ratificam o entendimento, complementando que “as mulheres camponesas, indígenas, quilombolas e das florestas são invisibilizadas nesses dados, nas notificações e nas possibilidades de atendimento”, o que foi agravado com a pandemia, destacando fatores que dificultam o acesso dessas mulheres às políticas públicas e aumentam a



situação de vulnerabilidade, como “acesso limitado a linhas telefônicas ou a meios de transporte para se chegar aos locais de denúncia”. Os relatos de Jitirana e Alpina corroboram:

Andréa: E se uma mulher sofrer uma agressão aqui? Ela tem que ir pra?  
 Jitirana: Matinhos [cidade vizinha].  
 Andréa: Matinhos?  
 Jitirana: É. E não vai. Por quê? **Se você for pra Matinhos, tem duas coisas. Primeiro tem que tá com dinheiro na hora**, que ninguém vai pra Matinhos de pé. **Geralmente essas mulheres violentadas, elas não têm dinheiro nem pra comer.**  
 Andréa: Daqui pra Matinhos dá quanto a passagem?  
 Jitirana: Hoje? Trinta reais.  
 Andréa: Mas vai direto? Não... Tem que pegar um carro pra ir pra cidade...  
 Jitirana: Não! Vai pra cidade. Trinta é de Sertãozinho pra lá. **Hoje é cinquenta reais, viu. É dez reais pra chegar na Sertãozinho, vinte ida e volta, quinze reais de Sertãozinho pra Matinhos, trinta ida e volta. Tem que ter cinquenta reais no bolso<sup>81</sup>. Nem sempre... Uma mulher que é violentada de um cara, ele deixa ela tá com dinheiro?** (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

**Internet aqui não tem**, às vezes vou lá na Jitirana. Pego um sinalzinho, digo “vou roubar uma internetzinha aqui, Jitirana”. Ela diz “pode usar, fique à vontade”. [risos] Sempre eu vou lá porque não tem aqui **e nem pega sinal de Tim, de nada não pega aqui. Sem futuro**. Aí eu queria ver se ajeitava pra por uma internet, mas é uma burocracia da pega pra botar. Caro. [...] Pior é a mensalidade. Você tem que ter todo mês. E se não tiver? Aí já vai e corta, aí... Eu prefiro ficar logo assim sem nada mesmo. Tá bom. Que é mais pra quem tem salário, né. Quem não tem não adianta botar essas coisas em casa não. Tem futuro não. Só com Bolsa Família? (Alpina, 07/12/2021, grifo nosso).

Para Magnólia, a ausência de políticas públicas é a grande responsável pela manutenção das mulheres em relacionamentos violentos. Em seu relato, observamos como tanto a violência institucional quanto a revitimização estão presentes nas experiências das mulheres em situação de violência que buscam ajuda:

Magnólia: **São várias dificuldades pras mulheres que moram na zona rural e que precisam ir à delegacia. Primeiro, apoio**. Porque muitas pessoas, não só na zona rural, mas também na cidade, elas acham que apanhar, que ser violentada é normal. Já começa a dificuldade aí. **Segundo, elas têm aquele medo “como é que eu vou sair de casa, pegar um carro pra ir na delegacia? Quando eu chegar lá, o que é que vão fazer? Ou vão rir de mim ou vão mandar voltar pra casa”**. Em Sertãozinho **não tem apoio nenhum a mulher que sofre violência**. De jeito nenhum.  
 [...]
 Andréa: **E as mulheres, elas acham que não adianta denunciar?**  
 Magnólia: **Elas acham que é normal e que não adianta**. (Magnólia, 08/12/2021, grifo nosso).

Em dois relatos distintos, Jitirana reforça que a revitimização e a violência institucional são uma constante para essas mulheres e que a consequência é que cada vez menos mulheres

81 Em outubro de 2022, os valores eram outros. Ida e volta de Primavera para o centro de Sertãozinho custa R\$ 25,00 (vinte e cinco reais). Ida e volta do centro de Sertãozinho para Matinhos custa R\$ 40,00 (quarenta reais). Ao todo, o custo atual de transporte para que uma mulher de Primavera busque atendimento em uma delegacia especializada é de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

em situação de violência se sentem seguras em procurar os serviços que deveriam oferecer o suporte necessário e a sua efetiva proteção:

Andréa: E aí depois ela tem que voltar pra casa porque não tem abrigo?  
 Jitirana: **Não tem abrigo. E ela chega em casa, leva outro cacete e pronto.**  
 Andréa: E, quando chega na delegacia, que ela diz que foi agredida?  
 Jitirana: “Vá pra casa, vá negociar isso com seu marido, que isso é coisa de casal. Resolva isso em casa”. Aqui em Sertãozinho, né. [...]  
 Andréa: Mas aqui em Sertãozinho a polícia manda vir pra casa?  
 Jitirana: **Manda pra casa. “Vá resolver isso com seu marido, isso é coisa de casal. Isso é casal, de briga de marido e mulher”.**  
 Andréa: **Aí a mulher vem pra casa e apanha de novo porque foi denunciar?**  
 Jitirana: **Na verdade são poucos casos porque não vai, viu. Nem vai.**  
 Andréa: Nem vai?  
 Jitirana: **Nem vai. Vai fazer o quê? Passar vergonha? Vai passar vergonha?** A gente vê que, tipo assim, jovens... Aconteceu alguns casos aqui de jovens, do cara não ser casado e já abusar da menina, bater na menina e ela vai na delegacia e o cara manda ela voltar pra casa e se acertar com os pais. Se uma menina jovem, que vai pedir proteção, ouve isso, imagina uma casada. [inaudível] mas aqui não vai não, viu. (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Jitirana: E, deixe eu lhe falar uma, Magnólia mesmo sofreu uma violência, não sei se ela quis dizer.

Andréa: Não.

Jitirana: **Ela foi violentada, certo, ameaçada de morte. E ela gravou, com o celular, e eu peguei. E a gente procurou a psicóloga daqui de Sertãozinho e ela negou.** [...] Entendeu? Então, qual a segurança que você tem? Uma psicóloga, que tá ali pra atender essa... Que ela tá no CRAS. Não é pra isso? O CRAS não é criado a partir... Pois. Eu não acredito. Não tem. (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

No relatório final do I EMA, o GT do eixo de Segurança Pública, com subeixo Interiorização da rede de enfrentamento à violência contra mulher, apontou as seguintes demandas:

Reativação das Unidades Móveis com acompanhamento recorrente das mulheres atendidas; Centralizar a Patrulha Maria da Penha nas regiões rurais por polos e mapear as regiões mais necessitadas; Atendimento psicológico especializado em violência contra mulheres nos postos de saúde, preferencialmente por profissionais mulheres e de outras cidades (para evitar o constrangimento das vítimas); Hospitais com sala lilás 24 h; CISPS com sala lilás 24 h; Uso da guarda municipal capacitada para ronda nas comunidades rurais; Retomada do Luz para Todos, com instalação de iluminação pública nas áreas rurais; Aumento do efetivo policial nas delegacias comuns que possibilite o atendimento a ocorrências nas áreas rurais; Condições para funcionamento das delegacias comuns que possibilite o atendimento a ocorrências nas áreas rurais; Sala Lilás nas delegacias comuns; Atendimento por mulheres; Abrigo regionalizado ou local; e CRAS com sala lilás.

Para Saffioti (2015), as políticas de combate à violência contra mulheres exigem que exista uma operação em rede, com a cooperação dos órgãos do Estado e a capacitação dos agentes para o atendimento às mulheres em situação de violência. Essa é uma realidade que parece muito distante no Brasil, mas chega a parecer uma utopia nas áreas rurais. Interiorizar a rede de enfrentamento à violência é apenas o primeiro passo, mas não basta.

Para que as mulheres parem de ser vitimizadas pela violência institucional e revitimizadas nos momentos em que estão mais vulnerabilizadas, é preciso que o Estado trate como prioridade o atendimento humanizado não só em cada um dos instrumentos que compõem a rede, mas em todos os seus locais de atendimento de entrada. Mulheres em situação de violência nem sempre sabem como e onde buscar ajuda. Um atendimento inicial que não respeite suas especificidades representa uma nova violência e impedirá que essa mulher continue buscando ajuda. Durante a roda de conversa em Primavera, as mulheres falaram sobre o assunto:

Mulher A: O dia que eu fui [na delegacia comum], com meu marido, ele tomou umas cachaça, queria me matar. Eu derrubei ele pro chão, ainda ele me furou aqui no braço. Fui dar parte dele no outro dia, de noite não. **No outro dia eu fui dar parte dele. Aí o policial falou isso... “Isso aí é caso que acontece. É de casa. Deixe isso pra lá”.** “Deixe pra lá nada! Quem levou corte no braço fui eu, não foi o senhor”. Aí ele “deixe, deixe isso pra lá”. **E deixou pra lá.** Por mim mesmo, ele tinha ido preso. [...]

Andréa: **Tem muita mulher que não denuncia?**

Mulheres: **Tem.**

Andréa: **Por que vocês acham que não denuncia?**

Mulher B: **Muitas não denunciam por medo.**

Jitirana: **Por medo mesmo. E também porque não tem segurança, Andréa. Ó... Você vai denunciar numa delegacia, você sai com um depoimento desse... O que é que eles vão dizer? “Volte pra casa”. Não tem apoio, não tem segurança. Você volta pra casa, o cabra tá dentro de casa, aí vai fazer...**

Mulher C: **Vai fazer pior, né.**

Mulher D: Justamente.

Jitirana: “Ah, você foi denunciar, agora vou lhe matar. Só fiz dar uma pisa, agora eu lhe mato”.

Mulher E: **É!**

Jitirana: A gente não tem segurança. Isso, ó. Não tem. Existe, dentro da delegacia lá, um número de chamado, que eu já vi, que tá dizendo até que é algo da Maria da Penha, mas **a política Maria da Penha não trabalha. Não tem em Sertãozinho. [...] Então as mulheres não denunciam é por medo? É. Mas é porque não tem segurança. Qual é a segurança que a gente tem de denunciar? De voltar e ser arrancada a cabeça?** Por exemplo, eu hoje atuo nesse grupo, eu já disse várias vezes. Eu não tenho segurança nenhuma pra mim, de saber que uma de vocês foi violentada e eu vir aqui aconselhar e denunciar. Porque eu faço isso, quando você chegar em casa, eu não chego também. **É perigoso. A gente não tem garantia nenhuma. Não tem. A gente não tem garantia nenhuma. [...]**

Andréa: **Vocês acham que, se tivesse uma delegacia especializada aqui, ia ser mais fácil pras mulheres?**

Mulher F: **Eu acredito que sim.**

Mulher B: Pra aquelas que têm consciência de denunciar, sim.

Jitirana: **Eu acho que, se tivesse delegacia, meio que intimidava mais os homens.**

Mulher C: **É porque eles iam saber que tinha uma base de apoio pra mulher.**

Andréa: **Se tivesse toda a estrutura da rede de enfrentamento disponível, vocês acham que as mulheres se sentiriam...**

Jitirana: **Mais seguras. Com certeza.**

Andréa: Pra denunciar?

Jitirana: **Sentia mais segura porque, por exemplo, só de saber que tinha... Tem que ter a casa de apoio, no caso. Só de saber... Primeiro, uma mulher machucada... [...] Uma mulher machucada, ela vai correr pra onde alguém**

socorre. [...] Agora, se a gente não tem nada, se submete a ficar. [...] Sem proteção, a gente não tem coragem pra nada.

Andréa: E se alguém precisar, por exemplo, numa emergência aqui, numa violência contra mulher, vocês têm que ligar pra quem?

Mulher D: Eu acho que pra ninguém, né.

[risos]

Andréa: Pra ninguém?

Mulher D: É, eu acho que pra ninguém.

Andréa: Aí, como é que faz? Tem que fugir de casa?

Mulher D: É.

Andréa: Se for uma emergência, a mulher tem que fugir de casa?

Mulher D: Ou foge de casa ou morre no cacete. É osso.

Mulher G: Se uma vizinha puder socorrer, pra esconder, pra tirar das garras do marido faz. Se não puder... O que é que nós pode fazer? Não tem pra quem ligar.

Jitirana: O que é mais grave. Se ligar pra polícia... Vocês sabem o que é que acontece se ligar pra polícia? O caso de [nome ocultado] da comunidade vizinha. [...] Alguém do lado, de imediato, ligou pra polícia. Eles vieram no outro dia saber o que era.

Mulher H: No outro dia?

Jitirana: Na segunda. Quando ela já estava em São Paulo<sup>82</sup>. [...]

Mulher I: Se dizer que tem uma mulher apanhando, não vem. Mas se tiver um vizinho comemorando aniversário e tá com o som ligado, eles vêm.

Mulher J: Com certeza!

Mulher I: Pra levar o som e levar o dono do som.

Andréa: Quer dizer que, se vocês fizerem uma reclamação de barulho de som, a polícia vem?

Todas: Vem.

Andréa: Se for mulher apanhando...

Mulher: K: Não vem.

Mulher I: Se tiver uma apanhando e ligar, eles perguntando “onde é?”. “Na Primavera”. “Não tem ninguém pra lá não”.

Jitirana: Mas não é só em Primavera não. É em qualquer lugar.

Mulher L: Se aparecer, é no outro dia. Se for pra morrer...

Mulher M: Se for pra morrer, já tá lá esticado duro.

[risos]

Jitirana: É bem assim.

Mulher N: Ou a pessoa corre ou morre. Das duas coisas, uma. (Primavera, 11/10/2022, grifo nosso).

Às mulheres do Alto Sertão de Alagoas resta trabalhar arduamente para a reconstrução do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Rurais, um lugar para debate e deliberação sobre políticas públicas onde suas necessidades e suas vozes serão escutadas e suas vivências serão respeitadas.

82 A mulher em questão conseguiu fugir de casa com o filho no momento da tentativa de feminicídio e, com a ajuda da família, foi para a casa de uma filha em São Paulo na madrugada.

## 5 A SERTANEJA É, ANTES DE TUDO, UMA FORTALEZA: RESISTÊNCIA COLETIVA ORGANIZADA, REDES DE APOIO E RESISTÊNCIA COTIDIANA

*Os patriarcas brancos nos disseram: “Penso, logo existo”. A mãe negra dentro de cada uma de nós – a poeta – sussurra em nossos sonhos: “Sinto, logo posso ser livre”.*

(Audre Lorde<sup>83</sup>)

### 5.1 AS SERTANEJAS DE PRIMAVERA

O título desse capítulo é uma referência à frase de Euclides da Cunha (2012, p. 99) “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”. Aqui, revisitamos a famosa frase para uma justa descrição da força e resiliência das mulheres do Alto Sertão alagoano, que precisam enfrentar as mesmas dificuldades dos sertanejos e, ainda, oferecer resistência ao patriarcado.

Neste tópico, a partir das histórias de vida, das entrevistas, da observação participante, dos diários de campo e das conversas informais, traçaremos um panorama dessas mulheres, buscando suas particularidades e também suas trajetórias coletivas, como, por exemplo, a religiosidade e a ligação com a terra.

Na comunidade de Primavera residem 39 mulheres, sendo 27 participantes do coletivo local. Pelos números, temos quase 70% das mulheres da comunidade, em maior ou menor grau, envolvidas com o coletivo. As mulheres participantes desta pesquisa são todas relacionadas entre si, seja por parentesco, seja por afinidade, o que faz com que suas vidas privadas sejam de conhecimento umas das outras. Assim, mesmo quando uma mulher não se sente à vontade para falar sobre violências sofridas, outra conta a sua história<sup>84</sup>. Embora existam atritos ocasionais, como nos relatou Alpina, há, sem dúvidas, um senso de coletividade no grupo, que se efetiva na formação de uma rede de apoio comunitária, como veremos mais adiante.

À exceção de uma mulher, relacionada por afinidade, todas as participantes da pesquisa são não-brancas. Temos, então, participantes pretas, pardas, indígenas e miscigenadas, com idades que variam dos 29 aos 66 anos. Um ponto em comum a todas é a religião. Todas as mulheres entrevistadas são católicas. Em todas as casas, as salas possuem imagens e, na maioria, encontramos também quadros, crucifixos e terços. Esse ponto em comum, inclusive,

<sup>83</sup> LORDE, 2019, p. 41.

<sup>84</sup> Comportamento recorrente nas conversas coletivas e nas entrevistas.

é o ponto de partida dos coletivos. Todas essas mulheres frequentam a igreja comunitária e é justamente lá que acontecem as reuniões.

Outro ponto em comum entre as mulheres entrevistadas é a íntima ligação com a terra. Como dissemos anteriormente, o *ethos* campesino está presente em todas as casas que visitamos. A forte ligação com a terra e a necessidade de estar na roça, de produzir e de colher seus frutos é uma constante nos depoimentos dessas mulheres (HOBBSAWN, 2017).

Mesmo com todas as dificuldades afligidas pela seca, as mulheres se referem à terra com amor. Esse amor está presente na doçura da voz quando falam sobre o cuidado com os animais e as plantas, no brilho no olhar com que descrevem cada espécie de fruta cultivada e no orgulho com que mostram seus cultivos. Não há nenhuma possibilidade de recusa à recorrente pergunta “vamos conhecer meu terreiro?”. Essa relação das mulheres rurais com a terra nos traz à ideia de *Pachamama*, muito utilizada pelas feministas indígenas de *Abya Yala*, que vai além do entendimento de “Mãe Terra”:

É necessário dimensionar a *Pachamama* como princípio de vida e situar a terra que é mãe, irmã, filha, avó. Ela nos dá sustento e nos situa na vida. Nós evocamos que não é possível apropriar-se da vida, da *Pachamama*, nem da mãe, nem da irmã, nem da filha, nem da avó, que é a terra. (ARROYO, 2014, tradução nossa).

Para as mulheres rurais, a terra é, portanto, mais do que uma propriedade e um meio de subsistência, é parte de um todo, da vida, é *Pachamama*. A seguir, trazemos algumas falas que demonstram como o amor pela terra é uma das características mais importantes observadas nas participantes da pesquisa:

**E de roça, meu Deus, nem se fala. É de verde a verão na roça.** Que a gente cria uns bichinho, aí tem que tá sempre... Meu lucro é esse, assim, por dia... Só tiro de noite. Quando me aquieto pra tomar uma fuga. Aí... E é aquela coisa. **A vida é de luta mesmo, mas, assim, como agricultura. Mas eu acho bom.** Assim eu acho... Pra mim morar nim rua num dá. Porque **eu gosto muito de lutar com os meus bicho.** Amanhecer o dia e num ter um porco pra dar de comer, num ter uma galinha pra jogar um milho. Eu num guento não. De jeito nenhum. Minhas plantas aí vou... Dou de comer os bichos, vou aguar as plantas. Aí num gosto. **Eu gosto mais assim, de tá no sítio tomando conta da agricultura. Eu gosto de trabalhar, eu gosto de tá no mato.** Eu já cheguei a fazer carvão. [...]

Mas eu gosto, óia. Já tem goiaba ali, eu já vi duas florzinhas nela ontem. Já tá começando... Eu gosto de plantar fruteira porque quando bota é uma fruta, né, pra casa. É um... Dá um suco, dá... Seja lá o que for. Aquele coqueiro ali atrás, ele já tá safreando já. Mas esses dois aqui são pequenos, novo, num tá ainda. Mas eu gosto de... Sempre tô fofando ele, sempre botando um estrumo, uma água. Que quanto mais bota água, mas ele aumenta, né. Aí eu sempre gosto de tá futucando aí nas minhas plantas. Às vezes ele chega, não tem almoço pronto, aí “mas o que era que tu tava fazendo que não fez nada dentro de casa?”. Eu digo “tava botando coisa, estrume nas minhas plantas, afofando minhas plantas”. “Eita, as plantas essas, minha Nossa Senhora”. [risos] Mas já tem, ói... A laranja, como é enxertada, que foi do projeto do calçadão, veio as laranjas já enxertada, já tá botando. Os coqueirinhos também foi. A manga já tá... Tá bem grandona assim. Se eu tenho botado ela logo

no canto que ela tava, mas eu ponhei ali. Acho que, por conta da sombra desse algaroba, ela caiu muito. Eu arranquei de lá, botei ali atrás. Mas eu gosto de tá... Um dia, quando botar, é uma fruta, né. É uma coisa que a pessoa já não vai comprar. (Alpina, 07/12/2021, grifo nosso).

**Eu não me vejo eu morar numa cidade.** Eu? Não. Sem eu criar minhas galinha, sem eu criar meu porco, sem eu plantar minha verdura, tudo no mundo ser comprado, eu não me vejo desse jeito. [...] Ainda que eu pudesse, meu Deus, comprar uma casa na cidade, eu não queria. **Queria não porque eu não aguento sem criar meus bichos. E sem cuidar das minhas plantas.** Eu gosto porque, pra mim, é uma terapia. (Alpina, 12/10/2022, grifo nosso).

Andréa: E como é viver aqui? **Você gosta de cuidar da terra ou...**

Papoula: **Ah, eu gosto... Eu... Minhas coisas, eu gosto. Sempre gosto de ajeitar.** Assim, os terreiros, ó. Todo dia eu varro. Sem poder, mas assim. Todo dia [inaudível] não sei amanhecer o dia pra eu deixar minhas portas sem varrer. É assim. Eu fico doidinha porque tá um mato ali e eu não posso me forçar porque magoa. Mas ela é quando o sol esfriar, que ela só faz quando o sol tá frio, quando tá quente... Ela não quer nem danado sair pra fora.

Andréa: Aí todo dia você cuida do terreiro?

Papoula: É. **Todo dia eu arrumo minhas coisinhas.** (Papoula, 08/12/2021, grifo nosso).

**Sou agricultora. Quando chove, você pode ver por aqui, ó. Quem primeiro planta, eu plantei na primeira chuva de janeiro.** É pouco? É. É pouco. É aquele pedacinho ali, depois nós vamos conhecer. Mas é pra mim que... É isso. **Acho que a gente precisa valorizar aquilo que você faz, que você é, o que você quer. Tudo isso é um valor. Tem valor e é valor diferenciado. É valor diferenciado.** O que eu quero não é o que eu sou. Então eu preciso ver até onde eu posso chegar. [...] **Isso aqui tudo eu plantei. Sozinha eu trabalhei. Eu paguei só pra arar, mas eu limpei.** Todo dia de manhãzinha era uma terapia pra mim, era uma coisa diferente, Andréa. [...] Fiz as minhas roças, colhi... Eu tenho semente crioula aí, tenho feijão preto. Tudo crioula. Não é nada envenenado, nada com veneno. Eu tenho feijão preto, tenho feijão... Três tipos de feijão. Gergelim. Eu colhi cinco quilos de gergelim. Plantei de novo esse ano, esse ano tirei oito quilos. E é isso. (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Mulher A: **Pra trabalhar de roça é comigo mesmo.**

Andréa: A senhora gosta?

Mulher A: É comigo mesmo.

Mulher C: Eu só nunca arei terra.

Mulher A: Eu já. É tão bonzinho arar terra. [...]

Mulher J: Oxe. **Tem coisa melhor no mundo não.** (Primavera, 11/10/2022, grifo nosso).

### 5.1.1 “A vida é um conjunto de vidas, de conceitos, de ideias”: a história de Jitirana

De início, é importante apontar que sem Jitirana essa pesquisa, nos moldes como foi realizada, não seria possível. Jitirana é uma mulher que pode ser lida como difícil por quem não está acostumada com o seu jeito objetivo e sem rodeios, mas que possui um coração tão grande e tão puro que contagiou cada etapa dessa pesquisa e nos fez querer fazer a diferença,

como ela faz. Ouvir sua história de vida é um misto de dor e alegria. Apesar de tantos momentos difíceis na sua trajetória, Jitirana demonstra uma resiliência imensa. Por isso, dedicamos um espaço neste trabalho para trazer a seguir um pouco de sua história de vida.

Jitirana, 54 anos, é líder comunitária local e militante feminista. Nascida em Pernambuco, é descendente de mãe indígena e pai preto, tendo sofrido com a desnutrição até ser adotada, com um ano de idade, por um casal que já possuía um filho crescido. Durante o relato sobre essa época, interrompe a narrativa para fazer um paralelo com a sua militância atual:

Eu acho que eu tenho uma resistência muito grande, sabe. Eu acho que isso vem... Vem da nascença mesmo. Eu trouxe isso. Essa questão de militância, essa questão de resistência, de insistir... É desde criança. [...] Tá no sangue, tá na vida essa militância, essa busca por algo mais sempre. (Jitirana, 06/12/2021).

Sua infância foi de trabalho braçal na roça, após a morte precoce do pai e a ida do irmão para São Paulo. Como trouxemos anteriormente, foi obrigada a casar aos dezesseis anos e sofreu diversas violências no casamento, destacando ter sido estuprada várias vezes. Aos dezenove anos, tornou-se presidente da associação comunitária.

Foi a partir da atuação em um movimento social misto que ela rompeu com o ambiente doméstico e passou a ocupar espaços políticos. Após uma tentativa de feminicídio, deu um fim ao casamento de dez anos. Sua trajetória então cruzou-se com o movimento feminista e a criação de uma organização de mulheres rurais, que mudou sua forma de pensar o mundo:

**Uma das coisas que mudou muito a minha mente mesmo foi a Marcha Mundial [das mulheres]**, foi a terceira ação internacional da Marcha das Mulheres. Eu ainda... **Meu mundo ainda era muito fechado ali**. Eu ainda tinha, apesar de tá dentro do movimento, mas eu ainda tinha muita coisa dentro de mim que... Que me perturbava. Mas, após eu caminhar dez dias dentro de São Paulo. A gente caminhar dez dias, com todo aquele povo que eu vi, a minha mente disse **“não, acho que a vida é assim mesmo, a vida não é um mundo, a vida não é um só, a vida não é apenas um conceito. A vida é um conjunto de vidas, de conceitos, de ideias e assim vai”**. E a militância pra mim, ela se tornou mais forte a partir daquele dia. Eu... Apesar de ser... **Foi na Marcha também que eu me reconheci feminista**. [...]

**Esse nome de “feminista, feminista”**. Porque também tinha um conceito de que feminista tinha que ser lésbica. Eu tinha esse conceito na Marcha [risos]. Esse conceito pra mim era forte e **eu não queria saber de andar com mulher feminista não**, viu. Era. Então isso foi uma grande liberdade quando eu entendi que não é bem isso, **é uma bandeira de luta**. [...]

**Isso pra mim foi uma liberdade**. Quem quiser falar fale! O que pesa em mim é a minha consciência do que eu tô fazendo. De resto? Pra mim pouco interessa o que você tá pensando. [risos] O que pense ou não. Então, foram... Mudou muita coisa, sabe. Aprendi a andar no mundo. Não andava. Na militância eu virei o mundo a ponto de ir pra... Só não fui sozinha pro Peru, fui com Violeta. (Jitirana, 06/12/2021, grifo nosso).



Perguntada sobre como a vida havia mudado após a militância e como era o seu pensamento antes de se entender feminista, Jitirana responde, mais uma vez apontando o sentimento de solidão, que só foi afastado a partir da liberdade obtida na militância, um lugar onde não se está só:

Meu pensamento antes... Acho que não era nem um pensamento, era um sentimento também. **Eu me sentia muito só.** Era como se o meu mundo fosse só aquele. Filhas e marido mesmo, sabe. Só aquilo. Parece que eu... Como eu já te contei a história do casamento e parece que a minha vida tinha se resumido naquilo e naquilo ia ficar. Era daquele jeito. Mas eu sentia, apesar de que... Do que eu vivia, mas eu sentia algo muito forte dentro de mim que tinha vontade de sair daquilo. Eu só não sabia qual jeito. Eu não sabia, não enxergava que um dia eu podia ser diferente, ser o que eu sou hoje. Viver o que eu vivo hoje. Eu sempre imaginava que eu ia morrer naquela casa lá, criando aquelas filhas, depois todo mundo, eu já sabia que todo mundo ia casar e ia embora e eu não sabia como é que ia ser. **Diferente de hoje, que hoje eu já tenho cinquenta e três anos, mas eu ainda sonho.** Eu ainda imagino que vou ficar com oitenta dirigindo, que eu vou pra onde eu quiser. **E isso foi uma liberdade que foi através da militância que, na militância, primeira coisa que você sente na militância é que você não se sente só.** [...]

**Perdi medo de andar, perdi o medo de lutar, perdi o medo de ser o que eu sou, perdi o medo de dizer não ou de dizer sim na hora que tem que dizer.** (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Um dos momentos mais difíceis para Jitirana foi a aceitação da sua sexualidade. Ela recorda do sofrimento que sentiu no dia em que se deu conta de que era uma mulher lésbica. Mas hoje compreende que aceitar a sua sexualidade foi uma libertação. Hoje, quando pedem para que ela faça um desenho que lhe represente, ela desenha um pássaro com as asas abertas:

Andréa: E, talvez, essa sua liberdade, tudo, tem a ver com o desenho que você falou que fez...

Jitirana: Tem.

Andréa: Do pássaro...

Jitirana: Tem.

Andréa: Com as asas abertas?

Jitirana: Tem. Tem sim. **Sempre que eu desenho, eu sempre desenho um pássaro porque aí é marcante na minha vida. Foi uma liberdade que eu tive. E aí fala da sexualidade. Tá tudo junto nisso. A partir do momento que eu me entendi como gente, eu me libertei. E aí eu virei esse pássaro.** [risos] [...]

Eu só queria... A única coisa que eu queria era o que eu tenho hoje. Ser livre. Ter liberdade pra mim ser o que eu preciso ser. Ser eu mesma, sabe. Viver a minha vida. (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Jitirana é católica praticante. Reza o terço todos os dias, frequenta a missa toda semana e ajuda nos cuidados da pequena igreja da comunidade. Sua sala possui diversas imagens de santos, um pequeno altar, alguns crucifixos e terços. Mas conversar com Jitirana é abrir a mente para encontrar outra mente aberta. A favor da descriminalização do aborto, por entender que se trata de uma questão de autonomia e de saúde pública que impacta a vida de mulheres, principalmente negras e pobres, sua visão da igreja é alinhada com sua militância:

Jitirana: Igreja não é isso, viu. Ficar com a bíblia na mão, rezar, acreditar que Jesus existe é sim, é bom, mas **Jesus era revolucionário. Jesus lutava.** Eu digo pra elas “você podem acreditar que eu tô muito mais na missão do que vocês”. Eu digo pra elas direto. A Igreja... Aí eu falo assim “igreja é isso, viu, você acha que não, mas é”. [...]

**Jesus era um verdadeiro homem que cuidava das pessoas, que zelava, que lutava.** Veja que ele lutou... Jesus lutou pela igualdade e nós, católicas, eu entendo tipo o seguinte. Acho que é até uma besteira o que eu vou lhe dizer. Às vezes a gente fica até dizendo assim... Isso eu não sei se todas as católicas pensam... Não, se disser isso, que é as católicas, ela não vão acreditar nisso não, viu. Acho que... **Eu acho que até Deus é feminina. É feminino também. Porque, olhe, Deus... Jesus. Às vezes eu acho que Jesus não tem sexo. É um homem, é uma mulher, é o que ele quiser, na hora que ele quiser.** Primeiro que você não vê. Deus... Não, Jesus a gente viu, é Deus, né. Eu tô falando de Deus. Por quê? Ele fez com que o filho dele perdoasse a mulher, Maria Madalena. Ele fez com que o filho dele nascesse de uma mulher. E ele não precisava disso, não era? E tantas outras histórias que tem de mulheres que ficam santa por conta da liberdade, por exemplo... Nossa Senhora Aparecida. A libertação dos escravos naquela época. Aí vem... Bom, são muitas histórias que nós vamos contar aqui. São muitas histórias de mulheres santas, se você for ver o milagre, sempre tem a ver com a libertação de mulheres. E aí... **Aí os católicos, que se dizem católicos, ficam lá na igreja só rezando, rezando, rezando e esquecem a verdadeira história de Jesus. Não é isso. É militância. Ele era militante. Ele era revolucionário.** Ele brigava, ele reclamava com quem vivia parado. É tanto que tem o nome de uma coisa: ora-ção [fala dividindo a palavra]. Ora, se não tiver a ação, não adianta ficar só na igreja vendo Jesus não. Aliás, falando com Jesus sem... Porque não vê, né. Falando e não fazendo. E ele não quer só aquilo. E eu falo isso pras minhas filhas, “se vocês... vocês não pensem que eu consigo levar vocês pro céu sozinha não, viu, façam a parte de vocês”. É! Primeiro porque você sabe, eu não sei, Andréa, se você sabe, que a salvação cada um é quem faz, mas **ninguém se salva sozinho.** Você sabe disso, né? Ninguém se salva sozinho. Pra você se salvar... Olhe, você pode tá com a sua chave na mão, mas, se você olhar pra trás e você não trouxe alguém, nada feito, viu. Justamente porque tem a ver. Jesus, ele quer isso, que você ajude a trazer os filhos dele. Principalmente os perdidos. Esse negócio de tá na igreja, na igreja... Aí tem um aqui, pedindo esmola, aí você passa, desconhece. O que foi que você fez? Aí eu falo isso às minhas filhas direto, mas... **E quem me ensinou isso foi a militância.** [...]

**Uma das coisas que eu me apego muito é à missão porque eu sei que nela eu também tô fazendo meu caminho.** Acredita? Aí, se eu disser isso pra muitas mulheres, vão dizer assim “essa mulher é doida”. Mas eu vejo, eu também vejo que com Jesus... Na missão eu estou com Jesus também. Mas não tenho dúvida disso. Por exemplo, saí de casa, como ontem, formar um grupo pra trinta e cinco mulheres, de repente consegui trinta e cinco cestas... Não é missão? É missão. É ruim pra Deus isso? Não. Ele vai ficar feliz? Vai. E quem é que vai ganhar esse presente? E se eu ficar em casa só “meu Deus, manda uma cestinha”. Não vem, viu! Não vem. Eu digo direto “não fique rezando não, que não vem não”. Primeiro, as pessoas na religião, vamos parar por aí, né, que religião, se a gente for ver, é muita coisa e eu não entendo muito não de religião não. Primeiro, eu sou servo do senhor. O que é ser servo? Missão. É ter compromisso, né. E qual o compromisso que você tem? Você faz o quê? O que é que você faz pra você ser servo mesmo do senhor? Só é ir pra igreja rezar e receber a hóstia consagrada? Quem ficou pra ficar lá na igreja só foi os padres. É a única coisa que eles fazem, que não era só pra isso que a igreja... [...]

Procure a história de Santa Joanna D’Arc. Conhece? Não é? Ela era uma menina, mas gostava de menina, queria lutar na guerra e não deixaram porque era uma menina. Tinha que ser só homens. Ela se vestiu de... Com roupa de homem e foi lutar. Lutou melhor do que os homens. Quando descobriram fizeram o quê com ela? Você sabe?

Andréa: Queimaram na fogueira.

Jitirana: Queimaram. Quem foi que fez isso, você sabe?

Andréa: A igreja.

Jitirana: A igreja. E a igreja conta isso? Não conta.

Andréa: E a caça às bruxas, né.

Jitirana: Sim.

Andréa: Que, na verdade, era caça às mulheres.

Jitirana: Caça às mulheres. Não conta, Andréa. **Então, isso foi uma das coisas que o feminismo me ensinou.** Você acredita? E, quando falava, eu “ahh” [som de susto], “meu Deus, isso é mentira”. Mas eu fui ler. Eu fui, não peraí, eu vou tá... Afinal de contas, tô de que lado? E foi aí que eu fui me entendendo. “Não, espera aí, eu realmente tô do lado certo”. Eu estou do lado certo. Quando eu vou ver... **Será que Jesus gostou do que a igreja fez de queimar uma mulher apenas por conta de orientação sexual? Não. Que Jesus era esse?** Será que Jesus ficou feliz de saber que a igreja naquela época era contra os negros? E os negros não é filho de deus? Ou não... Então, é aí que eu digo pras minhas filhas “cuidado”. (Jitirana, 08/12/2022, grifo nosso).

Durante a pesquisa de campo, sempre que uma mulher, demonstrando resignação ao sofrimento, suspirava “Deus quis assim”, Jitirana intervinha “não, Deus não quer isso não” e as mulheres paravam para escutar. Para Lerner (2013), o ato de uma mulher que critica e reinterpreta a Bíblia é um ato feminista, pois é o maior exemplo de subversão e transformação de uma doutrina patriarcal.

Militante, feminista, revolucionária, Jitirana, assim como outras mulheres que entrevistamos durante essa pesquisa, nos contou que viveu uma infância sem sonhos e que, só após a separação do marido abusivo e a tomada de um sentido na vida, passou a sonhar. Seu sonho? Pode viver mais para ter mais tempo de aproveitar a vida:

Andréa: **Quando você era pequena você tinha algum sonho?**

Jitirana: **Não.** Como eu te falei. Primeiro, nasci numa família, depois fui criada em outra família. E, que Deus a tenha, a minha mãe onde tiver, mas a minha mãe não me deu aquele carinho que uma filha precisava ter pra se entender. Então, **eu acho que eu era muito rebelde e eu não tinha sonho.** Eu não sei... Em alguns momentos da vida, eu... Bom, eu vou resumir. Eu vivi, até os meus vinte e cinco anos, a vida dos outros. Eu me libertei quando eu separei de um casamento e que fui viver a minha vida. Aí, a partir daí, eu tive sentido na vida. Eu sonhei a partir dos vinte e cinco. Mas até vinte e cinco anos eu não tinha sonho não, viu. O meu sonho... Podia ser aquele de sair disso, sair daquela mesmice, sair daquilo que eu tava sufocada naquele casamento.

Andréa: **E hoje qual é o seu sonho?**

Jitirana: Ah, meu sonho eu já te disse. **Meu sonho é viver até os oitenta pelo menos. Dirigir, ir pra casa das minhas filhas, ver as minhas filhas crescerem.** Esse é o meu sonho.

Andréa: **Aproveitar a vida?**

Jitirana: **Aproveitar a vida.** (Jitirana, 08/12/2021).

Por fim, falamos sobre felicidade. Conseguir criar as quatro filhas, apesar de todas as adversidades, aparece como um dos momentos mais felizes de sua vida. Hoje, a felicidade está ligada à saúde, à liberdade e à militância. Durante nossas conversas, Jitirana contou como

aprendeu a dirigir sozinha, a partir de vídeos do *Youtube*, para não depender de ninguém. Esse momento de sua vida é revivido diversas vezes, sempre reforçando o significado de libertação:

Andréa: Queria que você dissesse... [...] Que você me dissesse **o momento mais feliz da sua vida.**

Jitirana: [silêncio] O mais feliz... Só tem que ser só um?

Andréa: Não.

Jitirana: [silêncio] Rapaz, que as minhas filhas não saibam disso, mas o mais feliz que eu tive foi... **O mais feliz que eu tive, um deles, foi quando elas cresceram, que até pequena eu era muito triste.** Eu não sabia se eu ia dar conta porque, como te contei ontem, fiquei separada a mais velha com sete anos. Então, pode ter certeza que, até esse momento, eu não sabia... Eu não era muito feliz não, viu. Eu achava que tinha sido uma desgraça que eu tinha feito na vida ter quatro filhas. Que elas não saibam disso, né. Mas, **quando eu percebi que elas cresceram, que cada uma tomou conta da sua vida, eu me senti feliz. Isso foi uma das maiores felicidades da minha vida.** Foi eu ter dado conta de uma coisa que eu peguei sem noção. Então esse foi um momento feliz. Foi saber que eu dei conta das minhas filhas. **E outro momento feliz, que foi marcante mesmo pra mim, foi eu me libertar de pegar esse carro e sair sozinha dirigindo sem ninguém me ensinar** [ri enquanto fala].

Andréa: [risos]

Jitirana: **E ganhei a liberdade de trabalhar.** Foi bom isso pra mim. Tem muitas coisas, mas essas são as mais marcantes.

Andréa: **E hoje você é feliz?**

Jitirana: **Sou. Hoje eu sou. Faço o que quero, saio, trabalho... E, não sei se você percebeu, mas eu trabalho com muito amor, sabe. Eu me dedico com muito carinho. Eu acho que só tenho saúde... Se eu tiver saúde, que às vezes você tá aqui falando bonitinho, mas você não sabe.** De repente “bufo”, né.

Andréa: [risos]

Jitirana: **Mas eu acho que se eu tenho saúde hoje, se eu tenho saúde hoje, é porque eu me dedico a essa saúde. Fazer alguma coisa. Eu não paro.** (Jitirana, 08/12/2021).

A trajetória de Jitirana nos lembra Cabnal (2010)<sup>85</sup> narrando sua própria trajetória de militância feminista. Um caminho que não é fácil, mas é emancipador. Uma estrada que leva à liberdade e à felicidade:

Asumirme feminista comunitaria no ha sido nada fácil, no sigue siendo fácil, he tenido muchas pérdidas y duelos en mi vida por elegir esta identidad política, sin embargo ha sido una decisión tan emancipadora en mi vida, que me hace sentir con plena conciencia la felicidad de decir con libertad este pensamiento y de recrearlo en mi práctica de vida cotidiana al vivir con otras prácticas libertarias, mis caminos. (CABNAL, 2010, p. 11).

## 5.2 OS COLETIVOS DE MULHERES NO ALTO SERTÃO DE ALAGOAS

*Companheira me ajude  
que eu não posso andar só.  
Eu sozinha ando bem,  
mas com você ando melhor.*

(Cancioneiro feminista popular)

85 Optamos por não traduzir o trecho em respeito às palavras de autodefinição de Lorena Cabnal.

### 5.2.1 O que são e como funcionam os coletivos de mulheres no Alto Sertão?

Em 2004, após a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, mulheres indígenas e negras, cientes das opressões que compartilham, uniram-se na criação da “Aliança de Parentesco por determinação das mulheres negras e indígenas” (CARNEIRO, 2004). Essa aliança firmou-se com a seguinte carta:

Nós mulheres índias e negras reunidas na primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, realizada de 15 a 17 de julho de 2004, em Brasília- DF, selam uma aliança de parentesco:

- considerando a **semelhança da opressão sofrida pelos povos indígenas e afrodescendentes, em especial as mulheres;**
- considerando o **estupro colonial perpetrado contra índias e negras;**
- considerando a **espoliação e expropriação das terras, das culturas, dos saberes dos povos;**
- considerando a **perpetuação da exclusão histórica desses povos desde o término colonial até os nossos dias, que vitima especialmente as mulheres,** distorcendo e desvalorizando suas imagens;
- considerando a **necessidade da reparação que o estado brasileiro tem para com esses povos em geral e as mulheres em particular;**

Decidimos:

- Firmar o nosso parentesco através de uma **aliança política na busca conjunta da superação das desigualdades econômicas, políticas, culturais e de poder;**
- Firmar uma **aliança estratégica, para a conquista da igualdade de oportunidades para as mulheres índias e negras na sociedade brasileira;**
- Firmar uma **aliança estratégica que dê visibilidade a índias e negras como sujeitos de direito.**

Doravante **índias e negras consideram-se parentes.** (Dhnet, 2004, grifo nosso).

Lélia Gonzalez (2020, p. 132-133) afirma que as mulheres não-brancas, “amefricanas e ameríndias”, são as mais oprimidas e exploradas pelo capitalismo patriarcal e racista devido ao “duplo caráter de sua condição biológica – racial e sexual” e que passaram a se organizar coletivamente, com maior participação nos movimentos sociais populares, inclusive de mulheres, onde buscavam a sobrevivência familiar e o enfrentamento das crises. Foi essa mesma necessidade que fez com que as mulheres de Primavera fundassem um coletivo de mulheres. Todas essas mulheres, descendentes de negras e indígenas, perceberam que eram atravessadas pelo racismo, classismo, colonialismo e patriarcado, tão marcantes no Sertão nordestino, e, assim, passaram a realizar reuniões na igreja comunitária, sem a presença de seus maridos e, muitas vezes, acompanhadas pelos filhos<sup>86</sup>.

É sabido que a aproximação das mulheres rurais com o feminismo urbano ampliou a frente de militância. Além do engajamento nos movimentos sociais rurais, as mulheres passaram a se organizar coletivamente, promovendo o debate sobre seus direitos, discutindo

---

86 De acordo com as entrevistas e as conversas registradas em diário de campo.

suas opressões baseadas no sexo, promovendo o empoderamento coletivo e exigindo seu lugar nos espaços políticos (AGUIAR, 2016; ESMERALDO, 2013).

Neste ponto, é necessário ressaltar que utilizamos o termo “empoderamento” de acordo com o entendimento de Paulo Freire, ou seja, não se trata de um empoderamento individual, mas de “um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta” (FREIRE, 2013, p. 147). Como afirma Saffioti (2015, p. 121), “empoderar-se equivale, num nível bem expressivo do combate, a possuir alternativa(s), sempre na condição de categoria social”.

Como consequência de sua militância em organizações mistas e da percepção de que as mulheres não conseguiam conquistar seus espaços, Jitirana passou a organizar coletivos de mulheres nas comunidades do Sertão, falando sobre direitos, saúde, educação, violência e feminismo<sup>87</sup>:

E os grupos, as associações, por exemplo, eu cheguei a formar uma associação aqui na época já e as associações... Os homens... As mulheres quem iam pra reuniões. Mas os projetos, quem era que ia receber o dinheiro? Os homens. Então as mulheres nunca viam o dinheiro. Quem criava os porcos? Eram nós. Mas quem pegava o dinheiro na hora da venda, quem sabia vender eram os homens. A gente nunca sabia vender [fala ironicamente]. Então eu comecei, junto com as conversas de Violeta, **eu comecei a entender que a gente precisava se libertar disso também. Aí foi onde veio a necessidade de formar o grupo.** (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Os movimentos de mulheres rurais são conhecidos pela sua organização e capacidade de mobilização e luta, tanto para a reivindicação por políticas públicas, quanto para a contestação das violências e da invisibilidade (FARIA, 2009; SAFFIOTI; FERRANTE, 1987). A organização das mulheres em coletivos para disseminar conhecimento e lutar por direitos tem sido um instrumento de resistência no Sertão.

As entrevistadas realçam sobre como a união de mulheres tem fortalecido a luta por melhorias nas políticas públicas, como a construção de cisternas nas comunidades, e atuado como rede de apoio a mulheres em situação de violência. Essa percepção de que a participação no movimento de mulheres tem contribuído para a mudança na vida dessas mulheres, tanto na vida privada quanto na pública, está presente em mais de um relato, como veremos mais adiante.

No entanto, Saffioti e Ferrante (1987, p. 105) alertam que “a dupla jornada de trabalho da mulher, assim como a ideologia dominante que procura afastá-la das atividades políticas,

---

87 Observação participante e registros em diário de campo.

contribuem sobremaneira para diluir sua presença no campo dos antagonismos e das reivindicações”. Durante as entrevistas e conversas com as mulheres rurais, percebemos que um dos impedimentos à participação nas reuniões dos coletivos é o trabalho doméstico:

Então... Aí eu não fui não mais não. Na última vez agora eu tinha ido pra rua. **Aí eu cheguei com a cabeça doendo. Tava tudo por fazer. A casa tava uma bagunça tão da boba.** Que já não é essas coisas e tava pior. Porque, você sabe, por conta de homem, né. Só fazem bagunça. **A pia tava fazendo corcunda de louça suja. Aí eu não fui. Até as meninas veio aqui “tu não vai não pra reunião”. Digo “minha fia, olhe a situação que tá a casa e eu aqui estourando de dor de cabeça e sem condições de fazer nada”.** Aí Maria “você me faltou na reunião de novo!”. [risos] (Alpina, 07/12/2021, grifo nosso).

Outro impedimento à participação das mulheres é a falta de renda para a mobilização, o que restringe as atividades das mulheres às reuniões locais, realizadas na pequena igreja da comunidade:

Andréa: **Se você fosse pensar na maior dificuldade para mobilizar mulheres hoje, seria o quê? Qual a dificuldade que a mulher daqui, da zona rural, tem pra participar dos coletivos?**

Jitirana: A maior dificuldade, Andréa, é o que você tá vendo. **É a questão financeira. Não tem uma geração de renda pras mulheres aqui.** Então se, ó, se for pra articular elas para uma participação aqui na capela... se eu disser hoje à tarde, agora, “olhe, venham quatro horas pra uma reunião”, tá cheio. As mulheres vêm todas. As daqui, viu. Isso é em quase todos os grupos. Agora se eu disser assim “amanhã nós vamos pra tal...”. Por exemplo, assembleia... É complicado. Tem que ter recurso. Se não tiver, não vão. [...]

**Então, a maior dificuldade ainda é essa questão de geração de renda. Eu acho que, se elas tivessem uma renda melhor, se aqui fosse um lugar bom...** (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Para Souza-Lobo (2021, p. 225), “os movimentos de mulheres nos bairros significam também a rebelião do coro, daquelas que ocupam [...] o espaço subalterno e sem rosto reservado à vida cotidiana”, acrescentando que “as mulheres são o símbolo da vida cotidiana e dela partem para uma experiência de autorreconhecimento na igualdade e na solidariedade”. Para a autora, a vida cotidiana das mulheres também está intimamente ligada à Igreja e é nesses espaços que, muitas vezes, se articulam os movimentos.

Foi exatamente assim que Jitirana iniciou a articulação do coletivo de mulheres de Primavera. A chamada inicial foi para um coletivo da igreja, para discutir a Bíblia, a organização paroquial e outros assuntos pertinentes. Uma vez formado o grupo, Jitirana aproveitou que as mulheres estavam reunidas para realizar as reuniões do coletivo propriamente dito e, até hoje, essa é a principal porta de entrada:

Andréa: Entrou por que no coletivo? Como foi que começou? Quem foi que disse? O que foi que atraiu você pra ir pra lá?

Sálvia: **O que me atraiu é porque eu comecei a ir às missas, eu queria fazer algo... Em São Paulo eu sempre ia à missa. Aí começaram a comentar do coletivo.** (Sálvia, 10/12/2021, grifo nosso).

Eu participo do coletivo porque eu acho que a gente tem que fazer alguma coisa pra ajudar as pessoas. Até uma melhoria pra gente mesmo, no nosso lugar. **E a gente tenta fazer alguma coisa. Tanto no coletivo, quanto rezar nossos terços, nossas missas, né, Jitirana.** [risos] (Sálvia, 12/10/2022, grifo nosso).

No entanto, essa relação entre igreja e coletivos de mulheres nem sempre é harmoniosa. Em 2016, houve uma reunião de formação de coletivo de mulheres em uma comunidade próxima à Primavera. Jitirana, acompanhada da assessora<sup>88</sup> do MMTRP-AL à época, levaram alguns textos para debate sobre feminismo. O debate partiu da ideia feminista liberal “meu corpo, minhas regras” e passou por temas como estupro, vestimentas e aborto. O incômodo das mulheres rurais presentes era visível e havia uma resistência direta às ideias apresentadas.

Em 2021, em nosso retorno ao Alto Sertão, relembremos aquela reunião inusitada de anos antes e Jitirana contou que o coletivo havia acabado logo após aquele encontro. Segunda ela, as mulheres disseram que Flor de Lis “não era de Deus”.

Longe de fazer um juízo de valor sobre alguém cuja amizade perdura até hoje, entendemos ser necessário trazer aqui as observações compartilhadas com Flor de Lis à época, de forma a não culpabilizar as mulheres rurais e suas crenças pela absoluta falha de abordagem cometida durante esse processo. Na época, o acompanhamento de Jitirana e Flor de Lis na formação do coletivo deu-se apenas para observação e treinamento para a função. Na saída da cidade, enquanto fazíamos a avaliação do encontro, uma tragédia na nossa opinião, Flor de Lis, ao ser questionada se conhecia a figura representada na estátua da rua principal, Padre Cícero, respondeu que não.

Na nossa avaliação, houve um choque de dois mundos completamente diversos, a começar pela aparência física e o sotaque de Flor de Lis, que confirmava imediatamente que ela era uma “forasteira” e, portanto, tratada com desconfiança. Em segundo lugar, o fato de ela não conhecer uma das figuras centrais da cultura religiosa nordestina demonstrava também o desconhecimento da realidade daquelas mulheres e da melhor forma de abordagem. Em terceiro, a abordagem professoral e não dialógica, comumente repetida por feministas urbanas, combinada à abordagem feminista liberal, que caiu como uma bomba no meio de um coletivo formado por mulheres católicas. Entendemos que é preciso chamar a atenção para essa

---

<sup>88</sup> Para contextualizar, cabe especificar que a antiga assessora era uma mulher espanhola, branca, loira, de olhos verdes e que possuía um sotaque característico. Aqui a chamaremos de Flor de Lis.



problemática que se repete nas comunidades rurais, onde feministas urbanas de ONG's ou partidos políticos tendem a tratar as mulheres como seres incapazes, que precisam ser educados e doutrinados, reproduzindo a lógica patriarcal, capitalista, racista e colonialista que as vulnerabiliza todos os dias.

Para Jitirana, a religião permanece influenciando a participação de mulheres nos coletivos do Alto Sertão:

Andréa: **Você é muito religiosa e a gente vê que aqui, tanto no Sertão quanto em outras comunidades, a religião também é muito forte, né?**

Jitirana: Uhum.

Andréa: **Você acha que essa questão, ela influencia na abertura que as mulheres têm pra os coletivos...**

Jitirana: Influencia.

Andréa: **Pra essa luta.**

Jitirana: **Influencia. Muito.** Influencia, viu.

Andréa: **Muitas não aceitam?**

Jitirana: Muitas não aceitam. Não aceitam justamente por isso. (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Como assegura Souza-Lobo (2021), a Igreja é parte da cultura e da experiência coletiva dessas mulheres. Saffioti (2015, p. 132) reitera que, “via de regra, as mulheres falam baixo ou se calam em discussões de grupos sexualmente mistos”. (SAFFIOTI, 2015, p. 132). Muitas vezes, essas reuniões são o único espaço público onde as mulheres podem se manifestar sem a presença dos homens, inclusive discutindo suas vidas privadas, como ressalta Paulilo:

[...] as militantes dos movimentos autônomos continuam a fazer seus encontros com uma insignificante participação masculina, como pudemos observar participando de três grandes encontros e outros menores. **Preferem conversar ‘entre mulheres’, pois consideram a presença masculina inibidora.** Reclamam que nas reuniões mistas, quando podem falar, nem sempre são ouvidas, e que um certo menosprezo muitas vezes carregado de ironia as constrange. **No espaço que é só delas podem falar livremente das desigualdades que lhes são mais cotidianas, as que se reproduzem dentro do grupo familiar, sem que isso seja considerado ‘bobagem’, ‘falta de assunto sério’ ou ‘choradeira geral’**, porque é comum as mulheres se emocionarem ao exporem, quase sempre pela primeira vez, suas angústias e vê-las compartilhadas. (PAULILO, 2004, p. 241).

Para Apfelbaum (2009, p. 79), “falar e encontrar as palavras para falar representa, para os oprimidos, uma das modalidades de resistência e de luta contra a dominação”. A importância do coletivo como local de conversa e desabafo foi citada por Papoula como o fator mais importante dessa organização:

Andréa: E o que é que você mais gosta no coletivo?

Papoula: É a participação. **É um dia que a gente descansa, como diz a história. Assim... Desabafando, né. O que a gente tem guardado, bota pra fora.**

Andréa: E o que é que você acha mais importante no coletivo?

Papoula: O mais importante é assim... **É um dia que a gente se reúne, todas as amigas, né. Pra debater aquelas dificuldades.** (Papoula, 12/10/2022, grifo nosso).

Mas, se os coletivos são formados a partir da igreja e com a finalidade de discutir temas ligados ao catolicismo e à vida privada, onde fica o feminismo? Primeiramente precisamos definir o que é feminismo. Para autoras feministas comunitárias, como Arroyo ([s.d.]), feminismo é “a luta de qualquer mulher, em qualquer lugar do mundo, em qualquer tempo da história, que luta, se rebela e propõe contra um patriarcado que a oprime ou que pretende oprimi-la”<sup>89</sup>.

As mulheres rurais ouvidas durante essa pesquisa muitas vezes possuem a visão equivocada de que feminismo é o que é feito pelas acadêmicas. Suas lutas diárias, suas resistências e sua coletividade não são vistas como formas do fazer feminista. Quando perguntamos às mulheres rurais se elas são feministas, muitas respondem não saber. Quando questionamos o que é ser feminista, algumas ficam com receio de responder, achando que existe um conceito fechado e que elas serão julgadas por falarem alguma “bobagem”.

Quando insistimos, geralmente ouvimos as mesmas respostas: “é quem luta pelo direito das mulheres”, “é uma mulher que acha que mulheres são iguais aos homens”, “é uma mulher que defende mulheres”. Ao final, quando perguntamos se, baseadas nesses entendimentos, elas se consideram feministas, a resposta é sempre “sim”. Basta um pouco de debate e persistência para que as mulheres logo encontrem exemplos práticos que definam o que é ser “feminista”:

Andréa: Vocês se consideram feministas?

Mulher A: Aí é bom explicar.

Mulher B: É, o que é que significa?

Andréa: **O que é que significa feminista pra vocês?**

Mulher C: **Eu acho que é uma mulher que luta pelo que quer.** Eu acho, né. Num sei se é isso. Não sei a opinião das outras. Eu acho que é isso. **Que você é uma mulher, mas você defende seus direitos. Eu acho que isso é ser feminista.** Eu acho. Eu não sei não.

Andréa: Alguém acha que é outra coisa?

Mulher D: Não. Eu mesmo acho que é assim também.

Mulher E: Mesma coisa é machista. Não tem o homem machista? Tem a mulher feminista.

Jitirana: Qual seria o machista? Ele fazia o quê?

Mulher E: Não sei explicar.

[risos gerais]

Jitirana: E a mulher feminista, o que que ela fazia?

Mulher E: Isso que ela falou.

Mulher F: Na minha opinião já é diferente. Machista é uma coisa e feminista é outra. Porque **feminista, pelo que eu entendo, é uma pessoa que defende o que é seu.** E machista é um homem que só quer ser o rei da cocada preta.

---

89 Tradução nossa.

Mulher E: Que quer ser o machão, que quer ser mais do que a mulher porque é homem.  
 Mulher F: Sim. Uma mulher feminista não é isso! Uma mulher feminista eu acho que não é isso.  
 Jitirana: Por exemplo, vocês acham que eu sou feminista?  
 Mulher F: Eu acho que sim. Porque defende seus direitos.  
 Jitirana: E o resto?  
 Mulher G: Todinha. Do fio da cabeça até o dedão do pé.  
 [risos gerais]  
 Jitirana: Por isso que os cabelos tão brancos.  
 Mulher H: Tá vendo o que é feminista?  
 Andréa: Então vocês se consideram feministas?  
 Mulher F: Eu me considero sim. Eu, né. Eu. Falo por mim.  
 Jitirana: Feminista não é aquela ideia que muitos tem que ser feminista tem uma mulher.  
 Mulher F: Não!  
 Jitirana: Não, mas aqui tem essas ideias, viu. E não é isso. **Ser feminista, eu sou feminista, é lutar pelos direitos das mulheres.** É levantar a bandeira da mulher, como ela disse, do pé até o fio do cabelo. E eu faço isso. Eu defendo a mulher.  
 Mulher F: É duas, minha fia, é duas! **Se eu topar uma colega, nós vamo até pra guerra. Porque pra guerra pode. É pra defender, vamo defender!** (Primavera, 11/10/2022, grifo nosso).

“Como e onde surge o feminismo?”, pergunta Vilenia Aguiar. “Em qualquer lugar, quando as mulheres percebem que estão sofrendo com o patriarcado e se juntam para lutar contra isso”, respondem diversas mulheres<sup>90</sup>. Podemos perceber que a concepção de feminismo das mulheres rurais é, em seu âmago, a mesma trazida por Arroyo. Portanto, mantendo o nosso respeito às definições trazidas pelas mulheres rurais, consideramos o feminismo como a luta de mulheres, em qualquer lugar e a qualquer tempo, contra a opressão patriarcal.

Percebemos que reconhecer-se feminista ou praticante do feminismo importa menos do que efetivamente lutar contra as opressões do sistema patriarcal. “El feminismo no se estudia, se hace<sup>91</sup>” (ARROYO, 2019, p. 1). O feminismo não é feito de teoria, mas de *práxis*. É feito no corpo e não nos livros (ARROYO, 2019). E, no mundo material, há feminismo sendo feito todos os dias nos coletivos de mulheres rurais. Essas mulheres, que muitas vezes não se sentem seguras em definir o que é o feminismo ou o que é ser feminista, praticam o feminismo em sua mais pura forma:

A primeira coisa que precisamos mudar é a narrativa sobre a “emergência” do feminismo. **Faz tempo que essas chamadas mulheres estão na luta nas comunidades. Agora dizem que as mulheres são mais visíveis... [...] Elas estiveram sempre lá, sempre!** Como parte dos povos indígenas, depois com a escravidão e até hoje, etc. **Sempre pensando em comunidade.** Não podemos permitir que continuem fragmentando as mulheres da comunidade, porque **elas**

90 No Curso de Formação para Mulheres e preparação para a Marcha das Margaridas 2023, realizado pela ENFOC, em novembro de 2022, na FETAGAL.

91 “O feminismo não se estuda, se faz” (tradução nossa).

lutam por sua comunidade, não lutam por elas, essa é a diferença com o feminismo. Como disse uma companheira: “Eu não me salvo sozinha”. (CURIEL, 2021, grifo nosso).

## 5.2.2 Participação nos coletivos de mulheres, resistência cotidiana e enfrentamento ao Patriarcado

*Nossas fontes são as nossas próprias práticas políticas.*

(Ochy Curiel<sup>92</sup>)

### 5.2.2.1 “Eu vou seguir igual a tu”: a luta por políticas públicas

Segundo Saffioti (2015, p. 85):

As mulheres lidam, via de regra, muito bem com micropoderes. Não detêm *savoir faire*<sup>93</sup> no terreno dos macropoderes, em virtude de, historicamente, terem sido deles alijadas. [...] Entretanto, quando se apercebem de que há uma profunda interrelação entre a micropolítica e a macropolítica, elas podem penetrar nesta última com grande grau de sucesso. Na verdade, trata-se de processos micro e processos macro, atravessando a malha social (SAFFIOTI, 2015, p. 85).

De acordo com Saffioti e Ferrante (1987, p. 105), “se a mulher não constitui um elemento sempre presente nestas lutas, não se pode subestimar sua capacidade de ocupar novos espaços e até de atuar no sentido da geração de espaços historicamente inéditos”. A participação nos coletivos de mulheres rurais vai muito além da formação feminista para a luta contra o patriarcado na vida privada.

Há uma preocupação em formar lideranças comunitárias capazes de ocupar os espaços públicos que lhes foram historicamente negados. Um dos objetivos dos coletivos de mulheres fundados por Jitirana no Alto Sertão é a luta organizada por políticas públicas, como a construção de cisternas e os programas de assistência técnica. Muitas mulheres iniciam a participação nos coletivos justamente pelo interesse nessas políticas.

Por essa razão, as reuniões iniciais costumam contar não só com a presença de uma grande quantidade de mulheres, mas também com a de homens, que procuram informações sobre o que acontece nessas reuniões antes de autorizarem a participação das esposas. Com o tempo, e com o entendimento de que o coletivo não serve apenas para o ganho de benefícios

---

92 CURIEL, 2021.

93 “Saber fazer”.

materiais, a quantidade de mulheres participantes diminui e os homens param de acompanhar as reuniões por acharem “besteira de mulher”<sup>94</sup>:

A gente... Quase todo dia tem... Sempre tem uma reunião e as mulheres vendo, querendo esse benefício, como eu vinha te contando, as mulheres de Jacarandá, tem um grupo de mulheres aqui que não são beneficiadas de jeito nenhum. É aquela história... Invisível, não participam, não procuram, é aquele povo que querem as coisas só venha, venha, mas não participam. **E agora, quando as meninas tavam ganhando as cisternas, aí veio duas pra cá pro grupo. Quando elas vieram pra reunião, as outras de lá disseram “oxente, por que tu vai pras reuniões pra lá? O que é que tem lá de bom pra nós?”**. Aí Cinerária dizia, a menina de Jacarandá, dizia “eu tô gostando de participar, pelo menos nós sai de casa”. Que também teve isso, né. Ficou todo mundo muito preso, quando começou a sair, uma coisinha ninguém queria ficar em casa aqui. Então essa menina veio por curiosidade. Quando a gente, graças a Deus, defendemos as cisternas, quem foi inscrita? **Cinerária não tinha cisterna. Tava no grupo, ganhou uma cisterna. Ah, quando ela disse na Jacarandá que ganhou uma cisternas, todo mundo queria vir pra cá. “Nós vamos ganhar a cisterna”. Eu disse “não, não é assim não, não tem cisterna pra todo mundo assim, não é assim. E também não quero vocês, todo mundo aqui lá. Não dá. Primavera é Primavera. Formem um grupo aqui”**. Aí Cinerária foi, falou pra elas, aí elas “pronto, bora formar, bora formar”. Agora, é interessante, você vai ver na reunião amanhã. **Elas dizem assim “nós vamos pra reunião da cisterna”**. Então nós vamos ver se elas vão ser fortes a partir de amanhã porque eu vou ter que dizer pra elas “**não é reunião de cisterna, é uma reunião de busca por políticas públicas, entre elas, as cisternas. Se vocês quiserem continuar, esse é o momento, se não quiserem, também é o momento**”. Ninguém é obrigado a participar, agora, se vocês aqui, se só tem dez, vamos dizer que tem dez mulheres, mas duas diz não, nós vamos continuar. Quando vier duas, vai ganhar. Duas porque, por questão... Vamos dizer que venha vinte. Tomara que venha cem. **Todas vão ganhar, mas as primeiras são as que participam**. E quem não quer participar, né? Mas não é reunião de cisterna. Tem tantas outras coisas”. **Inclusive, nessa última reunião que eu defendi, que a gente conseguiu agora, que defendemos essas feirinhas pra cá e já vou beneficiar aquela comunidade que não teve benefício ainda. Independente de que elas façam o grupo ou não**. Elas não sabem disso, mas é independente porque, se tá necessitada, uma comunidade carente, e vem uma boa quantidade, então é pra dar a quem precisa. (Jitirana, 06/12/2021, grifo nosso).

Apesar de não possuir vínculos com o poder público, o fato de Jitirana formar e articular os coletivos de mulheres em torno na reivindicação de políticas públicas faz com que exista uma cobrança pessoal pelos resultados, principalmente quando eles não estão de acordo com as expectativas das participantes:

Andréa: Entrou por que no coletivo? Como foi que começou? Quem foi que disse? O que foi que atraiu você pra ir pra lá?

Sálvia: O que me atraiu é porque eu comecei a ir às missas, eu queria fazer algo... Em São Paulo eu sempre ia à missa. **Aí começaram a comentar do coletivo. Tem umas pessoas que falam mal, tem umas que falam bem, você tem aquela curiosidade, né**. [risos] Eu e Jitirana, nós tem a mesma idade, mesma... E a gente vai conversando e, assim, fui indo. E fiquei.

Andréa: **E o que é que você ouvia do coletivo, assim, de mal e de bem?**

Sálvia: Todos... Eu sempre ouvi... É um pouco chato falar, né. [risos]

Andréa: Não precisa falar quem disse não.

94 Observação participante.

Sálvia: [risos] **Eu ouvia falar assim “ah, Jitirana trabalha assim”, “nada aqui nesse lugar dá certo, a comunidade não dá certo”, “o pessoal incentivava a cabeça do povo a fazer isso e nunca sai”...** Aí eu comecei a observar. O pessoal vê de uma maneira errada. **Eu sempre achava que o pessoal culpava Jitirana. Que “aquelas coisas não saíam, ela fazia promessa e não saía”.** Aí eu pensei comigo **“eu vou entrar, vou ouvir e vou entender”** porque eu não acreditava e realmente não é do jeito que o pessoal fala e pensam, né. A gente tem que participar, a gente tem que ver que não é assim. A mesma coisa, lá eu não gosto de falar mais em certas coisas, assim... A gente quando quer uma coisa, que a gente vê falar, a gente tem que buscar pra ver se é realmente aquilo, se tá errado ou se tá certo. E eu fui ver que não era. **Tem coisas que a gente... É do governo mesmo, que não vem. Não é da pessoa que corre atrás. Entendeu? Que é promessa infundada que não dá certo. Mas tem coisas... A gente já lutou por várias e já conseguiu. Olha, agora eu acabei, a minha cisterna tá prontinha ali. Mas tudo é com luta.** Se a gente não for, a gente não sabe dos direitos da gente. Se a gente não for atrás, não vai conseguir. (Sálvia, 10/12/2021, grifo nosso).

Quando as políticas públicas funcionam corretamente, há uma clara melhoria na vida das mulheres rurais. Exemplos disso foram o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, para expedição de documentação básica, iniciado em 2004, e o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, que realiza ações específicas de ATER para as mulheres, de 2008, ambos criados a partir das reivindicações da Marcha das Margaridas (MARCHA DAS MARGARIDAS, [s.d.]). No Alto Sertão alagoano, o MMTRP também participou da campanha, fornecendo transporte para que as mulheres rurais participassem dos mutirões. Antes do programa de documentação, o acesso às políticas públicas mais básicas, como o Bolsa Família, não era possível:

Jitirana: **Tem uma política pública que funciona aqui. Funcionou muito. Foi aquela chamada de ATER específica pra mulheres. Aquela funcionou.** As mulheres aqui tinham uma dificuldade de tirar DAP. A aptidão. A certidão de aptidão de garantia de agricultor, né. E, com aquela chamada, facilitou demais. Todas as mulheres aqui têm DAP, viu.

Andréa: **Teve uma campanha também de documentação de trabalhadoras, não teve?**

Jitirana: Uhum. Mutirões. **Teve muitos aqui pra fazer identidade, essas coisas.**

Andréa: **Tinha muita mulher sem documento nenhum que...**

Jitirana: **Muitas também. Aqui isso também ajudou muito.** Porque facilita, por quê? Porque elas não precisavam ir pra fora, porque aqui só faz identidade em Matinhos ou... Acho que Arapiraca, Palmeira ou Maceió. Não fazia. O mais perto era Matinhos. Então elas não tinham o hábito ou, não sei, não queriam gastar dinheiro pra ir lá. E o mutirão era pra ir pra Sertãozinho. O movimento ajudou muito dando transporte pra levar as mulheres. Nessa época ajudou. E muitas mulheres tiveram seus documentos aqui. RG, CPF, profissional...

Andréa: **Por conta disso, conseguiam acessar essas outras políticas?**

Jitirana: **As outras políticas.** (Jitirana, 08/12/2022, grifo nosso).

Papoula, a partir do seu envolvimento no coletivo de mulheres da comunidade, passou a fazer parte da militância por políticas públicas e, além de ter sido uma das beneficiadas do

Programa Um Milhão de Cisternas, também foi beneficiada com outros projetos em parceria com organizações como a Cáritas e o MMTRP/AL:

Papoula: **Desde o começo, que começou essas reuniões, eu participo. Não perco uma. Já fui até em Missões [cidade vizinha] atrás dessa cisterna.** Já fui. Eu com quinze dias de resguardo. Fui. Pra participar das reuniões. [...]

Andréa: E aí no movimento, por que foi que você entrou? O que foi que levou você a querer entrar?

Papoula: Ah, assim. Porque **eu via muita coisa boa, assim, as propostas e tudo, que ela explicava. Teve alguns cursos mesmo que veio aí de técnico.** Tecnologia mesmo. Aí eu participei. Com eles pequeninhos. Deixava em casa, mas ia. Aí, quando era meio dia eu vinha, dava almoço, aí voltava, era assim. Mas **nunca parei.** [...]

Andréa: **E essa cisterna foi parceria também?**

Papoula: **Foi.**

Andréa: Vocês conseguiram com a ASA?

Papoula: Foi. Essa daí foi que eu fui pra Missões. Passei três dias de planejamento que teve lá. Eu fui pra cidade vizinha. (Papoula, 08/12/2021, grifo nosso).

Andréa: **E o que foi que mudou na sua vida, Papoula, depois que você entrou no coletivo?**

Papoula: **Mudou muita coisa. A gente, assim, adquiriu muita coisa.** Aqueles benefícios que a gente adquiriu constrói alguma coisinha, né. [...]

Andréa: E você já recebeu algum benefício do coletivo?

Papoula: **Já, que foi aquele negócio ali das ovelhas... A primeira vez foi dos pintos, aí depois foi as ovelhas.** [...]

Andréa: A cisterna também?

Papoula: A cisterna.

Andréa: **Cesta também chega?**

Papoula: **Veio, foi. O gás uma vez veio também.** (Papoula, 12/10/2022).

Durante a pandemia, mesmo de forma remota, a luta de Jitirana por políticas públicas não parou e, algumas vezes, por conhecer bem a região, sua articulação beneficiou comunidades que não possuem coletivos de mulheres, mas que ela considerou mais necessitadas naquele momento:

E, além disso, **o ano passado teve uma outra coisa boa também.** Participei das reuniões da Asinha e foi o que terminou o projeto de cisternas de algumas... De vinte cisternas... Não, era vinte, minto, era vinte cisternas que eu consegui, mas, no Papagaio, as famílias... Tem umas famílias lá, **é uma serra que é muito difícil. As pessoas ainda pegam água nos jeguinhos, botando água no jegue assim, levando...** Num sabe o que é isso, mas dá o nome de caçamba ou ancoretta, certo? E enche... E na cabeça, de difícil acesso. Aí tem umas famílias lá que eu conheço... Na verdade veio cem cisternas. E a gente defendeu as cem pra Sertãozinho. Nas reuniõezinhas remoto, viu. Não era indo pros locais não, era batalhando na reunião. Foi quando consegui essas cem. Pra aqui pra comunidade veio vinte. **Só que, quando eu vi que a necessidade de lá era maior, aqui já tava quase fechando, muita gente tem cisterna, então... Botei dez pra lá, aumentei com dez pra lá e dez aqui fizeram.** E não paramos. Não paramos. Concluiu esse ano as cisternas delas. (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

A tecnologia também possibilitou que as mulheres rurais não perdessem o acesso às políticas do PNAE e ao PAA. Em parceria com a EMATER, Jitirana conseguiu que as

participantes dos coletivos continuassem recebendo atendimento a partir da criação de um grupo no *WhatsApp* para essa articulação:

Na questão de acessar a política de PAA e PNAE... [...] **Como foi que a técnica da Emater inscreveu? Eu criei um grupo de *WhatsApp* e ela conversou com cada uma que podia entregar bolo, mamão, macaxeira, quem tinha, né! Quem produz... E fez os documentos, pegou dados, foi pegando os dados e foi fazendo, de casa, na casa dela mesmo [...].** E ela foi fazendo isso e depois ela veio pra secretaria e me chamou e eu fui com ela no carro, a gente foi nós duas de novo, na casa de cada uma pra pedir pra assinar esse material. Esses contratos dessas mulheres. Então, hoje, algumas tão entregando os produtos de PAA e PNAE e algumas estão recebendo. Dentro do município. Quem tá comprando, o órgão que recebe em Sertãozinho, é a assistência social e ela mesma passa pra algumas famílias, as que não vendem, recebem. (Jitirana, 27/05/2021, grifo nosso).

Scherer-Warren (2010) constata que, na América Latina, as comunidades tradicionais estão passando por uma transição que rompe com a sua total subalternidade na esfera pública para um lento processo de fazer ouvir suas vozes além dos seus próprios territórios. Parte desse processo só é possível pelas articulações em rede, que promovem o empoderamento dos movimentos sociais a partir das ações, comunicações e debates realizados também em seus espaços comunitários.

O caso dos coletivos de Primavera segue também essa lógica. Jitirana, sozinha, não teria conseguido articular todas as políticas públicas a que sua comunidade tem acesso. Essas conquistas só foram possíveis a partir de uma rede de movimentos sociais, que englobam ONG's e entidades que desenvolveram projetos e articulações nas comunidades, como a Marcha Mundial das Mulheres, a Cáritas Brasileira, a ASA, o MMTRP-AL, o Colegiado Territorial do Alto Sertão de Alagoas, a ActionAid e outras organizações que já realizaram parcerias no local.

Essas articulações em rede, apesar de não serem o modelo ideal para a emancipação comunitária, pois muitas vezes impõem uma agenda neoliberal ou religiosa aos coletivos envolvidos, são necessárias face à burocratização do acesso às políticas públicas e as lutas sociais (CABNAL, 2010).

#### 5.2.2.2 “Agora, que eu vou, eu vou”: desafiando o Patriarcado local

Para Silva (2012), a história é um processo e, portanto, não possui um ponto final predeterminado. Da mesma forma, não se pode crer na existência de um sujeito passivo incapaz de oferecer resistência à estrutura dominante. Essa concepção é fundamental para a



luta feminista, pois, se o patriarcado tem origem histórica, ele também pode ser destruído (LERNER, 2019). Como ensina Paulilo (2004), falar não é o mesmo que ser ouvida e, por isso, desafiar o patriarcado significa também realizar enfrentamentos.

Scott (2002), ao estudar a luta cotidiana dos camponeses, cunhou o conceito “formas cotidianas de resistência”. Para ele, a resistência cotidiana, ou as microrresistências, teriam como pano de fundo um conflito velado de classes, onde a classe dominada age, de forma individual ou coordenada, “não para derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver dentro dele” (p. 30).

No entanto, quando observamos as formas cotidianas de resistência das mulheres sertanejas que fazem parte dos coletivos, fica claro que a intenção não é apenas a sobrevivência dentro do sistema de dominação patriarcal, mas a sua transformação. Por isso, ao contrário das microrresistências estudadas por Scott, as mulheres rurais não agem apenas a partir da transcrição oculta, mas pública, a partir da indignação causada pelas repetidas opressões (MENEZES, 2002).

A resistência cotidiana encontrada nas comunidades não serve apenas para amenizar a indignação das mulheres ante uma vida de dominação-exploração pelos homens, mas para garantir que haja uma alteração nessa relação de poder. Exemplo disso é a preocupação coletiva não somente com o fim das agressões sofridas no dia a dia, mas com a garantia, a partir da socialização das crianças, que as próximas gerações de homens e mulheres experimentem uma nova realidade.

#### *5.2.2.2.1 Informação como arma de resistência*

De acordo com Cabnal (2010), o conhecimento sobre as diferentes formas de manifestações e expressões do patriarcado faz com que as mulheres adquiram autoconsciência e fortaleçam a sua existência de ser e estar no mundo. Jitirana destaca que adquirir conhecimento sobre seus direitos muda a vida das mulheres que participam dos coletivos, afirmando que “a gente já aprendeu o que é política pública. A gente já sabe os direitos que as pessoas têm. Então a gente vai atrás”<sup>95</sup>.

É preciso estabelecer que, quando Jitirana faz alusão a uma coletividade de mulheres que conhece seus direitos, refere-se especificamente às mulheres que fazem parte dos coletivos

---

<sup>95</sup> Entrevista realizada em 06/12/2021.

feministas e que participam das reuniões. Ou seja, esse conhecimento acerca de direitos e políticas públicas não é a realidade da maioria das mulheres rurais, que ainda não possuem acesso à informação:

Andréa: **As mulheres daqui sabem da existência do Fórum?**

Jitirana: **Algumas sim.**

Andréa: Mas só as que participam do coletivo? **As que não participam?**

Jitirana: **Não sabem.**

Andréa: Nem fica sabendo?

Jitirana: Nem fica sabendo. Não participa... (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Andréa: **Você acha que as mulheres gostariam de receber mais informação sobre quem procurar em caso de violência, sobre os locais que atendem...**

Papoula: Eu acho que sim, né. **Eu penso assim, é uma segurança, né.** (Papoula, 12/10/2022, grifo nosso).

Uma das prioridades nos coletivos é o acesso das mulheres à informação sobre direitos e políticas públicas, mas não só. As reuniões também são momentos de conversa e debate sobre feminismo e violência contra mulheres:

Andréa: **Nos debates vocês falam sobre feminismo?**

Papoula: **Fala. Sobre muitas coisas.**

Andréa: Você se considera feminista?

Papoula: Eu sim. (Papoula, 12/10/2022, grifo nosso).

Andréa: **E o que é que você mais gosta no coletivo?** Se você pudesse pensar numa coisa que você mais gosta.

Alpina: Vixi. Sei lá. **É do entendimento mais. Porque cada uma tem uma opinião, da gente se juntar pra cada uma dar uma opinião e a gente prosseguir.** (Alpina, 12/10/2022, grifo nosso).

Esses debates permitem às mulheres não só conhecerem, mas nomearem as violências patriarcais a que estão submetidas no cotidiano. Alguns dos relatos coletados durante os trabalhos de campo falam sobre como foi a partir dos coletivos e das conversas que acontecem nesses espaços que as mulheres se deram conta de que violência não é só a física, mas também a moral, psicológica, patrimonial e sexual:

Alpina: **Eu já ouvi esse debatezinho nas reunião. Porque a gente pensa que violência é só física. É só bater, é dar porrada, é matar... E não é. Tem palavra que maltrata mais do que mesmo um tapa, não é.**

Andréa: E você acha que todas as mulheres sabem que a violência não é só física?

Alpina: Não, acho que todas não. **Porque eu vim saber há pouco tempo. Nem eu sabia que com palavras também era uma violência. Eu acho que tem muitas que não sabem.** (Alpina, 12/10/2022, grifo nosso).

Andréa: E a violência sexual?

Mulher B: Ih, rapaz, é aquele negócio que o cabra não quer dar. [risos]

[risos]

Mulher B: O cabra “eu quero”. “Hoje não”. “Mas eu quero”. Tem negócio não, meu fio. Quando eu quiser, nós quer.

[risos]

Mulher B: Mas não é assim não? Que tem hora que você tá até querendo, né. Às vezes não vai nem atrás. E tem hora que você nem quer. [risos]

Mulher A: Já correu! [risos]

Mulher D: Corri não!

Mulher B: Mas eu acho assim... Que tem que tá bom pros dois, né. Não adianta você ficar com aquela pessoa só pra satisfazer aquela pessoa. Eu acho.

Andréa: **Mas acontece muito da mulher achar... Da mulher nem saber que é uma violência sexual?**

Mulher B: **Eu acho que agora muitas já sabem. Essas que é mais velha, da idade da minha mãe, essas mais velha eu acho que não sabe não. Mas essa... O povo novo, eu acho que tudo sabe.** (Primavera, 11/10/2022, grifo nosso).

Andréa: **E a violência contra mulher, quais as violências que vocês conhecem?**

Mulher B: **Minha fia, eu conheço um bocado.**

[risos]

Andréa: Fale aí!

Mulher B: Eu só nunca passei. Não por todas, né. Mas **qualquer mulher já passou por uma** porque, se você tem seu marido, **só de ele xingar ou falar alto com você já é uma violência.** “Ô, mulher, me dê de comer!” [imita o homem gritando].

[risos]

Mulher B: “Tá morrendo de fome, Satanás? O de comer tá na panela!”. “Só como se fulana botar”. “Mas você não é aleijado!”. Eu acho que só de você ter um marido e ele já falar alto... É porque muitas não conhecem, né. Eu acho que muitas não conhecem. Você tem um marido e ele chega bêbo “hoje ninguém dorme aqui!” [imita o homem]. “Não, você não quiserm dormir, você não durma”.

[risos]

Mulher B: Né não? “Você não quer dormir, agora eu vou dormir”. **Às vezes você trabalha o dia todinho, loita com uma coisa, loita com outra e o cara tá lá batendo copo. Quando chega, vamos lá brigar.** Briga sozinho, viu! Eu digo porque eu já passei por essas situação. Eu não sei as outras aí, que o marido já bebeu, o que passa. Mas eu já passei. **O marido passar o dia todinho enchendo o caneco, chega de madrugada, meia-noite “eu quero comer!”.** “Me respeite, que minha mãe não tá aqui não, viu!”. Eu nunca apanhei, mas já teve ocasião de chegar bem pertinho. **Eu digo “você não bata não porque, se você me bater, eu lhe furo”.**

[risos]

Mulher B: É! Porque tem que ser assim. Porque **se você baixar o cangote, depois que ele der o primeiro tapa... Primeiro vem o empurrão, aí você fica quieta, depois leva um tapa e depois leva a pisa. Aí eu nunca apanhei nem do meu pai, minha fia. Eu fui criada dentro da casa da minha mãe. O meu pai nunca bebeu, respeitou minha mãe muito bem, nunca vi ele batendo nela. Então eu tive isso que nem uma escola. Então, se ele nunca bateu, não é eu que vou apanhar. Não. Quero não esse negócio não.** Nós veve até o dia que Deus quiser, agora pra eu tá debaixo de pé de marido não. Vou pra onde eu quero, saio na hora que quero. [...]

Mulher B: Aí eu acho assim... Tem gente que fala “ah, meu marido nunca falou alto”. Fala. Todos eles. Num tem essa que diga assim “meu marido é um santo”. Não. Eles podem ser bom, bom, mas uma hora ele grita, uma hora ele acha ruim, uma hora ele reclama.

Andréa: É porque, **quando a gente fala de violência, todo mundo pensa logo na violência física, né?**

Mulher B: **Mas não é não.** Você ganha um dinheirinho pra poder gastar, aí você não vai poder gastar esse dinheiro. Não, eu gasto, que é meu. Não fui eu que arrumei? Então eu gasto. Agora eu não gaste. Mas **tem marido que não deixa não. A mulher não pode gastar, não pode vestir roupa curta, não pode falar com fulano, não pode falar com cicrano, não pode andar mais fulana. Isso tudo é violência, só que eu acho que muitas não sabem.** [...] Eu conheço mulher que nem o cartão [do Bolsa Família] tem. Quem tem é o cara. Ah, pra mim não dá não. Pra mim não dá não... [...] **Porque tem deles que se acha dono da mulher. A mulher não tem o**

**direito de ir e vir, de falar com quem quiser... Acha que é dono. Mas né dono não que ninguém é dono de ninguém não!** (Primavera, 11/10/2022, grifo nosso).

Andréa: **E depois de todas essas violências, existe alguma mulher que nunca sofreu uma violência?**

Mulher B: Não existe não.

Mulher C: Eu acho que não.

Mulher B: **Eu digo a você que só quem nunca nasceu ainda. Mas, se nasceu e já teve um relacionamento, tem. Já sofreu sim.**

Mulher F: **Mas não precisa nem ter um relacionamento.**

Mulher B: Ou de um jeito ou de outro, mas já sofreu.

[...]

Jitirana: Eu acho que todas as mulheres... Não sei você, Andréa.

Andréa: Já... Todo mundo, né. Às vezes a gente não sabe...

Mulher B: **Teve uma época aí atrás que eu não sabia. Só que eu fui pra uma reunião, aí eu fiquei sabendo. Eu fiquei sabendo lá.**

Mulher H: É porque assim, a gente achava que violência era só...

Mulher B: Só se batesse.

Mulher H: Antes, porque hoje em dia ninguém é besta mais não.

Mulher B: **Antes de eu ir a essa reunião, eu não sabia que tinha esse negócio psicológico... Eu não. Pra mim era só se desse na cara mesmo. Bateu, apanhou, aí sofreu. Mas, depois que eu fui pra essa reunião, que eu ouvi a palestra...**

Andréa: Que reunião foi essa?

Jitirana: **Do coletivo de mulheres.**

Mulher B: **Aí foi que eu fiquei sabendo que existia.** (Primavera, 11/10/2022, grifo nosso).

Após a entrada nos coletivos, observa-se, ainda, uma mudança não só no comportamento das mulheres, mas também dos homens. O fato de elas possuírem conhecimento sobre seus direitos impõe respeito, segundo Jitirana:

Andréa: Você acha... Você falou da sua mudança, né, de quando entrou. E **você percebe também nas outras mulheres se há mudança quando elas entram nos coletivos?**

Jitirana: **Sim. Inclusive tem algumas que dizem assim “eu vou seguir igual a tu”. Isso pra mim... Isso pra mim é uma vitória.** Porque, se fosse uma coisa ruim, ninguém quer ser. Então mudou sim. Tem algumas mulheres aqui que até se libertaram. [...]

Andréa: **Na própria família, você acha que muda a relação entre a mulher e o marido?**

Jitirana: **Muda.** Primeiro. Por exemplo, esse menino que tava aqui hoje [refere-se ao genro]. Ele... Vamos falar sobre a Lei Maria da Penha. Ele tem um medo danado, viu. Eles acham... O pai de Alamanda [neta] também. **Eles acham que, porque a gente tem o conhecimento, é como se já tivesse na mão.** Você vai... [risos] Entendeu? [...] **Mas muda. É uma certa questão de respeito.** A família também, os mais próximos também respeitam. (Jitirana, 08/12/2022, grifo nosso).

Cabnal (2010) aponta a importância desses espaços de organização e reflexão comunitária de mulheres, onde é possível falar sem medos e sem hipocrisias, o que ela relaciona com a tarefa de “fiar” o pensamento feminista comunitário:

Nossas categorias e conceitos, que até agora seguem sendo construídos e fortalecidos, têm sido elementos fundamentais para poder propor reflexões nos espaços de organização comunitária, das mulheres indígenas, do movimento de mulheres e das feministas.

Fiar o pensamento feminista comunitário para nós, convida-nos a começar este tecido a partir da partilha do que nos é essencial nomear, sem medo, hipocrisia, de forma autocrítica, mas também reconhecimento e valorização quando temos de partir daquelas experiências que são enriquecedoras e nutrem nossos caminhos. (CABNAL, 2010, p. 12, tradução nossa).

#### 5.2.2.2.2 *Socializando as crianças para a igualdade*

Em 2018, a Rede Ater Feminismo e Agroecologia do Nordeste lançou a Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico em 2014<sup>96</sup>. Idealizada a partir da sugestão de Violeta, o lema da campanha “Direitos são para mulheres e homens, responsabilidades também!”, chamava a atenção para a divisão sexual do trabalho existente no campo (ASA, 2018). O tema, que já era discutido nos coletivos de mulheres no Alto Sertão, ganhou o reforço de várias organizações.

Como debatemos anteriormente, a divisão sexual do trabalho no meio rural é característica marcante do cotidiano das famílias, mas, durante as pesquisas de campo, pudemos observar que há uma mudança na socialização das crianças, impulsionada pela participação de suas mães nos coletivos de mulheres. Os relatos são vários:

Andréa: **Criação de filhos. Você vê muito menino sendo criado diferente de menina?**

Jitirana: **Tem. Ainda tem, mas assim... Essa questão já mudou em algumas famílias aqui.**

Andréa: **Mas você acha que tem relação com essas mulheres?**

Jitirana: **Tem. Tem. Já mudou muito. Aqui...**

Andréa: **E já vão criando os filhos diferente?**

Jitirana: **E já vão criando os filhos diferente. Tem essa mudança aqui.** (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Mulher A: Eu tenho três rapaz e uma moça. **O mais velho, que ele agora já saiu de casa, mas ele lavava prato, varria a casa, passava pano, fazia tudo o meu mais velho. E a filha também. [...] Já o outro rapaz, “menino, faz isso e isso”, “não, mãe”. “Vai fazer, que não vai cair aquele negócio não”.** (Primavera, 11/10/2022, grifo nosso).

Andréa: **E eles fazem o quê em casa, assim, pra ajudar você?**

Papoula: Dá comida a um bichinho, pega um balde d’água, né, praqui pracolá. As maior já varre a casa, assim...

Andréa: **O menino também?**

Papoula.: **É. Ajuda também.**

Andréa: Faz as coisas dentro de casa?

Papoula: É. Quando eu não posso, eles podem.

Andréa: **Não tem isso de ser dividido o que é de menina e o que é de menino?**

Papoula: **Não. Hum Hum. Eles... Eu mandando fazer, eles faz tudo igual.**

Andréa: Tudo igual.

---

96 Informação fornecida por participante da Rede.

Papoula: **É. Até o menino mesmo, assim, quando as meninas vão pra escola, que num tá. Quando eu tô com a pia de vasilha pra lavar, ele mete os pés, lava. É assim, me ajuda. E tem que me ajudar.**

Andréa: Desde sempre é assim?

Papoula: **É.** (Papoula, 08/12/2021, grifo nosso)

Andréa: **O seu neto, você acha que ele é criado assim ou não?** Ainda é porque a sua filha ainda tem a mente mais fechada, como você falou?

Jitirana: Não, não, não, não. **Na questão de criação, não. Ele faz tudo em casa.**

Andréa: Faz tudo?

Jitirana: **Faz tudo. Passa pano, lava prato, lava louça, lava pano de prato. Ajuda. Varre casa, faz tudo, viu.**

Andréa: **E você acha que isso é influência de quê?**

Jitirana: **Por conta da militância. Por conta do que eles aprenderam aqui dentro, né, isso aqui. Lava, faz tudo, viu.**

Andréa: Mesmo ela sendo mais fechada, como você diz, mas a criação dela já é...

Jitirana: Mas nessa parte ela aderiu, viu.

Andréa: Já é diferente?

Jitirana: **Ah, essa parte ela aderiu, viu. A Protea [a outra filha] aderiu isso, os dois fazem as coisas iguais, entendeu. Essa área aí eles aderiram, viu. [risos] Também, se não aderir, né. Isso eles aderiram. A família todinha, minha família todinha aderiu isso.** (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Andréa: **Em casa é só você quem faz tudo ou os netos e os filhos dele também ajudam?**

Sálvia: Ah, os neto é muito preguiçoso com esse negócio de celular, né. [risos] **Às vezes, quando a gente vai reclamando, reclamando, eles faz.** Mas não é toda hora não.

Andréa: Mas pra limpar, lavar prato...

Sálvia: **Lava sim. Lava. Mas também não é aquela hora,** que a gente quer toda hora a pia limpa, a cozinha limpa. "Já vou, vó". [risos] [...] Mas eu peço uma vez, se não for eu não sei pedir, eu já vou lá fazer. Que é errado.

Andréa: **Mas faz tanto os meninos quanto as meninas?**

Sálvia: **Quanto as meninas. Aqui não tem diferença. Tem o meu neto de quinze anos, se eu falar pra ele que vai fazer comida, ele vai fazer comida normal. Se for pra lavar a louça, ele vai lavar. Tudo ele vai fazer. Eu ensino assim, que homem e mulher não tem essa de machismo. Tem que fazer. [...]** (Sálvia, 12/10/2022)

Alpina: **Eu ponho ele [filho] pra fazer as coisas.** Se um dia eu faltar, ele sabe se virar.

Andréa: **Ele faz tudo dentro de casa?**

Alpina: **Ele faz e ele gosta.**

Andréa: Ele não tem vergonha nem nada não?

Alpina: Não. Tem não. **Ele varra a casa, ele quer lavar o banheiro,** mas eu não deixo ainda porque ele só gasta sabão e água, não faz nada que preste. Aí eu não deixo ainda. **Mas ele bota uma água pro porco, pra galinha... Faz tudo. Me ajuda a aguar o canteiro.** (Alpina, 12/10/2022).

Além disso, há também uma mudança na criação das meninas. A partir de uma criação feminista, os relatos falam sobre a aceitação de filhas que assumem a homossexualidade, a liberdade sexual para que filhas não casadas levem seus namorados para casa, o desencorajamento ao casamento precoce e o incentivo aos estudos superiores e à busca da independência financeira. Abaixo selecionamentos alguns trechos de entrevistas:

Mulher B: Eu crio minhas filhas nessa. **“Vocês têm que trabalhar pra ter o de vocês** porque vocês não vão tá esperando ‘marido me dê isso’, ‘pai, me dê isso’, ‘mãe...’, não. É seu, você faz o que você quiser”. (Primavera, 11/10/2022).

Andréa: **A educação que você deu pras suas filhas, você diria que foi uma educação feminista?**

Jitirana: **Totalmente não.**

Andréa: Ou ainda, nessa época você ainda não tava...

Jitirana: **Não era, viu. Mas a Bonina foi. Porque a Bonina teve... Já foi mais tempo,** né. A Bonina foi, mas as outras, as outras não foi, viu. Apesar... A Bocopa não aceita, viu, essa questão. Por exemplo, a Bonina, não sei se ela quer falar, mas a Bonina gosta de uma menina. [...] O pessoal aqui, todo mundo sabe, elas traz as meninas pra aí e tudo. **Isso, às vezes, por conta disso, dessa abertura que eu dei pra Bonina,** é que eu acredito que Bonina, hoje, ela tem esse apego e esse respeito por mim. **Porque ela teve essa educação e a orientação dela era justamente, foi o que ajudou.** Talvez ela tivesse sofrendo mais ainda se ela não tivesse essa educação que eu dei. Então foi muito aberto, assim, essa questão entre eu e Bonina. [...]

As minhas filhas têm... Tipo a Magnólia e Bonina têm seus namorados, seus namoricos e as... Eu pelo menos eu percebo que as amigas... A primeira amiga que ela diz é a mim. Hoje. A Magnólia hoje revelou uma coisa. [risos] Entendeu? Isso é bom. Isso foi o quê? Educação. Não procuram outras pessoas. Se procuram, não sei. Só sei que eu sei que isso é problema delas.

Andréa: **E isso você acha que foi depois que você se entendeu como feminista e passou...**

Jitirana: **Sim.**

Andréa: **Antes, se fosse antes você não teria essa abertura toda?**

Jitirana: **Não. Não tinha não, viu. Não tinha não. Era fechada e isso ia dificultar muito o relacionamento com as minhas filhas.**

Andréa: **Você acha que tem diferença das primeiras filhas...**

Jitirana: **Tem...**

Andréa: **Que você ainda não era, assim, não se dizia feminista, na criação?**

Jitirana: **Tem. Tem porque Bocopa e Protea, as duas são uma mente muito fechada, viu.** (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

No relato de Jitirana, ela faz uma comparação entre a criação das primeiras duas filhas e das duas últimas. As primeiras filhas, criadas em uma época em que Jitirana era militante de movimento social misto e não se reconhecia como feminista, possuem comportamentos conservadores. Já as duas filhas mais novas, principalmente Bonina, a filha mais nova, foram criadas de maneira diferente e com valores feministas, o que, para Jitirana, influencia na forma como elas se relacionam.

Para Cabnal (2010), as mulheres devem assumir um posicionamento político de defesa de seus territórios corpo-terra, considerando que o corpo é o primeiro território das mulheres. Defender seus corpos significa, também, desmontar os pactos masculinos com que as mulheres têm convivido. Parte dessa emancipação de seus corpos parte das novas formas de liberdade, que incluem a liberdade sexual e a liberdade do ócio e do descanso.

Parte das mulheres dos coletivos entende que as mais velhas não conseguem mais desmontar os pactos masculinos em que estão inseridas desde a infância, mas fazem o

enfrentamento ao patriarcado modificando a forma com que suas filhas e seus filhos são criados. E emancipar as próximas gerações é um compromisso que assumem para si.

Obviamente, apenas a socialização das crianças não é capaz de destruir as estruturas do patriarcado, mas é a partir das vivências concretas nas relações com os homens que essas mulheres esperam operar mudanças que podem representar a vida ou a morte das suas. Como afirma Saffioti (2015, p. 100), “se todos são socializados para ser machistas, não poderá esta sociedade mudar, caminhando para a democracia plena? Este processo é lento e gradual e consiste na luta feminista”.

Durante a roda de conversa em Cerejeira, falamos sobre violência, divisão sexual do trabalho e socialização das crianças. Perguntei de quem era a responsabilidade de criar os filhos e filhas de forma diferente e as mulheres responderam, quase que em coro, “das mulheres”. Perguntei se elas achavam justo que a mãe fosse a única responsável pela criação dos filhos e filhas e pelo destino das próximas gerações de mulheres e elas responderam que não. Mas completaram: “se não formos nós, não será ninguém porque os homens é que não vão querer mudar nada”.

Esse entendimento nos remete à Saffioti (2015), quando afirma que a luta contra o patriarcado não pode ser feita apenas pelas mulheres, pois a participação dos homens é fundamental na modificação dessa relação de poder. No entanto, somos nós, a categoria dominada-explorada, que conhecemos o que patriarcado possui de mais perverso e, portanto, temos a obrigação de liderar o processo de mudança. Observar como essas mulheres pensam e se organizam é ver a *práxis* feminista acontecer diante dos olhos.

#### 5.2.2.2.3 *Redes de apoio e solidariedade*

Para Saffioti (2015), uma das grandes responsáveis pela manutenção do sistema de dominação-exploração patriarcal é a solidariedade existente entre os homens. Por diversas vezes, a autora fala sobre como essa relação entre a classe dominante mantém o controle sobre a classe dominada-explorada.

Um dos meios que as mulheres rurais encontraram para sobreviver ao sistema de dominação-exploração em que estão inseridas foi construir redes de apoio e solidariedade comunitária, de forma a socorrer mulheres nas mais diversas situações de violência, seja masculina, seja do Estado, como veremos a seguir.



O aumento da violência contra as mulheres no período da pandemia levou à necessidade da realização de uma reunião presencial, após meses de suspensão das atividades dos coletivos, para ouvir as mulheres e entender o que estava acontecendo nas comunidades. As violências eram das mais variadas, incluindo a patrimonial, decorrentes do isolamento domiciliar com os agressores:

[...] **fizemos uma reunião presencial no meio dessa bagunça todinha.** E também num espaço grande, cada coordenadora de grupo de mulheres, só uma poderia ir, mas ela teve que fazer uma conversa na sua comunidade pra poder a gente fazer um relato sobre isso. E aí foi onde a gente ouviu vários, vários, vários relatos, onde elas reclamaram que elas, antes, nas suas casas, poderiam fazer suas coisas com mais tranquilidade. Até na questão financeira, elas cuidavam e tinham a oportunidade de vender, mas quando o marido ficou dentro de casa ficou observando isso e começou a querer dominar, entendeu? Houve muito problema. Dentro dos relacionamentos agora na pandemia. A violência multiplicou. (Jitirana, 27/05/2021).

A realidade da violência masculina contra mulheres, amplificada durante a pandemia, vem sendo debatida à exaustão nos coletivos de mulheres. Como discutimos anteriormente, o medo ainda faz com que muitas mulheres evitem o envolvimento em situações de violência doméstica. No entanto, essa é uma realidade que vem mudando com a organização comunitária.

Magnólia nos conta que foi vizinha de uma mulher constantemente espancada pelo marido. Ela ouvia os barulhos da violência, mas tinha medo de intervir, enquanto a vizinha tinha medo de denunciar. Foi com a união de outras mulheres da vizinhança que a violência foi, finalmente, controlada:

Magnólia: **Quando ela se sentiu acolhida por mim e pelas outras vizinhas, de vez em quando a gente se reunia, conversava, depois disso eu acho que ele ficou um pouco mais assustado e não batia mais nela.**

Andréa: **Depois que ela criou essa amizade com as vizinhas?**

Magnólia: Depois que ela criou amizade com as vizinhas. **Porque a gente dizia a ela. Eu dizia “não me metia só porque não vou me meter, mas...”. Aí as outras vizinhas “mas, no dia que você escutar...”, diziam na frente dela, “você ligue pra gente e nós vamos todo mundo”. Isso fez com que ele parasse de bater nela.** (Magnólia, 08/12/2021, grifo nosso).

Sálvia também falou sobre a importância da rede de apoio familiar ou comunitária para os casos de violência masculina contra mulheres. Seu relato é uma continuação do caso de sua irmã, em que seu irmão quase matou o cunhado com um tiro:

Sálvia: Eu sou meia... **Pra esses lado assim acho que se eu tivesse que morrer pra defender alguém, eu morreria.** E um dia meu filho mais velho chegou e falou que a minha irmã tava com o olho roxo. Eu morava em uma cidade e ele morava em outra. Longe. Só fiz tomar um banho, trocar de roupa, fui bater lá. Bati lá. Cheguei lá e ela se encostando com o olho meio... Eu falei “que que tu tem que tu não olha pra eu?”. Aí a menina dela, que é mais danadinha, falou assim “é porque o meu pai, tia, chegou bêbado e bateu no olho dela. Deixou nós dormir lá fora. Fechou a porta e

deixou nós lá fora de madrugada. Ah, eu esperei meu cunhado a tarde todinha. Quando ele chegou, todo “boa tarde, tudo bem, comadre”, eu falei “é, eu espero que fique bem”. Aí eu perguntei “por que você bateu na fulana?”. “Ah, comadre, eu não lembro não”. Falei “não?”. **Aí eu falei assim “qual a panela mais pesada que você tem aí?”. Ela fez “é a panela de pressão”. [risos] Aí eu falei “vamos fazer um acordo hoje, nós três junto aqui. Você vai separar a panela de pressão, quando ele sair que chegar bêbado, que levantar a mão pra você, você taca a panela de pressão na cabeça dele.** Quando ele acordar, eu duvido que ele não vai lembrar que foi você que bateu. Combinado? Agora, se você apanhar dele daqui pra frente, quem vai lhe bater sou eu. E na sua casa, enquanto você não criar vergonha, eu não piso mais não”. E nesse lugar eu nunca mais pisei.

Andréa: E ele? **Ela foi agredida de novo depois disso?**

Sálvia: **Não.** [risos]

Andréa: **Quer dizer... Ele agrediu ela aqui, quase morreu.**

Sálvia: **Foi...**

Andréa: **Aí não agrediu mais?**

Sálvia: **Foi.** [risos]

Andréa: **Aí, foram pra São Paulo e ele lá achou que tava de boa?**

Sálvia: **É...** [risos]

Andréa: **Aí agrediu de novo e só parou porque você foi lá...**

Sálvia: **Aí eu fui e dessa vez não aconteceu mais não.**

Andréa: Então isso é importante. A rede de apoio da mulher?

Sálvia: Com certeza. (Sálvia, 12/10/2022, grifo nosso).

Esse comportamento de “meter a colher”, apesar de ainda ser contido pelo medo, tem se espalhado pelas mulheres do Alto Sertão:

Andréa: **E quando pede ajuda às vizinhas, como é aqui? Recebe ajuda? Tem apoio? Ou vocês também têm medo de ajudar? Como é que funciona?**

Mulher D: **Se acontecer e eu puder botar dentro da minha casa, eu boto. Agora, depois de eu botar dentro da minha casa, ninguém entra não.**

[risos]

Mulher D: Eu quero ver entrar, ômi. Duvido. (Primavera, 11/10/2022, grifo nosso).

A rede de apoio comunitária também se manifesta na solidariedade entre as mulheres, que se faz presente também na partilha dos alimentos. Jitirana fala sobre o período em que Papoula estava passando por dificuldades em casa e as mulheres do coletivo se uniram para ajudar:

Jitirana: **Falei que a gente tinha uma família na comunidade que tava precisando muito de ajuda e era a gente que tinha que ajudar, a comunidade era pra isso. Inclusive o nome do grupo é “unidas somos mais”. Eu disse que, afinal de contas, precisamos fazer o nome da comunidade valer. Oxe! Menino! De imediato. Foi chegando, foi chegando, foi chegando.** Ela levou três vezes de tarde, cada uma das filhas com uma sacola grande na cabeça de comida, de óleo. Teve uma sacola que veio com produto de limpeza. De por aqui mesmo, viu. **O pessoal aqui mesmo se responsabilizaram, pediram, uns pediam aos outros, pediam em outro canto onde não faz parte do grupo.** Foi três dias. (08/12/2021, grifo nosso).

Para Magnólia, esse acolhimento é característico da zona rural:

Andréa: **E a diferença, assim, da vida da zona rural pra lá pra cidade?**

Magnólia: Na zona rural é bem melhor. Tem o sossego, você tem sossego, você... Os vizinhos que você tem, você sabe quem é quem. Na cidade é diferente, é cada um fechado no seu lugar. Se você der um grito pedindo socorro não aparece ninguém.

Você... **No sítio você se sente acolhida e na cidade é cada um por si e Deus por nós.** (Magnólia, 08/12/2021, grifo nosso).

No decorrer da pandemia de COVID-19, momento em que a população do campo sofria com o mais completo abandono do poder público, as redes de apoio e as práticas de solidariedade foram extremamente necessárias. Jitirana relata como essas ações foram realizadas durante a emergência sanitária:

Então, na pandemia... E não parei a militância como? Ano passado, eu, como eu te disse, eu consegui ainda... De pouquinho, mas **eu consegui quarenta e cinco cestas básicas pela Cáritas Diocesano**, indo buscar no Agreste. Chamei essa menina da associação próxima, fizemos uma parceira. Eu não tinha muito dinheiro, mas a associação sempre tem... A associação o povo tão pagando. Então, o que era que eu fazia? Juntava os dois reais que as mulherzinhas davam aqui e dizia “olhe, é pra buscar uma feira, me ajude com esses dois reais”. Juntava, pagava a minha passagem, pagava um pouco do que eu recebia e desabava pro Agreste pagando... Pedindo às vans pra trazer. A gente foi... A última feira que a gente trouxe, a gente pediu pra trazer de carona mesmo que a gente não podia pagar as cestas. Perguntei ao rapaz “a gente vai pagar as passagens a vocês pra ir e voltar, vamos ficar lá o dia todinho esperando vocês, vocês aceitam trazer as feiras da gente?”. Era vinte... Não, dessa vez era dez feiras, só que dez feiras com trinta quilos. Ele falou assim “você me disse que eram dez feiras”. Eu disse “mas é porque é dez feiras, rapaz, mas só que acompanhada”. “Mas não tem como”. “Então tá bom, então a gente fica”. “Não. Bora dar um jeito”. Agora a gente não podia ficar não, sabe, porque já era de tarde. Como é que nós ia ficar lá no Agreste, num posto? Mas, graças a Deus e ao querer do homem, ele se empenhou lá, botou nos pés do povo, botou em todo canto e trouxe as feiras pro povo. Foi bom demais, viu. Não parei. (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

Então, **duas vezes, eu consegui uma feira pra comunidade aqui, pra vinte mulheres. E a outra feira foi o movimento** [refere-se ao MMTRP-AL] que se organizou e cada região, no meu caso, comprei também, fiz umas cestas básicas aqui pra vinte mulheres aqui da comunidade. [...] Como era que eu entregava: **a entrega foi toda ao ar livre aqui fora de casa, debaixo de umbuzeiro, a mesa pra elas assinarem as folhas também bem separada, cada uma chegando, a que entrava no meu quintal, na porteira já passava álcool na mão e com máscara, as feiras tiveram que ter kits de máscara e de álcool. Quem não trazia máscara, eu já até tinha outra máscara, essa máscara cirúrgica, já pedia pra ela colocar e aí já entrava assim.** E deu certo, sabe? Então, nós participamos dessa forma. (Jitirana, 27/05/2021, grifo nosso).

Ao longo das conversas com as mulheres, principalmente as que residem em Primavera, fica claro que Jitirana é vista como um ponto de apoio da comunidade, sendo lembrada pelo seu compromisso:

Andréa: **Aqui, se tu precisar, numa emergência, se precisar de ajuda, pede ajuda a quem? Qualquer emergência, qualquer coisa.**

Alpina: **Jitirana.**

Andréa: Já precisou da Jitirana numa emergência e ela ajudou?

Alpina: Já.

Andréa: **Então vocês têm essa rede de apoio? Quando uma precisa...**

Alpina: Graças a Deus. **Quando uma precisa, a outra tá pronta pra ajudar. Se puder, se não puder, a gente dá um jeito...**

Andréa: Todo mundo se ajuda?

Alpina: Todo mundo se ajuda. (Alpina, 12/10/2022, grifo nosso).

Andréa: E o que você acha de mais importante no coletivo, de tudo o que já foi feito.  
**O que você acha que foi o mais importante?**

Alpina: **De mais importante? A determinação e a coragem que Jitirana tem pra seguir esse coletivo** pra trazer alguns benefícios pra comunidade porque se não for ela, minha fia, é lasqueira. Sempre ela tá de dentro, sempre ela é o braço direito do coletivo. E ela que traz alguns benefícios pra comunidade. É através de Jitirana. (Alpina, 12/10/2022, grifo nosso).

**As coisas que eu acho muito importante, que nem ela mesmo [fala sobre Jitirana], que se esforça muito pela gente.** Que, assim, a gente não anda, né. Mas onde ela anda é arrumando coisa pra gente. Ali, graças a Deus, quero que Deus dê muita saúde a nós e a ela. Muito mesmo. Que eu não tenho o que pagar nunca o que ela faz. (Papoula, 08/12/2021, grifo nosso).

#### *5.2.2.2.4 Rompendo as amarras: resistência cotidiana e liberdade*

De acordo com Saffioti (2015, p. 84), “mesmo quando permanecem na relação por décadas, as mulheres reagem à violência, variando muito as estratégias. A compreensão deste fenômeno é importante, porquanto há quem as considere não sujeitos e, por via de consequência, passivas”. Durante todo esse trabalho, evitamos ao máximo a utilização do termo “vítima” para evitar qualquer conotação passiva que a palavra possa trazer. Assim, como Saffioti, entendemos mulheres, mesmo as que se encontram em situação de violência, como sujeitos capazes de resistir e reagir.

Para Riot-Sarcey (2009), a classe dominante se esforça para eliminar os rastros de contestação ao seu poder, fazendo com que as formas de resistência, muitas vezes, sejam invisibilizadas. No entanto, o poder é um elemento constitutivo da sociedade e a sua existência não pode ser concebida sem resistência. Assim, “o fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que a ele as mulheres não oponham resistência. [...] sempre que há relações de dominação-exploração, há resistência, há luta, há conflitos” (SAFFIOTI, 2015, p. 139).

A participação das mulheres nos coletivos feministas tem resultado em mudanças nos seus comportamentos e até mesmo nas suas relações familiares<sup>97</sup>. O rompimento com a submissão ao marido e as alterações nas relações desiguais de divisão de trabalho doméstico aparecem em diversas entrevistas. Perguntada sobre os impactos da campanha “Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico”, Jitirana responde:

Jitirana: **Aquilo ajudou muito aqui**, viu. Inclusive essa menina mesmo foi uma das que mudou. [...] **Mas até as meninas que se casam, com essa história toda que eu**

97 Observação participante e registros em diário de campo.

**te falei de gravidez e tudo, mas quando se juntam [risos] vamos dividir.** Essa cabra aí, que é perigoso mesmo, ele lava louça, deu banho na esposa, lava a roupa da esposa, faz tudo. **E elas ensinam, viu.** [...]

Andréa: E é de um tempo pra cá?

Jitirana: É.

Andréa: Depois que elas começaram a saber, a ter informação, a participar?

Jitirana: Isso. Isso, isso, isso.

Andréa: Antes era diferente?

Jitirana: Era diferente, viu [risos]. Era diferente. [...] **Aí agora as jovens aqui se juntam, que aqui não se casam, maioria se junta. [risos] E aí, quando se junta, já vai dizendo “olhe, você vai fazer isso e eu vou fazer isso”. Porque elas passam por essa formaçãozinha aí.** (Jitirana, 08/12/2022, grifo nosso).

Na roda de conversa de Primavera, houve uma discussão sobre a divisão sexual do trabalho. Apesar das mulheres conhecerem várias histórias de maridos que ainda são servidos por suas esposas, no grupo apenas uma mulher “confessou” a prática, alegando que não é possível modificar os hábitos após vinte anos de casamento e que o homem, por trabalhar o dia todo, mereceria esse cuidado. As outras mulheres possuem vivências diversas. Uma, não sem oposição, conseguiu modificar o comportamento do marido. Outra tem um marido já educado dessa forma desde criança, que divide todas as tarefas domésticas e, por isso, às vezes recebe o agrado de ser servido no prato. Seleccionamos uma parte da conversa:

Andréa: **Ainda tem muito disso da mulher ter que servir o marido, colocar prato?**

Todas: **Tem!** [risos]

[vozes superpostas]

Mulher H: **Nem eu boto a dele e nem ele bota a minha.**

Mulher B: **Mas aí você acostumou de quando casou. [...] Agora imagine eu, com um casamento de vinte anos e agora vai querer mudar.** Aí ele vai dizer “fia da peste, você arrumou outro”.

Mulher F: **Eu botava a comida do meu, mas eu deixei e agora é ele que bota.**

Andréa: E foi? Tu deixou?

Mulher F: Deixei.

Andréa: E ele disse nada?

Mulher F: Não. **No começo ele reclamou, mas acostumou já. Ele mesmo bota a comida dele.**

Andréa: **E por que foi que você deixou de botar?**

Mulher F: **Porque eu acho que é muita folga.** A pessoa já cuida da comida e você ainda só comer se você botar no prato?

[risos]

Mulher B: Ô, mulher, **mas também o cara tá lá o dia todinho, o cara [a mulher] tá em casa, né. Aí, quando chega “mulher, bote aí o de comer”, aí o cara [a mulher] vai lá e bota. Eu boto.**

Andréa: **Mas você não trabalha o dia todinho também?**

Mulher B: Mas o negócio é esse... **A mulher sempre tem mais uma folguinha do que o homem.**

Jitirana: **Agora tenha.**

[vozes superpostas discordando]

Mulher K: **Ele é igual a uma mulher. Ele faz tudo tudo dentro de casa que uma mulher faz.**

Mulher F: O meu não faz não.

Mulher K: **Aí, às vezes, eu boto.**

Andréa: Mas você não cuida da casa sozinha, né?

Mulher K: Não. **Ele faz tudo dentro de casa. Ele me ajuda e muito.**

Andréa: Mas deixa eu perguntar... **Por que que vocês falam que eles “ajudam”?**

Mulher K: **Eles têm que ajudar, né... É obrigação. Na cabeça deles, eles não tem obrigação.**

Mulher F: **O meu diz assim “eu vou ajudar hoje, mas não acostume não”.**

Jitirana: **Tem uma moça que casou com um rapaz que a mãe, ele ia jogar bola e, quando chegava em casa, a mãe levava a jantinha.** Ele ia trabalhar, buscar palma pro gado, o que for, chegava em casa, tomava banho na hora do almoço, deitava no sofá, a mãe leva o almoço. E aí a menina casou com esse rapaz.

Mulher K: Ih, coitada.

Jitirana: **Aí esse rapaz chegou em casa, no primeiro dia... Foi trabalhar, tal, quando chegou em casa, se jogou no sofá. E ela botou a comida dela e ficou lá na mesa comendo. “Não vem não comer?” e ele lá esperando.** Daí a pouco, ele foi pra casa da mãe. Ele não disse nada e foi pra casa da mãe. Chegou na casa da mãe, se jogou no sofá, a mãe “meu fio quer comer?”, botou comida, comeu. Aí quando chegou em casa disse “eu fui comer na casa de mamãe, você não botou comida”. Aí ela falou assim “pois você vai comer na casa da sua mãe todo dia porque a comida tá feita”, disse igual a você. **“Eu faço a comida, vou mais você tirar cova, eu faço tudo, quando você chega vai deitar no sofá e eu vou fazer a comida, aí você ainda quer que eu bote no prato? Pois sua mãe lhe acostumou mal acostumado. Comigo é diferente. Você casou com uma mulher pra fazer tudo, menos lhe dar comida na boca. Você quer comer? Pois você vai todo dia pra casa da sua mãe”.**

Mulher K: Agora aí foi a mãe que mimou demais. Tem mãe que mima demais.

Jitirana: **Hoje ele faz arroz, faz feijão, faz ovo, faz tudo.**

Andréa: Aprendeu?

Jitirana: **Aprendeu. No primeiro dia do casamento.**

Mulher K: **Eu cozinho o feijão, né. Mas o arroz é ele que faz, a carne ele assa. Mas ele não fazia não.**

[inaudível]

Andréa: Ah, o marido dela [mulher K] é seu irmão?

Mulher O: É.

Andréa: **E ele foi criado assim, fazendo tudo dentro de casa?**

Mulher O: [inaudível] nunca gostou.

Mulher K: **Ele nunca gostou de bagunça.**

Andréa: **Então já foi a criação dele? Ele já foi acostumado?**

Mulher O: **Ele já amanhece o dia com a vassoura.** [risos] Varrendo a casa. (Primavera, 11/10/2022, grifo nosso).

Apesar de não ter sido possível transcrever todas as falas dessa conversa, pois foram muitas histórias e muitas vozes contando experiências ao mesmo tempo, é possível perceber que há uma tomada de consciência das mulheres de que os homens, quando estão realizando tarefas domésticas, não “ajudam”, mas apenas fazem a sua parte. Os relatos mostram que as mulheres passaram a ver a tripla jornada como algo injusto e impuseram uma nova forma de arranjo social dentro de suas casas.

Para Alpina, assim como para Jitirana, as mulheres rurais possuem a mesma força, ou até mais, que os homens justamente porque foram criadas com o trabalho duro na agricultura. Ela nos conta, ainda, que prefere fazer o “trabalho pesado” do que o “trabalho doméstico”:

Alpina: Ixi, **eu prefiro tá na roça meio-dia em ponto arrancando toco, na enxada, no que for, de que tá cuidando dentro de casa. [...]**

Andréa: Ô, Alpina, e tu acha que na força de lidar com a enxada as mulheres são iguais aos homens ou os homens...

Alpina: **Algumas. Tem mulher que ainda é mais forte de que os homens.** [...]

Andréa: E tu acha que tem diferença da mulher sertaneja pra mulher da cidade?

Alpina: Rapaz, eu acho que sim. Porque tem mulher de cidade que não sabe nem o que é uma enxada. E a gente que já nasceu na roça, minha fia, quando vê um pinga de chuva endoidece. [risos] [...]

Andréa: Pra se defender... Você acha que as mulheres do campo conseguem se defender melhor do que as da cidade?

Alpina: Eu acho. Mais força...

Andréa: Tem mais força?

Alpina: Sei lá... Eu acho. Tenho pra mim que sim.

Andréa: Por conta dessa vida de vocês, já desde pequena...

Alpina: É porque a gente já vive no trabalho da agricultura... Na verdade, é de tudo. No que botar a pessoa vai. Desde que você seja dependendo daquilo pra sobreviver... A gente planta, a gente colhe, é... (Alpina, 12/10/2022).

A divisão sexual do trabalho, que considera o trabalho do homem como “pesado” e o da mulher como “leve”, vem sendo enfrentada aos poucos. E parte dessa mudança está ligada à socialização das crianças. Sálvia resume o pensamento geral do coletivo ao dizer que “mulher trabalha e homem trabalha. Mulher não ajuda homem, mulher trabalha também”<sup>98</sup>.

Outro aspecto observado é que as mulheres são, muitas vezes, desestimuladas e desacreditadas à participação nos coletivos e nos projetos. Em 2017, as mulheres do coletivos do Alto Sertão, em parceria com o MMTRP-AL e a ONG Rainbow of Hope for Children, participaram de um projeto de construção de cisternas que se chamava “Mulheres e Jovens Construindo Água no Sertão Alagoano”<sup>99</sup>.

O objetivo central do projeto era a capacitação e o aperfeiçoamento das mulheres e jovens cisterneiras para a construção de cisternas de placa, trabalho considerado como masculino. O curso tinha como objetivo, além de promover o acesso à água potável no Sertão, proporcionar às mulheres um ofício condizente com as oportunidades regionais e que lhes garantisse autonomia financeira<sup>100</sup>.

98 Entrevista realizada em 12/10/2022.

99 Dados obtidos a partir dos relatórios produzidos durante a assessoria ao MMTRP-AL.

100 A capacitação das mulheres era realizada por etapas. Na última etapa, grupos de mulheres participavam da construção das cisternas umas das outras, sendo que suas próprias cisternas só eram iniciadas após a finalização da anterior, o que garantia que todas permanecessem no projeto. As mulheres trabalhavam, em média, oito horas diárias e cada cisterna levou cerca de dez dias para ser construída. Ao todo, foram construídas dezesseis cisternas, divididas entre cinco comunidades de dois municípios.

FOTO 5 – MULHERES CONSTRUINDO CISTERNAS



Fonte: Arquivo fotográfico de Jitirana (2017)

A participação das mulheres nesses cursos representava uma quebra de estereótipos, já que a construção de cisternas era uma atividade realizada quase exclusivamente por homens. Para Kergoat (2014), a socialização faz com que as mulheres acreditem que suas competências advêm da natureza, e não da cultura em que estão inseridas. Para que as mulheres consigam questionar essa socialização, faz-se necessário um longo trabalho para compreender como sua própria consciência é colonizada.

Durante as entrevistas, ouvimos como essas mulheres foram desencorajadas a participar da capacitação sob o argumento de que não eram capazes de realizar tarefas pesadas ou que o trabalho ia ficar mal feito. No entanto, as mulheres aceitaram o desafio e construíram cisternas que, garantem elas, são melhores que as dos homens:

**Andréa: E você percebe também nas outras mulheres se há mudança quando elas entram nos coletivos?**

**Jitirana: Sim. [...] Tem algumas mulheres aqui que até se libertaram. Tipo... Tem uma jovem aqui, que é casada, Amarílis, que, quando eu chamei ela pra vir pro grupo de mulher, o marido dela disse “você não vai não”. E ela falou assim “eu vou sim, eu não vejo Jitirana fazendo nada errado”. Aí ela ganhou uma cisterna dessa aqui. [...] Mas, pra ganhar, antes tem que ver fazer, né. O marido dela disse “você não sabe, você não consegue fazer, você não pode fazer, que é pesado e você não vai fazer cisterna”. Aí ela falou assim “eu vou fazer”. Primeiro ela falou assim “eu já ganhei, eu vou fazer e eu vou permanecer. Se você não quiser, sei lá, feche os olhos, faça qualquer coisa, a decisão é sua. Agora, que eu vou, eu vou”. Foi. Ela partilhou isso aqui essa semana, no grupo aqui. Foi. E até hoje ela fala assim, que tudo o que ela tem hoje ela agradece ao movimento de mulheres. A organização que a gente tem aqui. Porque ela disse que, senão, ela tava parada, não sabia lidar... Tem horta, tem tudo. Entendeu? Então mudou. (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso)**



Mulher F: **É que nem quando foi fazer cisterna, né, Jitirana. Nós começamos a fazer cisterna, o pessoal chegava “ê, segura não, ê, não vai segurar não”.**

Jitirana: É... “Vai segurar não a cisterna”

Mulher F: Eu **“você não falem o que não sabem. Quando a gente terminar aqui, a gente vê”**. Ainda hoje eu tenho minha cisterna aí, ó, com água. E nunca deu problema.

Andréa: Naquele projeto, né, que uma ia construindo a das outras?

Jitirana. Isso. Tu era assessora na época, nera?

Andréa: Era.

Jitirana: Ela era assessora.

Mulher F: **Nós somos cisterneiras de mão cheia.**

Andréa: E é?

Mulher F: **Eu, ela, ela...**

Jitirana: **Tudinho.**

Mulher F: A outra tá na rua.

Mulher J: **Já a de lá de casa foi feita por um homem e teve que ser remendada mais de duas vezes.**

Mulher F: **Vixi, a minha nunca vazou.**

Jitirana: **Hoje foi remendada de novo. A que foi feita pelo homem.**

Mulher F: **A minha nunca vazou. Botei todo mundo pra trabalhar. Tamo esperando as das outras aí pra nós fazer.**

Jitirana: É isso mesmo.

Andréa: **E vocês acham que isso também é feminismo?**

Mulher F: **Eu acho que sim.** (Primavera, 11/10/2022, grifo nosso).

Essa postura de afronta aos maridos – e ao patriarcado – adotada pelas mulheres rurais não vem de forma fácil. Erguer-se contra a submissão e impor sua vontade como sujeito é também uma aprendizagem para essas mulheres. Como nos aponta Riot-Sarcey:

A passagem do sujeito submisso a sujeito livre supõe o questionamento das formas do poder que se exerce sobre cada indivíduo. O poder de dizer *eu* é também uma luta contra as formas de sujeição – contra a submissão da subjetividade – de que as mulheres são especialmente vítimas. Alcançar o estatuto de sujeito livre faz parte da aprendizagem do poder, no respeito por si e pelo outro. (Riot-Sarcey, 2009, p. 187).

Para Jitirana, essa passagem do sujeito submisso para o sujeito livre só foi possível a partir da militância e do contato com o feminismo:

Isso, então, quando eu era casada, eu sofri muito isso porque eu deixei de fazer muita coisa. Deixei de fazer, de estudar, deixei de fazer muitas coisas porque eu seguia essa... Essa cultura. **Eu obedecia, eu era escrava dessa cultura. E, quando eu parti pra militância, quando eu não me senti sozinha, quando eu comecei a ser orientada por pessoas, por mulheres feministas...** “Não, Jitirana, mas não é assim”. (Jitirana, 08/12/2021, grifo nosso).

No trabalho rural e, sobretudo, na agricultura familiar, há muitos “patriarcas de patrimônios pequenos” que se resvalam da ideia-valor rural do patriarcado para querer impor ordem nas suas casas. A conformidade, aparente ou não, de muitas mulheres, materializa-se pela dificuldade que encontram de se manter no mercado de trabalho e criar uma independência financeira e emocional dos homens, gerando um medo de denunciar, um silêncio. (SCOTT; RODRIGUES; SARAIVA, p. 71). Dessa forma, romper as amarras da

dependência financeira também é fundamental para que as mulheres rurais possam oferecer resistência ao patriarcado:

Andréa: E no seu dia a dia, o que você acha que você faz que seria uma atitude feminista?

Alpina: Uma atitude feminista... **É que na verdade eu sou muito assim... Na verdade, independente. Eu gosto de eu ter mais pra ajudar o marido quando ele falta do que mesmo eu pedir pro marido.** Eu me acho, eu... Sabe...

Andréa: **Independência financeira principalmente?**

Alpina: **Principalmente. Às vezes ele não tem e eu tenho. E eu acho melhor eu ter do que eu pedir pra ele.**

Andréa: Você não gosta de ficar dependente?

Alpina: **Não gosto de ser dependente. Eu sou sempre independente.**

Andréa: **E você acha que isso é importante por quê?**

Alpina: Nesse caso, eu acho melhor eu ter porque assim... **Se eu chegar num caso, que eu já cheguei, a ficar sem ele. Ausente de casa. Eu sei me virar.** Eu não sou morto de espírito pra ficar esperando, chegar a passar até necessidade, por conta que eu só dependia do marido. Então eu acho melhor eu ter o meu, porque aí eu já sei que, Deus o livre, meu Deus, ele se ausente, eu sei me virar. É por isso que eu não gosto de... eu sempre me viro, eu sempre... Quando ele não tem, eu sempre ajudo. Quando eu não tenho, ele ajuda. E assim a gente vai. (Alpina, 12/10/2022, grifo nosso).

Por fim, e talvez mais importante, durante o trabalho de campo, observamos que as mulheres não aceitam mais a submissão à violência masculina como algo natural. Quando uma mulher afirma que está preparada para adotar uma atitude extrema como defesa, é seguida e apoiada por outras:

Mulher D: **Eu não sei se é porque no tempo que eu era pequena, desse tamanho, eu via meu pai bater na minha mãe muitas vezes...** Eu saía correndo, acolá, de noite, com a minha irmã encostada a eu e o outro, que era gordão, no braço aqui e eu partia por acolá, ó... Ia pra casa da minha avó. Deixava minha mãe lá no cacete lá. Quando eu chegava lá, com muito tempo ela chegava atrás, correndo por dentro dos mato. Eu não sei se é por causa disso, que eu passei por isso também... Muitas vezes.

Jitirana: Você apanhou também?

Mulher D: Não. **Apanhar eu não apanhava não.** Eu era pequena, eu pegava o mais novo, jogava no braço e saía correndo. Eu cansei de ver isso daí. **Cansei de ver meu pai bater na minha mãe.** Eu ficava assim olhando, eu dizia “é isso mesmo, né... **No dia que eu crescer, que eu arrumar um macho, no dia que ele bater n’eu, eu mato ele no outro dia**”.

[risos]

Mulher F: **Ela mesmo faz a justiça dela.** (Primavera, 11/10/2022, grifo nosso).

Durante as conversas, ficou claro que existe uma questão geracional na forma com que as mulheres lidam com o enfrentamento à violência patriarcal. As mulheres mais velhas – geralmente a partir dos 60 anos – e não participantes dos coletivos ainda acreditam que cabe à mulher manter o casamento, ainda que sofra violência. As mulheres entre 30 e 60 anos, que fazem parte dos coletivos e conviveram com a violência na infância, são firmes ao declarar que preferem matar do que viver uma vida de violência. Já as mulheres mais novas, criadas

pelas anteriores, não aceitam mais a violência como parte do seu destino e já incorporam as resistências cotidianas no início de seus relacionamentos.

O feminismo comunitário nega-se a aceitar que a igualdade entre homens e mulheres significa mulheres ocupando os espaços construídos pelos homens. Para o feminismo comunitário, a luta feminista deve pensar outros mundos possíveis. E essa construção de mundo passa pela visão da comunidade como forma de vida da humanidade, parte da natureza, auto-organização e autodeterminação (ARROYO, 2019).

Cabnal (2019) vai além do entendimento de Lerner (2019) e afirma que “o patriarcado não nasceu na natureza, porque a natureza não gera opressão e violência sobre nossos corpos. E, se o patriarcado foi construído, ele também pode ser desconstruído”. Para isso, é preciso considerar que o patriarcado, o racismo e o colonialismo devem ser combatidos juntos pois, do contrário, “lutamos com base em opressões de apenas um lado da teia da vida” (CABNAL, 2019).

Finalizamos com Arroyo, que parece resumir bem o que significa a luta e a resistência das mulheres do Alto Sertão alagoano:

Recuperando a sabedoria do nosso povo, das nossas ancestrais que lutaram por outro mundo, sem exploração, sem violência, desde o feminismo comunitário não queremos pensar as mulheres frente aos homens, mas pensar mulheres e homens com relação à comunidade, denunciando e lutando contra o machismo e o patriarcado. Uma comunidade onde se reconheçam as diferenças e não se disfarce com estas os privilégios, uma comunidade que não parte dos direitos, mas do respeito e responsabilidade com a vida. (ARROYO, 2019, p. 31).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

— *Deve ser a sementeira  
o defendido hectare,  
onde se guardam as cinzas  
para o tempo de semear.*

(João Cabral de Melo Neto<sup>101</sup>)

Desde o início desta pesquisa, foi feita a opção pela abordagem materialista e a literatura utilizada focava em autoras cujo pensamento estivesse em consonância com essa escolha, com atenção especial para o conjunto da obra da brasileira Heleieth Saffioti. Após o contato inicial com as mulheres participantes do estudo, senti a necessidade de buscar autoras que realizassem uma análise do patriarcado a partir da nossa realidade local, não apenas do Sul global, mas da América Latina, de forma a também considerar o colonialismo como peça chave na opressão sofrida pelas mulheres. Essa busca por autoras feministas decoloniais direcionou-me à produção de teóricas como Lorena Cabnal, Ochy Curiel e Adriana Guzmán Arroyo, feministas da América do Sul, ou melhor, de *Abya Yala*, que mantém a abordagem materialista em suas análises e discutem sobre o patriarcado originário ancestral, condições muito próximas à realidade vivenciada pelas mulheres brasileiras desde a colonização. Além, é claro, de Rita Segato, que pesquisa a realidade brasileira.

Para Kergoat (2014), estudar a emancipação só é possível a partir de uma pesquisa que considere o surgimento de um sujeito político por meio de um grupo concreto em espaço e tempo reais, observando um espaço-tempo “onde a capacidade de agir se faz concreta” (p. 19). Para a autora, a construção de uma política emancipatória exige que se vá além da análise do sistema dominante e suas formas de dominação. É preciso, portanto, estudar as formas de resistência a essa dominação.

Para além dessa preocupação, a construção de um estudo que contribua, de forma efetiva, para um processo emancipatório que inclua os grupos vulnerabilizados da América Latina precisa, além de considerá-los como sujeitos, incluí-los no fazer da pesquisa. E essa inclusão só pode acontecer quando há preocupação e respeito às suas práticas, suas experiências e seus saberes (SCHERER-WARREN, 2010). Este estudo atentou-se, desde o início, à escuta das experiências e histórias das mulheres rurais, observando suas práticas

---

101 MELO NETO, 2017, p. 54.

cotidianas e respeitando suas especificidades. Não foi uma pesquisa feita *sobre* as mulheres rurais, mas *com* as mulheres rurais.

Além disso, é importante que não se entenda o Alto Sertão como um local habitado por pessoas brutas e violentas e, muito menos, as mulheres sertanejas como vítimas passivas e sofredoras. O objetivo desse trabalho é justamente o oposto. É mostrar como *apesar de* o Alto Sertão ser um território negligenciado pelas políticas públicas, o que impede o seu pleno desenvolvimento social, as mulheres sertanejas estão, a meu ver, muito à frente da maioria dos coletivos de mulheres urbanas existentes hoje em Alagoas no que tange à auto-organização e militância feminista, ainda que muitas ainda não tenham segurança em se reconhecer dessa forma.

Essa vanguarda das mulheres rurais na luta por direitos, não só em Alagoas, mas no Brasil, pode ser comprovada pela análise da participação dessas mulheres nos movimentos sociais e sindicais do campo desde a década de 50. Muito antes de serem reconhecidas como “pautas feministas”, as reivindicações sobre igualdade de direitos trabalhistas e previdenciários, além da proteção da maternidade e da infância, já faziam parte da agenda de luta dessas mulheres. A aproximação com o movimento feminista veio bem depois, a partir da década de 80, com organização em movimentos autônomos. A partir daí, a luta das mulheres rurais foi ampliada, incorporando também o enfrentamento à violência contra mulheres e outras pautas consideradas feministas.

As mulheres rurais, tanto as organizadas de forma autônoma, como o Movimento de Mulheres Camponesas e nos diversos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais, quanto as participantes de movimentos mistos, como as FETAG's e a CONTAG, foram responsáveis pelas conquistas de diversas políticas públicas voltadas às mulheres do campo. A Marcha das Margaridas, agregadora desses movimentos rurais e de outras organizações, como a Marcha Mundial das Mulheres, rompeu com a submissão das mulheres ao espaço privado e levou centenas de milhares de mulheres às ruas de Brasília. A Marcha exigiu seu espaço nas mesas de diálogo com o poder público e ajudou a implementar um “tempo de colheita” que durou até 2016, quando a Presidenta Dilma Rousseff sofreu o golpe.

No “tempo de perdas”, as mulheres rurais organizadas recusaram-se a reconhecer a legitimidade do ocupante da cadeira presidencial e foram às ruas em defesa das mulheres e contra os desmontes nas políticas públicas que tanto lutaram para conquistar. Após seis anos, as mulheres rurais estão, neste momento, preparando-se para o “tempo de semeadura”, com o

fim de um governo de morte e, já no horizonte, a visão de um novo governo de esperança, onde o diálogo será novamente possível.

Durante o trabalho, identificou-se, ainda, que as políticas públicas estaduais de enfrentamento à violência contra as mulheres são insuficientes nas áreas rurais, estando concentradas na capital e nas áreas urbanas das cidades polos. É preciso, portanto, investir na interiorização da Rede, fortalecer os instrumentos já existentes, como o Fórum de Enfrentamento à Violência contra Mulheres Rurais, e criar novos mecanismos capazes de frear a violência contra as mulheres no campo.

Além disso, é preciso que o movimento feminista alagoano repense sua relação com as mulheres rurais. A manutenção de uma atitude que oscila entre paternalista, desconsiderando essas mulheres como sujeitos, e de menosprezo, simplesmente ignorando suas existências, não será mais tolerada. As mulheres rurais estão cada vez mais organizadas e articuladas e, apesar de serem constantemente subestimadas, sabem reconhecer e combater a reprodução patriarcal, racista e colonialista existente em organizações de mulheres no estado de Alagoas.

No decorrer da pesquisa, foram utilizadas teorias feministas decoloniais para examinar o entroncamento patriarcal ocorrido após a colonização do que hoje se chama América Latina. Fazendo um apanhado histórico sobre a formação do Sertão nordestino, foi possível observar como a junção do colonialismo, capitalismo, racismo, patriarcado ocidental, originário e ancestral deram origem ao patriarcado que hoje é encontrado no Alto Sertão alagoano.

A investigação das violências no Alto Sertão não foi tarefa simples. Por muitas vezes, senti dificuldade em lidar com relatos crus de violências. A tarefa de transcrever os piores momentos da vida de algumas mulheres pareceu ainda pior do que a de ouvir os relatos pela primeira vez. Mas era uma tarefa necessária. Analisar as violências demandou, ainda, o exame da seca, não como fenômeno natural, mas como fenômeno político e violência do Estado.

O Estado também foi reconhecido como perpetrador de violências. A violência institucional, efetivada a partir da revitimização de mulheres que buscam ajuda após sofrerem violência, foi observada em vários relatos. O que se depreende deste estudo é que as mulheres rurais não possuem acesso a políticas públicas de enfrentamento à violência em seus territórios. Não é que o acesso seja insuficiente, ele é inexistente. A Rede de Enfrentamento não está disponível no campo e, para conseguir qualquer tipo de ajuda, as mulheres rurais precisam se deslocar até a cidade mais próxima, que nem sempre faz parte do município ou mesmo do estado que residem.

Essa ausência do Estado representa não só um problema para o atendimento de mulheres em situação de violência, mas um reforço ao patriarcado local. Sem acesso não só a direitos, mas também à informação, muitas mulheres sequer sabem que são violentadas no seu dia a dia. No Alto Sertão de Alagoas, Estado e patriarcado caminham de mãos dadas.

Uma das formas encontradas pelas mulheres rurais para minorar a omissão estatal foi a auto-organização em coletivos autônomos. Como desenvolvido no quinto capítulo, esses coletivos são formados, em sua maioria, a partir de grupos comunitários de mulheres da Igreja Católica ou de grupos de mulheres interessadas em acessar políticas públicas, como as cisternas. A luta por políticas públicas, principalmente as ligadas à convivência com o Semiárido, é uma das questões prioritárias dos coletivos.

A partir da formação dos grupos, é possível trabalhar também a consciência crítica sexual, de classe e de raça, o que desperta nas mulheres questionamentos ao modelo de família patriarcal imposto em suas comunidades. O acesso a informações, os debates sobre as diversas formas de violências, a divisão sexual do trabalho e o feminismo geram nas mulheres o ânimo de mudança. Tomar consciência da opressão patriarcal em que estão inseridas faz com que elas busquem formas de resistência nos seus grupos, nas suas casas e nas suas famílias.

No início do trabalho, elegi como finalidade dar resposta ao seguinte problema de pesquisa: se e em que medida a organização de mulheres rurais em coletivos autônomos, localizados na zona rural do Alto Sertão de Alagoas, pode opor resistência às manifestações de opressão do patriarcado em suas comunidades.

Foi possível observar que a consciência adquirida a partir da organização coletiva tem provocado alterações nas relações intrafamiliares, modificando não apenas o relacionamento das mulheres com seus maridos mas, principalmente, com seus filhos e filhas. A socialização das crianças para a igualdade entre homens e mulheres mostrou-se a maior ferramenta de mudança nas comunidades, principalmente naquelas em que os coletivos já estão na segunda geração de mulheres. Nota-se que a geração de mulheres jovens, educadas por mães participantes dos coletivos, consegue impor uma dinâmica diferente em seus relacionamentos, não só opondo uma resistência velada às manifestações patriarcais, mas afrontando diretamente seus parceiros e os costumes locais.

Conclui-se, portanto, que a resposta ao questionamento inicial é sim. A organização de mulheres rurais em coletivos autônomos no Alto Sertão alagoano é capaz de opor resistência às manifestações do patriarcado em suas comunidades e está, aos poucos, buscando uma nova

forma comunitária de viver com dignidade. É preciso apontar, no entanto, que essa resistência poderia ser ainda maior e mais eficiente se estivesse acompanhada de políticas públicas adequadas à convivência com o Semiárido, à geração de renda e ao enfrentamento à violência contra as mulheres.

Durante a execução desta pesquisa, precisei lidar com algumas limitações. A primeira delas foi a pandemia de COVID-19. A pandemia atrasou o início da fase de trabalho de campo e essa era uma das principais fontes de dados da pesquisa. Mesmo com os ajustes realizados e a realização de entrevistas em formato remoto, a sensibilidade do tema impediu um aprofundamento na minha relação com as mulheres participantes do estudo.

Além disso, como todas as pessoas que fazem pesquisa atualmente no Brasil, sofri com a falta de verba para as viagens. Os custos de transporte, hospedagem e locomoção na região pesquisada são altos e, sem auxílio, a ida ao campo seria quase impossível. No primeiro campo, pude permanecer na cidade por seis dias devido ao auxílio financeiro ao estudante, que cobriu todas as seis diárias. No segundo campo, apenas uma diária foi autorizada e, por isso, não pude estender minha permanência para além de três dias.

Não fosse a minha ligação prévia com Jitirana e a garantia de confiança que ela me deu nas comunidades, certamente eu não teria condições de realizar uma aproximação com as mulheres em tão pouco tempo e de forma tão corrida. Considero que um estudo aprofundado sobre violências contra mulheres rurais necessita, obrigatoriamente, de uma maior imersão no campo. A falta de investimento em ciência e pesquisa no Brasil e o curto tempo das pesquisas de mestrado têm impedido, a meu ver, a produção de trabalhos que produzam conhecimentos de maior qualidade.

Também considero como limitação, nesta dissertação, a opção de deixar de fora temas que foram recorrentes durante os trabalhos de campo. Um dos temas é a saúde das mulheres rurais e a precariedade no acesso ao SUS. O outro é o retorno da fome ao campo e as políticas de geração de renda e combate à miséria. Embora sejam dois temas extremamente relevantes, e que considero estarem intrinsecamente ligados à violência contra mulheres, ampliar essa análise demandaria um tempo de pesquisa superior ao disponível no mestrado.

Essas análises, assim como o aprofundamento de outros pontos pincelados nesta dissertação, como a proteção familiar masculina contra a violência e a influência da religião na reprodução social local, poderão ser objetos de pesquisa futura.



Por fim, gostaria de trazer a reflexão de Cabnal (2019) sobre violência, resistência e cansaço, algo encontrado de forma reiterada não só durante a pesquisa, mas nos movimentos sociais de mulheres nos últimos anos. Não se pode romantizar a luta das mulheres contra o patriarcado, principalmente a luta que se faz na América Latina, onde as opressões se entroncam:

Contudo, é importante destacar que, por todo esse histórico de violência, deste lado do mundo nascem também, de maneira muito forte, as formas de resistências das mulheres que se indignam e lutam para reivindicar seus direitos. A violência territorial é uma das formas de violência cometidas contra as mulheres e contra os povos. A luta em defesa do território, dos corpos e contra todo esse sistema de opressão que se junta aqui foi atraindo a criminalização e diversas questões judiciais sobre os insurgentes.

Como não vamos estar cansadas, doentes e com desesperança em 2017? Viver deste lado do mundo não é fácil, com todas essas opressões. A linha do tempo que construímos aqui mostra como se configuram as diferentes formas de machismo — lutamos na cama, lutamos na rua, contra os funcionários públicos, com os companheiros das nossas organizações, contra o cacique indígena, contra o Estado — que é colonial, racista, patriarcal, sexista etc. Precisamos lutar o tempo todo e isso cansa muito. (Cabnal, 2019).

Enquanto mulheres, feministas e militantes, arrisco-me a afirmar que estamos todas adoecidas. O patriarcado, contra o qual lutamos há alguns milhares de anos, encontrou terreno fértil em um Brasil governado pela extrema-direita. As mulheres foram diretamente atacadas e as feministas foram consideradas as novas bruxas, que deviam queimar na fogueira do negacionismo neopentecostal. As tentativas de controle dos nossos corpos foram inúmeras. Algumas ainda pairam no ar, como o “Estatuto do Nascituro”<sup>102</sup>, que insiste em ser reavivado sempre que recebemos algum sopro de progresso. O *backlash*<sup>103</sup>, para o qual Faludi (2001) nos alertava desde a década de 90, parece mais vivo e pulsante do que nunca.

A vitória de um novo governo, que promete retomar o diálogo sobre direitos e políticas públicas para mulheres, é uma esperança, mas está longe de representar um descanso para quem está diretamente envolvida na militância. Como exemplo, o debate sobre o direito ao aborto seguro, uma utopia em um país em que até mesmo entre os progressistas nunca é o momento de falar sobre o assunto. Esse misto de esperança e cansaço foi uma constante na última reunião nacional<sup>104</sup> da Marcha Mundial das Mulheres. Foi também o ponto de partida para uma reflexão que faço, enquanto pesquisadora, desde que essa pesquisa começou a ser gestada: precisamos aprender a fazer a luta com as mulheres do campo.

102 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345103>.

103 Traduzido como reação, retaliação ou contra-ataque.

104 Realizada em 06 de dezembro de 2022.

Como anteriormente dito, o lema da Marcha das Margaridas de 2023 é “Margaridas em Marcha pela Reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver”. Reconstruir o país é uma necessidade de sobrevivência, mas estarmos vivas não é o suficiente. Precisamos viver com dignidade. E é disso que se trata o “Bem Viver”. Na mesma linha do *vivir sabroso*<sup>105</sup>, termo reiteradamente utilizado pela Vice-Presidenta da Colômbia Francia Márquez, o “Bem Viver” das Margaridas nasceu a partir dos povos originários latinoamericanos (*Buen Vivir* ou *Vivir Bien*) e significa a construção de um projeto emancipador para uma vida digna por meio da luta coletiva e comunitária, em comunhão com a *Pachamama*, e da resistência ao sistema capitalista, colonialista, racista e sexista (ACOSTA, 2016).

Essa construção coletiva para o enfrentamento à violência patriarcal e para uma vida mais digna é exatamente o que as mulheres rurais do Alto Sertão alagoano estão fazendo no seu dia a dia. É na força dessa resistência cotidiana, dessa resiliência às adversidades, dessa coletividade e dessa comunhão com a natureza que elas demonstram o caminho a ser seguido. A reunião da Marcha Mundial das Mulheres terminou com o reconhecimento da importância da luta das mulheres rurais e definindo que, para o ano de 2023, seguiríamos o exemplo da Marcha das Margaridas e também pautaríamos a nossa luta pelo Bem Viver. E assim também termina essa dissertação. Com um novo tempo de semear.

---

105 “[...] a dignidad y la posibilidad de vivir sabroso se construyen mediante la labor cotidiana, la fuerza del trabajo colectivo, la lucha y la resistencia de las comunidades. [...] La idea de vivir sabroso es potente en muchos sentidos. No es una meta ni una finalidad, sino un proceso, un hacer, un existir día a día. Vivir sabroso es algo que se realiza, pero que se agota, y por tanto, no deja de buscarse.” (TORO, 2016, p. 4-5).

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar novos mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

AEPAGO (Associação Estadual dos Pequenos Agricultores de Goiás). **Sementes Crioulas**: Produzindo Vida, Renda e Cuidando da Biodiversidade, [S. l.], 2015. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/sementes-crioulas-produzindo-vida-renda-e-cuidando-da-biodiversidade>. Acesso em: 08 dez. 2022.

AGÊNCIA SENADO. **Bolsonaro veta R\$ 3,1 bilhões no Orçamento, que destina R\$ 89,1 bilhões para Auxílio Brasil**. Brasília, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/01/24/bolsonaro-veta-r-3-1-bilhoes-no-orcamento-que-destina-r-89-1-bilhoes-para-auxilio-brasil>. Acesso em: 24 jan. 2022.

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 15, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos (SEMUDH). **Plano Estadual de Políticas para Mulheres**. Maceió: SEMUDH, 2019.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos (SEMUDH). **Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher em Alagoas**. Maceió: SEMUDH, 2022a. Disponível em: [https://docs.google.com/document/d/130B8lsDguRxsR\\_5iOEIYCaWVnVbgY48lsZjb3Tc1j\\_M/edit](https://docs.google.com/document/d/130B8lsDguRxsR_5iOEIYCaWVnVbgY48lsZjb3Tc1j_M/edit). Acesso em: 29 nov. 2022.

ALAGOAS. Secretaria de Estado de Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG). **Estudos sobre o Canal do Sertão**. Maceió: NEPSEPLAG, 2017. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/2181d45b-8e00-42c5-8bec-a6b1b40fc3a8/resource/3d6c7529-de49-4851-b744-09b1384f5f44/download/estudosobreocanalDOSertaoalagoano.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ALAGOAS. Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP). Comissão Mulher Segura. **Mapa da Violência contra a Mulher em Alagoas – 2021**. Maceió: SSP, 2022b. Disponível em: <http://mulhersegura.seguranca.al.gov.br/cartilhas/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

ALBUQUERQUE, Andréa Maria Leite. Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres no estado de Alagoas sob a perspectiva das mulheres rurais. **Anais do Congresso Internacional de Direito Público dos Direitos Humanos e Políticas de Igualdade**, [S. l.], v. 1, n. 1, Agosto 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/dphpi/article/view/5661>. Acesso em: 01 out. 2021.

ALBUQUERQUE, Andréa Maria Leite; LAGES, Anabelle Santos; ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Mulheres rurais em movimento: pandemia e resistência aquém e além do

patriarcado. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 25, n. 63, p. 210–233, 2022. DOI: 10.47946/rnera.v25i63.8942. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8942>. Acesso em: 13 nov. 2022.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Camponeses e canavieiros: razões e significados da migração do semiárido para a zona da mata alagoana**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/158>. Acesso em: 10 jul. 2022.

AMÂNCIO, Adriana. Equipe de transição garante construção de cisternas como prioridade no governo Lula. **Marco Zero**, Recife, 17 nov. 2022. Disponível em: <https://marcozero.org/equipe-de-transicao-garante-construcao-de-cisternas-como-prioridade-no-governo-lula/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

APFELBAUM, Erika. Dominação. In: HIRATA, Helena *et al* (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 76-79.

ARROYO, Adriana Guzmán. **Un feminismo útil para la lucha de los pueblos**. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: [http://colectivohombresymasculinidades.com/wp-content/uploads/publicaciones\\_pdf/Otros\\_autores/Feminismo\\_util.pdf](http://colectivohombresymasculinidades.com/wp-content/uploads/publicaciones_pdf/Otros_autores/Feminismo_util.pdf). Acesso em: 14 dez. 2022.

ARROYO, Adriana Guzmán. **La Pachamama desde el feminismo**. [S. l.], 2014. Disponível em: [https://ddd.uab.cat/pub/sobali/sobali\\_a2014m10n18/sobali\\_a2014m10n18p39.pdf](https://ddd.uab.cat/pub/sobali/sobali_a2014m10n18/sobali_a2014m10n18p39.pdf). Acesso em: 14 dez. 2022.

ARROYO, Adriana Guzmán. **Descolonizar la Memoria, Descolonizar los Feminismos**. La Paz: Feminismo Comunitario Antipatriarcal y Mujuta Tarpuna, 2019.

ARROYO, Adriana Guzmán. Entrevista con Adriana Guzmán sobre decolonización de los feminismos en Mérida (Extremadura). López-Andrada, C, Pérez de las Vacas, S. **Polyphônia**. Revista de Educación Inclusiva, Santiago de Chile, v. 4, n. 2, p. 304-311, 2020. Disponível em: <https://revista.celel.cl/index.php/PREI/article/view/218>. Acesso em 14 dez. 2022.

ASA. **Articulação no Semiárido Brasileiro**. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

ASA. **Declaração do Semiárido**. Recife: ASA, 1999.

ASA. **O lugar da convivência na erradicação da extrema pobreza**, [S. l.], 2011. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/Olugardaconvivenciaaerradicacaodaextremaopobreza.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2022.

ASA. **Campanha pela divisão justa do trabalho doméstico**, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/10457-campanha-pela-divisao-justa-do-trabalho-domestico-e-lancada-no-sertao-de-crateus>. Acesso em: 05 dez. 2022.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira; LAGES, Anabelle Santos. Desprovincializar o desenvolvimento: Enunciação subalterna e resistência nas bordas da acumulação capitalista na Amazônia. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 389–410, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6286>. Acesso em: 29 mar. 2022.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARREIRA, César. Matadores de Aluguel: código e mediações. Na rota de uma pesquisa. **Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 37, n. 1, p. 41-52, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/553>. Acesso em: 01 nov. 2022.

BARTRA, Armando Verges. **Os novos camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BNDigital. Biblioteca Nacional. **Memória**. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/154512/per154512\\_1953\\_00226.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/154512/per154512_1953_00226.pdf). Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Portal da Operação Carro-Pipa**, [S. l.], 2013c. Disponível em: <http://sedec.5cta.eb.mil.br/>. Acesso em 25 nov. 2022.

BRASIL. **Lei n. 14.321, de 31 de março de 2022**. Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional. Brasília: Congresso Nacional, 2022. Disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.321-de-31-de-marco-de-2022-390279314>. Acesso em: 5 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia. **Programa de documentação da trabalhadora rural**. Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/345/1/programa%20de%20documenta%C3%A7%C3%A3o%20da%20trabalhadora%20rural.pdf>. Acesso em 05 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas**. Brasília: MDA, 2013a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/pnpm/48a-reuniao/palestra-2-mecanismo-mda.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Caderno Territorial do Alto Sertão – AL**. Brasília: MDA, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010a. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Água para Todos**, Brasília, 2019a. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/dadosabertos/317-secretaria-nacional-de-programas-urbanos/agua-para-todos/6076-agua-para-todos>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Programa de Eletrificação Rural**. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://www.mme.gov.br/luzparatodos/asp/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Impactos do Programa Luz para Todos**. Brasília: MDA, 2013b. Disponível em: [https://www.mme.gov.br/luzparatodos/downloads/pesquisa\\_de\\_satisfacao\\_2013.pdf](https://www.mme.gov.br/luzparatodos/downloads/pesquisa_de_satisfacao_2013.pdf). Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural**. Brasília, 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/mulheres-rurais/area-rural/programa-nacional-de-documentacao-da-trabalhadora-rural>. Acesso em: 01 jan. 2022.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: SPM, 2007a.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Portaria nº 42**, de 23 de agosto de 2007. Brasília: Diário Oficial da União, 2007b.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2008.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Relatório do II Seminário Nacional “No Campo e na Floresta, Políticas Públicas para as Mulheres”**. Brasília: SPM, 2010b.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Mulheres do Campo e da Floresta: Diretrizes e Ações Nacionais**. Brasília: SPM, 2011a.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: SPM, 2011b.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2013d.

BUTTO, Andrea. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil**: a construção do sujeito feminista. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25468>. Acesso em: 20 mai. 2022.

CABNAL, Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. *In: Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Las Segovias: ACSUR, 2010.

CABNAL. Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política. **Instituto Pacs**, Rio de Janeiro, 26 jun. 2019. Disponível em: <https://pacsinstituto.medium.com/defender-o-territ%C3%B3rio-terra-e-n%C3%A3o-defender-o-territ%C3%B3rio-corpo-das-mulheres-%C3%A9-uma-incoer%C3%Aancia-4ec7621e790b>. Acesso em: 10 out. 2022.

CAICEDO-ROA, Mônica; BANDEIRA, Lourdes Maria; CORDEIRO, Ricardo. Femicídio e Feminicídio: discutindo e ampliando os conceitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 3, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/8GzxSjJtLX7P3ryZRbtsvmH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CASADO, Letícia; MADEIRO, Carlos. Governo quase zero verba de programas alimentares no Orçamento de 2023. **UOL Notícias**, Brasília, Maceió, 27 set. 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/09/27/governo-quase-zero-verba-de-programas-alimentares-no-orcamento-de-2023.htm>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria). **Plataforma 25 Anos**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CISNE, Mirla; IANAEL, Fernanda. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 191-201, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/nNM94v6fvD9nJSyDRqCJvK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 out. 2022.

OEA (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). Comisión Interamericana de Mujeres (CIM). **COVID-19 en la vida de las mujeres: razones para reconocer los impactos diferenciados**. OEA, 2020.

CONAB. **Compêndio de Estudos Conab**. v. 20. Brasília: Conab, 2019.

CONAB. **Compêndio de Estudos Conab**. v. 30. Brasília: Conab, 2021.

CORDEIRO, Sueli. Aliança de parentesco. **Geledés**, [S. l.], 25 jul. 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/alianca-de-parentesco/>. Acesso em: 05 nov. 2022.

COSTA, Agefran. **Jitirana - Ipomoea cairica**. Natureza Bela. [S. l.], 2012. Disponível em: <https://www.naturezabela.com.br/2012/03/jitirana-ipomoea-cairica.html>. Acesso em: 17 jan. 2021.

COSTA, Maria José Moraes; AGUIAR, Vilênia. Políticas públicas, mulheres e a violência no campo. **NEXO Políticas Públicas**, [S. l.], 11 ago. 2021. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opinioao/2021/Pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-mulheres-e-a-viol%C3%Aancia-no-campo>. Acesso em: 02 set. 2021.

CPT. **Comissão Pastoral da Terra**, Goiânia, 2010. Histórico. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 15 de set. de 2021.

CRUZ, Teresa Almeida. A caminhada de organização do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil na luta em defesa da vida. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: desafios atuais dos feminismos, 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: [http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373238894\\_ARQUIVO\\_TextocompletoFG10.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373238894_ARQUIVO_TextocompletoFG10.pdf). Acesso em: 15 out. 2021.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Montecristo, 2012.

CURIEL, Ochy. Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. Tradução: Lídia Maria de Abreu Generoso. **Revista de Teoria da História**. Goiânia. v. 22, n. 02, p. 231-245, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/58979>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CURIEL, Ochy. Conversa com Ochy Curiel: “o poder deve ser trabalhado na comunidade”. **Fundação Rosa Luxemburgo**, São Paulo, 13 dez. 2021. Disponível em: <https://rosalux.org.br/conversa-com-ochy-curiel-o-poder-deve-ser-trabalhado-na-comunidade/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules. Introdução. In: FERREIRA, Verônica *et al* (Orgs.). **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu**. Recife: SOS Corpo, 2014. p. 7-26.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 17, p. 99-119, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2310>. Acesso em: 03 jun. 2022.

DHnet. **Aliança de Parentesco por determinação das mulheres negras e indígenas**. [S.I.], 2004. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/tecidosocial/anteriores/ts067/documentos\\_cnpm.htm](http://www.dhnet.org.br/tecidosocial/anteriores/ts067/documentos_cnpm.htm). Acesso em: 05 nov. 2022.

EBC. **Trabalhadoras rurais vão ter documentação civil**. Brasília, 18 mai. 2004. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2004-05-18/trabalhadoras-rurais-vaoter-documentacao-civil>. Acesso em: 10 jan. 2022.

EBC. **Programa que levou 1 milhão de cisternas ao semiárido brasileiro é premiado**. Recife, 22 ago. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-08/programa-que-levou-1-milhao-de-cisternas-ao-semiarido-brasileiro-e-premiado>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pesanha; MEDEIROS, Leonilde



Servolo (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.

FALEI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordestino. *In*: PRIORI, Mary Del (Org.). **História das Mulheres do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 202-231.

FALUDI, Susan. **Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). **Atlas de las mujeres rurales de América Latina y el Caribe: “Al tiempo de la vida y los hechos”**. Santiago de Chile: FAO, 2017.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. *In*: BUTTO, Andrea (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

FBSP. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo, 2022a. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 10 dez. 2022.

FBSP. **Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022**. São Paulo, 2022b. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/violencia-contra-meninas-e-mulheres-no-1o-semester-de-2022/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-contra-meninas-e-mulheres-no-1o-semester-de-2022/). Acesso em 10 dez. 2022.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Tradução de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

FPA (Fundação Perseu Abramo). **Vida Digna no Campo**. [S. l.], 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/17-vidadignanocampo.pdf>. Acesso em 10 nov. 2022.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética?. Tradução: Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. **Lua Nova**. São Paulo, v. 70, p. 101-138, 2007. Disponível em: [https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/843838/mod\\_resource/content/1/RECONHECIMENTO%20SEM%20%C3%89TICA.pdf](https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/843838/mod_resource/content/1/RECONHECIMENTO%20SEM%20%C3%89TICA.pdf). Acesso em: 07 mai. 2022.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FUNARI, Juliana Nascimento *et al.* Uso do tempo e as mulheres rurais: a construção de outras metodologias a fim de propiciar a visibilidade e valorização dos trabalhos das mulheres. **Anais do III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia**, Recife, v. 15, n. 3, abr. 2019. Disponível em:

<http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/6366>. Acesso em: 15 mai. 2020.

GÊNERO E NÚMERO; SOF (Sempreviva Organização Feminista). **Pesquisa Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. São Paulo, 2020. Disponível em: [mulheresnapanademia.sof.org.br](http://mulheresnapanademia.sof.org.br). Acesso em 15 junho 2021.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **O rural e o urbano: é possível uma tipologia?** Presidente Prudente: UEL, 2008.

GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**, v.1, São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais na contemporaneidade. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno Marques. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: 2012. p. 19-36.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HERRERA, Karolyna Marin. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 208-233, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p208/33802>. Acesso em: 15 mar 2021.

HOBSBAWN. Eric. **Sobre História**. Ensaio. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

HOBSBAWN. Eric. **Bandidos**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOBSBAWN. Eric. **Viva la revolución**. A era das utopias na América Latina. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

JUTEAU, Danielle. Etnicidade e nação. In: HIRATA, Helena *et al* (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 90-96.

KERGOAT, Danièle. A Relação Social de Sexo. Da Reprodução das Relações Sociais à sua Subversão. **Pro-Posições**, Campinas, v. 13. n. 1, 2002. Disponível em: <https://fe-old.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2125/37-dossie-kergoatd.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

KERGOAT, Danièle. Compreender as lutas das mulheres por sua emancipação pessoal e coletiva. In: MORENO, Renata (Org.). **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014. p. 11-21.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LEITE, Taylisi de Souza Corrêa. **Crítica ao feminismo liberal: valor-clivagem e marxismo feminista**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

LERNER, Gerda. **The creation of feminist consciousness: from the middle ages to eighteen-seventy**. New York: Oxford University Press, 1993.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LORENZONI, Carmen; SEIBERT, Iridiane Gracieli; COLLET, Zenaide. Movimento de mulheres camponesas: veredas de muitas histórias. In: MEZADRI, Adriana Maria *et al* (Orgs.). **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 13-31.

MADEIRO, Carlos. 'Caixa d'água do sertão': nº de cisternas construídas é o menor desde 2003. **UOL Notícias**, Maceió, 02 fev. 2022a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/02/02/governo-veta-obras-e-faz-programa-cisternas-ter-pior-desempenho-da-historia.htm>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MADEIRO, Carlos. Após eleição, governo corta verba e água potável de 1,6 milhão no Nordeste. **UOL Notícias**, 23 nov. 2022b. Disponível em: [https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/11/23/apos-eleicao-governo-corta-verba-e-agua-potavel-de-16-milhao-no-nordeste.htm?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=social-media&utm\\_content=geral&utm\\_campaign=noticias](https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/11/23/apos-eleicao-governo-corta-verba-e-agua-potavel-de-16-milhao-no-nordeste.htm?utm_source=twitter&utm_medium=social-media&utm_content=geral&utm_campaign=noticias). Acesso em: 25 nov. 2022.

MAFORT, Kelli; JULCA, Lisbet. “Quem não se movimenta, não sente as correntes que a prendem”. In: PAIM, Elisângela Soldateli (Org.). **Resistências e re-existências: mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia**. São Paulo: Funilaria, 2020. p. 69-90.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Transformatório das Margaridas**, [S. l.], [s.d.]. Nossas conquistas. Disponível em: [http://transformatoriomargaridas.org.br/?page\\_id=139](http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=139). Acesso em 10 jan. 2022.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Reunião do GT de Mulheres do Governo de transição**. Brasília, 30 nov. 2022. Instagram: @marchamargaridas. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CIIEfTuOZEu/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. *In*: HIRATA, Helena *et al* (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 222-231.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; ARAÚJO, Brás José de. Congresso dos Lavradores e Camponeses Sem Terra, I. **FGV**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/congresso-dos-lavradores-e-camponeses-sem-terra-i>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MELO, Lúcia Albuquerque de. A mulher agricultora: relação íntima com a água. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos, 2010, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: [http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278442727\\_ARQUIVO\\_TEXTOULTIMO2010.pdf](http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278442727_ARQUIVO_TEXTOULTIMO2010.pdf). Acesso em: 15 out. 2021.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina e outros poemas**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2007.

MENEZES, Marilda Aparecida de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 32–44, 2002. DOI: 10.37370/raizes.2002.v21.177. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/177>. Acesso em: 14 jun. 2021.

MENEZES NETO, Antonio Julio. A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-341, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/tSX4YvS44WZv9B3qSFQMyRg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

MMC. **MMC Brasil**. [S. l.], [s.d.]. História. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/home/historia/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MMC. MMC participa da construção e entrega de carta dos Movimentos Feministas ao Grupo de Trabalho Mulheres da equipe de transição do Governo Lula. **MMC Brasil**. Brasília, 30 nov. 2022. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/mmc-participa-da-construcao-e-entrega-de-carta-dos-movimentos-feministas-ao-grupo-de-trabalho-mulheres-da-equipe-de-transicao-do-governo-lula/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MMM. **Marcha Mundial das Mulheres**, [S. l.], [s.d.]. Nossa história. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>. Acesso em: 05 jan. 2022.

MORAES, Dênis de. Congresso Camponês de 1961, um marco histórico das mobilizações no campo. **MST**, [S. l.], 17 ago. 2012. Disponível em: <https://mst.org.br/2012/08/17/congresso->

campones-de-1961-um-marco-historico-das-mobilizacoes-no-campo/. Acesso em: 10 nov. 2022.

MOURA, Rafael Moraes. Janja promete que Lula vai criar Ministério das Mulheres. **O Globo**, Brasília, 30 nov. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2022/11/em-reuniao-da-transicao-janja-promete-que-lula-vai-criar-ministerio-das-mulheres.ghml>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MUYLAERT, Camila Junqueira *et al.* Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 48, p. 184-189, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/re USP/a/NyXVhmXbg96xZNPWt9vQYct/?lang=pt&format=pdf>.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.1996.111579. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111579>. Acesso em 05 out. 2022.

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875. In: WELCH, Clifford Andrew. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 145-178.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100012/8696>. Acesso em: 06 ago. 2021.

PEDRA, Anna Paula. Terra e Teologia nos movimentos sociais do campo: uma reflexão histórica. **Revista Contemporantes**, [S. l.], v. X, n. 7, 2019. Disponível em: <https://revistacontemporantes.com.br/2019/09/27/igreja-e-os-problemas-da-terra-cpt-e-as-lutas-no-campo/>. Acesso em: 10 out. 2022.

PEREIRA, Jesana Batista; OLIVEIRA, Dayana Sérgia da Silva; GOMES, Larissa Vitória Gabriel. Marcha das Margaridas: Trabalhadoras Rurais em Luta. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT**, Maceió, v. 4, n. 2, p. 205, 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/4623>. Acesso em 22 mai. 2021. Acesso em: 10 jan. 2022.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

POPPER, Karl. **Lógica das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

REBELLO, Aiuri. Seca de 2012 a 2017 no semiárido foi a mais longa na história do Brasil. **UOL Notícias**, São Paulo, 03 mar. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2018/03/03/seca-de-2012-a-2017-no-semiarido-foi-a-mais-longa-da-historia.htm>. Acesso em: 10 jun. 2022.

RIOT-SARCEY, Michèle. Poder(es). In: HIRATA, Helena *et al* (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 183-187.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 22 ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, 1999a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/qKKQXTJ3kQm3D5QMTY5PQqw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 jan. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 12, p. 157–163, 1999b. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634812>. Acesso em: 3 jan. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, Márcia (org.). **Violência em Debate**. São Paulo: Moderna, 1997. p. 39-57.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ALMEIDA, Suely Souza de. Brasil: violência, poder e impunidade. In: CAMACHO, Thimoteo. **Ensaio sobre violência: reflexões sobre a violência, violência de gênero, violência no cotidiano escolar, a violência no Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; FERRANTE, Vera Lúcia. Da casa para a rua: a caminhada das mulheres boias-frias. **Perspectivas**, São Paulo, v. 9/10, 1986/1987. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/108272>. Acesso em 10 jan. 2022.

SALDAÑA, Johnny. **Fundamentals of qualitative research**. New York: Orford, 2011.

SALDAÑA, Johnny; OMASTA, Matt. **Qualitative research: analyzing life**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n. 27, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/102266>. Acesso em 10 mai. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SCHERER-WARREN, Ilse. Para uma metodologia de pesquisa dos movimentos sociais e educação no campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: MDA, 2006, p. 117-132.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 18-27, 2010. Disponível em: [https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/167/37](https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/167/37). Acesso em: 10 ago. 2022.

SCHMIDT, Beatriz; PALAZZI, Ambra; PICCININI, Cesar Augusto. Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. **REFACS**, Uberaba, v. 8, n. 4, p. 960-966, 2020. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/refacs/article/view/4877>. Acesso em 10 mai. 2021.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10–31, 2002. DOI: 10.37370/raizes.2002.v21.175. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/175>. Acesso em: 14 jun. 2022.

SCOTT, Parry; RODRIGUES, Ana Cláudia; SARAIVA, Jeíza das Chagas. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 63-93.

SEGATO, Rita. Brechas Decoloniales para una Universidad Nuestroamericana. In: SEGATO, Rita. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda**. Cidade Autônoma de Buenos Aires: Prometeu Libros, 2013a. p. 267-293.

SEGATO, Rita. Género y colonialidad: del patriarcado comunitario de baja intensidad ao patriarcado colonial moderno de alta intensidad. In: SEGATO, Rita. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda**. Cidade Autônoma de Buenos Aires: Prometeu Libros, 2013b. p. 69-100.

SEGATO, Rita. **Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres**. Puebla: Pez en el árbol, 2014.

SILVA, Ana Carolina Lourenço Santos da; GOMES, Flávio. **A Lei 10.639 e a patrimonialização da cultura**: Quilombos, Serra da Barriga e Palmares – primeiros percursos. **Revista Teias**, [S. l.], v. 14, n. 34, p. 92-101, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24349>. Acesso em: 05 out. 2022.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mulheres trabalhadoras rurais: trajetórias e memórias. **RURIS (Campinas, Online)**, Campinas, v. 4, n. 2, set. 2012. Disponível em:

<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16841>. Acesso em: 20 mai. 2022.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz Medeiros de; MORAES, Lara Abrão de. Mulheres caipiras. Dois olhares sobre o mundo rural paulista. **Caravelle**, [S. l.], v. 99, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/caravelle/343>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SIMON, Carolina Russo. O protagonismo das mulheres na Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST/MNCI) e a emergência de uma nova concepção de feminismo na Via Campesina. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 53, p. 193-215, mai.-ago. 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6730>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 3 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

THOMPSON, Paul. **The voice of the past: oral history**. New York: Oxford, 2000.

TORO, Natalia Quiceno. **Vivir sabroso**. Luchas y movimientos afroatrateños, en Bojayá, Chocó, Colombia. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2016.

UFRRJ. **Resoluções**. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/cpda/als/corpo/html/resoluc/resoluc.htm>. Acesso em: 10 out. 2022.

VEIGA, Suzana. **Patriarcado: história do conceito**. Recife: Suzana Veiga, 2022.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu. 2020.

WACQUANT, Loïc, Por una Sociología de carne y sangre. **Revista del Museo de Antropología**, Córdoba, v. 12, n. 1, p. 117-124, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1852-48262019000100012&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1852-48262019000100012&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 01 out. 22.

WEBER, Max. A objetividade do Conhecimento nas Ciências e Políticas Sociais. *In: Ensaio sobre a Teoria das Ciências Sociais*. São Paulo: Centauro Editora, 2003.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200008>. Acesso em: 15 mai. 2022.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.



## APÊNDICE A – Quadro de entrevista, observação participante e grupo focal

| Entrevistas realizadas por meio de aplicativos de mensagens |                     |                         |                        |                       |                     |       |          |                  |
|-------------------------------------------------------------|---------------------|-------------------------|------------------------|-----------------------|---------------------|-------|----------|------------------|
| Data                                                        | Nome <sup>106</sup> | Aplicativo utilizado    | Tipo de relato         | Local <sup>107</sup>  | Pertence a coletivo | Idade | Duração  | Meio de gravação |
| 19/05/21                                                    | Orquídea            | <i>Instagram Direct</i> | Oral                   | Manancial, Pernambuco | Sim                 | 33    | 00:02:52 | Áudio            |
| 21/05/21                                                    | Violeta             | <i>WhatsApp</i>         | Oral                   | Maceió, Alagoas       | Sim                 | 50    | 00:05:00 | Áudio            |
| 22/05/21                                                    | Rosa                | <i>WhatsApp</i>         | Escrito <sup>108</sup> | Barreiro, Alagoas     | Sim                 | 51    | -        | Figura           |
| 26/05/21                                                    | Tulipa              | <i>WhatsApp</i>         | Escrito                | Vinhedo, Alagoas      | Sim                 | 28    | -        | Figura           |
| 27/05/21                                                    | Jitirana            | <i>WhatsApp</i>         | Oral                   | Sertãozinho, Alagoas  | Sim                 | 53    | 00:14:00 | Áudio            |
| 30/05/21                                                    | Hortência           | <i>WhatsApp</i>         | Oral                   | Fagulha, Alagoas      | Sim                 | 43    | 00:05:30 | Áudio            |
| 15/03/22                                                    | Jitirana            | <i>WhatsApp</i>         | Oral                   | Sertãozinho, Alagoas  | Sim                 | 53    | 00:03:10 | Áudio            |
| 15/03/22                                                    | Jitirana            | <i>WhatsApp</i>         | Escrito                | Sertãozinho, Alagoas  | Sim                 | 53    | -        | Figura           |
| 08/10/22                                                    | Nemesia             | <i>WhatsApp</i>         | Oral                   | Messias, Alagoas      | Sim                 | -     | 00:01:45 | Áudio            |
| 09/10/22                                                    | Margarida           | <i>WhatsApp</i>         | Escrito                | Estrela, Alagoas      | Sim                 | 41    | -        | Figura           |
| 17/12/22                                                    | Jitirana            | <i>WhatsApp</i>         | Oral                   | Sertãozinho, Alagoas  | Sim                 | 53    | 00:01:31 | Áudio            |
| Entrevistas realizadas virtualmente <sup>109</sup>          |                     |                         |                        |                       |                     |       |          |                  |
| Data                                                        | Nome                | Aplicativo utilizado    | Tipo de entrevista     | Local                 | Pertence a coletivo | Idade | Duração  | Meio de gravação |
| 07/05/21                                                    | Margarida           | <i>Google Meet</i>      | Semiestruturada        | Estrela, Alagoas      | Sim                 | 41    | 01:11:52 | Vídeo            |
| 13/05/21                                                    | Margarida           | <i>Google Meet</i>      | Semiestruturada        | Estrela, Alagoas      | Sim                 | 41    | 01:42:14 | Vídeo            |
| Entrevistas realizadas presencialmente <sup>110</sup>       |                     |                         |                        |                       |                     |       |          |                  |
| Data                                                        | Nome                | Aplicativo utilizado    | Tipo de entrevista     | Local                 | Pertence a coletivo | Idade | Duração  | Meio de gravação |
| 27/08/21                                                    | Petúnia             | -                       | Não estruturada        | Atalaia, Alagoas      | Sim                 | -     | 01:19:30 | Áudio            |
| 28/08/21                                                    | Peônia              | -                       | Não estruturada        | Atalaia, Alagoas      | Não                 | 58    | 00:57:10 | Áudio            |
| 28/08/21                                                    | Nifeia              | -                       | Não estruturada        | Atalaia, Alagoas      | Sim                 | -     | 01:05:08 | Áudio            |
| 28/08/21                                                    | Begônia             | -                       | Não estruturada        | Atalaia, Alagoas      | Sim                 | -     | 01:05:08 | Áudio            |
| 28/08/21                                                    | Amarflis            | -                       | Não estruturada        | Atalaia, Alagoas      | Não                 | -     | 01:49:36 | Áudio            |
| 11/12/21                                                    | Cravina             | -                       | Não estruturada        | Atalaia, Alagoas      | Não                 | -     | -        | Áudio            |
| 11/12/21                                                    | Azaleia             | -                       | Não estruturada        | Atalaia, Alagoas      | Não                 | -     | 01:01:51 | Áudio            |
| 07/04/22                                                    | Calêndula           | -                       | Não estruturada        | Messias, Alagoas      | Sim                 | -     | 00:41:42 | Áudio            |
| 09/04/22                                                    | Trabal. das flores  | -                       | Não estruturada        | Atalaia, Alagoas      | Não                 | -     | 01:19:18 | Áudio            |
| 10/04/22                                                    | Gerânio             | -                       | Não estruturada        | Atalaia, Alagoas      | Não                 | -     | 01:43:31 | Áudio            |
| 10/04/22                                                    | Camélia             | -                       | Não estruturada        | Atalaia, Alagoas      | Não                 | -     | 01:43:31 | Áudio            |
| 10/04/22                                                    | Prímula             | -                       | Não estruturada        | Atalaia, Alagoas      | Sim                 | -     | 01:48:28 | Áudio            |

106 Os nomes das participantes foram alterados por questões de segurança.

107 Os nomes dos locais foram alterados por questões de segurança.

108 Escrito à mão e enviado por foto.

109 Projeto “Nas Franjas do Progresso”.

110 Projeto “Nas Franjas do Progresso”.

| 11/04/22                                      | Antúrio                                                               | -                           | Não estruturada           | Atalaia, Alagoas     | Não                        | -            | 01:28:17       | Áudio                   |
|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|-----------------------------|---------------------------|----------------------|----------------------------|--------------|----------------|-------------------------|
| 11/04/22                                      | Perpétua                                                              | -                           | Não estruturada           | Atalaia, Alagoas     | Não                        | -            | 01:24:44       | Áudio                   |
| 11/04/22                                      | Cravo                                                                 | -                           | Não estruturada           | Atalaia, Alagoas     | Não                        | -            | 01:24:44       | Áudio                   |
| 14/04/22                                      | Gérbera                                                               | -                           | Não estruturada           | Maceió, Alagoas      | Não                        | -            | 01:37:36       | Áudio                   |
| 20/05/22                                      | Calêndula                                                             | -                           | Não estruturada           | Messias, Alagoas     | Sim                        | -            | 01:26:35       | Áudio                   |
| 21/05/22                                      | Lírio                                                                 | -                           | Não estruturada           | Messias, Alagoas     | Não                        | -            | 02:08:54       | Áudio                   |
| <b>Entrevistas realizadas presencialmente</b> |                                                                       |                             |                           |                      |                            |              |                |                         |
| <b>Data</b>                                   | <b>Nome</b>                                                           | <b>Aplicativo utilizado</b> | <b>Tipo de entrevista</b> | <b>Local</b>         | <b>Pertence a coletivo</b> | <b>Idade</b> | <b>Duração</b> | <b>Meio de gravação</b> |
| 06/12/21                                      | Jitirana                                                              | -                           | História de vida          | Sertãozinho, Alagoas | Sim                        | 53           | 01:02:02       | Áudio                   |
| 07/12/21                                      | Alpina                                                                | -                           | Semiestruturada           | Sertãozinho, Alagoas | Não                        | 45           | 00:17:44       | Áudio                   |
| 08/12/21                                      | Jitirana                                                              | -                           | Semiestruturada           | Sertãozinho, Alagoas | Sim                        | 53           | 01:32:05       | Áudio                   |
| 08/12/21                                      | Jitirana                                                              | -                           | Não estruturada           | Sertãozinho, Alagoas | Sim                        | 53           | 00:03:19       | Áudio                   |
| 08/12/21                                      | Magnólia                                                              | -                           | Não estruturada           | Sertãozinho, Alagoas | Não                        | 31           | 00:13:24       | Áudio                   |
| 08/12/21                                      | Papoula                                                               | -                           | Não estruturada           | Sertãozinho, Alagoas | Sim                        | 37           | 00:10:48       | Áudio                   |
| 09/12/21                                      | Jitirana                                                              | -                           | Estruturada               | Sertãozinho, Alagoas | Sim                        | 53           | 00:07:59       | Áudio                   |
| 09/12/21                                      | Gardênia                                                              | -                           | História de vida          | Sertãozinho, Alagoas | Não                        | 66           | 00:34:11       | Áudio                   |
| 09/12/21                                      | Clívia                                                                | -                           | Não estruturada           | Sertãozinho, Alagoas | Sim                        | -            | 00:03:47       | Áudio                   |
| 10/12/21                                      | Sálvia                                                                | -                           | História de vida          | Sertãozinho, Alagoas | Sim                        | 53           | 00:52:58       | Áudio                   |
| 12/10/22                                      | Alpina                                                                | -                           | Semiestruturada           | Sertãozinho, Alagoas | Não                        | 39           | 01:01:07       | Áudio                   |
| 12/10/22                                      | Papoula                                                               | -                           | Semiestruturada           | Sertãozinho, Alagoas | Sim                        | 37           | 00:23:09       | Áudio                   |
| 12/10/22                                      | Sálvia                                                                | -                           | Semiestruturada           | Sertãozinho, Alagoas | Sim                        | 53           | 01:35:35       | Áudio                   |
| 12/10/22                                      | Bonina                                                                | -                           | Não estruturada           | Sertãozinho, Alagoas | Sim                        | 27           | 00:18:40       | Áudio                   |
| 12/10/22                                      | Verbena                                                               | -                           | Semiestruturada           | Sertãozinho, Alagoas | Sim                        | 29           | 00:26:00       | Áudio                   |
| 12/10/22                                      | Dália                                                                 | -                           | Semiestruturada           | Sertãozinho, Alagoas | Sim                        | 33           | 00:26:00       | Áudio                   |
| 21/11/22                                      | Lavanda                                                               | -                           | Semiestruturada           | Rio Largo, Alagoas   | Sim                        | 31           | 00:31:34       | Áudio                   |
| <b>Observação participante<sup>111</sup></b>  |                                                                       |                             |                           |                      |                            |              |                |                         |
| <b>Data</b>                                   | <b>Ação</b>                                                           |                             |                           | <b>Local</b>         |                            |              | <b>Duração</b> | <b>Meio de gravação</b> |
| 07/12/21                                      | Formação de novo coletivo de mulheres de Três Marias                  |                             |                           | Sertãozinho, Alagoas |                            |              | 01:48:48       | Áudio                   |
| 09/12/21                                      | Assembleia do coletivo de mulheres de Primavera                       |                             |                           | Sertãozinho, Alagoas |                            |              | 01:42:55       | Áudio                   |
| 07/11/22<br>11/11/22                          | Curso de Formação para Mulheres da FETAG/AL                           |                             |                           | Maceió, Alagoas      |                            |              | 50 horas       | -                       |
| 21/11/22                                      | III Seminário Estadual do Movimento de Mulheres Camponesas de Alagoas |                             |                           | Rio Largo, Alagoas   |                            |              | 8 horas        | -                       |

111 Além das realizadas nos locais das entrevistas já descritas na tabela.

| <b>Grupo focal<sup>112</sup></b> |                               |                      |                |                         |
|----------------------------------|-------------------------------|----------------------|----------------|-------------------------|
| <b>Data</b>                      | <b>Ação</b>                   | <b>Local</b>         | <b>Duração</b> | <b>Meio de gravação</b> |
| 11/10/22                         | Roda de conversa em Primavera | Sertãozinho, Alagoas | 01:08:17       | Áudio                   |
| 11/10/22                         | Roda de conversa em Primavera | Sertãozinho, Alagoas | 00:07:55       | Áudio                   |
| 11/10/22                         | Roda de conversa em Cerejeira | Sertãozinho, Alagoas | 02:30:00       | Áudio                   |

---

112 Realizados no formato de roda de conversa.

## APÊNDICE B – Registros fotográficos

FOTO 6 – CISTERNA-CALÇADÃO



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora (2022)

FOTO 7 – CISTERNA DE PLACA CONSTRUÍDA PELAS MULHERES DO COLETIVO



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora (2021)

FOTO 8 – SALA DA CASA DE JITIRANA



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora (2021)

Foto 9 – Sala da casa de Gardênia



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora (2021)



FOTO 10 – IGREJA ONDE OCORREM AS REUNIÕES EM PRIMAVERA



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora (2021)

**ANEXO A – Plano Estadual de Políticas para Mulheres de Alagoas – PEPMulheres**

Documento fornecido por conselheira do CEDIM no dia 04 de março de 2022. O envio do documento foi feito diretamente para o WhatsApp da pesquisadora.

Tendo em vista o grande volume de páginas do anexo, optamos por disponibilizá-lo em pasta no *Google Drive* criada para a consulta da banca: <https://bityli.com/Documentos-para-a-banca>.

**ANEXO B – Decreto n. 84.454 de 2022 - Regimento Interno do Fórum Estadual de  
Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Rurais**

Decreto Estadual publicado em 09 de agosto de 2022.

Tendo em vista o grande volume de páginas do anexo, optamos por disponibilizá-lo em pasta no *Google Drive* criada para a consulta da banca: <https://bityli.com/Documentos-para-a-banca>.